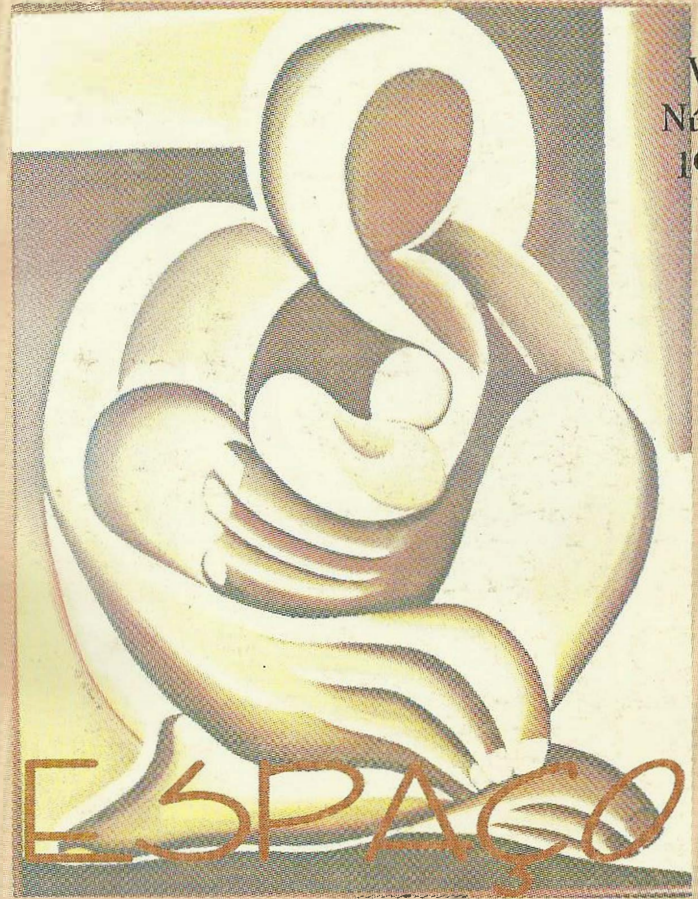


Sala de Pesquisa
CDHIS

CADERNO



Volume 7
Números 7/8
1999/2000

FEMININO

Revista do Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher
Pós-Graduação em História - Universidade Federal de Uberlândia

105

ISSN 1516-9286

CADERNO ESPAÇO FEMININO

COORDENAÇÃO DA REVISTA

Vera Lúcia Puga de Sousa

CONSELHO EDITORIAL

Cláudia Costa Guerra
Dulcina Tereza Bonati Borges
Eliane S. de Andrade
Jane de Fátima S. Rodrigues
Vera Lúcia Puga de Sousa

CONSELHO CONSULTIVO

Eni de Mesquita Samara (FFLCH/USP)
Luzia Margareth Rago (IFCH/UNICAMP)
Maria Izilda Santos de Matos (PUC/São Paulo)
Rachel Soihet (UFF)

CORRESPONDÊNCIA

NEGUEM

Av. João Naves de Ávila s/n Bloco "Q" - CDHIS
Campus Santa Mônica - Uberlândia - Minas Gerais
CEP: 38400-902 - Telefones (034) 3239-4236 e 3239-4240
Email: cdhis@ufu.br

FOTO CAPA

Óleo sobre tela, com o título "O Oco do Ventre", dimensão:
90x100 cm., de Maria das Graças R. Strack, professora de
Artes Plásticas e graduada em História pela UFU.

PROJETO GRÁFICO

Maria José da Silva

FOTOLITO

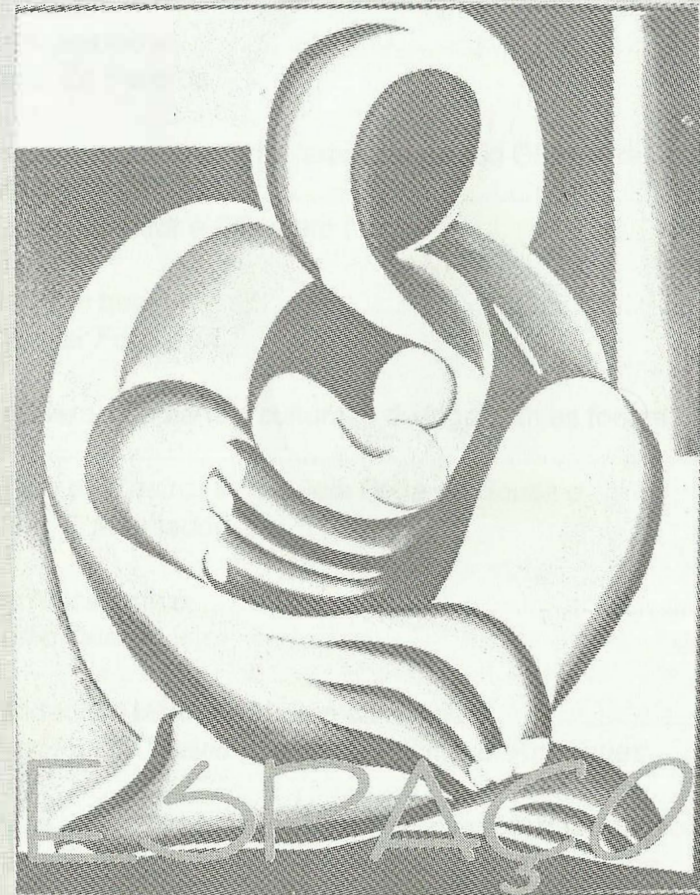
Luís Cláudio Teixeira

CADERNO ESPAÇO FEMININO é uma publicação do Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher, do Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS), da Universidade Federal de Uberlândia, através de sua Divisão Gráfica.

Revista Indexada no DATAINDICE/Ciências Sociais

Bol. Pad. 1/1993
S.04 (m)
2476

CADERNO



FEMININO

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
ARTIGOS	
A escrita de voz feminina	9
<i>Lilian Maria de Lacerda</i>	
Pas de Deux: um socialista e uma feminista no Rio Grande do Sul – Textos Escolhidos (1897-912).....	31
<i>Benito Bisso Schmidt e Elisabete Leal</i>	
Corpos e mídia em questão	49
<i>Luciana Rosar Fornazari</i>	
A categoria gênero, cotidiano e cultura: o diálogo com as fontes documentais	65
<i>Dorian Erich de Castro, Vera Lúcia Puga de Sousa e Maria Clara T. Machado</i>	
Amigado com fé, casado é	79
<i>Luiz Cláudio Duarte</i>	
Homossexualidade: o labirinto de uma categoria	105
<i>Edmar Henrique D. David e Jane de Fátima S. Rodrigues</i>	
Olhos e ouvidos públicos para atos (quase) privados: a formação de uma percepção pública da homossexualidade como doença	147
<i>João Bôsco Hora Góis</i>	
Brinquedo: O mundo em miniatura no imaginário infantil	171
<i>Marlene Fátima Freitas Borges</i>	

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM HISTÓRIA (CDHIS)
NÚCLEO DE ESTUDOS DE GÊNERO E PESQUISA SOBRE A MULHER
NEGUEM

Periodicidade: semestral
 Tiragem: 1.000 exemplares

Pede-se permuta
Pédese canje
On demande échange
We bitten um austausch
Si richiede lo scambio

CADERNO ESPAÇO FEMININO, V. 7, N. 7/8, JULHO/99 JULHO/ 2000
 Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História. Centro de
 Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) NEGUEM.

Semestral (vol. 7, n. 7/8, publicado em out. de 2000)

APRESENTAÇÃO

Dando prosseguimento à promoção do debate multidisciplinar sobre as questões de gênero, o **Caderno Espaço Feminino** oferece uma coletânea de artigos de pesquisadores(as), vinculados(as) a várias instituições nacionais. Essa publicação traça um panorama diversificado não apenas em seu conteúdo empírico, fruto de pesquisas em universos e tempos distintos, como também em suas abordagens teóricas.

A presença feminina no campo literário passa a ser recuperada e reconhecida, segundo Lilian Maria de Lacerda, a partir dos anos 80, com a revisão paradigmática ocorrida em vários campos do conhecimento científico, particularmente no campo da história da literatura. "O conhecimento acerca dessa produção e, especialmente, da literatura autobiográfica de corpo feminino revela-se como uma documentação potencial à pesquisa". Para tanto, a autora, em seu artigo, "A escrita de voz feminina", toma como ponto de partida, um conjunto de obras memorialísticas, produzidas e publicadas, no Brasil, entre 1893 e 1998.

O tema feminismo também foi abordado por parte da imprensa sul-rio-grandense na virada do século XIX: os jornais operários e os periódicos editados por mulheres, destacando os textos do socialista, Antônio Guedes Coutinho (1868-1945) e da feminista, Andradina América de Andrade e Oliveira (1864-1935) é o que discute o artigo de Benito Bisso Schmidt e Elisabete Leal, analisando os textos acima referidos.

Ampliando essa discussão destaca-se o artigo de Luciana Rosar Fornazari, "Corpos e mídia em questão" que procura observar de que maneira corpos masculinos e femininos foram se tornando alvos de investimento social na mídia impressa brasileira, entre 1946 e 1960. Este questionamento pontua espaços de atuação dos gêneros, marcando as fronteiras sexuais.

Uma vasta documentação também foi trabalhada pelo projeto "Caminho das Pedras – Roteiro das Fontes Documentais" do Centro de Documentação e Pesquisa em História, CDHIS, e descrita em forma de artigo, por Dorian Erich de Castro, Vera Lúcia Puga de Sousa e Maria Clara T. Machado. Destaca os periódicos locais e nacionais (1920-1990): A Tribuna, Correio de Uberlândia, O Triângulo, o Repórter, A Tribuna de Minas, Folha de São Paulo, A Notícia, e as revistas, Manchete, Veja, Visão, Vida a Dois e Família Cristã, percebe-se, em especial, as múltiplas formas de violência institucionalizadas e legitimadas pela sociedade.

Outro artigo, "Amigado com fé, casado é", de Luiz Cláudio Duarte, analisa os conflitos em torno dos valores morais e sexuais nas visões de homens e mulheres das camadas populares envolvidos em processos crimes de sedução, ocorridos no município de Campos dos Goytacazes (RJ), entre os anos de 1960 e 1974. Um destaque especial foi dado aos significados do casamento para os setores populares e como esses significados aproximam-se ou afastam-se das normas morais e legais expressas no Código Civil brasileiro.

A homossexualidade, tema tão discutido no momento, foi tratada em dois artigos: "Homossexualidade: o labirinto de uma categoria", de Edmar Henrique D. David e Jane de Fátima S. Rodrigues, "Olhos e ouvidos públicos para atos (quase) privados: a formação de uma percepção pública da homossexualidade como doença", de João Bosco Hora Góis. O primeiro analisa o tema na perspectiva de uma discussão histórica e das diversas abordagens científicas sobre o comportamento homossexual e o segundo, examina a construção de um discurso sobre a homossexualidade como entidade patológica e patogênica nos Estados Unidos, influenciando a associação entre AIDS e comunidade gay naquele país.

Enfim, o artigo, "Brinquedo: o mundo em miniatura no imaginário infantil", de Marlene Fátima Freitas Borges, faz uma abordagem sobre práticas e representações do brinquedo na construção do imaginário infantil, que mais tarde configurará as representações de gênero que a criança exercerá na fase adulta em suas relações sociais.

A ESCRITA DE VOZ FEMININA

Lilian Maria de Lacerda¹

RESUMO: *Mesmo antes de conquistarem o direito à alfabetização as mulheres escreviam e faziam publicar poesias, romances e outros gêneros literários, além de participarem como colaboradoras em jornais e periódicos. No entanto, essa produção feminina, no Brasil, só passa a ser recuperada e reconhecida a partir dos anos 80, com a revisão paradigmática ocorrida em vários campos do conhecimento científico, particularmente no campo da história da literatura e dos estudos sobre a mulher. O conhecimento acerca dessa produção e, especialmente, da literatura autobiográfica de corpo feminino revela-se como uma documentação potencial à pesquisa. Para tanto, tomei, como ponto de partida, um conjunto de obras memorialísticas, de autoria feminina, produzidas e publicadas, no Brasil, entre 1893 e 1998, num total de noventa títulos literários, editados sob as rubricas: diários, autobiografias e memórias.*

PALAVRAS-CHAVES: *História e Literatura, Autobiografia Feminina, Gênero e Memorialismo, História da Leitura, Práticas Culturais.*

ABSTRACT: *Even before achieving the right to learn how to read, these women were writing poems, novels, and works pertaining to other literary genres, and also having them published; besides that, they were collaborating with newspapers and periodicals. This feminine production in Brazil, however, will only start to be recovered and acknowledge in the 1980's with the paradigmatic review undergone by several areas of scientific knowledge, specially the fields of literary history and women studies. The knowledge about this production, and especially about the autobiographic literature produced by women stands revealed as documentation with research potential. To do that, I took as my starting point a set of memorialist works produced by female authors and which were produced and published in Brazil between 1893 and 1998, totalling ninety literary works published under the rubrics: diaries, autobiographies, and memoirs.*

¹ Doutora pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Minas Gerais. Vinculada à equipe de pesquisa do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita – CEALE/FaE/UFMG. Professora da rede municipal de Belo Horizonte e da Faculdade de Educação da UFMG. Acompanha e coordena projetos de formação e capacitação profissional no campo da Linguagem.

KEYWORDS: *History and Literary, Autobiographic Feminine, Gender and Memoir, History of Reading, Cultural Practices.*

A proposta deste artigo sustenta-se, fundamentalmente, nos resultados recentes de pesquisa realizada para a elaboração da minha tese de doutorado². Embora, a tese já esteja concluída, o tema convida-me a outras escavações no campo da literatura, a busca de livros de natureza memorialística assinados por escritoras brasileiras.

Durante o percurso da pesquisa, esquadrinhei e elegi um universo de textos - memórias, diários e autobiografias - escritos desde o século XIX, mas publicados apenas décadas mais tarde do século XX. Esses registros pessoais compõem parte do *corpus* literário e memorialístico até então levantado e organizado no Brasil e têm em comum o fato de serem escritos por brasileiras, natas e naturalizadas, nascidas e residentes em diferentes regiões do país, com diferentes trajetórias de vida e condições sócio-culturais, cujas histórias narram a sociologia de vida e de leitura de um grupo de mulheres.

Na primeira parte deste artigo detenho-me nos caminhos percorridos pelas escritoras para ter seus textos publicados, vencendo as formas de censura à escrita feminina³, desde o século XIX. Revisito, por meio das referências bibliográficas apontadas, parte dos obstáculos enfrentados pelas mulheres, no exercício da escrita e, em particular, na edição de seus textos autobiográficos. Resgato, pois, alguns elementos acerca da história de produção e de publicação

Este estudo integra-se à linha de pesquisa: *Educação e Linguagem*, coordenada pelo CEALE/FaE/UFMG. Trata-se da tese apresentada e defendida, em novembro de 1999, sob o título: "Álbum de leitura: memórias de vida, histórias de leitoras". Neste trabalho reconstituo, pela via da meta-análise, a história social da produção e publicação de 90 títulos memorialísticos, de autoria feminina, no Brasil. Além disso, como foco preferencial, o trabalho resgata os processos e condições de formação de um grupo de mulheres - leitoras e escritoras - à medida que faz o inventário de suas trajetórias pessoais, familiares, escolares, religiosas e profissionais junto aos objetos escritos a que tiveram acesso e fizeram uso durante a vida. *Álbum de leitura* é, também, a metáfora para sinalizar um corpo de leituras que compôs a vida das meninas, moças, mães e velhas que selecionei para estudar em profundidade. Esse elenco de textos e impressos lidos registraram parte de suas preferências e as práticas de leitura ao longo dos ciclos de vida. Por meio de seus itinerários pessoais, os álbuns de vida narram suas histórias de e como mulheres, através tanto das experiências pessoais que registraram e tornaram públicas, quanto de algumas fotografias inseridas em seus relatos autobiográficos.

A expressão "a escrita feminina", quando utilizada, significa dizer a escrita realizada por mulheres ou de autoria feminina. Não estou fazendo aproximações conceituais como as que propõe Lúcia Castello Branco, Ruth Silvano Brandão, Heloisa Buarque de Hollanda e outras pesquisadoras que estabelecem diferenças marcantes entre a escrita feminina e a escrita feita por mulheres. (Cf. indico alguns textos fundamentais de CASTELLO. *O que é a escrita feminina?*; de BRANDÃO. *Mulher ao pé da letra*; HOLLANDA. *Os estudos sobre mulher e literatura no Brasil*, dentre outros.)

da escrita memorialística no Brasil que caracterizam os processos de silenciamento e de censura às mulheres-esritoras, particularmente, às memorialistas. Desse percurso apresento alguns trabalhos de caligrafia feminina, no gênero memória, situando-os na travessia incerta que tiveram seus textos desde a escrita, propriamente dita, até a publicação.

Na segunda parte do artigo abordo, sob um ponto de vista atual, a escrita da memória feminina, cujas vidas se inscrevem em papel e tinta e chegam às vitrines e prateleiras comerciais de livros, usados e novos. Discuto, portanto, alguns aspectos que vêm marcando a escrita autobiográfica contemporânea, uma vez ultrapassados preconceitos e caminhos oblíquos que comprometeram, significativamente, as relações de gênero e a participação ativa da mulher na sociedade e nas Letras. Apresento, também, uma listagem de outras obras que revela parte do fluxo da escrita autobiográfica em produção e divulgação no Brasil.

As listagens representam parte significativa da produção memorialística que tenho garimpado e analisado, em função de três objetivos. O primeiro seria desvelar histórias de vida, uma vez que pouco se sabe sobre a sociologia dos textos e das leitoras, objeto preferencial de minha tese de doutoramento. O segundo é o fichamento das obras, já publicadas ou recém-publicadas, para manter as informações sobre a vida e obra de cada uma das escritoras no contexto da história da literatura brasileira. O terceiro é o aprofundamento do estudo a respeito das condições de produção das escritoras e da escritura feminina no Brasil para o diálogo com outros estudos literários no campo da memória.

A literatura em memória:

A escrita de voz feminina cresceu ao longo do século XIX e conquistou sua maioridade, sobretudo nos anos sessenta e setenta do século XX, em fóruns sociais os mais diversos.

A dramaturga e sufragista Maria Angélica Ribeiro conhecia bem os obstáculos e preconceitos vividos pelas mulheres numa sociedade patriarcal, cuja divisão social do trabalho era nitidamente sexual. Tanto assim, que denunciava em 1866: "entre nós, o que sai da lavra feminina, ou não presta, ou é trabalho de homem".⁴ Para superar as oposições e críticas às mulheres,

⁴ Trecho do prólogo da peça abolicionista *Cancros sociais*, citado no livro *Escritoras brasileiras do século XIX*, p. 27.

Maria Angélica reafirma ser necessário “sujeitar-se ao escárnio dos espirituosos e às censuras mordazes dos sensatos”, do contrário, [a mulher] “não tem licença para cultivar seu espírito fora das raias da música ao piano”.

Os esforços e lutas realizados por mulheres como Maria Angélica Ribeiro, parecem, no entanto, insuficientes, naquele contexto, para superar as barreiras da sociedade patriarcal brasileira, já que seus nomes foram omitidos da história literária brasileira salvo, evidentemente, algumas exceções que “mereceram” atenção nos dicionários bio-bibliográficos e nas obras de referência de história da literatura nacional e estrangeira.

Outra militante feminina, no século XIX, foi Presciana Duarte de Almeida. A favor da escrita para mulheres e de uma escrita feita por mulheres, essa escritora e poetisa edita a revista literária “A Mensageira”, entre os anos de 1897 e 1900 ininterruptamente, no dia quinze de cada mês. O projeto feminista e educativo de Presciana situa-se num quadro específico da história do Brasil e, portanto, precisa ser compreendido no contexto de sua produção e socialização.

O Brasil do século XIX contava, naquela época, com uma sociedade estratificada e com uma economia fundamentada na mão-de-obra escrava e negra. Com cerca de sete milhões de habitantes, os moradores concentravam-se, principalmente, nas regiões da costa. A maioria populacional orientava-se por um modelo eminentemente aristocrático, importado dos modelos português e francês, cujas formas de sociabilidade previam o rigor da moral e dos costumes católicos, além de uma série de normas e regras de etiqueta social e de civilidade baseadas na educação e cultura européias⁵. Os marcos divisórios entre o campo e as principais províncias brasileiras faziam-se presentes não apenas pelos efeitos do modelo econômico adotado, mas também pela ocupação dos espaços públicos; pela concentração de graves problemas sanitários e de urbanização⁶ dentre outros. A vida na cidade se torna atraente nos grandes centros: as facilidades do comércio, as oportunidades de escolarização, as práticas de lazer, sua arrecadação financeira, as instituições e serviços à disposição etc.

Nesse contexto, a revista “A Mensageira” foi um veículo de discussão política, à medida que defendia a abolição da escravatura, exaltava a revolução

⁵ A esse respeito orientavam livros como o de ROQUETTE. *Código do Bom-Tom. Regras de civilidade e de bem viver no século XIX*.

⁶ June E. Hahner aponta vários aspectos sobre o Brasil em seu livro “A mulher brasileira nas lutas sociais e políticas 1850-1937”.

francesa, destacava a relevância do voto feminino, opunha-se à participação em guerras e lutava a favor da educação da mulher. Os artigos veiculavam diferentes frases dedicadas às leitoras brasileiras, embora evidenciassem concepções tradicionalistas e ambíguas sobre a mulher e seu papel na liderança do lar, como mãe e esposa:

“A mulher que lê e escreve, ilumina o espírito sem prejuízo das obrigações domésticas”; “instruir a mulher para a felicidade de toda a família”; “A educação da mulher não prejudica sua vida doméstica”.⁷

Em 30 de outubro de 1897, Presciana Duarte publica como parte do discurso inaugural alguns princípios fundamentais que subjazem a luta feminista e feminista junto às suas compatriotas:

“Sempre que se fala em modificar a educação da mulher ou ampliar os seus meios de acção, aparece alguém que faça a apologia da mulher como rainha que deve ser...pela fraqueza! Que o encanto da mulher está justamente na sua ignorancia, na sua timidez, na sua infantilidade! (...) A posição negligente de tutelada deixará de existir quando a mulher comprehender que sobre seus ombros pesam tambem as responsabilidades sociaes. (...) Felizmente, porém, é muito maior o numero das que sabem pesar as suas responsabilidades e cumprir o seu dever a todo custo, apesar de não o parecer a quem não tenha o genio bastante observador. Falamos ás nossas patricias e devemos dizer a verdade tal qual é. Todas nós sabemos que nossas avós, por via de regra, pelo menos no interior do Brazil, não aprenderam a ler; nossas mães, mais felizes um pouco, aprenderam a soletrar e fazer muito mal as quatro operações; a actual geração váe obtendo emtanto alguma cultura intelectual, já váe adquirindo conhecimento de algumas linguas, sciencias, etc., etc. E tudo isso, a verdade seja dita sem rebufos, tudo isso a esforços, a sacrificios ingentes as nossas mães devotadas. É a essas santas creaturas que devemos a pouca de luz que se váe fazendo sobre o destino das brasileiras. (...) Abençoemos o nome

⁷ Cf. “A Mensageira”, pgs. diversas, vol I.

*de nossas mães e busquemos continuar a sua obra, aclarando o porvir de nossas filhas.*⁸

Sob o título “Notas pequenas” o primeiro número de “A Mensageira” acaba por reafirmar nomes de algumas *militantes da literatura* que buscavam, através da pena e de suas bandeiras de luta, publicar seus textos e conquistar seus espaços sociais, sobretudo nas Letras brasileiras. Amélia de Oliveira, a exemplo, oferecia originais de suas poesias inéditas, além de sonetos já publicados. As “notas” referem-se, também, às “palestras femininas” escritas pela poetisa e prosadora Adelina Lopes Vieira e anunciavam o livro “A viúva Simões”, de Júlia Lopes de Almeida, lançado em 1897, mesmo ano de estréia da revista “A Mensageira”.

Por essa militância feminina, pela e através da literatura, inscreveram seus nomes: Inês Sabino, Francisca Júlia, Maria Clara Cunha dos Santos, Aurea Pires, Nisia Floresta, Maria Firmina dos Reis, Izabel Gondim, Anna Ribeiro de Goes Bittencourt, Josefina Álvares de Azevedo, Narcisa Amália, Carmem Freire e tantas outras. Embora talentosas permaneceram ocultadas como personagens da história literária brasileira. Ainda hoje um exemplo de tal apagamento à figura feminina pode ser percebido na ausência da participação das mulheres nos temas que co-memoram os 500 anos do Brasil. Uma história sem mulheres, mas cheia de feitos heróicos e masculinos, monumentos e documentos, cotidianamente, tematizados pela Rede Globo, emissora de maior alcance e público, em solo nacional.

Na atualidade, o compromisso com a literatura feminina, de corpo e voz femininos, mobilizou o projeto de investigação de Maria José Motta Vianna⁹ e permitiu o resgate de um número significativo de obras literárias destinadas, por muito tempo, aos sótãos empoeirados das casas, às gavetas dos armários e aos baús de família.

Valendo-me do acervo garimpado por Maria José Motta Viana, acabei ampliando seu levantamento e consultando um conjunto de noventa títulos autobiográficos. Esse número de trabalhos assinados por mulheres aponta dois aspectos importantes no contexto da história da literatura brasileira.

O primeiro deles diz respeito aos inúmeros manuscritos pessoais, escritos por diferentes mulheres, mas que sequer chegaram a ser publicados. Foram

⁸ Cf. “A Mensageira”, pgs. 17 e 18, vol I.

⁹ Seu trabalho de dissertação de mestrado, intitulado *Do sótão à vitrine: memórias de mulheres*, defendido em 1991, na Faculdade de Letras, da UFMG, foi publicado em 1993, pela editora da mesma universidade.

queimados ou inutilizados pelas próprias memorialistas, por seus descendentes e parentes como papéis de pouco ou de nenhum valor literário e documental.

As jovens de antigamente costumavam manter diários em que, geralmente, anotavam sua vida amorosa, mas esses diários, com o casamento e a chegada dos filhos, não progrediam e, dependendo de seu texto, tinham até que ser queimados. (BRASIL, Cecília Assis. *Diário de Cecília Assis Brasil*, p.6.)¹⁰

A escrita diária constituiu uma prática socialmente divulgada entre as moças, desde o século XIX. No entanto ela foi, quase sempre, destinada ao fórum privado ou, quando muito, publicada em edições reduzidas, sem impacto editorial ou comercial, divulgada apenas entre os familiares e amigos próximos.

Esses noventa títulos autobiográficos com os quais trabalhei não representam, de fato, o potencial literário do gênero memória, realizado por mulheres, no Brasil, visto que em sua maioria, essa escrita não veio logo à público, mas ao contrário, foi represada, durante décadas, por circunstâncias de força social, cultural, política e religiosa, historicamente engendradas na sociedade do passado.

Esses escritos de caráter intimista foram considerados, por muito tempo, como papéis de valor duvidoso. Uma vez publicados, alimentaram uma rede em formação – a literatura nacional e, particularmente, a literatura de voz feminina.

Nesse sentido há um segundo aspecto que contextualiza e ressignifica os noventa títulos autobiográficos localizados. Refiro-me à história de produção e de publicação das memórias femininas no Brasil, desde o final do século XIX. O que significa dizer, as diferentes barreiras e obstáculos encontrados pelas mulheres, no campo das Letras, para publicarem seus escritos e afirmarem-se como escritoras. O hiato entre escrever e editar revela parte das condições sócio-históricas enfrentadas para a edição de seus escritos, dentre eles, os de cunho pessoal como são os diários, os romances autobiográficos, os depoimentos, as memórias, algumas crônicas esparsas, os relatos de vida e as autobiografias.

Dos títulos publicados, alguns só foram editados pela iniciativa de auto-financiamento das próprias memorialistas, em tiragens independentes e reduzidas,

¹⁰ A maioria de obras autobiográficas citadas neste artigo podem ser localizadas através de LACERDA. *Album de leitura: histórias de vida, memórias de leitoras*. 1999, p. 371-379.

embora esse fator seja insuficiente para prever o circuito de seus leitores e leitoras. São exemplares, nesse caso, os livros: *Ecoss de minha existência* de Áurea Custódio Bernardes, lançado em 1970¹¹; *Lembranças do meu tempo*, de Dinorah Renault Junqueira, de 1957; *Minhas lembranças, minhas saudades*, de Elzira Augusta Neves, lançado em 1984; *Minhas memórias*, de Selene Espínola C. Reginato, de 1966 e *Pesadelo que dura* de Maria Stella V. de Almeida¹².

Esses livros foram escritos na fase da vida adulta das memorialistas. Seus conteúdos, na maioria das vezes, fazem referências não apenas aos ciclos da infância e da mocidade, mas narram experiências do período do casamento e da maternidade. Esta etapa da vida, eu poderia afirmar, revela-se como um período divisor para praticamente todas essas memorialistas, pois marca o nascimento de seus projetos autobiográficos e, anos depois, a conquista das publicações. São depoimentos de mulheres de vida simples, representantes dos grupos médios da sociedade, sem tradição literária anterior, mas que elegem seus escritos como parte do legado a ser deixado para seus descendentes e familiares.

Há outros casos em que a iniciativa de publicação parte quase exclusivamente dos familiares. É uma espécie de homenagem realizada à memorialista seja em vida, seja postumamente. Assim ocorreu com o título *Longos serões do campo*, de Anna Ribeiro de Goes Bittencourt, baiana, nascida em 1843. Anna manteve, durante a vida, vinte e oito cadernos de anotação diária, além de uma série de documentação da família – inventários, cartas pessoais e comerciais, certidões etc. Com a idade de 80 anos, ela dedica-se a reescrevê-los, sob a forma de memórias, à pedido de seus familiares. Seu livro foi editado, apenas em 1992, por iniciativa das netas e bisnetas, quando já falecida. Embora Anna tenha se dedicado à escrita de poemas, romances e artigos em jornal, seus diários não foram por ela mesma levados à prelo, talvez pelo desprestígio desse gênero no campo literário ou pela desprestensão literária, confessada por muitas memorialistas, em publicar seus próprios escritos.

¹¹ O exemplar levantado na pesquisa de Maria José Motta Viana, a que tive acesso é, possivelmente, o original levado à prelo ou uma versão datilografada dos manuscritos. Apesar da pesquisadora ter privilegiado somente obras editadas sob a forma de livros, tenho dúvidas se, neste caso, a obra de Áurea Custódio Bernardes não escapou do critério adotado. Trata-se de um material, como já disse, datilografado, sem referência catalográfica ou outras marcas perigráficas que o possam caracterizar como livro. Se essa edição auto-financiada foi ou não impressa por uma gráfica de pequeno porte é difícil precisar, pois nesse caso não há menção sobre o trabalho gráfico como ocorre no material *Reminiscências*, de Maria Eugênia Torres de Castro.

¹² Nessa obra não há identificação da data de publicação.

Há outras histórias como a de Anna Bittencourt. Poderia citar a de Maria da Glória Quartim de Moraes e sua obra *Reminiscências de uma velha*, escrita a partir de seus cadernos-diários. A compilação póstuma de seu livro data de 1981 feita por intermédio da neta e escritora Yone Quartim, que assume a co-autoria do texto. Seus diários de 1893 a 1916 só foram entregues para a publicação na velhice. Como outros livros, só veio à público anos mais tarde de sua produção e representa um dos títulos da coleção “Vovó Vita”, auto-financiada por Yone Quartim¹³.

Cecília Assis Brasil, escritora de muitos diários, teve seu livro editado com o apoio da família. Sabe-se que seus parentes conservaram apenas os cadernos que datam de 1916 a 1932, com exceção dos cadernos de 1919 e 1922 – extraviados¹⁴. Para fim de publicação não faltaram as supressões costumeiras de alguns nomes, situações e acontecimentos, referentes ao período entre 1929 e 1932, o que não impediu fragmentos temporais e textuais na compilação final da obra. Carlos Reverbel, na introdução do livro, afirma a desprestensão da diarista em publicar suas anotações pessoais

*“mesmo porque, a partir de dado momento, ela as escrevia com a finalidade prática de informar o pai, freqüentemente ausente de casa, do que se passava com a família e os amigos, com os visitantes e os empregados, com os afazeres e os negócios, com as plantas e os animais”*¹⁵

A escrita do cotidiano é, mais uma vez, assumida como coisa de pouco ou nenhum reconhecimento social e literário.

Outra publicação realizada com o apoio de familiares é a de título *Reminiscências*, cuja autora é Maria Eugênia Torres Ribeiro de Castro. O material a que tive acesso é uma reedição de 1975, dos diários de Maria Eugênia, inicialmente publicados em 1893. Seu filho, Flávio Torres de Castro, cuidou dessa reedição, fazendo algumas alterações no texto e o prefácio da obra.

¹³ Dentre a coleção infanto-juvenil financiada por Yone Quartim, tanto os títulos próprios quanto os de outros escritores, eram distribuídos gratuitamente ou vendidos a preços módicos a fim de promover a leitura e a literatura nacional. (Cf. COELHO. *Dicionário crítico da literatura infantil e juvenil brasileira – séculos XIX e XX*. p. 1158)

¹⁴ O período de 1919 a 1922 corresponde aos dezenove e vinte e três anos de idade, vividos por Cecília Assis Brasil. A memorialista nasceu em Washington e naturalizou-se brasileira. Filha da aristocracia política e econômica brasileira contava com recursos materiais que lhe favoreceram uma vida de conforto, uma educação refinada dentro dos costumes da época, conhecia línguas estrangeiras e era na biblioteca do pai que se dedicava a escrever e a percorrer a literatura que tinha a sua disposição.

¹⁵ BRASIL. *Diário de Cecília Assis Brasil - período de 1919-1928*, p. 7.

Segundo ele escreve, o livro tanto homenageia sua mãe, quanto oferece “um documentário de inestimável sentido histórico-pátrio” para os estudiosos “das coisas da nossa terra”¹⁶. Ao que parece as duas edições contaram com pequenas tiragens, já que os raros exemplares da primeira edição só foram localizados entre as pessoas da família e os demais reeditados por meio de um departamento gráfico¹⁷. O livro de Maria Eugênia de Castro chama a atenção pelo intervalo temporal entre a primeira e a segunda edição – oitenta e dois anos. Um intervalo que, provavelmente, seria ainda mais prolongado se não fosse o investimento de seu filho, uma vez que as escritas de foro íntimo, muitas vezes, só vieram a público graças ao da interesse família em publicá-las.

Além do apoio familiar, há de se destacar que muitos relatos do cotidiano têm como mola propulsora a nostalgia somada à idade mais avançada. Saudade e velhice dão as mãos na aliança autobiográfica de Edwiges Carvalho do Nascimento, paulista que aos 83 anos de idade reconstrói parte de suas lembranças através do livro *Para sempre amor. Histórias de minha vida*, cuja primeira edição data de 1984, pela Espaço Editorial, com a participação de sobrinhos e parentes que atuaram, inclusive, no planejamento gráfico, na revisão textual e na composição fotográfica da obra. É a saudade melancólica que dá partida ao texto *Isabel quis Valdomiro*, escrito por Isabel Silveira, em torno de 1924, e somente publicado em 1960. O projeto autobiográfico dessa memorialista é a tentativa de reencontrar “o paraíso perdido”¹⁸ e compensar sua solidão diante da morte do marido e escritor Valdomiro Silveira e da ausência dos filhos: Miroel Silveira (escritor, tradutor e teatrólogo) e Isa Silveira Leal (escritora, tradutora e colaboradora de jornais).

Não é casual que essas escritas movidas de saudade adocem os períodos mais difíceis da existência. Os desencontros e mazelas vividos são subtraídos ou minimizados no saldo das lembranças. Afinal, é desse modo que rememorar pode vir a ser um reencontro com o passado e uma forma de compensação sobre as perdas do presente.

A história dessas edições autobiográficas, no Brasil, revela ainda outros capítulos da literatura brasileira. No caso dos projetos autobiográficos de Cecília

¹⁶ CASTRO. *Reminiscências*, p. 12.

¹⁷ As informações perigráficas são precárias no caso deste livro. Nele não consta referência editorial, mas apenas a indicação: “composto e impresso no departamento gráfico do M. A. F. C. , em dezembro de 1975.

¹⁸ SILVEIRA. *Isabel quis Valdomiro*. p. 8.

Meireles, de Helena Morley¹⁹ e de Maria da Glória de Arreguy, umas das poucas memorialistas cujas obras vieram à público nos anos 40 e 50 do século XX. No caso de *Minha vida de menina: cadernos de uma menina provinciana nos fins do século XIX*, o texto chega às vitrines em 1942 e obtém inédito sucesso de tiragem e reedições. Já *Olhinhos de gato* de C. Meireles, é inicialmente publicado pela revista *Ocidente*, nos anos de 1939 e 1940 e, apenas em 1983, conquista a edição em livro, pela Editora Moderna. Quanto à *Memórias de uma professora*, de Maria da Glória Arreguy, a escrita e reescrita das memórias, supervisionadas pelo filho e jornalista João Etienne, foram publicadas semanalmente pelo *Jornal Estado de Minas*. O sucesso que atraiu cartas de leitoras e de professoras da capital e do interior mineiro, motivou o jornalista para a publicação do livro, ocorrida em 1958. A segunda edição, revisada e ampliada pela autora fora preparada para 1975, ano em que Glória comemorou seus 80 anos de vida, mas, infelizmente, só foi divulgada em 1995, por intermédio de sua neta e jornalista – Maria Clara Arreguy – que obteve apoio editorial da Fundação Cultural Belo Horizonte.²⁰

Em outras situações o resultado das publicações das memórias femininas torna-se possível mediante as lutas, as conquistas femininas ocorridas na sociedade brasileira e a ampliação de uma série de direitos, antes negados às mulheres. Além desses fatores é importante mencionar o crescimento do mercado editorial brasileiro a partir das décadas de 30, 40 e 50; a conquista de novas tecnologias da comunicação particularmente no processo editorial; as descobertas eletro-eletrônicas que impulsionam e modificam os meios tradicionais de interação à distância e o interesse crescente pela consolidação e divulgação da imprensa e da literatura nacional brasileira²¹.

¹⁹ Pseudônimo de Alice Dayrell Caldeira Brant. Nasceu em Diamantina em 1880 e veio a falecer em 1970. Sua obra adquiriu várias reedições e, também traduções, realizadas na década de 50: uma inglesa realizada pela poeta norte-americana Elizabeth Bishop e a outra francesa, feita pela professora e pesquisadora Marlyse Meyer. A mais recente edição brasileira foi lançada pela Editora Companhia das Letras, em 1999.

²⁰ O segundo exemplar de Maria da Glória Arreguy, acabou publicado pela Editora Gráfica da Fundação Cultural de Belo Horizonte com o título: *Antes que toque a meia-noite: memórias de uma professora*.

²¹ Nelly Novaes Coelho, a esse respeito, afirma: “Aliás, essa década [a de 40] foi sobremaneira propícia para as mulheres escritoras no Brasil, pois nela estrearam nomes de diferentes gerações, hoje já consagrados: Dinah Silveira de Queirós, Helena Silveira, Isa Silveira Leal, Lygia Fagundes Telles, Clarice Lispector, Elisa Lispector, Stella Leonardos...”. O período 30/40 do século XX, segundo Nelly, tornou-se para muitas mulheres favorável, dada a necessidade de uma literatura de cara brasileira para meninos e meninas. Não é ocasional, portanto, o sucesso de escritoras-memorialistas como Maria José Dupré, Maria de Lourdes Teixeira, Raquel de Queiroz, Cecília Meireles, Carolina Nabuco e outras que tanto fascinaram o público mirim, assim como arrebataram um público jovem e adulto pela versatilidade de seus temas e pela forma literária que afirmou o estilo de cada uma delas.

Marisa Lajolo, ao focalizar o palco literário dos anos 60 e 70, recapitula não somente elementos do contexto brasileiro da época, mas também a atuação das mulheres-escritoras no período:

*Era um Brasil cheio de mulheres com caneta na mão e idéias na cabeça: em 1960, Cecília Meireles publica Metalrosicler e Clarice Lispector Laços de família; em 1961, Cecília lança Solombra e Clarice A maçã no escuro; em 1962 surge Ou isso ou aquilo de Cecília e em 1963 Adelaide Carraro publica Eu e o governador; Henriqueta Lisboa Além da imagem e Lygia Fagundes Telles Verão no aquário; são de 1964 Crônica trovada da cidade de Sam Sebastiam do Rio de Janeiro de Cecília Meireles, A paixão segundo GH e A legião estrangeira de Clarice Lispector e Histórias escolhidas de Lygia Fagundes Telles. Em 1965 Cora Coralina estréia Poema dos becos de Goiás e Histórias mais; e Lygia Fagundes Telles lança O jardim selvagem. Em 1966 Nélida Pinõn escreve Tempo das frutas e Anajá Cardoso Negra Efigênciã: paixão de senhor branco; em 1967 Maria Alice Barroso publica Um nome para matar; em 1969 Clarice Lispector lança Uma aprendizagem ou O livro dos prazeres e são de 1970, O fundador de Nélida Pinõn, Antes do baile verde de Lygia Fagundes Telles e Espelho provisório de Olga Savary.*²²

Nesse contexto favorável à escrita de voz feminina, as temáticas de impacto social encontravam ressonância ao lado de estudos culturais renovados pela *A formação da literatura brasileira* de Antônio Cândido e *A formação econômica do Brasil* de Celso Furtado, obras de 1959, que contracenam ao lado de *Quarto de Despejo* (1960); as revistas *Manequim* (1959) e *Cláudia* (1960) e, oito anos depois, com “*a cara nova de Veja*” e “*o alternativo oficial O Pasquim*” de 1969.²³

O cenário redesenhado pela pesquisadora revela, também, que:

os livros modernizam suas instituições e atrelam sua circulação a percursos mais diferenciados que

²² LAJOLO. A leitora no quarto dos fundos. *Leitura: teoria e prática*, n.25, p.10.

²³ Idem, p. 11.

*amadurecem na década seguinte: em 1970 acontece em São Paulo a primeira Bienal Internacional do Livro, e 1972 celebra o Ano Internacional do Livro com o lançamento de 1813 títulos de literatura; no ano seguinte (1973) funda-se o Círculo do Livro.*²⁴

Nesse panorama cultural gerado nos anos 60 e amadurecido nos anos 70, contracenam não apenas livros, mas outros objetos culturais, como o rádio, a televisão, o cinema e as artes. Somados, constituem aspectos do contexto cultural brasileiro que, no dizer de Marisa Lajolo, “vão ao mesmo tempo do requintado ao esquerdizante e popular”.²⁵

Nesse contexto aparecem os trabalhos de Carolina Maria de Jesus, os mais conhecidos: *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, lançado em 1960 e *Casa de Alvenaria: diário de uma ex-favelada*, editado em 1961.²⁶ Os subtítulos que compõem os livros são reveladores da trajetória marginal vivida por essa escritora. Embora o primeiro livro tenha alcançado grande sucesso de público e de vendagem seguido de traduções em outros países, a história de vida de Carolina dificultou, sem nenhuma dúvida, sua entrada, permanência e reconhecimento nas Letras. Seu estilo tão marcado e marcante pela denúncia social, os efeitos de opressão e submissão a que esteve exposta, a pobreza, a pele negra e uma gramática própria conquistada fora dos bancos escolares e das regras convencionais do sistema padrão atraíram adeptos, mas também muitos críticos à sua obra e literatura.

Na trilha deixada entre as décadas de 60 e 80, apareceram outros discursos-denúncia realizados por mulheres pobres, subempregadas e de baixa ou nenhuma escolarização. Seus textos podem ser caracterizados como um “texto-verdade” que choca pelas temáticas de expoliação, desigualdade e sofrimento presentes na vida cotidiana fruto de mazelas sociais e humanas. Entre esses livros poderia citar o de Francisca Souza da Silva intitulado *Ai de vós! Diário de uma doméstica*. Um depoimento, como o de Carolina de Jesus. A autora narra a vida na favela. O livro é escrito quando a autora estava com

²⁴ LAJOLO, op. cit. p.11/12.

²⁵ Idem, p. 12

²⁶ Em 1963, a escritora lança em edição independente, “*Provérbios e Pedacos da Fome*”, título que a exemplo de seu segundo livro, não alcançou sucesso editorial. Em 1982, os franceses editaram *Journal de Bitita*, obra póstuma de Carolina, que obteve quatro anos depois, sua edição brasileira – *Diário de Bitita* – uma autobiografia que narra os anos de infância e mocidade, na pequena cidade de Sacramento, em Minas Gerais.

quarenta anos de idade, com o apoio de sua patroa para quem trabalhava como empregada doméstica.

Além desse, há o livro de Cícera Fernandes de Oliveira, autora de *Cícera, um destino de mulher* – uma autobiografia oral, gravada e posteriormente transcrita por Danda Prado²⁷; *Ela e a reclusão: o condenado poderia ser você*, de Vera Tereza de Jesus, doméstica desde os quatorze anos e que passa pela experiência de prostituição, cárcere e depois se profissionaliza como costureira; *A queda para o alto* de Herzer, pseudônimo para a protagonista-órfã que narra suas experiências em internatos e reformatórios e *Com licença eu vou à luta*, de Eliane Maciel, memória de uma adolescente da baixada fluminense que reconstrói a violência do seu cotidiano e o palco de seus desajustes e conflitos emocionais junto à família, à igreja e à sociedade a partir de um cenário psicológico marcante.

Essas escritas femininas, consideradas por muitos críticos como de valor literário duvidoso, emergem sob efeito do *boom* editorial ocorrido a partir dos anos 70 e 80, das pressões feministas e de seus movimentos, em vários países do mundo, e da influência do mercado editorial europeu sobre o brasileiro. Segundo Elzira Perpétua, esse mercado desde os anos sessenta “passa a absorver as publicações de cunho autobiográfico de prisioneiros, camponeses, negros, homossexuais, guerrilheiros, mulheres”²⁸. Será, pois, nessa perspectiva, que o Brasil do final do período de censura militar assistirá ao crescimento e divulgação da literatura memorial feminina, independente de suas posições de classe. *Atrás do muro escola*, editado pela Brasiliense, em 1968, pode ser exemplar nesse contexto. O livro tematiza, fundamentalmente, os impasses vivenciados pela professora Sarah Pinheiro de Las Casas, autora da obra, mas o que chama a atenção é que ele constitui o segundo volume de uma coleção de época denominada *Uma nova mulher*, lançada pela Brasiliense²⁹, sob a efervescência de movimentos sociais diversos, entre eles, o movimento feminista.

Uma vez que o texto de marca memorial recupera aspectos identitários fundamentais não é de se surpreender que as escritas pessoais ganhem valor no mercado cultural e editorial, o que favoreceu, naquele período, a divulgação e a circulação de diferentes escritas de voz feminina. Em um contexto social marcado por forte repressão política, essas obras representam uma forma de

²⁷ Jornalista engajada nas discussões feministas da época e que assume a co-autoria do livro.

²⁸ PERPÉTUA. A escrita autobiográfica. In: ALMEIDA (org.). *Para que serve a escrita?*, p. 168-173.

²⁹ Infelizmente, ainda não consegui rastrear outros títulos divulgados nessa coleção, pela Brasiliense.

anistia ética, moral e de costumes a contramão do modelo de didatura dos anos anteriores.

Conquistam espaço de divulgação, também, os depoimentos de Lucy Lupia Balthazar, formada em farmácia e bioquímica, funcionária pública, mas que deseja torna-se uma aviadora. Seu livro *Eu quero voar. O retrato de um preconceito*, revela as contradições sociais que vivencia em busca de suas realizações. Em outros discursos-depoimentos revelam-se tanto as lutas e as conquistas profissionais quanto as intimidades, descobertas e experiências identitárias que marcaram, significativamente, a formação da mulher brasileira, frente a novas orientações sobre sua sexualidade.

Temas antes apagados são desnudados como parte do corpo e do discurso feminino. É exemplar nesse sentido o título que lança Odete Lara como escritora de memórias: *Eu nua*, de 1976, com capa ilustrada a partir de seu retrato semi-nu. A esse primeiro livro seguem-se mais outros dois outros títulos: *Minha jornada interior*, de 1990 e *Meus passos em busca de paz*, de 1997. Todos eles, reafirmam a busca identitária de Odete, seus conflitos e conquistas pessoais, o percurso artístico no teatro e na TV e suas buscas por equilíbrio e auto-conhecimento. A escrita do tipo catarse aparece, também, nas obras de Adelaide Carraro – *Eu e o governador* e *Eu, mataria o presidente*; de Tônia Carrero – *O monstro de olhos azuis*; de Silvia Escorel – *Um telefone é muito pouco*; de Maria Luiza Amaral Peixoto – *Candeia do corpo: reminiscência de uma pequena vida* e na infância retratada por Cecília Meireles, por meio do título *Olhinhos de gato*³⁰.

Os anos sessenta são, portanto, um período que abre portas para os discursos, em favor da socialização da escrita autobiográfica. O texto memorialístico assinado por diferentes escritoras, carrega marcas que dizem respeito às fraturas sociais sejam do passado, sejam do presente dessas mulheres. A linguagem retrata as ambigüidades visíveis e invisíveis experimentadas por elas, como também as contradições e conquistas em prol da liberdade de expressão, de profissionalização e atuação no mercado de trabalho, de liberação sexual, de participação política etc.

Os processos que eclodem naquele contexto, historicizam muitos processos de escritura realizados à posteriori, como por exemplo, os livros editados entre as décadas de 80 e 90, dos quais, cito apenas os de: Ana Condaspacho – *A rede era furta-cor*, de Ivete Barreto Camargos – *Vozes do*

³⁰ Obra divulgada inicialmente em capítulos na revista *Ocidente*, nos anos de 1939 e 1940. O livro é editado décadas depois, em 1981.

Silêncio; de Mirian Lee – *Os reis e eu*; de Marcia Moura – *Por debaixo da toga*; de Alita Rego – *Dama da noite*; de Dinah Sfat – *Palmas pra que te quero*³¹ e de Dorothea Werneck – *Apesar de ser mulher*. Textos que quebram algemas e expõem os interditos sociais experimentados pelas mulheres durante a vida doméstica e profissional.

Os processos de censura e de recalque transformam-se e dissimulam-se segundo as circunstâncias de tempo e lugar. Enquanto instrumento de controle e de poder de um certo conjunto de idéias que se pretende hegemônico, a censura foi, nos anos 80, questionada e, portanto, em algumas situações, atenuada e disfarçada e, em outras situações, debilitada, e suprimida. É nesse quadro histórico social que se afirmam as caligrafias de brasileiras de mulheres mais ou menos ilustres, conhecidas e anônimas. Recordo da saudosa Cora Coralina e de seu depoimento feito em poesia - *Poemas dos becos de Goiás e histórias mais*. De outro lado na telinha televisiva, o seriado *Malu Mulher*, alcançava grande audiência e popularidade; modalidades de discursos que marcaram os processos de mudança social e, particularmente, aqueles ligados à identidade feminina.

No entanto, as regras do/no mercado editorial, que se estabelecem na linha do tempo, não distribuem as oportunidades indiscriminadamente. Existem outros/novos mecanismos de censura que definem o que ser editado, como ser editado e sob quais condições editar. As condições de produção e de publicação submetem-se, como em outros setores da sociedade, à certas condições e limites que guardam maior ou menor dependência, com as posições e (pre)disposições individuais e sociais de cada escritora. Além disso, os imperativos econômicos, as leis de oferta e de procura negociadas no interior do mercado e as tendências na indústria cultural vão modelando e compondo os mecanismos de seleção, divulgação e socialização da literatura nacional e estrangeira em tradução no Brasil.

Todavia, se a trama do tecido cultural constitui-se de mecanismos de exclusão e de legitimação que se manifestam em diferentes contextos, sociedades e períodos da história, de fato, estamos em um ciclo atual de acontecimentos que têm favorecido o crescimento das rubricas femininas de foro íntimo e a socialização do gênero-memória no mercado editorial e livreiro.

³¹ Obra com reedições, também, pelo *Círculo do Livro* e que, por hipótese, deve ter viabilizado outras edições autobiográficas e femininas, além de outros títulos literários que se tem referência.

A memória como literatura:

Atualmente o gênero memória assinado por escritoras brasileiras ultrapassa a casa dos noventa títulos. Esse crescimento evidencia-se pela oferta, cada vez maior, de diários, autobiografias, biografias e memórias divulgadas pela rede de comércio convencional e virtual. Em consulta via internet é possível identificar lançamentos, traduções e reedições de títulos nacionais e estrangeiros. Poderia citar as informações disponibilizadas pela *Editoras online*³² e por editoras como a Record, a Rosa dos Tempos, a ECO e ACIGI, que catalogam em parceria a relação de títulos de sua seção intitulada *Biografia, Depoimento, Memórias*.

Em relação aos títulos nacionais, aparecem livros como os de:

- Lúcia Rito, autobiógrafa da obra *Memórias do caos*, lançado em 1984, pela Achiamé e com um segundo título, mais recente – *É a mãe*. Lúcia Rito é anunciada, também, como biógrafa da obra – *Fernanda Montenegro em O Exercício da Paixão*, lançada pela Rocco, em 1990;
- Laurita Mourão, a memorialista do livro – *A mesa de jantar*, lançado em 1979, pela Nórdica. Dela localizei mais duas obras: *O Decamourão* e o *Incesto em segundo grau*;
- Zélia Goldfeld tem divulgado o título: *Encontros de vida*;
- Maria Julieta Drummond de Andrade, autora de *Diário de uma garota*, lançado em 1985, e, também, o livro - *A busca* - ambos pela Editora Record;
- Gabriela S. Leite assina o livro - *Eu, mulher da vida*;
- Zélia Gattai, escritora da série memorialista formada por *Anarquistas, graças a Deus, Um chapéu para a viagem, Jardim de inverno e Senhora dona do baile*, lançada entre os anos de 1985 e 1988, teve também publicados os livros *A casa do rio vermelho* e *Chão de meninos*.

Sobre a escrita do tipo memorialístico, no Brasil, poderia destacar outros indicadores a respeito de sua produção. Vencidos os interditos à sua divulgação a escrita de caráter (auto)biográfico passa por uma nova fase.

Refiro-me, em particular, aos títulos assinados por escritoras, mas que

³² Cf. www.editoras.com. Trata-se de um projeto cooperativo que reúne 39 editoras brasileiras: AGIR, Bertrand Brasil, Civilização Brasileira, José Olympio, Melhoramentos, Nórdica, Cia. das Letras, Martins Fontes, Casa Jorde Editorial, Zahar, Rocco, Objetiva, Nova Aguilar, Pallas, Revan, UAPÊ, UFMG, UFRJ etc. Na consulta realizada detive-me, sobretudo, nos títulos autobiográficos produzidos por brasileiras.

biografam a vida de outras mulheres. Os depoimentos tratam tanto de pessoas comuns, ou seja, de mulheres sem reconhecimento no campo literário, político ou artístico, quanto de celebridades ou pessoas de vida pública ou notória, como é freqüente no caso das biografias. Um exemplo nesse caso é o livro de Eloisa Meireles, *Novas histórias de vovó Marieta*. Essas escritas sobre a vida privada reaquecem o debate na história da literatura brasileira acerca da literariedade dos trabalhos memorialísticos, uma vez que os relatos e (auto)biografias têm assumido ou sido (re)apropriados como documentos ou fontes documentais, apesar de se alojarem nos limites tênues existentes entre a ficção e a realidade, o imaginário e o verossímil.

A presença de metamemórias, ou seja, de narrativas baseadas em memórias de outrem, cujo foco preferencial prima pelo cultivo da memória, não apenas como gênero literário, mas, sobretudo, enquanto narrativa do patrimônio cultural e humano, reinstauram o debate sobre os limites da memória. De um lado a memória enquanto representação, de outro a memória enquanto documentação, cujas fronteiras põem em rediscussão dois pontos de vista, à priori, independentes e contrários: a escrita memorialística enquanto uma projeção ficcional do passado e/ou enquanto uma construção lítero-documental desse mesmo passado.

O livro de Rose Marie Muraro, que em 1999 alcançou duas edições consecutivas da biografia *Memórias de uma mulher impossível*, pela editora Rosa dos Tempos e o livro *Olga Benário: a história de uma mulher corajosa* são bons exemplos, pois a pretexto da matéria memorialística, reinstituem um impasse antigo entre os campos da literatura e da história, da historiografia literária e da sociologia da leitura/da literatura no que se refere ao tratamento de questões complexas, como são as que envolvem o campo da memória – seus usos, tratamentos e (re)apropriações. *Olga Benário*, escrito por Ruth Werner, trata de uma história baseada em fragmentos de uma última carta de Olga Benário a Luiz Carlos Prestes. O caráter intimista alia-se ao documental, dado o valor da memória enquanto patrimônio³³ tanto em seus aspectos particulares, quanto no que se articulam com o coletivo social. Não é diferente com Rose Marie Muraro que trata de temas importantes da história brasileira, como o feminismo, a partir das experiências que vivenciou ao longo de sua vida e a de outros atores sociais, mulheres e homens.

Seguindo a trilha de outros monumentos em papel poderia citar, também,

³³ É importante considerar que os termos patrimônio, documento e monumento, ora utilizados sustentam-se a partir das proposições de Jacques Le Goff, em *História e memória*, 1994.

o livro sobre Anita Garibaldi, lançado por Yvonne Capuano em 1999, com o título *De sonhos e utopias... Anita e Giuseppe Garibaldi*³⁴. Além desse título, há *Lúcia: a mãe de Glauber*³⁵ biografado por José Roberto Arruda e que tem como livro-irmão a autobiografia *Cartas ao mundo* do próprio Glauber Rocha, composto a partir de mais de uma centena de cartas enviadas pelo cineasta e outras tantas por ele recebidas e que documentam parte de um Brasil efervescente em que viveu. Seguindo a trilha temos com Cida Golin³⁶ o lançamento de um livro de título sugestivo para os apreciadores do gênero memorialístico: *Memórias da vida e da criação*. Uma biografia a respeito do percurso literário de alguns escritores brasileiros contemporâneos escrita a partir do ponto de vista das esposas dos escritores.

Nos tempos de *Terra Nostra*, além das publicações sobre Anita Garibaldi, concorrem outras biografias como a de Suzana Barreto Ribeiro, cujo título é: *Italianos do Brasil: imagens e memórias (1920-1930)*. A caligrafia traz a marca historiográfica a partir da qual a autora reconstitui o processo imigratório dos italianos e a herança ítalo-brasileira aqui deixada. Nessa vertente arrolam outros títulos do gênero biografia, a saber:

- *Memórias das mulheres do exílio*, assinado por Albertina de Oliveira e publicado pela Editora Paz e Terra;
- *Amrik*, de Ana Miranda editado pela Cia. das Letras;³⁷
- *Laura Alvim*, biografia publicada por Wanda S. Cardoso;
- *Chiquinha Gonzaga*, de Edinha Diniz;
- *Eu sou uma pergunta. Uma biografia de Clarice Lispector*, de Teresa

³⁴ Sobre Anita Garibaldi vieram a público mais dois livros, também, de cunho biográfico: "Anita Garibaldi – uma heroína brasileira", escrito por Paulo Markun e "Anita", de Flávio Aguiar, ambos comentados pela revista CULT, na edição de janeiro/2000.

³⁵ Glauber Andrade Rocha, cineasta brasileiro, nascido em Vitória da Conquista/BA, em 1938 e falecido no Rio de Janeiro, em 1981. Glauber abandona os estudos de direito para dedicar-se ao jornalismo e à crítica cinematográfica, tendo depois feito sua passagem pelo teatro. (Cf. *Larousse Cultural*, p. 5084, v. 21.)

³⁶ Cida Golin – nome adotado profissionalmente – é autora da tese de doutorado *Entrevistas com mulheres de escritores brasileiros: subsídios para uma história privada da literatura*. Trabalho cujo objeto de estudo são quatorze entrevistas biográficas realizadas com mulheres de escritores e publicadas no livro da Edipucrs – *Memórias de vida e criação e Confissões do amor e da arte* –, organizadas pela jornalista Vera Regina Morganti e publicada pela editora Mercado Aberto, em 1994. Neste volume, encontram-se os depoimentos das esposas de Érico Veríssimo, Josué Guimarães, Ariano Suassuna, Autran Dourado, Hermilo Borba Filho e Vianna Moog, agora já falecida. A tese que fundamenta esses dois livros está registrada através do nome Cassilda Golin Costa e pode ser encontrada na biblioteca da Faculdade de Letras da PUCRS. (As informações prestadas sobre esses trabalhos foram, gentilmente, cedidas por Regina Zilberman e pela própria Cida Golin, as quais agradeço).

³⁷ *Amrik*, em libanês, América – um sonho de liberdade e trabalho vivido por turcos, muitos cristãos libaneses, que fugiram da dominação turca e emigraram.

Cristina Montero Ferreira editado pela Cia. das Letras;

- *O livro de Madre Teresa de Jesus*, biografado por Marisa Marega, pela Editora Musa;
- *Roberta Close*, escrita em parceria com Lúcia Rito, também escritora de *Memória do caos*, editado em 1984.

Esses títulos e outros reúnem sob a rubrica memória uma multiplicidade de depoimentos. Eles se fazem distintos quanto aos traços de maior ou menor literariedade; às formas de estabelecimento do pacto autobiográfico³⁸; à intenção prévia de publicação ou, ao contrário, a ausência dessa intenção; às cronologias privilegiadas em cada livro, aos conteúdos e formas do discurso feminino; à utilização de recursos fotográficos e documentos complementares e ao fato de algumas mulheres contarem (ou não) com uma trajetória literária anterior à publicação de suas memórias.

Em relação às escritoras que, entre outras criações literárias, publicaram ao menos um livro de natureza autobiográfica, poderia apontar algumas delas: Maria Paes de Barros, autora de *No tempo de dantes*, cuja obra foi recentemente lançada pela Paz e Terra; Carolina Nabuco, cujo título memorial é *Oito décadas*, e data de 1973; Virgínia Tamanini, capixaba e autora de romances, entre os quais, o romance autobiográfico - *Estradas do homem* - de 1977; Maria José Dupré, que assina *Os caminhos*, de 1969; Maria de Lourdes Teixeira, autora de *A carruagem alada*, de 1989; Raquel de Queiroz, com a publicação de 1998 - *Tantos anos* - e escrito em parceria com sua irmã Maria Luísa; Tatiana Belinsky em *Transplante de menina: da rua Navios à rua Jaguaribe*, lançado em 1989, Raquel Jardim, escritora de *Os anos 40*, *Cheiros e ruídos* e *Vazio Pleno* - todos de cunho autobiográfico - além, também, dos trabalhos de Helena Silveira e Giselda Laporta Nicolelis, cujas obras foram lançadas com os títulos: *Paisagem e memória* e *O exercício da paixão*, editadas, respectivamente em 1983 e 1985.

Na guarita abrangente dos textos memorialísticos existem escrituras bem específicas que demarcam, ainda mais, as fronteiras entre a ficção e a realidade no campo da memória. Há textos com características marcadamente ficcionais, cujas aproximações com a literatura e com autobiografia levantam, ainda, mais as suspeitas (como apontariam os críticos literários) sobre a fidedignidade das lembranças e a verossimilhança com a realidade retratada. Nesse caso Ruth Bueno contribui com dois livros de sua autoria. O primeiro deles - *Diário das máscaras* - publicado em 1980 e o segundo - *Em psicanálise*

- lançado três anos depois. Além desses, é conhecida a publicação de Eliane Maciel³⁹ - *Corpos abertos; Poemas dos becos de Goiás e estórias mais*, escrito por Cora Coralina e lançado em 1985 e *Clarice* um livro que leva às últimas conseqüências a aliança entre biografia e ficção. Nessa obra, a autora, Ana Miranda, não biografa, propriamente, Clarice Lispector. Seu projeto afirma-se por uma tática na qual consiste em personificar Clarice, dando-lhe um papel ficcional no livro e, dessa forma rompendo com o modelo tradicionalmente utilizado pelos biógrafos.

Sob a marca (auto)biografia abrigam-se ainda outros títulos e textos. Refiro-me aos livros escritos sob um apelo de crítica social e, portanto, ligados a contextos históricos específicos. Poderia chamá-los de "livros para mulheres", já que concorrem para a educação/formação das mulheres. Entre as edições mais recentes os depoimentos chegam as vitrines com os títulos: *Medo do cinquenta* e *Memória inventada* de Erica Jong; *Os diários de Virginia Woolf*, *Memórias da transgressão*, de Glória Steinem; *Memórias. Mulher em ação*, de Maria Conceição de Souza; *Para mim, chega!*, de Yvonne Bezerra de Melo; *Toda mulher é meio Leila Diniz* e *Mulheres que foram à luta armada*, de Luiz Maklouf Carvalho. No caso deste último livro é interessante como a revisita ao passado traz não apenas depoimentos e documentações do cotidiano de luta guerrilheira - urbana e rural - e da ditadura militar, como também a narrativa biográfica de dezenas de mulheres que narram, sob o ponto de vista feminino, a história de suas ações armadas, amores, desafetos, tortura, exílio, prisão e esperanças.

Nesse caso, o trabalho com a memória alia-se à consulta a diversas documentações. Como se o biógrafo quisesse evitar os possíveis lapsos e falhas das lembranças e preenchê-las com as fotografias, recortes e manchetes jornalísticas, documentos e arquivos que tentam suplantar as censuras da própria memória e assegurar a fidelidade e veracidade dos depoimentos. A versão e contraversão da memória: verdade-mentira/ realidade-ficção sustentam-se como parte do pacto que sela a literatura e a autobiografia como um gênero textual específico, embora multifacetado e fascinante.

³⁹ A mesma autora de *Com licença eu vou à luta: é ilegal ser menor*, pela Rocco, e que em 1986 já contava com sua 19 edição.

³⁸ O conceito de "pacto autobiográfico" está sendo tomado como define Phillipe Lejeune (1975:14-15).

**PAS DE DEUX:
UM SOCIALISTA E UMA FEMINISTA NO RIO GRANDE DO SUL –
TEXTOS ESCOLHIDOS (1897-1912) ^(*)**

*Benito Bisso Schmidt ^(**)*

*Elisabete Leal ^(***)*

RESUMO: *Este artigo mostra como o tema feminismo foi tratado por parte da imprensa sul-rio-grandense na virada do séc. XIX: os jornais operários e os periódicos editados por mulheres, destacando os textos do socialista, Antônio Guedes Coutinho (1868-1945) e da feminista, Andradina América de Andrade e Oliveira (1864-1935).*

PALAVRAS-CHAVE: *Feminismo, Socialismo, Literatura*

ABSTRACT: *This article shows how the feminism theme was concerned by the south riograndense press at the end of the nineth century: the operating newspapers and the periodicals published by women, giving attention to the socialist Antônio Guedes Coutinho's texts (1868-1945) and also to the feminist Andradina América de Andrade e Oliveira's ones (1864-1935).*

KEYWORDS: *Feminism, Socialism, Literary*

O tema feminismo foi alvo de admiração e de crítica por parte da grande imprensa sul-rio-grandense na virada do século XIX. Inúmeros artigos informavam sobre seus avanços no mundo e, ao mesmo tempo, mostravam o quanto era moderno na Europa, porém distante e perigoso para as instituições sociais gaúchas. Os jornais de grande circulação, principalmente aqueles ligados a

^(*) Gostaríamos de agradecer à Professora Sílvia Petersen, nossa orientadora em diferentes momentos, por ter ajudado a amadurecer as idéias que agora convergem neste artigo.

^(**) Professor do Departamento de História da UFGS e doutorando em História Social do Trabalho na UNICAMP.

^(***) Diretora do Museu de Porto Alegre, professora do Curso de História do Centro Educacional La Salle de Ensino Superior, Canoas/RS, e mestre em História pela UFRGS.

partidos políticos, jamais faziam referência às mulheres “feministas” gaúchas, talvez porque não as reconhecessem enquanto tal ou porque quisessem negar a existência de suas idéias no Rio Grande do Sul¹. Contudo, dois tipos de publicação permitiram a discussão dos valores vigentes sobre o “belo sexo”: os jornais operários e os periódicos editados por mulheres. É neste ambiente intelectual marcado pelas difusas idéias feministas que podem ser inseridos os textos transcritos adiante de autoria do militante socialista Antônio Guedes Coutinho (1868-1945) e da feminista Andradina América de Andrade e Oliveira (1864-1935).

Português de nascimento, Coutinho veio para o Brasil com 18 anos, desembarcando inicialmente em Pelotas onde passou a viver de sua profissão, alfaiate. Nesta cidade iniciou sua formação ideológica, sobretudo por influência de alguns socialistas agrupados na Liga Operária local. Em 1893 transferiu-se para Rio Grande, trabalhando inicialmente no seu ofício e logo como tecelão da fábrica de tecidos Rheingantz, uma das maiores do estado naquele momento. Posteriormente dedicou-se ao magistério e ao jornalismo. Sua atuação em prol do movimento operário da cidade foi intensa: participou da fundação da União Operária (1893) e do Partido Socialista de Rio Grande (1898), pelo qual concorreu a uma vaga no Conselho Municipal (1900). Dirigiu o jornal **Echo Operário** (1896-1901), colaborou com diversos órgãos da imprensa operária e não-operária e escreveu peças de teatro de fundo social. Foi sem dúvida um dos militantes socialistas gaúchos mais combativos da passagem do século. Coutinho deixou Rio Grande em 1911, só retornando em 1940. Neste período, prosseguiu com sua militância em outras cidades do interior gaúcho como Jaguarão e Alfredo Chaves. No final da vida aderiu ao trabalhismo de Getúlio Vargas.

O personagem professou um socialismo heterogêneo e difuso, influenciado por autores como Marx, Benoît Malon, Ladislau Batalha e Heliodoro Salgado; pelas idéias da social-democracia alemã e pelo socialismo francês, entre outras tendências. Como ele mesmo afirmava: “(...) somos (...) heterodoxos na ciência em questão”².

¹ CF.: LEAL, Elisabete da Costa. **O positivismo, o Partido Republicano Rio-Grandense, a moral e a mulher (1891-1913)**. Porto Alegre: PPG em História da UFRGS, 1996. (dissertação de mestrado).

² ECHO OPERÁRIO. Rio Grande, 13/08/1899. P. 1.

CF.: SCHMIDT, Benito Bisso. **Uma reflexão sobre o gênero biográfico: a trajetória do militante socialista Antônio Guedes Coutinho na perspectiva de sua vida cotidiana (1868-1945)**. Porto Alegre: PPG em História da UFRGS, 1996. (dissertação de mestrado).

A temática da condição feminina foi bastante discutida pelo movimento operário brasileiro na I República, tanto por socialistas como por anarquistas, e Coutinho não ficou imune a este debate. Em sua obra teórica mais acabada, o **Catecismo Socialista**, publicado como folhetim no **Echo** em 1898, o autor atacava o casamento institucional e religioso e proclamava que, na sociedade socialista, as uniões seriam livres e baseadas exclusivamente no amor. Afirmava também que as mulheres não seriam abandonadas pois, através do trabalho, receberiam “coisa que chegue para as suas necessidades, que é a base da emancipação da mulher da tutela do marido”³. No Programa do Partido Socialista Rio-Grandense, assinado entre outros pelo militante, defendia-se a proposta de “ampliação do sistema eleitoral” com o “reconhecimento do direito de voto e elegibilidade à mulher”⁴.

Porém, embora defendesse idéias bastante avançadas para a época, Coutinho não deixou de reafirmar em outros escritos certos valores morais “conservadores”, pois estes encontravam-se difundidos na sociedade, sendo percebidos como naturais e não como construções históricas. Assim, por exemplo, em um conto denominado **Quadros negros** o autor afirmava que o marido deveria ser “um arrimo e um protetor” para a esposa⁵. Também nos Estatutos da Sociedade União Operária, redigido em 1903 por uma comissão da qual fazia parte, no capítulo sobre admissão de sócios, constava que “a sociedade só admitirá sócios do sexo feminino quando comprovada a sua idoneidade”⁶.

Nos três artigos transcritos de sua autoria é possível perceber esta oscilação entre posturas “progressistas” e “conservadoras”. Neles o militante apóia a escritora Andradina de Oliveira, que havia suscitado uma “polêmica de transcendental importância” na imprensa de Rio Grande ao negar a inferioridade natural do sexo feminino. Como ela, Coutinho atribuía esta suposta inferioridade à educação: “(...) a razão da aparente inferioridade da mulher é efeito da educação que esta tem recebido (...)”. Por outro lado, porém, reforçava determinados papéis sociais tradicionalmente atribuídos às mulheres: “sim, queremos a mulher livre e igual ao homem, justamente porque a adoramos como mãe, a respeitamos como esposa e a desejamos como companheira na luta pela vida”. Defendia também a idéia, muito comum no movimento operário,

³ COUTINHO, Antônio G. **Catecismo socialista**. Rio grande: Echo Operário, 1898, p. 37.

⁴ Transcrito no ECHO OPERÁRIO. Rio Grande, 01/05/1898, p. 2.

⁵ ECHO OPERÁRIO. Rio Grande, 29/10/1899, p. 2.

⁶ ESTATUTOS DA SOCIEDADE UNIÃO OPERÁRIA. Rio Grande, Tipografia do Diário do Rio Grande, 1903, p. 5.

de que a verdadeira emancipação da mulher só ocorreria na sociedade socialista, conclamando Andradina a por “o seu talento e a sua pena ao serviço da causa do socialismo”.

Nascida a 12 de junho de 1864 em Porto Alegre, filha de um considerado médico da capital, Andradina pôde estudar na Escola da polêmica professora e conferencista Luciana de Abreu, que através de combativos discursos na Sociedade Partenon Literário, na década de 1870, defendeu a escolarização e a emancipação da mulher na sociedade sulina.

Andradina formou-se na Escola Normal, como a maioria das poucas mulheres que chegavam a este nível escolar, em um estado com grande contingente militar, destinado à defesa das fronteiras meridionais do Brasil e, portanto, com baixo número de escolas. Participou do então chamado “processo de feminilização do magistério”, no final do século XIX, quando as escolas foram percebidas como possibilidade de ascensão social feminina através do trabalho remunerado de professora, profissão socialmente aceita para as mulheres da época. Neste espaço escolar de construção de identidade feminina formal e desviante, Andradina consolidou sua sólida formação intelectual, que lhe permitiu atuar como professora enquanto era casada e posteriormente como escritora, conferencista e jornalista, quando viúva.

Coerente aos costumes da época, Andradina casou-se jovem e cedo enviuvou. Aos 24 anos, só e com dois filhos para criar, lançou-se na carreira de escritora e jornalista, publicando em 1898 a **Revista Semanal Ilustrada – Ecrínio**. Este nome já havia aparecido em um conto da autora na publicação semanal **Corymbo**, de Revocata Heloísa de Mello, em 1897, da qual era ativa colaboradora. No conto Andradina narra a história do “toilette” de Lucy repleto de “mimosos escrínios de veludo”, que em um sonho passam a dialogar. Conta que “os escrínios falavam numa voz macia como o veludo dos seios”⁷. Por analogia pode-se pensar que este nome denota o desejo de que o seu semanário fosse como uma voz macia, agradável e sedutora aos ouvidos femininos.

Neste periódico, lançado por cidades do interior do estado como Bagé, Santa Maria e por fim Porto Alegre, e editado por mais de dez anos, Andradina divulgou suas idéias acerca da situação da mulher, questionando os conceitos vigentes de inferioridade natural e irrevogável do sexo feminino e pregando a educação como forma de libertação do atraso intelectual e social em que este se encontrava.

Uma de suas obras mais importantes é **Divórcio?**, em que a autora

⁷ CORYMBO, Rio Grande, 13/06/1897, p. 1.

questionou os parâmetros de relacionamento do casal, traçando um panorama da situação de preconceito e ignorância em que a mulher estava amarrada, exemplificada por histórias reais. No seu entendimento, somente a educação poderia reverter este quadro. Perguntava ela: “Menino ou menina? (...) E o que significa esta interrogação? Simplesmente que sobre aquela criaturinha débil e inerte, que ainda ninguém sabe se viverá, já pesa, esmagadoramente, uma distinção injusta”⁸.

Andradina foi também conferencista, viajando por diversas cidades do interior brasileiro e países latino-americanos como Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile. Essas conferências eram acompanhadas de artigos publicados em jornais locais e o normalmente visavam propagandear “as riquezas” do Brasil e do Rio Grande do Sul.

Na década de 1920, Andradina, acompanhada de sua filha Lola de Oliveira (poetisa), mudou-se para São Paulo e não retornou mais ao Rio Grande do Sul, embora continuasse publicando em periódicos locais.

O último texto acessível de Andradina é uma carta de 1924 à sua filha, por ocasião do lançamento de seu livro de poesias. Diz a escritora:

“a tua energia sã, a tua coragem de lutadora avançando pela estrada da vida, conquistando um nome brilhante e a independência real pelo trabalho e dando, assim, um exemplo luminoso de que a mulher não é apenas um ‘bibelô’ de estante, uma flor de salão, uma planta de estufa, uma eterna menor, uma escrava de algemas de ouro, um animal só de procriação, um ser inferior de cabelos longos e idéias curtas, como a querem, mas uma poderosa força até agora ignorada”⁹.

Em 19 de junho de 1935, Andradina faleceu.

No seu primeiro texto transcrito, alusivo às comemorações do Dia do Trabalho de 1897, a autora revela suas preocupações sociais, criticando a futilidade das elites – expressa tanto nos vestidos de seda, brilhantes e “orgulho balofo” das mulheres como nas casacas dos homens – e louvando os “filhos do trabalho” – qualificados como gentis, puras e alegres, no caso das “filhas do povo”, e fortes e varonis em se tratando dos operários.

⁸ OLIVEIRA, Andradina de. **Divórcio?**. Porto Alegre: Livraria Universal, 1912, p. 149.

⁹ ACADEMIA Literária Feminina do Rio Grande do Sul. **50 anos de literatura**: perfil das patronas. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1993, p. 93.

Na série de artigos "A mulher através dos tempos", Andradina faz um retrospecto histórico da opressão da mulher, apontando para os avanços de sua emancipação e projetando para breve a equiparação dos direitos de ambos os sexos.

Finalmente no trecho retirado de seu livro **Divórcio?**, ao contrário, a autora reclama das poucas oportunidades oferecidas às mulheres no Brasil, e afirma não ter esperanças de que o estado atual da sociedade mude tão cedo – "É preciso tempo, muito tempo, para purificar tanta lama!". Destaca-se ainda o argumento, também defendido por Coutinho, de que a "inferioridade" da mulher não seria um dado natural mas produto da educação recebida e da organização social.

Textos de Antônio Guedes Coutinho¹⁰

"O FEMINISMO

'A humanidade compõe-se, por igual, de homens e inseparáveis em direitos e iguaes perante a justiça'
(Resolução e affirmativa do 'Congresso Operário Internacional de Bruxellas' de 1891).

Graças à energia attitude da illustre escriptora rio grandense Exma Gra D. Andradina de Oliveira, uma das mais bellas e fulgurantes pennas entreas muitas que ornam a litteratura nacional e um dos privilegiados talentos que tem conseguido pela sua excepcional força de vontade, libertar-se do ridículo preconceito dos sexos, - talvez o último élo que liga as sociedades modernas, sedentas de liberdade, com as anachronica (sic) e execradas civilizações semi-barbaras da Roma de Tarquinio -, suscitou na imprensa d'esta cidade uma polemica de transcendental importancia, pois que abrange um dos problemas mais palpitantes e que occupa actualmente a attenção dos mais illustres sociologos do mundo.

Lêmos com entusiasmo e cheios de interesse os dois magnificos artigos em que a distinta escriptora faz nobremente, denodadamente, profissão o seu ideal proque é que nos conste a primeira filha d'este grande paiz, que (em a coragem precisa para affrontar heroicamente a opinião da imprensa e, muito peor ainda, o exagerado arreigamento do bello sexo às retrogradadas theorias

¹⁰ Os documentos transcritos não tiveram sua redação atualizada ou corrigida.

theocraticas que consideram anti-civilisadora a igualdade de direitos para os dois sexos.

Louvámos e applaudimos com todas as forças da nossa crença, com todo o entusiasmo da nossa convicção n'um proximo futuro de igualdade, esse pronunciamento consciencioso, porque é do nosso programa, pertence ao socialismo, essa grande e elevada concepção, que terminará a grande obra redemptora da mulher encetada por Olympia de Ganges¹¹, Rosa Laconibe e outras illustres desconhecidas após a 'proclamação dos direitos do homem' em 1789, e n'este seculo por tantas, tão nobres e illustres senhoras.

Sim, queremos a mulher livre e igual ao homem, justamente porque a adoramos como mãe, a respeitamos como esposa e a desejamos como companheira na lucta pela vida.

Não amal-a, não respeit-a, não estimal-a, é desejar-lhe a (ilegível) sociedade, como o provam os antagonistas da sua emancipação oppondo-lhe a fatalidade anthropologica, como que a humanidade seja regida pelas leis naturaes, como que o espirito humano não venha luctando desde o seu aparecimento sobre a terra contra as leis brutaes da natureza!

E dizem sem duvida para attenuar o seu grande egoismo, que a constituição physica da mulher não lhe permite a lucta em condições iguaes às do homem, que a mulher não nasceu senão para o lar, que o homem nasceu para seu protector, etc, etc.

Mas são por acaso os homens todos iguaes, com igual talento, igual força physica, igual construcção?!

Entretanto, nem por isso deixam de Ter iguaes direitos e deveres, nem deixam de luctar pela vida, segundo as suas forças e aptidões.

Porque não terá a mulher os mesmos direitos!

Se não póde ser ferreira, pedreira ou carpinteira, será o que as suas forças lhe permitirem, o que a sua vocação escolher.

Servem-se da Historia para opporem objecções à emancipação da mulher e julgam com isso argumentar de fórma incontestavel; entretanto esquecem-se de que em todos os tempos, apesar da escravidão que sempre pesou sobre ella, a mulher teve sempre representantes dignissimas da sua força intellectual e physica.

Ahi temos a Historia que nos mostra Simyramis, Cleopatra, Aspasia, (ilegível), Artemisia e tantas outras nos tempos antigos que nos deram provas incontestáveis do seu talento como chefes de governo e como philosophas; e

¹¹ O nome da personagem é Olympe de Gouges.

milhares de nomes citaríamos se quizessemos esfolhal-a em todas as épocas. Platão, na sua Republica admite-as a governar; em nossos tempos vemos as mulheres nas industrias, nas artes e nas sciencias a competir com os homens. E, embora não conseguissem igualal-los, porque a sua educação tem sido descurada em razão de um longo periodo de vicioso atavismo, dia virá e não mui distante, em que ruirão tetricamente esses preconceitos absurdos e anti-progressistas ao embate formidavel das modernas gerações que se aparelham para o combate decisivo e então veremos a mulher igual ao homem.

Já a sciencia pela bocca de alguns dos seus mais fervorosos apóstolos reconheceram a necessidade da emancipação da mulher, e actualmente por iniciativa do illustre Dr. Guilherme Gambarotta, do fôro de Milão, auxiliado pelas melhores revistas européas de sociologia, está-se procedendo a um inquerito juridico e sociologico sobre a mulher, ao qual já responderam summidades como Max Nordau, Lombroso, Pantaleoni (ilegível), com certeza muito contribuirão para o grande desideratum.

Entretanto, convém não deixar duvidosa a opinião dos leitores a nosso respeito n'esta questão.

Somos inteiramente pela emancipação da mulher, sem restricções, sem dúvidas de especie alguma, mas também comprehendemos que, a emancipação em absoluto, só com uma transformação social completa se realizará, visto que dentro do acanhado e vicioso meio em que nos encontramos, seria utopica tal tentativa em razão dos interesses que se jogam n'estas luctas de liberdade e direitos.

A emancipação da mulher, como a do proletariado, está ligada à 'Questão Social' e só com a abolição da propriedade privada e proclamação da collectiva se conquistará essa victoria tão desejada.

Faça, pois, a illustre escriptora o que muitas dignas companheiras de ideas tem feito: - ponha o seu talento e a sua penna ao serviço da causa do socialismo, e assim verá mais forte e potente o exercito que há de vencer a oppressão e a tyrannia.

A escravidão da mulher, embora dourada com a mentirosa soberania do lar, é tão revoltante como a decantada igualdade dos homens perante a lei, o que nunca passou d'um bello sonho, e de uma terrivel realidade o seu despertar quando alguém se deixa embalar e adormecer por tão mephistophelica musica.

Levemos, pois, a luz áquelles a quem ainda não pôde chegar, e busquemos conduzir o povo ao caminho da verdade.

Deixemos que os imbuidos dos preconceitos se riam de nós, porque quem rirá quem rir por ultimo, como diz o rifão.

Depomos aos pés da illustre escriptora os nossos respeitos e a nossa solidariedade."¹²

"O FEMINISMO

'Nos povos livres, a justiça deve ser o principio cardeal e não pôde admitir-se que na cellula social, na familia, persista a tyrannia. A sociedade não pode ser uma republica em geral e uma agglomeração de monarchias em particular; uma sociedade semelhante não pôde prosperar, porque encerra uma contradição que é germen de ruina fatal.' (Stuart Mill)

Sempre inconsequentes e contradictorios, os anti-feministas do Rio Grande, que, até o presente, ainda não provaram em cousa alguma (a não ser na fórmula pouco delicada e séria por que tem tratado a questão!) seguir a philosophia de Proudhon, acceitam, entretanto, 'ipsis verbis', a brutal e anti-humana theoria d'esse revolucionário feroz, que considerava a mulher inferior ao homem sob todos os pontos de vista e que chegou até a dizer que 'a mulher é como que um meio termo entre o homem e o resto do mundo animal'.

Nenhuma razão de peso vimos ainda apresentada contra as justas aspirações d'essa preciosa parte da humanidade, e isto nos faz crêr que os contradictores da transcendental questão o fizeram por luxo o que pouco honra os seus foros de escriptores illustrados.

Não desejaremos nunca provocar questões que possam attrahir antipathias à imprensa, já pela fórmula (infelizmente tão seguida!) pouco digna porque costumam ser discutidas, já porque no geral trata-se mais de personalidades que de idéias; mas tratando-se como agora do progresso da humanidade desejariamos encontrar nos nobres e illustres cultores das letras, n'esta cidade, quem, no interesse da sociologia, viesse á imprensa discutir esta importante questão que é uma das mais palpitantes e que tantas luzes traria ao publico.

Já pelas illustradas columnas do nosso apreciado collega 'Jornal de Notícias', houve quem, nobremente, atirasse a luva a quem a quizesse levantar;

¹² ECHO Operário. Rio Grande, 05/02/1899, p. 1.

infelizmente o escriptor que por delicadeza deveria tel-a levantado, não o fêz assim, e appareceu jocosamente, fazendo piruetas clownescas, que pódem fazer rir os parvos, mas que não são nunca dignas de quem présa a sua penna.

Não é com fazer rir os outros, que se responde ás perguntas dignamente feitas ou a um cartel de desafio; e se o autor do artigo a quem foi dirigido o repto não fazia tenção de sustentar condignamente as suas opiniões, deixasse-se socegado, não viesse contradizer o que tantos illustres sociologos teem recolhido e sustentado.

Desculpem-nos os illustres articulistas a fórma um tanto rude por que nos pronunciamos; mas vimos lendo quasi diariamente as apreciações feitas pela imprensa ao problema da emancipação da mulher, e não está na nossa educação, sem duvida muito descurada, vêr que assumpto de tão magna importancia, seja tratado com risos e remoques.

Para nós, tudo o que diz respeito ao progresso da sociedade, merecenos a maxima attenção, dispensamos-lhe todo o respeito, razão porque não concordamos com este systematico desdem que só significa falta de criterio, ou, quando menos, pouca seriedade.

A mulher, reconhecida pela biblia 'metade' do homem, pela sciencia positiva e sem preconceitos, igual ao homem, pela anatomia mais perfeita que o homem, pelos artistas mais bella que o homem, e pelo homem superior a si proprio; deve merecer-nos todo respeito, deve Ter em nós admiradores sinceros dos bellos dotes com que a Natureza a dotou.

A mulher que é nossa mãe, que é nossa irmã, que é nossa esposa e que é nossa filha, deve ser para nós a imagem ideal da perfeição, o altar onde depositemos todas as nossas affeições mais caras.

Ora, se nós não virmos n'ella essa superioridade moral, se lhe negarmos a igualdade de direitos, com que character a havemos de tratar? Nós, com certeza, nunca nos curvaríamos a quem nos fosse inferior; e apenas por delicadeza e dever as trataria-mos com bondade.

Pois é porque queremos evitar-lhe este desgosto, porque nada vemos na mulher inferior a nós, que a desejamos livre para que possamos respeitarnos e amar-nos mutuamente como se amam e se respeitam dois homens igualmente fortes, illustrados e intelligentes.

Eis a nossa opinião.¹³

¹³ ECHO OPERÁRIO. Rio Grande, 12/02/1899, p. 1.

"O FEMINISMO

'Tudo é metamorphose: sempre um fluxo novo desaloja as cousas velhas e a eterna mudança rejuvenesce o Universo' (Lucrecio – 'Da natureza das cousas'.)

Firmam-se os anti-feministas na historia, para contrariarem as asserções dos apologistas da emancipação da mulher, e pedem com insistencia provas do talento e valor do sexo feminino que auctorise as suas reclamações. Sustentam que a mulher é inferior ao homem, negam-lhe os direitos eguaes aos seus e, quando se lhes responde que a razão da aparente inferioridade da mulher é effeito da educação que esta tem recebido, - que é artificial - barafustam, dizem disparates, e lá vem a inferioridade physica como que os irracionaes por serem mais fortes que o homem deversem Ter os mesmos direitos que elle!

Dizem também que a conformação da mulher e as suas aptidões cerebraes a tornam por natureza inferior ao homem, pois que, segundo os phrenologistas, a séde do raciocinio, na mulher, é menos desenvolvida que a d'aquelle, e esse simples factio, torna-a menos aptas (sic) para as abstrações metaphysicas.

Ora isto é contestável, pois que está provada a influencia extraordinária da educação sobre o proprio physico e ninguem póde affirmar que se a mulher tivesse sempre sido educada como o homem, nem assim teria tão desenvolvida a cellula do raciocinio.

Entretanto, admitindo mesmo essa desigualdade como invencivel, querendo mesmo admittir que a mulher não seja tão apta para estudos que exigem detida attenção; não possui ella por sua vez qualidades que no homem são pouco desenvolvidas? Não estarão umas para as outras compensando-se?

Ouçamos o que diz o sabio auctor da 'História do genero humano', a este respeito.

'A mulher antes recebe impressões do que crea idéas; antes descobre as particularidades do que as relações remotas das cousas; sente mais o presente do que compara o passado; prevê ás vezes o futuro; particulariza o que o homem tende a generalizar; isola o que o homem reúne; o homem com uma vista de olhos fica conhecendo o todo do que se offerece á sua observação; a mulher descobre melhor as particularidades'.

Mas quem nos diz a nós que com outra educação, outro ambiente, a mulher não seria tão forte como o homem physica e psychologicamente? Acaso não se modificam as especies vegetaes e zoologicas submettendo-as a um regimen de cultura e especiaes condições de ambiente?...

Demais, não valerá tanto perante a arte o campones lavrador que não teve vocação para outra cousa senão cultivar a terra, como o musico que interpreta Verdi; mas pela utilidade do producto vale mais perante a humanidade.

Ora, nós não queremos que seja tão apreciado o genio como o ignorante não; queremos que se dê a todos iguaes direitos e se aprecie a cada um segundo o seu valor.

N'este caso estará a mulher, já que não a querem tão merecedora como o homem. Mas, para gloria do genero humano, a mulher vale bem o homem e tem o direito de exigir egualdade de direitos, visto que a sua função é physica, moral e socilmente tanto senão mais importante que a d'aquelle.

Ninguem de bôa fé e com dados scientificos na mão, será capaz de contestar esta grande verdade.

Sob o ponto de vista da educação da mulher, é ainda, não diremos cegueira, mas ao menos má vontade manifesta, dizer que ella não tem sido a causa primordial do atrazo da mulher.

Em todas as phases da civilização humana, nós vemos a situação social da mulher modificar-se para melhor, e ao mesmo tempo transparecer nellas o genio e o progresso, o que nos attesta a influencia da liberdade no seu ambiente.

Bastar-nos-hia citar a antiga Grecia, onde a mulher, para desenvolver o seu talento, seguir a vocação do seu genio, tinha que prostituir-se, único meio porque lhe era permitido cultivar a philosophia, desenvolver o seu talento.

Veja-se a Historia da humanidade e n'ella encontraremos a mulher escrava dos paes, dos irmãos, dos maridos e ainda dos cunhados. Veja-se a Historia da legislação e nella encontraremos a mulher como escrava do marido etc; vejam-se ainda os codigos modernos e digam-nos depois se a educação da mulher pôde ter sido cuidada de modo a poder auctorisar os anti-feministas a dizer que ella nada tem feito porque é inferior ao homem.

Desejar á mulher apenas, educação musical, pintura, esculptura e domestica, é desejar a continuação d'ella como escrava, pois também os antigos senhores a mandavam educar assim para terem n'ella um objecto de luxo como se faz com um animal de raça.

Não, nós queremosol-a nobilitada e grande, porque como bem o disse Lucrecio, 'tudo é metamorphose', e o 'fluxo'da civilização desalojará os velhos

estupidos preconceitos para felicidade do genero humano de que a mulher é parte preciosa."¹⁴

Textos de Andradina de Oliveira

A FESTA DO TRABALHO

Sublime festa assisti hontem! Sublime pela sua tocante simplicidade, sublime pela grandeza do seu fim.

Não tinha o esplendor, a pompa, o luxo das festas, em que os potentados do mundo, que em sua maiorida desconhecem o supplicio da miseria, organisam para exhibirem o poder do seu oiro – este oiro que podia estancar tantas lagrimas, este oiro que podia trazer a tantos corações a alegria, a paz se não servissem só, a maior parte das vezes, para dar áquelles que o possuem a ebriez dos gozos ephemeros em que se esvae a vida e a consciencia.

Na tocante festa de hontem não se ouvia o rige-ruge suave dos esplendidos vestidos de seda, que importam, muitas vezes, n'um anno de subsistencia de numerosa e desgraçada prole!

Não se via o scintillar entontecedor dos brilhantes no eburneo dos collos de neve, nos braços de esculptura grega!

Não se notava o orgulho balofo da mulher creada na molleza do luxo, no incenso da lisonja, orgulho que dá a esta um 'que' de rainha, mas fazendo-a descer, um tanto, do seu verdadeiro pedestal que é – a singeleza!

Na symphatica festa de hontem não feira o destaque seductor da vevada luva de pellica na custosa 'clak'! a encantadora e aristocratica casaca não modelava corpos que o habito do luxo e as thesouras habeis dos alfaiates tornam elegantes!

Em vez de sedas, as filhas do povô ostentavam os seus vestidos modestos que realçavam-lhes encantadoramente, a belleza e a graça do porte gentil; em vez de brilhantes ellas tinham as inextimaveis perolas dos seus sorrisos feliceiros; em vez do orgulho balofo da mulher rica ignorante traduziam nas rosas divinaes das faces de velludo toda a alegria, toda a pureza dos seus corações simples, bons, corações que promettem um mundo de felicidades, quando um dia, replectos do sublime amor de esposa, do inegnalavel amor de mãe!

Em vez da elegante casaca-planta exotica naquella encantadora e singela festa- roupas de operario, modelando corpos de operarios, corpos robustos, fortes, em que corações grandes, generosos, se abrigam em peitos, largos, varonis!

Que bello de ver, alli, n'uma união palpitante, sincera, toda fraternal, aquella legião de bravos que desde o romper do dia até o approximar da noute, sempre...sempre... á banca do trabalho derramam sobre o fructo dos sues esforços o baptismo sublime do seu abençoado suor!

Que bello de ver levantar-se, dentre aquelles verdadeiros apóstolos do dever, o irmão querido e erquer a voz, que a convicção da nobre causa tornava possante, e eloquente e inteligentemente fazer valer os direitos dos filhos do trabalho – do trabalho, esta lei sublime creada por Deus, esta lei que é o único sustentaculo de um povo!

Oxalá que breve, muito breve, o dia 1º de Maio seja universalmente commemorado por todos os governos, respeitado por todos os povos e saúdado com jubilo por todos os corações!

Um – Bravo! Á Liga Operaria pelotense pela maneira gentil porque festejou a grande data do trabalho!

Pelotas, 2 de Maio 97.”¹⁵

“A MULHER ATRAVEZ DOS TEMPOS

Desde o berço da espécie humana que a mulher vive sujeita ao homem, em degradante servidão, pois até lhe tem sido negado o direito de elevar-se intellectualmente, à altura do seu companheiro, ou para sevir-me de uma expressão crua, mas infortunadamente verdadeira, do seu ‘senhor’.

(...)

Na pré-história

Na lucta constante com a natureza grandiosa, mas inhospita, a primeira familia humana constituiu-se, analogamente, à rudimentar familia dos quadrumanos aperfeiçoados do período actual.

Quando se iniciam as primeiras relações sociaes, no preparo do estabelecimento da tribu, a mulher passa à condição de presa de combate,

¹⁵ CORYMBO. Rio Grande, 09/05/1897, p. 1.

conquista de batalhas singulares, disputada a golpes de machado de silex, sem que o ‘senhor’, um momento, cogitasse do consentimento dessa escrava. A mulher era ‘coisa’ permutada por uma arma de pedra, um vestuario de pelles, uma peça de caça cobiçada, sem que, jamais, os que realizavam essa permuta parecessem suspeitar que aquella creatura pudesse Ter vontade, pudesse se revoltar contra o mercado nefando. A especie humana evoluia.

(...)

No regime do patriarchado

Lendo o ‘Genesis’ podemos avaliar a sociedade de então: A mulher era vendida, trocada por ovelhas. Conforme o trabalho que era capaz de executar, tal o seu valor. As filhas eram mal vindas na familia, deviam pagar a nutrição pelo trabalho e pelo numero de animaes porque eram vendidas àquelle que as desejava desposar. Quanto mais rico era o pastor, maior numero de mulheres possuia, que a sua sensualidade grosseira não se satisfazia com uma única esposa.

(...)

Na Grecia

Pelo seu exame vemos que há já um progresso realizado. A mulher deixou de ser a ‘coisa’ de valor calculado nos rebanhos e campos. Há mesmo um ensaio de emancipação intellectual, ou pelo menos, o seu merito nesse terreno, a egualdade ao homem é reconhecida.

Si, porém, já se não negava mais à mulher a sua intellectualidade, não se lhe cerceavam os meios de a cultivar, politica e socialmente continuava ella a ser a escrava. Aquella que não se destacava entre os seus contemporaneos por um extraordinario talento, (...) que não era sacerdotiza ou cortezã, a ‘mãe de familia’, passava a existencia entre as filhas e as escravas, encerrada no gyneceu, fiando e cuidando de outros labores domesticos, serva do marido que, apenas, raras vezes a fazia sahir fóra do lar para a conduzir a alguma festa civica.

De ante-mão destinada a esta vida enclausurada, a mulher grega, em regra geral, era de uma espantosa ignorancia, aprendendo apenas alguns canticos religiosos e os trabalhos de fiar e tecer, a que estava desde a infancia votada. Não tinha consciencia do seu ser; nella havia apenas a percepção da

belleza, innata àquelle glorioso povo da Grecia.

(...)

Em Roma

Conquanto não as encerrasse em um gyneceu, como os gregos, deixando-lhe embora maior soma de liberdade apparente, taes eram os seus costumes e as suas leis que não vemos, durante o periodo da Republica, a mulher romana sobresahir a não ser em um ou outro caso esporadico, excepcional.

A matrona romana, todavia, conquistara celebridade por todo o orbe. É que nesse austero perido da historia daquelle povo, ella se dedicava exclusivamente ao cultivo das virtudes do lar. Não se salientam por individualidades as mulheres romanas, mas salienta-se em coletividade a mulher romana.

Tambem a mulher foi contaminada pela fallencia geral dos caracteres. A familia não é mais do que uma associação de interesses pecuniarios. Paira pelo ambiente uma tempestade de sensualidades e amais orgulhosa patricia não se peja de se equalar à infima das transviadas de Suburrio: alia à sua expantosa luxuria uma ainda mais espantosa crueldade. é o tempo das Messalinas, das Agripinas, das Julias, das Poppéas...

(...)

Epocha Moderna

Eis-nos no periodo da grande Revolução. É o acontecimento que a historia humana registra na eterna lueta da reivindicção dos direitos postergados. À mulher coube saliente papel representar, por essa epocha. (...) Durante todo aquelle periodo a mulher do povo salienta-se porque é a mais ardente no clamor em prol dos direitos do eterno opprimido, e, também – é triste confessal-o; mas é a verdade – por ser quem se entrega a maiores excessos, manifestando uma ferocidade bem pouco compatível com o carater feminino.

Si fosse citar todas as mulheres que se tem distinguido nestes tempos mais proximos seria um nunca acabar. Mas não é meu intento fazer uma resenha das mulheres illustres. Apenas quero mostrar o desenvolvimento que a mulher tem attingido, que, de dia para dia, mais cresce, mais se avoluma, mais se

eleva. No momento actual, por todo o mundo, as mulheres manifestam um extraordinario afanna (sic) sua propria exaltação. (...) Esta proximo o dia, em que a sociedade civilisada não mais poderá protelar a solução do problema. O feminismo terá vencido, attingido o seu 'desideratum', os direitos da mulher terão sido equiparados aos do homem.

E a magna 'questão do casamento', em torno da qual, segundo a organização actual da Humanidade, gyra a sorte da mulher, será resolvida por outra forma, de modo que a esposa deixe de ser a escrava, a propriedade do marido. A união de dois entes para a constituição da familia será uma aliança honre e dignificadora de ambas as partes, estribada no respeito mutuo, na mais cabal equaldade de direitos, deveres, e responsabilidades."¹⁶

DIVÓRCIO

Mas a culpa de nossa ignorância, do nosso atraso, não nos cabe a nós mulheres! Deu-nos a natureza todos os dons, intelligência, bondade, coragem, deu-nos tudo! E para provar o valor da mulher brasileira temos milhares de bellissimos exemplos. Não fossem as injustiças dos códigos, não fossem as leis tiranas que nos esmagam, não fossem os preconceitos acanhados, rotineiros, a ingratição de nossos homens, o esquecimento de nossos governos, e outra seria a situação da mulher brasileira.

Onde os conhecimentos de ensino superior gratuitos para ela?... Onde as escolas profissionais em que aprenda como o homem um officio, que a salvaguarde da miséria?... Onde os conservatórios, sem remuneração para o desenvolvimento de seu espirito artistico?... Onde as aulas de educação em que se prepare para ser mãe e esposa?... Onde os cursos em que se lhe ensine a higiene física e moral?... Onde os salões de ginástica, sem paga, para o seu desenvolvimento fisico?... Onde os recólhimentos para as que se arrependem e se querem reabilitar pelo trabalho?... Onde as escolas maternas, as creches para os filhos das que lutam?... Onde as maternidades para as infelizes aguardarem a hora angustiosa do parto?... Onde as ligas de proteção aos órfãos, de freio ao tráfico de escravas brancas, de piedade para as expulsas da sociedade?

...Onde?...

¹⁶ Excertos de textos extraidos da REVISTA SEMANAL ILUSTRADA ESCRINIO. Porto Alegre, v. XI, nos 15, 18 e 25, 1910.

Nada, quase nada! Não feito os governos brasileiros em prol das suas mulheres! Quase nada! Quando tanto já poderia ter feito... E

Como há de ser grande um país, onde as mulheres sofrem tanto e são tão esquecidas? Um país não é grande só porque tem milhas e milhas de costas e léguas de campos despovoados sob um céu esplendorosamente azul. Por que esta soberba pátria de José Bonifácio não imita o que há de bom nos outros grandes países? Por que não abre as suas portas, como faz os EE.UU. às suas mulheres, para que trabalhem, para que se ilustrem, para que sejam iguais a seus homens com os mesmos direitos à vida?...

Eu não tenho esperanças de que o estado atual da sociedade mude tão cedo. É preciso tempo, muito tempo, para purificar tanta lama! É preciso que muitos anos decorram ainda, para que as filhas deste grandioso país conquistem todos os seus direitos. Até lá... quantas lágrimas e quanta miséria!..."¹⁷

¹⁷ OLIVEIRA, Andradina de. *Divórcio?*, op. cit., p. 135-137.

CORPOS E MÍDIA EM QUESTÃO

Luciana Rosar Fornazari¹

RESUMO: *Este artigo procura observar de que maneira corpos masculinos e femininos foram se tornando objeto de investimento social na mídia impressa brasileira, entre 1946 e 1960. Nesta análise percebemos que a exposição e o debate sobre os corpos de homens e mulheres é diferente. Tais diferenças contribuem na constituição dos gêneros pontuando espaços de atuação, entre outros, marcando as fronteiras sexuais.*

PALAVRAS-CHAVE: *Fronteiras Sexuais, Pós-guerra, Corpo, Gênero, Mídia*

ABSTRACT: *This article intends to observe in what way masculine and feminine bodies have become social investment objects in the Brazilian printed media, between 1946 and 1960. In this analysis we notice that the exhibition and the debate circa the men's and women's bodies are different. Such differences contribute in the gender constitution punctuating spaces of performance, among others, marking the sexual borders.*

KEYWORDS: *Sexual Borders, Postwar, Body, Gender, Media*

Este primeiro ensaio tem o objetivo de buscar a historicidade da visibilidade de corpos que constituíram imagens de homens e de mulheres no período do segundo pós-guerra até 1960, no sentido de investigar de que maneira foram se constituindo objetos de investimento social, e principalmente buscando perceber dentro de que discursos foi sendo forjado seus usos na imprensa nacional e local de Florianópolis. Dar historicidade a estas práticas vivenciadas no cotidiano é desnaturalizá-las e localizá-las em suas temporalidades e tensões.

Como podemos observar atualmente na mídia, a visibilidade do corpo tem se mostrado de maneira sistemática, no entanto o mostrar e o não mostrar

¹ Mestranda do programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Trabalho de orientação da Prof^a Dr^a Maria Bernardete Ramos Flores (Departamento de Pós-graduação em História/UFSC)

o corpo, de homens e mulheres, constitui-se historicamente de maneiras diferenciadas no tecer múltiplo de fios da história.

Na Idade Média o lugar concedido ao corpo estava ligado a determinados valores como força, procriação e saúde física e moral². A relação entre o nu cristão (que representa um ser criado) e o nu pagão (que representa um ser procriador) ganhou diferenças na representação no começo do século VIII: “O desaparecimento do batismo por imersão na época carolíngia suscitou a retomada, podemos dizer, do simbolismo pagão e deu à nudez um significado sexual e genital que ela não tinha”³.

Sara F. Matthews Grieco aponta duas relações contraditórias em relação ao corpo na Idade Moderna: o Renascimento que herdou uma desconfiança sobre o corpo, efêmero, preenchido por deleites e fraquezas; e a Europa do século XVI que se caracterizava dubiamente – uma vaga de puritanismo, celebração através do culto da beleza e redescoberta do nu⁴. Ao longo do texto a autora vai mostrando imagens (pinturas da época) que evidenciam “o corpo da mulher, sempre culpado de induzir ao pecado”⁵. Percebemos práticas e discursos contraditórios disputando espaços entre os séculos que correspondem à Idade Moderna, as representações sobre o corpo oscilaram, contribuindo para a construção da diferença entre os gêneros e para as distinções sociais. No entanto, no século XVIII a Igreja e o Estado promoveram ciosamente os seus direitos sobre o corpo e a sexualidade, “condenando o erotismo em favor de uma concepção conjugal e natalista das relações sexuais, nas quais a sexualidade era considerada com um meio bastante infeliz para um fim necessário”⁶.

Neste sentido Michel Foucault tem nos auxiliado ao apontar neste período específico a invenção do termo sexualidade; o sexo torna-se discurso, problemática a ser estudada, conhecida, relatada, confessada à Igreja, medicina, aparato jurídico-policial, convergindo para uma pedagogia de condutas⁷.

² ROUCHE, Michel. O corpo e o Coração. In: ARIÈS, Philippe & DUBY, Georges. História da vida Privada – do Império romano ao ano Mil São Paulo: Companhia das Letras, 1993, v.1, p. 442.

³ Idem, p. 439.

⁴ GRIECO, Sara F. Matthews. O corpo, a aparência e sexualidade. In: DUBY, Georges & PERROT, Michelle. História das mulheres no ocidente – do renascimento à Idade Moderna Porto: Edições Afrontamentos; São Paulo: Ebradil, v. 3, p. 71.

⁵ Idem, p. 75.

⁶ Ibidem, p. 95.

⁷ FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I – a vontade de saber Rio de Janeiro: Graal, 1993.

Jurandir Freire Costa nos sugere ainda que as novas formas de interpretar o corpo foram em vez de ser uma consequência de conhecimento científico crescente “foram, antes, novos modos de representar, de constituir realidades sociais”⁸. Para ele o corpo, assim como o sexo, é uma questão de construção cultural.

As imagens tiveram profundas mudanças com as fotografias em meados do século passado; as imagens dos corpos ganharam espaços em foros para além da intimidade do privado. O jornalismo moderno, que foi se configurando no final do século XIX, teve um aspecto que vai se afirmar durante o século seguinte: fotografias articuladas a textos em suas notícias⁹.

Alain Corbin aponta-nos transformações com relação aos sentimentos e as imagens fotografadas, favorecendo um novo sentir acerca da contemplação da nudez, difundindo um novo tempo do desejo¹⁰. Sonhos se fazem em imagens. Gerações e gerações passam a sonhar e a desejar novos sentimentos com relação aos seus e aos corpos dos outros.

Este outro espectador – aquele que passa a sonhar novos sonhos por conta de novas imagens tem na construção dos significados atribuídos a uma imagem, uma função de suas crenças sobre a produção da mesma, englobando de que maneira ela funciona estética, cultural e politicamente e principalmente de que maneira esta imagem está relacionada com o mundo¹¹.

As imagens contempladas de corpos masculinos e femininos no pós-guerra são histórias não tão somente de representações sociais mas também das mudanças da

“prática de contemplar, expor e ocultar partes do mundo que, desde então, ganham relevo e memória específicos (...) Cada imagem funciona expondo e também silenciando, construindo e, igualmente, destruindo: espaços,

⁸ COSTA, Jurandir Freire. O referente da identidade homossexual. In: PARKER, Richard & BARBOSA, Regina Maria. (org). Sexualidades Brasileiras Rio de Janeiro: Relume Dumará: ABIA/MS/UERJ, 1996, p. 73.

⁹ TOTA, Antonio Pedro. Entre Berlim e Nova York: paradigmas e paradoxos no Brasil dos anos 40. In: Projeto História – Cultura e Representação São Paulo: PUC, fev/1997, n.14, p. 119.

¹⁰ CORBIN, Alain. O Segredo do Indivíduo. In: PERROT, Michelle (direção) História da Vida Privada 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra São Paulo: Cia das Letras, 1991, p. 426.

¹¹ O’NEILL, Eileen. (RE)presentações de eros: explorando a atuação sexual feminina. JAGGAR, Alison M. & BORDO, Susan R. Gênero, Corpo, Conhecimento Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997, p.83.

*temporalidades, corpos, objetos e práticas incessantemente desenhados, fotografados, filmados, e, ao mesmo tempo, vendidos, impostos, comprados ou conquistados*¹².

Imagens que transitam seja investindo em profissões específicas para as mulheres como enfermeiras, secretárias e mais tarde, aeromoças; e para homens sugerindo a competitividade seja nos negócios, no esporte ou no amor, este último investido principalmente no cinema e suas disputas amorosas. Segundo Cristina Meneguello, imagens diversas de mulheres conviveram nas décadas de 40 e 50: “*a mulher celulósida pela influência do cinema, a moderna, a insatisfeita, a mãe e esposa sofredora do pós-guerra*”¹³.

Importante observar que por entre as imagens publicizadas na imprensa e no cinema de mulheres, as normas de feminidade se tornaram cada vez mais presentes sendo observadas culturalmente através do “delírio” de imagens adequadas do ser: “*ficamos sabendo das regras diretamente através do discurso do corpo: por meio de imagens que nos dizem que roupas, configuração do corpo, expressão facial, movimentos e comportamentos são exigidos*”¹⁴.

O corpo “*sendo a origem e o resultado de um longo processo de elaboração social*”¹⁵ tem na imprensa um dos principais espaços públicos de visibilidade, constituindo público de leitores cada vez maiores (e desconhecidos) no século XX. Entretanto a constituição do público leitor que trava debates opinativos teve um percurso na história.

É Jürgen Habermas que nos aponta mudanças e rupturas na constituição de uma esfera pública debatedora. Para ele a imprensa tornou-se o espaço de discussão em substituição a esfera pública pensante e debatedora constituída a partir do século XVIII. No modelo da esfera pública burguesa a separação entre os setores públicos e privados se apresentava de maneira rígida. A medida que o setor público foi se embricando no setor privado, em

¹² SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. Propaganda e História: antigos problemas, novas questões. In: Projeto História – Cultura e Representação São Paulo: PUC, fev/1997, n. 14, p. 97 e 98.

¹³ MENEGUELLO, Cristina. Mulher e mídia nos anos 50 reflexões sobre a documentação. In: Caderno Espaço Feminino Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1995, ano II, v. 2, n. 1/2.

¹⁴ BORDO, Susan R. O corpo e a reprodução da feminidade: uma apropriação feminista de Foucault. In: JAGGAR, Alison M. & BORDO, Susan R. Gênero, corpo, conhecimento Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997, p. 24.

¹⁵ CRESPO, Jorge. A História do Corpo Lisboa: Difel, 1990, p. 8.

outros termos, assumindo funções antes destinadas ao setor privado, este modelo rígido de separação foi se mostrando inútil¹⁶.

A partir deste período a própria função da imprensa se modifica; antes mera transmissora de informações relativas a economia e atos governamentais, a imprensa passa a emitir e publicar opinião. Esta mudança se deflagra juntamente a constituição de um público que antes pensava cultura, para um público que consome cultura, quando a esfera pública assume funções da propaganda¹⁷.

Nelson Werneck Sodré lembra-nos que a imprensa no início é uma atividade privada relacionada a própria história do desenvolvimento do capitalismo; com a transição da pequena à grande imprensa, foram se alterando as relações do jornal com o anunciante, com a política e com os leitores: “*vendia-se informação como se vendia qualquer mercadoria. E a sociedade urbana necessitava de informação para tudo, desde o trabalho até a diversão*”¹⁸. É esta atividade privada que está dando publicidade a corpos seja através de anúncios ou reportagens, contribuindo na constituição de sujeitos múltiplos: aqueles que se vêem publicados, aqueles que gostariam de ser, e aqueles que gostariam que fossem – existem diferenças.

Corpos e fronteiras sexuais em debate

Em 1946 em uma das conferências que proferiu em Portugal, Plínio Salgado lamenta a falta de distinção entre os gêneros, seja nos atos, nas maneiras e nos costumes: “*a mulher desvaloriza-se na indistinção dos sexos, e, em consequência, o homem rebaixa-se, perdendo o teor viril, porque nos países onde a mulher se masculiniza, o homem também se toma efeminado*”¹⁹.

No entanto a preocupação de Plínio Salgado não é exclusividade sua ou de seu tempo. O debate sobre o corpo que busca reatualizar as fronteiras sexuais veio sendo objeto de atenção desde o início do século XX, onde as diferenças entre homens e mulheres se encontravam abaladas e pouco nítidas: os dândis românticos traziam homens cada vez mais distantes da virilidade, virilidade que com a guerra ressuscitou com força total. E com ela todo um

¹⁶ HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p. 208.

¹⁷ Idem, p. 207.

¹⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983, p. 275.

¹⁹ SALGADO, Plínio. A Mulher no Século XX. Porto: Livraria Tavares Martins, 1947, p. 108.

imaginário heróico, desbravador, forte e destemido – este homem em construção é também o homem desejado, principalmente pelos países beligerantes que viam nestes corpos talhados para o trabalho, o seu próprio futuro. Este desejo de tornar-se masculino, deflagra-se um processo longo e difícil, envolvendo fatores culturais, onde “a virilidade não é dada, é construída através de um processo de diferenciação, longe de ser pensada como um absoluto; é relativa e reativa, na medida que se vê desestabilizada pelas mudanças da feminilidade”²⁰.

Neste campo relacional encontramos o feminismo eclodindo e recompondo fronteiras no universo europeu no século XIX. As angústias de Plínio Salgado podem ser lidas como resposta a algumas destas eclosões que colocaram abaixo todo um mundo que se imaginava controlado e regrado. A questão levantada por Geneviève Fraisse e Michelle Perrot é desafiadora: este é o momento onde a perspectiva de vida das mulheres se altera, seja enquanto posição de sujeito, indivíduo de corpo inteiro e atriz política e futura cidadã²¹, mesmo que as codificações da vida cotidiana perdurem, o campo de possibilidades se alarga para elas.

Segundo Anne-Marie Käppeli uma minoria de mulheres no século XIX criou uma identidade pública por meio do feminismo, assumindo por sua conta a Declaração dos Direitos do Homem, defendendo a causa em seu próprio sexo. Sua afirmação se dá por conta de dissidência religiosa. As lutas das sufragistas ecoam no reconhecimento do seu estatuto civil, anunciando uma nova identidade política calcada na quebra do silêncio acerca de sua sexualidade, defendendo a construção de uma nova moral. Esta movimentação não foi tida de maneira harmoniosa, hostilidades pulularam na Europa e nos Estados Unidos, locais onde se tornaram objeto de amplos debates públicos e alvo de lutas de diversos grupos políticos e sociais²².

Diferente do que se pode imaginar os movimentos feministas europeus e norte-americanos rapidamente tornaram-se influência às mulheres latino-americanas, como no caso da luta pelo voto feminino no Chile em 1876. Tal conquista pioneira teve fim prematuro: a Lei de 1884 lhe negou novamente o

²⁰ MATOS, Maria Izilda Santos de. & FARIA, Fernando A. Melodia e sintonia em Lupicínio Rodrigues: o feminino, o masculino e suas relações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p. 148.

²¹ FRAISER, Geneviève & PERROT, Michelle. Introdução: Ordens e Liberdades. In: DUBY, Georges & PERROT, Michelle (dir) História das Mulheres no Ocidente – o século XIX. Porto: Afrontamentos; São Paulo: Ebradil, 1994, p. 09.

²² KÄPPELI, Anne-Marie. Cenas Feministas. In: DUBY, Georges & PERROT, Michelle (dir) História das Mulheres no Ocidente – o século XIX. Porto: Afrontamentos; São Paulo: Ebradil, 1994, p. 541.

direito ao voto²³.

No Brasil principalmente na década de 20 do século seguinte, tal influência se viu multiplicada, seja por conta da Liga para a Emancipação Internacional da Mulher, fundada por Maria Lacerda Moura e Bertha Luz ou por conta da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino que trouxe maior impulso a questão do voto²⁴. A questão do voto não se mostrava única no Brasil, os movimentos feministas, seja filantrópico, sufragista, político buscavam novos caminhos na superação das condições femininas do próprio cotidiano²⁵. Miriam Moreira Leite nos aponta de que maneira a temática antifeminista se fez presente na década de 20 sob a forma de anedotas, desenhos ou ainda em sketches do teatro de revista. Desenhos expressivos que permitiam “verificar o nível de preconceitos raciais, classistas e sexistas que atuaram aliados ao anti-sufragismo, atribuindo às feministas traços de homens ou acentuando suas condições de fragilidade, paixão, incapacidade de raciocínio e decisão, o gosto da palavra inútil, etc”²⁶.

“Nem a mulher-boneca, nem a mulher-soldado”, retomando mais uma das falas de Plínio Salgado discursada em 1946, mas que mantinha diálogo direto à fala das feministas, observada também na apropriação dos termos e com ela observamos a construção de outros debates:

“o desvio do seu destino começa por essa moderna forma de romantismo que se baptizou com o nome de ‘feminismo’ e que antes deveria chamar-se ‘masculinismo’, e termina – após todos os cânticos à liberdade – com a anulação completa dessa mesma liberdade e a queda vertical até aos extremos da escravidão e da degradação”²⁷.

Embora criticado e atacado por setores políticos e públicos, encontramos no Brasil, na Europa e nos Estados Unidos diversos exemplos da representação da emancipação feminina, seja na imprensa ou no cinema, ganham expressão

²³ TELES, Maria Amélia de Almeida. Breve História do Feminismo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 40.

²⁴ Idem, p. 44.

²⁵ LEITE, Miriam L. Moreira. Outra face do feminismo: Maria Lacerda Moura. São Paulo: Ática, 1984.

²⁶ Idem, p. 36.

²⁷ SALGADO, Plínio. Op. Cit., p. 109.

pública pelo corpo, seja no vestuário, no abandono dos espartilhos ou no uso dos cabelos curtos.

No entanto, durante as guerras mundiais, este processo que as emancipava, teve um retrocesso. Muitas viram-se obrigadas a abandonar suas lutas pessoais e servir às lutas nacionais que buscaram a mobilização feminina no esforço de guerra, trabalhando na retaguarda²⁸, enquanto que os homens estariam lutando por elas e pelo país em trincheiras desconhecidas.

O estar e o sentir novas formas de trabalho trouxe diversas mudanças em alguns aspectos, principalmente com relação a indumentária. O uso de roupas mais leves, tecidos mais econômicos para os tempos de guerra, e a semelhança de trajes antes masculinos, passaram a ser de uso feminino também durante o esforço de guerra. Fotos da época nos mostram mulheres posando para fotografos em frente às fábricas: por entre gestos e vestuário observamos mulheres trajando macacões sujos de graxa, uma experiência não isenta de reprovações, mas que tiveram espaço e necessidade neste período específico.

No final da Segunda Guerra Mundial o período de mobilização foi trocado por um período de retorno aos lares e as tarefas destinadas as mulheres e aos homens, e principalmente pela reafirmação da imagem de mãe e dona de casa, promovida a rainha do lar:

“A guerra volta a instaurar, durante muito tempo, uma firme linha divisória entre o masculino e o feminino, e ressuscita os antigos mitos viris: os homens são feitos para combater e conquistar, as mulheres para dar a luz e cuidar dos filhos; esta complementariedade dos sexos parece necessária para reencontrar a paz e a segurança num mundo sentido como desregrado”²⁹.

A redefinição e reatualização fazem parte também das notícias publicadas pela imprensa local e nacional, onde se discute e se problematiza questões referentes a masculinidade e a feminilidade. Em *“Bem que elas tinham motivo”* publicado pelo jornal *A Gazeta*³⁰ no dia 04/05/1947, localizada na coluna CINE-

²⁸ THÉBAUD, Françoise. A Grande Guerra – O triunfo da divisão sexual. In: DUBY, Georges & PERROT, Michelle. *História das Mulheres no ocidente – o século XX*. V. 5. Porto: Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1995.

²⁹ THÉBAUD, Françoise. Op. Cit., p. 85.

³⁰ Jornal que circulava na cidade de Florianópolis.

ELEGANTE, uma publicação do CINE RITZ, a notícia faz um trocadilho com a então popular marchinha de Carnaval, onde observamos a masculinidade e a virilidade em foco:

“Em Cleveland o Dr. Herbert Hattender, professor da Universidade Norf-Occidental, afirmou em uma conferência que a calvície é indício seguro de masculinidade. Perda do cabelo jamais ocorre nos indivíduos de baixo nível de masculinidade. Por coincidência o Dr. Hattender... é caréca”³¹.

No dia 28 de outubro de 1950, Elza Marzullo em sua coluna Elegancia e Beleza dá publicidade a uma enquete acerca do uso de roupas masculinas pelas mulheres, que assim se vestiam especificamente em um clube noturno de Paris. Segundo a enquete da revista francesa, a manutenção das fronteiras entre os gêneros se mostra a resposta adequada. Elza Marzullo embora não teça comentários, destacou da enquete algumas destas respostas:

“Que confusão é esta que as mulheres (certas mulheres, bem entendido) estão criando uma maneira de vestir? Para mim o problema é o seguinte: a mulher deve se vestir de mulher, como o homem se veste de homem. O que diriam elas se os homens comesçassem a passear pelas ruas metidos em saias. (...) Se o homem perderia todo o respeito apresentando-se em traje masculino, nós também não podemos ter a mesma consideração, as mesmas delicadezas com uma mulher que perde voluntariamente a sua feminilidade, metendo-se em calças masculinas. Confesso que me sinto deslocado quando tenho a meu lado uma mulher trajada à masculina”.

No entanto, o uso das calças pelas mulheres nem sempre era visto neste sentido. A indústria da moda passou a desenvolver modelos femininos para cada ocasião. Assim, em determinados e específicos momentos, o uso das calças compridas não provocava tais confusões:

³¹ Bem que elas tinham motivo. *A Gazeta* n° 3288, 04/05/1947, p. 07.

“Admito, é claro, que no campo, quando faz frio, ou quando quer dar uma volta de bicicleta, especialmente se está ventando, uma mulher use calças de homem. É mais do que justo, pois se trata de uma infração ocasional, ditada pelas circunstâncias. Mas acho que exagera quando, no verão, uma jovem se veste de homem. Perde tôda a sua graça, a sua espontaneidade, adquirindo um ar artificial, afetado, extravagante. Êste tipo de mulher não pode agradar a um homem”³².

Na fala deste espectador que olha com desaprovação a indistinção dos gêneros através da indumentária, observamos que tais preocupações estão mexendo com critérios de comportamento, ou seja, a maneira de se vestir e de se portar perante a sociedade marca ao mesmo tempo que acentua os limites do corpo possível feminino e masculino. O título *Uma “Enquête” atualíssima...* nos mostra que esta tensão entre os gêneros estava presente também na imprensa brasileira.

Questões nunca antes pensadas passaram a ter espaço público de discussão; a presença das reivindicações feministas, como a questão do uso ou não de peças masculinas estavam, como observamos na linha de fogo dos articulistas da época. A presença visível da circularidade de tais discursos não se reduzia a grandes centros como Rio de Janeiro. A publicidade acerca do feminismo aparece de diversas formas.

A imprensa catarinense, mesmo que timidamente, deu conta da movimentação feminista no artigo *“Dia Internacional da Mulher”* publicado na coluna *Cantinho Feminino*, assinada por Eneida. Esta articulista informa aos leitores do jornal A Gazeta a atuação do movimento feminista:

“que inicialmente surgia com o sufragismo pregando o uso das calças masculinas, cabelos cortados bem curtos, o uso do fumo e muitos outros aspectos, era já a vontade de luta das mulheres para romper cadeias e preconceitos, e vir à rua exigir seus direitos inclusive um maior: o de participação na vida político-social do país”³³.

³² Uma “Enquête” atualíssima... O Cruzeiro, 28/10/1950, p. 125.

³³ O Dia Internacional da Mulher A Gazeta nº 3547, 14/03/1948, p. 07.

Em 21 de setembro de 1952 na coluna *Opinião*, para Manuel Ferreira de Melo o feminismo mais progride nos fatos, como o desuso de hábitos rotineiros, que nas teorias, ou seja na discussão de teses, para ele, platônicas e inócuas. No entanto o autor observa, ainda com estranhamento e ousadia, os fatos que ocorrem na cidade:

“Daí como conseqüência natural, assistir-se, de vez em quando, a um ou outro aspecto mais ousado da vida urbana que, no tempo de nossas avós, certamente causaria horror, mas que, hoje, dá à cidade uma fisionomia agradável e sorridente de civilização (!!!). Na verdade, há dias, vimos, tranquilamente conversando, duas encantadoras damas, fumando cigarros. Precisamente em frente ao Palácio, presenciamos uma linda garota tomar um ônibus em plena marcha, como se fosse um agil rapaz. E nas nossas vias públicas, de vez em vez, não aparecem moçoilas perfeitamente ‘a la home’...? E, nas praias? Nem é bom falar...

Dir-se-á – são exceções; mas servem para dar um índice curioso do movimento feminista em nossa capital”³⁴.

Uma questão de modernidade

Na década de 40 Antonio Pedro Tota observa a constituição de um novo paradigma: o norte-americano. O projeto de cultura digerível (representada pelos filmes produzidos em Hollywood, publicidade das empresas, produtos e pelas agências de propagandas ligadas a órgãos públicos como o OCIAA) se colocava em oposição ao paradigma urbanista dos grandes centros culturais europeus³⁵. O alvo da política de Roosevelt de Boa Vizinhança era a máquina de guerra nazista que parecia um modelo insuperável em outros países, inclusive o Brasil. Tota nos mostra esta preocupação através de pesquisas acerca da presença de germânicos no sul do Brasil, pesquisas estas realizadas por setores da espionagem americana³⁶.

³⁴ Feminismos... O Estado nº 11.503, 21/09/1952, p. 07.

³⁵ TOTA, Antonio Pedro. Entre Berlim e Nova York: paradigmas e paradoxos no Brasil dos anos 40. In: Projeto História – Cultura e Representação. São Paulo: PUC, fev/1997, n. 14, p. 114.

³⁶ Idem, p. 122.

A imprensa teve um papel significativo e decisivo no retorno a feminilidade e a masculinidade no período posterior ao segundo pós-guerra. A influência do *American Way of Life*³⁷ era visível pois começava a atingir as classes médias através da modernização e do consumismo. As duas guerras mundiais arruinaram a Europa e consolidaram os Estados Unidos como potência industrial, livre das pressões do mercado, onde o desenvolvimento econômico possibilitou a exportação para a Europa, entre outros países, inclusive o Brasil, da criação de necessidades através de “produtos culturais”. Segundo Sophie Body-Gendrot estes produtos culturais não se constituíam como demanda mas obtiveram aprovação, por conta de uma coersedução, uma mensagem cultural ou política sutil que seduzia principalmente através da mídia³⁸.

O modelo americano difundiu um novo modelo de feminilidade estimulando o consumo através da publicidade desde a década de 20³⁹, dando um impulso a imagem da mulher dona de casa e consumidora: “As estatísticas da época assinalam a mulher como realizadora de 80% das compras. A publicidade dirige-se a elas e ao mesmo tempo devolve-lhes imagens de si mesmas”⁴⁰. Através dos anúncios publicitários, onde as mulheres eram as protagonistas, eram mostradas “como estando completamente dependentes dos produtos comerciais para levarem a cabo as suas tarefas domésticas, atraírem os homens, educarem os filhos ou conseguirem aceitação social”⁴¹.

Os anúncios que contemplam parte da imprensa brasileira no final da década de 40 e início de 50 trazem anúncios cada vez mais relacionados a imagens, seja através do uso de fotografias, e este uso principalmente nas revistas como *O Cruzeiro*, ou seja através de ilustrações desenhadas.

A questão do gênero entrecorta a visibilidade destes corpos; a publicidade é específica para corpos femininos que continuam a protagonizar grande parcela destes produtos, assim como corpos masculinos também passam a fazer parte do universo publicitário. No entanto, a maneira como seus corpos

³⁷ Cf. BODY-GENDROT, Sophie. Uma vida privada francesa segundo o modelo americano. In: ARIÉS, Philippe & DUBY, Georges. *História da Vida Privada: da primeira guerra a nossos dias*. São Paulo: Cia das Letras, 1994, v. 5, p. 529.

³⁸ Idem, p. 534 a 536.

³⁹ COTT, Nancy F. A Mulher Moderna – O estilo americano nos anos vinte. In: DUBY, Georges & PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente – o Século XX*. Porto: Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1995, v. 5, p. 106.

⁴⁰ Idem, p. 109.

⁴¹ HIGONNET, Anne. Mulheres, Imagens e Representações. In: DUBY, Georges & PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente – o Século XX*. Porto: Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1995, v. 5, p. 409.

são apropriados como consumo é uma questão que amplia e reforça as fronteiras entre os gêneros. Aos homens a sugestão à virilidade e ao vigor físico estão sendo a todo momento observadas, assim como a manutenção do corpo limpo, saudável e competitivo seja no trabalho, no esporte, na vida política ou na relação afetiva. As mulheres os cuidados do corpo são sugeridos pelos anúncios, agora além de vender produtos para seu próprio consumo, são objetos de consumo também para os homens por conta de calendários, como os da GOODYEAR anunciado em diversos setores da imprensa escrita, inclusive na catarinense, na década de 50⁴².

Assim diferente do que foi se construindo com corpos masculinos, corpos femininos foram sendo forjados enquanto apelo ao público, garantia de audiência e de rentabilidade. Seja através de calendários, ou até mesmo de uma simples aspirina, o corpo feminino é apreendido pela mídia como objeto de consumo e também como consumidor de produtos e necessidades.

Nos jornais locais, os corpos publicizados que aparecem até o início de 1951, são provenientes de empresas nacionais, e ainda não produzidos em Florianópolis. As imagens colocam o corpo da mulher em destaque em diversos momentos. Durante os quatro últimos anos da década de 40, observamos um mesmo anúncio sendo publicado nos jornais *O Estado* e *A Gazeta*. A idéia do anúncio é mostrar, através dos desenhos ilustrados, os motivos da dor de cabeça onde a solução é a aspirina CAFIASPIRINA da Bayer: “DORES CÉLEBRES DA HISTÓRIA... SALOMÉ NÃO SOMENTE DAVA ‘TERRÍVEIS’ DORES DE CABEÇA AOS HOMENS, COMO FAZIA CORTAR A CABEÇA DOS SANTOS”⁴³. Aparentemente inofensivo este anúncio manteve um padrão: na série de desenhos a presença física das mulheres, não um corpo vestido – mas um corpo que revela partes desejadas, é a razão do “desequilíbrio” e da “irracionalidade” para os homens.

Os ideais de beleza estão em todas as páginas, e com eles o consumo, lido lateralmente na construção de novas necessidades e disposições femininas, como os “*Produtos de Toucador DAGELLE*” onde o uso diário do creme para limpeza adicionado ao uso do tônico adstringente VIVATONE, garantia a consumidora uma cútis acetinada... como uma pétala de rosa⁴⁴.

No entanto, tal investimento acerca dos cuidados com o corpo não se dirigiam somente às mulheres, as propagandas de produtos de higiene tinham também os homens como alvo de conquista. Curioso observar que o que se

⁴² O Calendário Goodyear para 1950. *A Gazeta* nº 3630, 22/01/1950, p. 05.

⁴³ Aspirina Cafiaspirina da Bayer. *O Estado* nº 10.601, 15/10/1949, p. 05.

⁴⁴ *O Cruzeiro* Rio de Janeiro: 13/07/46, p. 18.

mostra destes protagonistas são específicas partes de seus corpos, principalmente as partes superiores do corpo, e vale frisar, estas quando mostradas. O sabonete VALE QUANTO PESA trouxe como protagonista um homem sorridente para dentro das casas dos leitores: a toalha enrolada sugere o uso recente do sabonete que emana de sua embalagem brilho, sugerindo também limpeza⁴⁵.

Diferente do que ocorreu nas décadas de 20 e de 30 onde se percebeu um descompasso através da análise de anúncios com relação as promessas de modernidade nas cidades brasileiras⁴⁶, no pós-guerra a situação ganha contornos de adesão. A revista O Cruzeiro nos traz grande parte desta produção nessa análise.

No ano de 1946 um anúncio de página inteira nos chama a atenção:

“CLIMAX – Seus olhos límpidos mergulharam nos olhos dêle, demoradamente. Houve uma pausa, um largo silêncio entre ambos, recortado por exclamações distantes dos tenistas ao longe. Ela fitou-o ainda e, estendendo-lhe os braços, segredou: - ‘Todo vencedor faz jús a um prêmio...’ Éle sorriu, confiante. - ‘... e seu prêmio será entregue agora... com uma palavra... sim...”

Emoldurando o diálogo, temos a imagem de uma gravura desenhada que nos mostra o casal, trajando roupas esportivas. A cena sugere o beijo, mas apenas sugere. Para nós, poderia ser um anúncio de indumentária, ou até mesmo de um complexo turístico, mas o objeto de desejo é o sabonete Salus “discreto... e tão agradável!”. A vontade de ser moderno é apreendida pelo próprio anúncio, que no canto esquerdo da página, conclui: “Assim vive o homem moderno... O sucesso acompanha os homens do seu tempo – para os quais o sabonete Salus sempre é primeira escolha!”⁴⁷.

Depois de 1954, a política econômica brasileira entra em uma fase de transformações, encerrando a política de desenvolvimento capitalista autônomo,

“e tanto a economia quanto o Estado no Brasil passam a assumir uma complexidade maior em razão das novas

⁴⁵ O Cruzeiro Rio de Janeiro: 13/07/46, p. 33.

⁴⁶ Cf. SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. Op. Cit. p. 95 e 96.

⁴⁷ O Cruzeiro Rio de Janeiro, 27/07/46, p. 31.

*demandas de uma política desenvolvimentista de abertura ao capital internacional, no qual desenvolvimento era sinônimo de industrialização e crescimento de mercado interno*⁴⁸.

A presença do desejo de modernidade aparece em diversas situações, seja no usos das praias enquanto local de sociabilidade moderna, e com ela todo um aparato veio acompanhá-la na criação de necessidades culturais: “ESCUTE O MUNDO!” nos sugere o anúncio do rádio portátil ZENITH, que funciona em qualquer lugar, em qualquer hora, inclusive nas areias da praia⁴⁹. O moderno que tão bem percorria os anúncios e reclames das rádios do final dos anos 40, na década de 50 a emergência do ser moderno se generalizou no cotidiano. Segundo Maria Izilda Santos de Matos a modernidade não significou em uma padronização no estilo de vida mas principalmente em uma veiculação de um modo de vida calcado em referenciais, como funcionalidade, eficiência, racionalidade e conforto⁵⁰.

A metáfora da vitória no campo amoroso invade não só a constituição do provedor da casa, como também o competidor no mundo dos negócios e nos esportes. Em 13 de julho de 1946, o anúncio do relógio CYMA nos aponta a relação competitiva entre dois atletas na prova de salto com barreiras, onde o “cronographo de alta precisão”⁵¹ nos sugere um uso moderno do corpo, aqui, explicitamente masculino, e do tempo. A velocidade de aviões e de provas de remo se mesclam ajudando a montar um quadro que aponta situações diversas de atuação onde está se constituindo homens cada vez mais modernos.

A contínua e crescente visibilidade dos corpos no espaço público, está essencialmente ligada ao processo de urbanização, implicando em novas maneiras de ver, em outras palavras, uma nova percepção da presença física. Esta visibilidade implica, desta maneira, um trabalho sobre o corpo, que o adapta às novas exigências, sexuais e sociais, na década de 20 em São Paulo⁵². Este

⁴⁸ SIQUEIRA, Antônio Jorge de. O rural e o urbano no cinema novo. In: Projeto História – Cultura e Representação, São Paulo: PUC, fev/1997, n. 14, p. 243.

⁴⁹ O Cruzeiro, Rio de Janeiro, 24/08/46, p. 37.

⁵⁰ MATOS, Maria Izilda Santos de. Dolores Duran: experiências boêmias em Copacabana nos anos 50. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 44.

⁵¹ O Cruzeiro, Rio de Janeiro, 13/07/46, p. 18.

⁵² SCHPUN, Mônica Raisa. Códigos sexuais e vida urbana em São Paulo: as práticas esportivas da oligarquia nos anos vinte. In: SCHPUN, Mônica Raisa. Gêneros sem fronteiras – oito olhares sobre mulheres e relações de gênero. São Paulo: Editora Mulheres, 1997, p. 47.

trabalho sobre o corpo masculino e esportes competitivos ecoam nos anúncios, reforçando espaços de gênero e de atuação social específicos para homens e mulheres.

A identificação dos homens com o esporte é reforçada pelos anúncios não mais como algo inato, mais algo a ser construído, o vir a ser. Através dos comprimidos VIKELP observamos está construção diferenciada, para homens e mulheres. Em 27 de julho de 1946, temos como protagonista um homem jovem, musculoso e atleta. Acima dele a imagem do Discóbulo grego, símbolo de perfeição estética do corpo humano; o título destaca: "O VIGOR E A PERFEIÇÃO DO CORPO HUMANO – ATAQUE DIRETAMENTE AS CAUSAS DE SUA MAGREZA E DESELEGÂNCIA"⁵³. Em 28 de setembro do mesmo ano, temos agora como protagonista uma jovem sentada na areia, trajando um maiô de duas peças. A sua esquerda, a imagem da vênus de Milos, símbolo do amor e da sedução; o título aqui destaca: "O VIGOR E A PERFEIÇÃO DO CORPO – EIS O MEIO DE V. OBTER O VIGOR E A SAÚDE DO CORPO"⁵⁴. Mais do que o texto escrito, a diferença entre homens e mulheres se reforçam nas imagens que pontuam espaços de atuação e principalmente de comportamento, diferentes para homens e mulheres.

Antes do fim

No pós-guerra e no decorrer da década de 50, podemos observar imagens diversas de homens e mulheres, transitando no cotidiano dos lares, nas leituras diárias e semanais. Percebemos estas imagens não enquanto fomentadoras de papéis sexuais, mas como um dos setores que contribuíram na construção de imagens específicas de seus corpos, marcando e redefinindo cotidianamente a divisão sexual, neste período. Na década de 60, principalmente no final dela, esta divisão foi colocada à prova, sendo questionada pela retomada movimento feminista, que nos disseram – isso não é natural.

Temos observado neste percurso que a constituição dos gêneros está longe de ser marcada por linearidades ou continuidades. Outras temporalidades, relações diversas se encontram em meio ao emaranhado de fotos amareladas pelo tempo. Outras questões virão.

Florianópolis, 12 de agosto de 1999.

⁵³ O Cruzeiro 27/07/1946, p. 78.

⁵⁴ O Cruzeiro 28/09/1946, P. 62.

A CATEGORIA GÊNERO, COTIDIANO E CULTURA: O DIÁLOGO COM AS FONTES DOCUMENTAIS

Dorian Erich de Castro *
Vera Lúcia Puga de Sousa **
Maria Clara T. Machado ***

RESUMO: O objetivo deste artigo é ilustrar parte da documentação que compõe o Projeto Caminho das Pedras - Roteiro das Fontes Documentais – relativo às questões de gênero e estimular possíveis pesquisas nesta área. Através da documentação disponível neste acervo, buscamos resgatar as relações de poder na sociedade, e perceber os papéis sociais diferenciados entre homens e mulheres, como também perceber as múltiplas formas de violência institucionalizadas e legitimadas pela sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Fontes documentais, Gênero, Violências Institucionais.

ABSTRACT: The object of this article is to illustrate part of the documents which constitutes the Caminho das Pedras Project – Roteiro das Fontes Documentais – related to questions of gender and to stimulate possible researches in this area. By using the available documentation in this archive, we bring back the power relationships in the society and to realise the differents socials roles between men and women, as well as the multiple ways of violence institutionalized and legitimated by society.

KEYWORDS: Documentation, Gender, Violence Institutionalized.

* Aluno do curso de História da Universidade Federal de Uberlândia, bolsista da FAPEMIG vinculado ao projeto "Caminho das Pedras", sob orientação da Prof.ª Dr.ª Vera Lúcia Puga de Sousa.

** Diretora do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, sub-coordenadora do projeto "Caminho das Pedras".

*** Coordenadora do Mestrado em História da Universidade Federal de Uberlândia, coordenadora do projeto "Caminho das Pedras".

“As mulheres sejam submissas a seus próprios maridos como ao senhor; Porque o marido é a cabeça da mulher... Assim também os maridos devem amar as mulheres como seus próprios corpos. Quem ama sua esposa, a si mesmo se ama. Eis porque deixará o homem seu pai e sua mãe, e se unirá à sua mulher, e se tornarão os dois uma só carne.” (Ef. 5:22,23, 28, 31)¹

Foi-nos possível, a partir de algumas reflexões contemporâneas sobre gênero, o diálogo com parte de uma documentação que se encontra em fase de organização no projeto “Caminho das Pedras: Roteiro das fontes documentais discursos da ordem e das resistências Uberlândia 1900-1980”.² Este projeto visa a organização e preservação da memória histórica de Uberlândia, tendo como objetivo sistematizar e organizar as fontes documentais relativas ao município, que servirão posteriormente como referencial para futuras pesquisas. Para isso, essa vasta documentação doada por professores do Instituto de História ao CDHIS, após terem concluído seus trabalhos de mestrado e doutorado, está sendo tematizada, catalogada e identificada, possibilitando, por um lado, a sua valorização como parte constitutiva do instrumental de trabalho do historiador e, por outro, vem atender a demanda existente por parte dos alunos de graduação e mestrado dos cursos de História que têm como um dos objetos de estudo de suas monografias e dissertações a cidade e a região.

Este texto é uma tentativa de traçar algumas perspectivas de análise através de parte da documentação disponível neste acervo. Nesta tarefa objetivamos resgatar as transformações nas relações de poder dentro da sociedade; com este fim buscamos sustentação nesse material documental, especialmente no que se refere a gênero, que vem sendo catalogado à parte, por tratar não só de temática regional, como também nacional. Esta documentação vem sendo catalogada por temas que foram subdivididos da seguinte forma: Moralidade, Costumes e Comportamento; Casamento, Divórcio, Concubinato, Relações Pré-Nupciais, Amor, Educação Familiar, Adultério e Ciúme; Prostituição e Homossexualismo; Papéis Masculinos x Papéis Femininos;

¹ *Bíblia Sagrada*. Brasília – DF: Sociedade Bíblica do Brasil, 1969, p. 233

² Projeto que vem sendo desenvolvido no CDHIS (Centro de Documentação e Pesquisa em História) sob a coordenação das professoras Dra. Maria Clara Tomaz Machado e Dra. Vera Lúcia Puga de Sousa do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, contando com o apoio financeiro da FAPEMIG e CNPQ.

Aborto; Família; Mulher e Política; Mulher e Trabalho; Juventude e Sexualidade; Feminismo; Crimes e Violência de Gênero.

Os documentos contidos neste acervo, acima citado, propiciarão uma análise abrangente dessas temáticas presentes no cotidiano citadino, devido à diversidade que a documentação utilizada nos remete. O recorte cronológico deste material em específico é datado entre 1920 a 1990; o que permitirá o desenvolvimento de diversas pesquisas e diferentes abordagens. Esta documentação teve como meio de veiculação os periódicos locais e nacionais: A Tribuna, Correio de Uberlândia, O Triângulo, o Repórter, A Tribuna de Minas, Folha de São Paulo, A Notícia e as revistas Manchete, Veja, Visão, Vida a Dois e Família Cristã.

Homens e mulheres, enquanto sujeitos de sua história, têm desempenhado papéis diferenciados nas relações sociais. Os vínculos por eles mantidos têm sido quase sempre, estabelecidos por relações de poder que, se resgatados, possibilitarão colocar em evidência pessoas antes excluídas do processo social.

Deste modo, pudemos perceber que a sociedade burguesa foi e é marcada pelo patriarcalismo, cuja principal definição passa pelo poder decisório dos homens em quase todas as instâncias sociais. Às mulheres foi delegado o papel de educadoras, domésticas e, mesmo quando trabalhadoras, submissas aos homens, sendo vistas mais como auxiliares que produtoras.

Não podemos deixar aqui de assinalar as grandes conquistas políticas engendradas pelos diversos movimentos feministas, que visavam modificar as relações entre homens e mulheres. Mas, ao falarmos em relações de gênero pressupomos que estas são muito mais amplas, uma vez que os desdobramentos dos vínculos, conflitos e ou resistências que as perpassam vêm assumindo significados diferenciados, dependendo da sociedade que os reelabora.

Dentre as diversas temáticas, pertinentes à documentação referida, destacam-se as questões familiares, os padrões e comportamentos, assim como os discursos dirigidos à família nos quais se percebe a intenção moralizante em prol de uma cidade ordeira e progressista. Aqui, parece-nos que o núcleo familiar, é visto como responsável por prover cidadãos aptos à sociedade local.(...) *Há, por ahi, muita gente que não quer trabalhar, que não produz porque passa as noites na jogatina, entregando-se ao vício, avolumando a corrente dos ociosos (...)*³ (Sic)

³ *A Tribuna*, 15/11/1920, ano II n.62. s/p.

A sociedade burguesa, enquanto produtora de ideologias, teve em instituições tais como família, escola, fábrica, entre outros, o locus privilegiado, capaz de introjetar e veicular normas e condutas de vida próprias dessa ideologia. Neste sentido, a família era (...) *a primeira imagem da pátria. Edifica a casa, estabeleceu o lar doméstico, junto a castidade, o amor conjugal e a fidelidade, ensina os filhos as leis da honra e os deveres para com Deus e para com os homens, e tereis realizado no lar o paraíso terreal e nelles vereis brotar caudais de força riqueza e moral para a sociedade, família composta de todas as famílias...*⁴. (Sic)

Na região do Triângulo Mineiro, até meados dos anos 60, o mercado de trabalho formal era composto por homens, e às mulheres cabia exercer profissões tipicamente femininas, como a de professora, manicure e cabeleireira, costureira, parteira e enfermeira, entre outras. Desta forma, as mulheres tinham como papéis principais serem mães e esposas, sendo vistas como verdadeiros esteios morais do lar. Assim, o trabalho no mercado formal nesta época era tido como incompatível com os deveres domésticos. É o que podemos notar no jornal O Repórter de 06/12/1961 (...) *Acontece que a mulher vem perdendo, dia a dia, toda a sua grandeza moral, e se ela não se concentrar verdadeiramente no seu papel, ela não será capaz de produzir filhos aptos e suster a queda deste mundo do século XX.*

*A missão da mulher aqui na terra é uma missão maternal. Não é tão importante que ela tenha ou não tenha filhos, o essencial é que ela exerça em seu seio uma ação maternal...*⁵ (Sic)

Neste contexto histórico, o homem era legalmente e de fato considerado na sociedade o cabeça do casal⁶, e sua função era a de suprir ou prover as necessidades da família. Desde a infância este comportamento era determinado socialmente através de brincadeiras, os meninos deviam jogar futebol, brincar de mocinhos e bandidos, desenvolviam o gosto por revólveres e carrinhos, a agressividade era uma característica desse sexo. As meninas, ao contrário, deviam ser meigas e dóceis e suas brincadeiras imitavam as funções que obrigatoriamente assumiriam na maturidade.

Desta forma, (...) é fácil deduzir, portanto, que os papéis sexuais são definidos pela sociedade e imposto através de várias pressões. E quem se conforma com os ideais de masculinidade e feminilidade, em lugar de fugir a

*eles, vive com maior facilidade, evitando o risco do ridículo e da marginalização...*⁷

Portanto, sentimentos como paixão e amor também foram condicionados pela sociedade (...) *Amor seria a cristalização ou a sublimação da paixão. A paixão é inconseqüente. É uma espécie de exaltação dos sentidos, um capricho do desejo, um frenesi, e caracteriza-se por um certo medo, ora de perder o ser amado, ora de não estar agindo com acêrto. (...) É ardente e fulgaz. Enquanto a paixão morre de saciedade o amor continua seu crescimento próprio através das estações da vida, sempre novo, sempre diferente. (...)*⁸ (Sic)

Para a sociedade, o amor se consolidaria num casamento duradouro, que representava o ideal de felicidade, a paixão era compreendida como um sentimento mesquinho, perceptível em casamentos fracassados e concubinatos, o matrimônio seria o ideal para que a família nascesse e transplantasse os valores instituídos pela sociedade do trabalho.

Entre algumas formas de recusas a estas normatizações estavam o desquite e mais tarde o divórcio, que representavam uma alternativa contra a lógica da "santa família", das normas, regras e condutas idealizadas pela sociedade do trabalho. Em caso de relações desfeitas, homens e mulheres divorciados eram marginalizados socialmente. A mulher desquitada, mais do que o homem, carregava fortes discriminações e preconceitos. Portanto, estando desamarrada dos laços sagrados do casamento, colocaria em risco sua imagem de boa mãe e boa esposa. Mais do que isso, se transformava em mulher "sem dono," livre, um perigo para a sociedade.

Na década de 70, apesar dos protestos e discursos conservadores em prol da manutenção da família "patriarcal burguesa", se discutiu incessantemente sobre a legalização do divórcio que se concretizaria juridicamente, no final desses anos.

Mesmo diante das transformações ocorridas, observa-se uma luta pela manutenção dos costumes através dos discursos morais que ditavam regras, hábitos, costumes e até mesmo a maneira de se vestir, como no caso de (...) *um juiz do Rio de Janeiro recusou-se a fazer o casamento de uma moça por que ela compareceu no cartório de calça comprida...* Não me consta que haja lei dispondo sobre o idumento das nubentes, mas está subentendendo que elas não podem postular o ato nupcial trajadas sem decência, como aliás

⁴ Eduardo Coelho, Afamília. A Tribuna, Uberlândia 10/11/38. Ano XX n 12258, p. 09

⁵ A missão da mulher. O Repórter, 06/12/1961, nº 3858, ano XXVIII, p. 06.

⁶ O status de chefe de família ou cabeça do casal, o homem só perde com a constituição de 1988.

⁷ Sexo e Sociedade. In: Vida a Dois, n.08, Ed.Três, vol.1, 1977. S/p.

⁸ Maria Tereza. In: O Cruzeiro, 10/12/1960, n.09, p.120.

se deduz que ocorre em todos os atos públicos.(...) ⁹

Bem, como podemos notar, a sociedade impôs aos homens e mulheres certos comportamentos e papéis para se forjar uma comunidade ordeira, progressista e pacífica, sem conflitos sociais latentes. Nestas relações, os homens controlavam e determinavam os comportamentos lícitos e ilícitos, graças a seus “poderes” forjados socialmente, seja na sociedade em geral, assim como dentro dos lares.

Em contraposição aos comportamentos instituídos pela sociedade patriarcal, inicia-se em meados dos anos 60, nos EUA, os primeiros movimentos feministas que reivindicavam direitos igualitários entre homens e mulheres. Neste contexto histórico, as transformações tecnológicas e econômicas do século XX aliados aos movimentos feministas possibilitaram mudanças significativas no cotidiano das mulheres que, até então, exerciam o ofício de mães e esposas. A partir daí, se inserem significativamente no mercado formal de trabalho e, mesmo sofrendo discriminações e preconceitos, passam a competir com os homens, exercendo papéis e funções sociais antes exclusivos ao sexo masculino, invadindo as ruas, trabalhando em serviços braçais e intelectuais, conquistaram seu espaço no trânsito, nas universidades, produzindo conhecimento e gerando riquezas.

Estas transformações nas relações sociais geraram conflitos que são perceptíveis através dos artigos dos jornais, como demonstra o Correio de Uberlândia de 1971 em *Mulheres na Academia: A Academia Brasileira de Letras recusou recentemente a inscrição da Sra. Dinah Silveira de Queiroz para o pleito (...). Há nos estatutos do sodalício uma disposição que veda a entrada de mulheres na imortalidade.*

Evidentemente, a Academia está no seu direito. É uma associação particular que decide os assuntos de seu interesse de acordo com a opinião da maioria dos sócios. Não quer senhoras no seu recinto, assim como poderia não receber pessoas pretas, homens gordos ou pretendentes com cara bexigosa.(...). Assim, o senhor Marques Rebelo teria dito que não há nenhuma mulher com capacidade literária bastante ponderável para participar da glória de pertencer à instituição de Machado de Assis (...). ¹⁰

Esta “guerra dos sexos”, teve como principal palco de seus confrontos os campos da política e do trabalho, nos quais, preconceitos e discriminações ainda nos dia atuais, às portas do terceiro milênio, se fazem presentes. A

⁹ Correio de Uberlândia, 31/03/1971, p.04.

¹⁰ Correio de Uberlândia, nº 11.196, ano XXIV, 29/01/1971, p. 05.

ascensão e intervenção feminina nas questões político-partidárias na década de 60, eram ridicularizadas como se nota nos artigos de jornais de época: *Pela primeira vez na nossa história, a Assembléia Legislativa de Minas Gerais conta em seu seio representantes do sexo feminino: (...). As brasileiras não têm grande vocação para a política. Parece que se comprazem mais com a tradição da vida doméstica o que não significa desinteresse pelas várias atividades da espécie humana. Mas sempre houve, da parte das mulheres, mais tendências para as ambições especulativas do que para os embates da vida partidária.(...) ¹¹*

As mudanças nas relações sociais de trabalho caminharam paralelamente com as transformações tecnológicas e econômicas, mudando significativamente padrões de comportamentos e condutas, conforme observa-se no seguinte artigo:

(...) As leis refletem a época em que são promulgadas e assim devem ser periodicamente modificadas, afim de acompanhar o progresso da humanidade. O mesmo Código Civil data de 1916, época em que as mulheres dedicavam-se quase que exclusivamente às tarefas do lar. Hoje o aspecto é diferente, a mulher, por contingência financeira, projetou-se fora do lar e vem exercendo, satisfatoriamente, as mais variadas funções. De 1916 até a presente data houve duas Guerras Mundiais, trazendo em conseqüência modificações na estrutura econômica e social da humanidade. Na época atual na maioria dos lares é imprescindível o trabalho remunerado feminino. O orçamento doméstico com a inflação reduz-se cada vez mais, devendo ir em seu auxílio não somente a remuneração do homem, mas também a da mulher. Não pode esta ficar somente exercendo os trabalhos caseiros, é necessário, para equilibrar o orçamento da família que ela traga o resultado do seu trabalho fora do lar, provendo juntamente com o marido a manutenção da família, proporcionando aos filhos melhores possibilidades de alimentação, estudo, etc.(...) ¹²

Além da família, à juventude, em especial, eram dirigidos discursos disciplinares, principalmente quanto ao comportamento sexual. As mulheres tidas como modernas e que rompiam tabus sociais como o da virgindade, corriam o risco de ficarem à margem da sociedade, como demonstra a crônica de Luiz Fernando que narra a “estória” de Doralice, uma jovem moderna que se entregou

¹¹ Mulheres em Cena. Correio de Uberlândia, 27/02/1963, p. 07

¹² SILVA, Zéliz P. Rezende. Pela Igualdade dos Direitos da Mulher. Correio de Uberlândia, 28/08/1958, n. 6713, p. 07.

ao namorado antes de subir ao altar. Por ela ser pobre, os pais de seu namorado desaprovam este relacionamento. (...) *Os pais dele, não se preocupavam com o fato de ter sido ele, o único homem na vida de Doralice. Mas no íntimo, o jovem avançado que não ligava prá coisas convencionais, era de fato filho deles. Em sangue, em tradição, em pudor. Para onde ele foi, Doralice nunca quis saber. Mas ele deve ter se casado com uma virgem no altar da catedral. E Doralice é hoje a jovem avançada, inimiga das convenções. Livre.... infelizmente livre.... Tão desgraçadamente livre que teve amores e nunca teve um lar... que teve um filho... e nunca teve marido...*¹³

Mesmo frente aos discursos disciplinares e correndo o risco de estar à margem da sociedade, com a invenção da pílula anticoncepcional, houve uma revolução sexual, que modificou, em muito, as relações conjugais. Na sociedade moderna o planejamento familiar passou a ser de fundamental importância, e o uso de anticonceptivos e o próprio aborto, foram meios de negar os valores sociais instituídos e, apesar das falas que inibiam estas práticas, as mesmas se faziam presentes no cotidiano, como podemos perceber na repetição exaustiva de conselhos morais e negação das transformações; (...) *A institucionalização do anticoncepcionalismo e dos métodos cripto-abortivos constitui falsa tentativa de solucionar os graves problemas humanos que desfiguram a família, diminuem o valor da vida humana e constituem fatores de corrupção e degradação da sociedade brasileira.*(...)¹⁴

Entre as diversas formas de resistências, o aborto se apresenta como uma possível alternativa de recusa aos valores sociais instituídos e que é belicosamente recriminado por ir contra os mandamentos cristãos, como podemos notar no artigo A Fazedora de Anjos: (...) *Há mais de 10 anos vinha se dedicando a lúgubre profissão de “fabricar anjinhos”, isto é, provocar abortos criminosos, acobertando atos inconfessáveis. Isto ela fazia desde que tinha residência em Tupaciguara, quando se iniciou nesta miserável carreira de matar, matar profissional/crianças a que ela não dava um direito certo, divino e humano, o direito de nascer* (...) ¹⁵

O direito à vida passa por instâncias religiosas, morais e éticas, e as práticas abortivas demonstravam recusas e resistências às normas cristãs e jurídicas, sendo que o Código Penal Brasileiro, somente permite o aborto; e

¹³ Luiz Fernando. A Jovem muito moderna. *Correio de Uberlândia*, 28/09/1972, n.11852, ano XXXVI, p.06.

¹⁴ BIANCALANA, Valter. Médicos contra o aborto. *Tribuna de Minas*, 01/02/1975, n. 1204, ano IX, p. 04.

¹⁵ *Correio de Uberlândia*, 15/10/57.p.06.

isso vale para os dias de hoje, mediante duas causas, quando a fecundação resulta de um estupro, ou quando o prosseguimento da gestação ponha em risco a vida da mãe.¹⁶ Na segunda metade da década de 70, o Congresso Nacional foi palco de confrontos entre os defensores do aborto e os políticos que desaprovavam esta prática. Tornando-se ainda polêmica nos dias atuais.

Da mesma forma, o combate à prostituição ou sua conservação foi um assunto polêmico e na cidade de Uberlândia, se fez presente desde as primeiras décadas do século XX. De um lado por convir a alguns que este seria um “mal necessário”, de outro por acharem que este modo de vida seria uma afronta à moral e aos bons costumes. A permanência de prostíbulos no perímetro urbano seria uma contradição aos valores socialmente impostos, uma vez que os mesmos eram o reduto de ébrios, desordeiros e mulheres de vida fácil e, portanto, fugiam ao modelo ideal de cidadãos¹⁷.

No sentido de moralizar a cidade, nota-se nos discursos de época a necessidade da higienização do espaço urbano (...) *Quer hontem, quer hoje e quer amanhã, insistimos pelo policiamento de costumes dentro de Uberabinha*(...) *Com a intimação entregue e a apresentação do prazo de 30 dias para o deslocamento das referidas donas de Casas de Tolerância, a Regional irá manter um policiamento do local, visando o mais completo saneamento moral das chamadas Ruas “sem sol”. É pensamento da Regional, segundo fomos informados solucionar o problema da zona boêmia entre nós, com o completo deslocamento da mesma para um local distante da parte urbana citadina.*¹⁸ (Sic)

Como percebemos, os conflitos sociais são latentes ao analisarmos qualquer sociedade, uma vez que valores morais, religiosos, étnicos e culturais estão se contrapondo, e ao conhecermos as diferenças e as relações de poder temos uma melhor compreensão da sociedade.

Um outro abrangente campo de análise social e cultural são as formas de violência, em que o gênero se presta como um importante referencial teórico, pois estas são manifestações de poder sobre o outro que se opõe ao direito e à justiça; esta prática esteve constantemente presente nas relações cotidianas perpassando a história de todas as sociedades humanas.

Com o desenvolvimento das sociedades modernas e o advento do

¹⁶ Cf.Art.128, capítulo I, do Código Penal Brasileiro. Rio de Janeiro, Forense, 1940.

¹⁷ Cf MACHADO, Maria Clara T. “Prostituição – Além da Moral Burguesa – Um Misto de Resistência e Conformismo”. In: *História & Perspectivas*, Vol. 1, Nº 1, 1988.

¹⁸ O Meretrício. *A Tribuna*, 07/10/1927, ano XI, n.465. s/p.

que, na grande maioria das circunstâncias, estes estavam ligados a parentes ou pessoas muito próximas da vítima. Geralmente os agressores são pessoas simples, de baixo poder aquisitivo, assim como suas vítimas. Apesar da grande impunidade, socialmente este crime tem uma outra representação, (...) *Criminoso de alta periculosidade que a polícia deve prender de qualquer maneira, morto ou vivo, já que a vida de um indivíduo com essas características nada vale.* (...) ²⁵ Era assim, que a sociedade Uberlandense via a repressão aos “tarados” que atacavam as mulheres nas ruas da cidade.

As leis da sociedade brasileira reprimem os sujeitos que aproveitavam-se da inexperiência e inocência de jovens menores de 18 e maiores de 14 anos, ludibriando, prometendo juras de amor eterno e casamento em troca da virgindade, o que se caracteriza como crime de sedução (...) *Na perspectiva jurídica a vítima é sempre mulher, virgem, menor de idade e inocente (...) e identificar este ato como delito (...) define a preocupação da sociedade brasileira para com a honra, materializada em uma pequena membrana, o hímen. Através dele, foi e é possível o controle da sexualidade feminina, quando a sociedade discerne as mulheres puras e impuras.* (...) ²⁶ Mais que isso, distingue as mulheres entre as categorias de “Honestas” e “Desonestas”.

Os sujeitos que manchavam a honra de uma família e não reparavam o seu erro com o casamento, muitas vezes se transformavam em caso de polícia, como se nota na coluna policial do jornal Correio de Uberlândia de 18,19/07/65: *Está passando uma pequena temporada na “colônia de férias” do tio Filó, o sedutor Altino Estevão de Barros, que além de ser enxodado com a “laiá” bancar o “pinta-brava” com a pivete. Vai daí, que a Inhá não gostou da falsidade e correu até a “Casa da Moca” e falou para o seu Carrijo, que montou as coisas no papel e mais tarde o altivo recebia a intimação do delerisca para comparecer até o palacete, de onde ele foi devidamente acompanhado por dois soldados até as gradulinas onde aguarda a sua sentença* (...) ²⁷ (Sic)

No intuito de moralizar a cidade, a perseguição aos corruptores de menores esteve presente no cotidiano uberlandense, uma vez que, estes agrediam os valores morais da sociedade. (...) *Grande tem sido a atuação da excelente autoridade policial neste sentido em campanha realmente moralizadora e isenta de puritanismo mesquinhos. Óntem um antro de*

²⁵ Anormais intranqüilizam a família Uberlandense. **Correio de Uberlândia**, 08/06/61, p. 08.

²⁶ SOUSA, Vera Lucia Puga. op cit p. 211.

²⁷ **Correio de Uberlândia** 18, 19/07/65, ano XXVIII, n° 10049, p. 08.

corrupção de menores foi desbaratado pela polícia e seus responsáveis indiciados em inquérito (...) ²⁸ (Sic)

Como podemos perceber, a permanência e persistência de atos violentos e preconceitos são provas de que mesmo as transformações tecnológicas e o desenvolvimento humano não foram suficiente para libertar o homem de sentimentos e interesses mesquinhos, com os quais justificam a violência e discriminações que praticam. Apesar deste desenvolvimento, a desigualdade social e as múltiplas formas de violências, são evidentes, uma vez que permeiam o cotidiano popular.

A categoria gênero, ao compreender as diferenças e as relações de poder engendradas na sociedade, trouxe novas discussões sobre sujeitos antes excluídos, o que significa avanços para as questões políticas não só para as mulheres e homens, como também nas relações de trabalho e culturais. Esta categoria de análise pode ser entendida como mais uma possibilidade de desvendar o cotidiano de poder e agressividade presente em nossa sociedade, muitas vezes complexa e contraditória.

²⁸ **Correio de Uberlândia**, 19/08/61, n. 9235, ano XXIV, p. 08

AMIGADO COM FÉ, CASADO É

Luiz Claudio Duarte *

RESUMO: *Este artigo, por um lado, analisa os conflitos em torno dos valores morais e sexuais nas visões de homens e mulheres das camadas populares envolvidos em processos por crimes de sedução ocorridos no município de Campos dos Goytacazes (RJ) entre os anos de 1960 e 1974. Por outro, reflete sobre os conflitos e os pontos de identidade entre os valores e práticas dos homens e mulheres pobres de Campos e os valores e práticas dos profissionais do poder judiciário: advogados, promotores, defensores e juizes. Neste aspecto, destaque especial é dado aos significados do casamento para os setores populares e como esses significados aproximam-se ou afastam-se das normas morais e legais expressas no Código Civil brasileiro.*

PALAVRAS CHAVES: *Processos- Crimes de Sedução, Moral Sexual, Código Civil Brasileiro.*

ABSTRACT: *This article, on one side, studies the conflicts in throne of the moral values and of the sexual in the men's visions and women of the popular layers involved in processes by seduction crimes happened in the municipal district of Campos of Goytacazes (RJ) among the years of 1960 and 1974. For other, he/she contemplates on the conflicts and the identity points among the values and the men's practices and poor women of Campos and the values and the lawyers' practices: promoters, defenders and magistrates. In this aspect, special prominence is given to the meanings of the marriage for the popular sections and as those meanings they approach or they stand back of the moral norms and you delegate expressed in the Brazilian Civil Code.*

KEYWORDS: *Process Seduction Crimes, Conflicts the Identity, Brazilian Civil Code.*

* Mestre em História Moderna e Contemporânea pela Universidade Federal Fluminense e Professor de História do Departamento de Serviço Social de Campos da Universidade Federal Fluminense.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo nasceu do capítulo V da dissertação que defendi em maio de 1999 no mestrado em História da Universidade Federal Fluminense, com o título *Crimes de Sedução em Campos dos Goytacazes – 1960-1974*. Nele reflito sobre as motivações das ofendidas e queixosos para a abertura do processo e, especialmente, sobre os significados do casamento para os homens e mulheres das camadas populares presentes nos processos que analisei e para os profissionais do judiciário encarregados da acusação, da defesa e de proferir a sentença.

2. PAPÉIS SOCIAIS, MORAL E MATRIMÔNIO

No estudo dos processos-crimes, chama a atenção a variedade de comportamentos e atitudes dos homens e mulheres das camadas populares. Ao mesmo tempo que depuseram manifestando posturas e valores condizentes com os códigos morais do judiciário nos anos 60 e 70 (baseados na defesa da “moral familiar”, no recato feminino, na obediência dos(as) filhos(as) aos pais, no namoro sério e no casamento), também relatam práticas de vida antagônicas com um comportamento moralizado. Assim, os protagonistas dos processos depuseram valorizando o casamento formal, o qual, configurava-se como a principal opção de união matrimonial no conjunto da população campista nos anos 60 e 70 deste século, sendo também majoritário entre queixosos(as) e testemunhas¹. Simultaneamente, estes homens e mulheres aceitavam amasiamentos e constituíam famílias não legitimadas, evidenciando que os referenciais a partir dos quais formulavam seus valores e códigos de conduta guardavam diferenças em relação aos códigos do judiciário².

Por isso, algumas ofendidas afirmaram na polícia e/ou em juízo ter copulado mediante uma suposta promessa de mancebia, de montagem de casa ou de ser cuidada pelo namorado³, pois, provavelmente para estas ofendidas, o amasiamento não era percebido como imoral e também implicava na assunção das responsabilidades matrimoniais da parte de cada um dos cônjuges.

¹ Cf. DUARTE, Luiz Cláudio. *Crimes de Sedução em Campos dos Goytacazes 1960-1974. Dissertação de Mestrado*. Niterói: Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, 1999.

² Id. *Ibid.*

³ Em 34%, dos 53 processos pesquisados, as ofendidas disseram ter aceitado copular sob promessa de mancebia, de montagem de casa ou de ser cuidada pelo acusado.

Pelos relatos contidos nos processos, verifica-se que nas propostas de mancebia, assim como nas de casamento, ficava implícito o dever do homem (marido ou companheiro) na manutenção da casa e da família, cabendo à mulher (esposa ou companheira) as funções domésticas, incluso o cuidado com os filhos. Configurava-se assim o dever de mútua ajuda que, além de aparecer nos processos como sendo parte do senso comum dos casais, é também uma norma do Código Civil. Ou seja, para os setores populares presentes nos processos, o casamento não visava, centralmente, à moralização das relações sexuais e à disciplinarização dos comportamentos sociais, porém reafirmava uma divisão dos papéis, dos deveres familiares, a partir do gênero.

Depondo em juízo no dia 13 de dezembro de 1971, a ofendida Suelen Camargo, brasileira, preta, fluminense, com 16 anos de idade, do lar e alfabetizada disse:

que vai fazer um ano em janeiro que convive com o acusado e está grávida dele; que o acusado trata bem da ofendida; **que o acusado mantém a casa regularmente fornecendo o necessário à depoente** (...) que gosta do acusado e não tem raiva dele; que não tem raiva de nada do acusado, **que deseja se casar com o acusado, que o acusado é homem trabalhador; que trata bem moralmente a depoente**; que o acusado nunca manifestou o desejo de se casar com a ofendida (...)⁴.
[grifos meus]

Outro exemplo do que as moças ofendidas entendiam por matrimônio (e que tanto podia se realizar no casamento como no amasiamento) é encontrado no caso de Keitiane Barcelos, brasileira, preta, fluminense, com 16 anos de idade, do lar e alfabetizada, que teria sido seduzida e deflorada, em janeiro de 1970, por seu noivo Juvenal Oliva, brasileiro, branco, católico, fluminense, solteiro, com 25 anos de idade e alfabetizado.

Depondo em juízo em 20 de setembro de 1974, a queixosa, mãe da ofendida, afirmou que:

em maio último, a **filha da depoente foi morar no Rio de Janeiro em companhia de uma rapaz de nome Josué Carvalho**; que faz mais ou menos um ano e cinco meses que a filha da depoente passou a namorar

⁴ Processo nº 10.745, maço 574, folha 34. No processo nº 11.177, maço 570, folha 61, a ofendida Eva de Jesus Flores afirmou, perante o juiz, que o acusado, com quem passara a viver amasiada, “é muito bom para a ofendida e dá toda assistência que precisa”.

Josué Carvalho e que em maio passado, **sua filha já foi para o Rio grávida de Josué Carvalho; que atualmente sua filha já tem inclusive uma menina, fruto desse companheirismo;** (...) que a depoente sabe que Josué Carvalho pretende até ao final do ano casar-se legalmente com sua filha (...) que a depoente sabe que sua filha mora com Josué Carvalho em Parada de Lucas, mas não sabe dizer precisamente o endereço (...) que sua filha era alfabetizada e sabia muito de serviços domésticos e era muito inteligente (...); que sua filha não gostava de diversões; que a depoente nunca viu sua filha sair sozinha com o acusado; que não deixava sua filha sair por causa de criação do interior, que é assim (...)⁵. [grifos meus]

A compreensão de que a seriedade, e mesmo a razão de ser da união conjugal, se fundamenta no cumprimento dos papéis sexuais, com o homem honrando o seu dever de protetor e mantenedor da casa, enquanto a mulher zela pela organização e funcionamento do lar, aparece, pelos relatos contidos nos processos, como sendo comum entre os homens e mulheres das camadas populares. Contudo, temos indícios de que essa compreensão também foi aceita por alguns profissionais do judiciário.

É o que se pode apreender, por exemplo, do pronunciamento do defensor de Bernadino Pires (brasileiro, pardo, católico, fluminense, com 30 anos de idade, casado, recepcionista, sabendo ler e escrever), que afirmou em suas alegações finais:

MM. Juiz, o acusado errou, ou aparentemente errou. *Se errou, reparou o seu erro.* E quem assim define é a própria ofendida no seu depoimento. É casado o acusado, porém separado da mulher há mais de 10 anos. Casou, pensando encontrar naquela mulher a felicidade que sentia, em vão. Crueldade seria condenar um homem nessas condições a viver infeliz para o resto da vida, sem amor, sem carinho.

E este amor e este carinho, ele encontrou na ofendida. Quis o destino que a encontrasse tardiamente, *quis ainda o destino que esse encontro fosse de maneira, até certo ponto, reprovável.* Mas isso não importa, e assim se conheceram, se completam e se entendem.

E nesses crimes contra os costumes, o que a lei visa, sem dúvida, é a proteção da menor. *E protegida ela está com o acusado,* e o próprio Ministério Público o reconhece nas suas alegações finais.

⁵ Processo nº 10.803, maço 567, folha 33.

E ademais condenar este homem é também condenar uma jovem ao sofrimento, à penúria; é destruir um amor, é separar um casal que vive em harmonia e felicidade, é destruir um lar, enfim⁶.

Apesar do caráter “reprovável” do relacionamento entre o acusado e a ofendida, somente possível em termos de amasiamento já que ele era casado, o defensor, com o apoio do promotor, buscou convencer o juiz que o réu reparara o seu erro - ter desvirginado uma menor através de sedução - ao passar a viver com ela, protegendo-a e com ela ter constituído “um lar”, que seria destruído caso ele fosse preso. O juiz o absolveu.

O caso mais interessante e expressivo do sentido que a união matrimonial tinha para esses homens e mulheres presentes nos processos é o de Maurici Alves, brasileiro, preto, fluminense, católico, casado, com 41 anos de idade, industrial e alfabetizado que foi acusado de haver, no ano de 1966, seduzido e desvirginado a menor Marilene Fragoso, brasileira, preta, fluminense, com 15 anos de idade, do lar e alfabetizada.

Maurici Alves, depondo na delegacia no dia 5 de setembro de 1969, declarou ser separado da esposa há cerca de onze meses e pouco, que se recordava de ter mantido relações sexuais com a ofendida pela primeira vez no dia 13 de maio de 1969⁷, tendo sido ele o seu desvirginador. Declarou ainda que:

tanto a ofendida quanto a sua genitora sabiam que o depoente era casado; que, **desde o dia treze de maio do corrente, é o depoente quem concorre com todas as despesas da casa**, residindo vizinho da ofendida, separado da referida menor, não estando até a presente data dormindo com a ofendida, como se fosse marido e mulher; que existe na Usina onde o depoente trabalha um livro onde se inscreve quem quiser de livre e espontânea vontade, cujo livro tem por finalidade de quando falece um daqueles inscritos, a pessoa que ele colocou como sua dependente tem direito a cinco por cento (5%) sobre o salário da pessoa ali inscrita; que, **o depoente, neste livro, colocou como beneficiária Marilene Fragoso e seus filhos que porventura venham a nascer;**

⁶ Processo nº 11.177, maço 570, folhas 63-64.

⁷ A ofendida, Marilene Fragoso, declarou, em seu depoimento, em 01 de setembro de 1969, que namorava o acusado Maurici Alves há quatro anos, sendo por ele desvirginada em 1966, quando ainda tinha onze anos de idade dentro da residência da sua mãe, a qual somente há cerca de um mês ficara sabendo do desvirginamento e da gravidez. Disse que ela e a mãe sabiam que ele era casado, mas vivia separado da esposa.

que, o depoente não prejudicou os filhos da mulher casada, pois além da pensão que dá todos os meses aos mesmos, ainda eles têm um outro seguro feito pela própria Usina (...)⁸. [grifos meus]

Mais impressionante foi a postura do promotor que, em seu parecer, pediu o arquivamento do processo por considerar que o mesmo não oferecia condições para denúncia. Disse ele:

Trata-se de defloração que não pode ser dado à conta de sedução, pois que, tanto a ofendida como sua genitora, nos informam o estado de casado do acusado. Por outro lado, não tem cabimento denúncia por corrupção de menor, **provado que está a intenção do acusado de amparar a ofendida e sua genitora, as quais mantêm, segundo informou (...)** ainda que o processo oferecesse condições de denúncia por qualquer dos crimes seria de difícil admissibilidade, face à situação comprovada do conhecimento do estado civil do acusado (...)⁹. [grifo meu]

Maurici não tinha como criminosa ou imoral a sua conduta, porque cumpria o seu papel de homem, de marido e pai: sustentava, economicamente, tanto os filhos com a “mulher casada”, como provia o sustento de Marilene e sua mãe, tendo inclusive tomado as providências necessárias para ampará-la e aos filhos em caso de sua morte. Maurici, certamente, se considerava um homem “honrado”, responsável e cumpridor dos seus deveres maritais. Ao que parece não estava só nessa compreensão sobre o casamento, ao menos era acompanhado por Marilene e sua mãe. Até o promotor não viu crime em seus atos, visto que ele estava a sustentar a ofendida e a queixosa, isto é, cumpria, da forma como lhe era possível, o seu dever. Certamente esta não era a forma modelar de união matrimonial e nem mesmo a mais adotada pela maioria da população¹⁰, contudo era aceitável e não devia produzir, entre os homens e as

⁸ Processo nº 178/69, maço 460, folha 11.

⁹ Id. *Ibid.*, f. 16. A atitude deste promotor não foi a regra, porém, temos alguns poucos casos em que os profissionais do direito deram mostras de que percebiam o conflito entre a letra da lei e a realidade da vida dos homens e mulheres julgados nos processos por sedução.

¹⁰ Segundo o IBGE, em 1970, entre os campistas com mais de 15 anos, 48,6% dos homens e 45,3% das mulheres eram formalmente casados; 41,1% dos homens e 36,5% das mulheres eram solteiros; 6,8% dos homens e 6,5% das mulheres viviam uniões matrimoniais; 1,4% dos homens e 2,6% das mulheres eram descasados; 1,9% dos homens e 8,9% das mulheres eram viúvos. Cf. IBGE, *VIII Recenseamento Geral*, 1970, Série Regional, Volume I, Tomo XVI.

mulheres das camadas populares, constrangimentos morais insuportáveis.

A moral das camadas populares mostra-se bem mais flexível, complexa e contraditória que a legislação civil e penal.

Fica evidenciado, na leitura dos processos, que o que estou a chamar de populares, setores populares ou camadas populares, não formava um bloco monolítico ou monocultural. O termo inclui tanto aqueles indivíduos que viveram a experiência matrimonial conforme o ideal moralizador do judiciário: o casamento oficial¹¹. E que, segundo os dados do IBGE, seria a maioria da população que viveu uma experiência conjugal. Quanto aos que adotaram posturas “desviantes” e conflitantes com a moral dos juizes, expressa nas normas da convivência amorosa legitimada pelos códigos legais (Código Civil e Penal), que reconheciam no casamento a única forma legitimada de se constituir uma família e moralizar as relações sexuais.

Homens que, a princípio, teriam adotado um comportamento amoroso e sexual normatizado, por terem casado e constituído famílias “legítimas”, aparecem nos processos como possíveis sedutores de menores, adúlteros e bígamos. Diversidade e contradição, portanto, são noções fundamentais para entendermos as vivências das camadas populares.

3. ELA PENSA EM CASAMENTO? O SENTIDO DAS UNIÕES

Um dos pontos mais difíceis de ser tratado na análise de um processo por crime de sedução consiste exatamente naquele que me parece ser o seu elemento nodal: o porquê da queixa.

Karla Bessa, em seu estudo sobre crimes de sedução ocorridos em Uberlândia nos anos 50, afirma que os motivos das queixas não ficam explícitos nos processos, mas registra alguns que considera possíveis: desespero, ira ou fé na ‘justiça’¹².

Um detalhe intrigante, quando estamos diante de vários processos de sedução, é que, mesmo após a leitura de vários processos, não há uma compreensão clara a respeito de como uma disputa amorosa chega às vias de fato e se transforma em um caso de polícia¹³.

¹¹ Cf. DUARTE, Luiz Cláudio. *Op. cit.*, especialmente o capítulo II.

¹² BESSA, Karla Adriana Martins. *Jogos da Sedução: Práticas Amorosas e Práticas Jurídicas - Uberlândia 1950/1970. Dissertação de Mestrado*, Campinas: UNICAMP, 1994, p. 90.

¹³ Id. *Ibid.*, p. 90.

Por sua vez, Cristina Donza Cancela quase nenhuma atenção dedicou a este ponto¹⁴. A antropóloga paraense informa que nem sempre a primeira atitude dos responsáveis pelas ofendidas, ao tomarem conhecimento do defloramento, foi procurar a polícia. Em vários casos o(a) queixoso(a) justifica a demora na apresentação da queixa, dizendo que antes buscara um entendimento com o acusado, objetivando a “**reparação do mal feito**” e que, somente após ouvir uma resposta negativa ou não ter o compromisso de reparação sido cumprido é que se viu a necessidade de recorrer à polícia¹⁵.

Quanto à motivação para a queixa, a conclusão de Cristina Donza é que a:

(...) decisão de denunciar o defloramento à polícia geralmente também só era feita naqueles casos em que a menor ficava grávida. Os parentes de uma maneira geral não se mobilizavam com relação ao conhecimento da situação de amasiamento da menor, da realização de cópulas carnis ou de encontros a sós com seus namorados. Mas se a menor engravidava, as pressões se faziam presentes, (...) para que o amante não fugisse e assumisse a relação com a menor (...) mesmo que fosse amasiado¹⁶.

Martha Abreu atribui a queixa a várias possibilidades: a ocorrência de gravidez para qual estar-se-ia buscando o reconhecimento do parceiro; o desejo de realizar um casamento embargado pela família; uma possível pressão patronal ou policial; a tentativa de “não perder um ‘bom’ partido ou mesmo uma paixão”, são hipóteses levantadas pela historiadora.

A própria diversidade de motivos explicitada nos depoimentos indica que, pelo menos, a *internalização do dever da honra não era a primeira necessidade na busca pelas reparações*, como os juristas gostariam que fosse¹⁷. [grifo meu]

¹⁴ CANCELA, Cristina Donza. Adoráveis e Dissimuladas: As relações amorosas das mulheres das camadas populares em Belém no final do século XIX e início do XX. *Dissertação de Mestrado*, Campinas: UNICAMP, 1997.

¹⁵ Id. *Ibid.*, p. 92.

¹⁶ Id. *Ibid.*, p. 93.

¹⁷ ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993, p. 203.

Assim como nas pesquisas anteriormente apontadas, também nos processos localizados em Campos, não se explicita claramente as motivações para a queixa. Como as próprias ofendidas, por serem menores, não podiam apresentar a queixa, sendo esta da responsabilidade dos seus pais, foram eles (e, na maior parte dos casos, as mães) que indicaram os motivos para a queixa. Não sei se por serem ou não instruídos na delegacia, os(as) queixosos(as) apresentaram sempre uma mesma razão: *a filha havia sido seduzida e desvirginada sob promessa de casamento não cumprida*. Os dois supostos atos do acusado, o desvirginamento e a quebra da promessa de casamento, são unidos numa só queixa e num só delito.

A própria definição do crime de sedução se fundamenta nessa união¹⁸. O delito só existe quando, além dos outros quesitos, ocorre tanto o desvirginamento quanto a violação da promessa de casamento. Esse vínculo entre desvirginamento e promessa de casamento para o reconhecimento, pelos juízes, do crime de defloramento/sedução, foi bem analisado por Martha Abreu e Sueann Caulfield¹⁹. De uma maneira geral, a promessa de casamento, quando formulada no decorrer de um longo e adequado namoro, ou após o noivado, tendo o aspecto de comprometimento sério, crível, se constituía na mais importante justificativa para que uma “moça honesta” cedesse sua virgindade ao namorado ou noivo.

Ao se apresentarem na delegacia, os(as) queixosos(as) não diziam pretender a realização do casamento. Alguns, porém, deixaram claro que recorreram ao judiciário porque o acusado recusara-se a “reparar o mal feito” e todos disseram-se em busca de justiça.

A leitura atenta dos processos permitiu-me perceber que a justiça pretendida era a “reparação do mal feito”, a qual poderia resultar de dois atos distintos (mas às vezes articulados): *a condenação do réu ou a realização de*

¹⁸ O crime de sedução é definido pelo artigo 217 do Código Penal brasileiro como sendo o ato de “Seduzir mulher virgem, menor de dezoito anos e maior de quatorze, e ter com ela conjunção carnal, aproveitando-se de sua inexperiência ou justificável confiança”. Cf. *Código Penal* (Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940). 33ª ed. São Paulo: Saraiva, 1995, p. 99. Os requisitos-objetivos para o reconhecimento do crime são: a virgindade anterior da mulher, o limite de idade e a ocorrência da conjunção carnal; os requisitos-subjetivos são: a inexperiência da mulher ou a justificável confiança na promessa de casamento. Cf. MEDEIROS, Darcy Campos de e MOREIRA, Aroldo. *Do Crime de Sedução*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1967, pp. 33 et. seq.

¹⁹ Ver ABREU, Martha e CAULFIELD, Sueann. 50 Anos de virgindade no Rio de Janeiro: as políticas de sexualidade no discurso jurídico e popular (1890-1940). *Cademo Espaço Feminino*. Volume 2, ano II, nº 1/2. Uberlândia, 1995. Cf. CAULFIELD, Sueann. “Que virgindade é esta?” Amulhermoderna e a reforma do Código Penal no Rio de Janeiro, 1918-1940. *Acervo*, v. 9, nº 1-2. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, janeiro/dezembro, 1996.

uma união conjugal entre ele e a ofendida, preferencialmente, o casamento.

Apontar o desvirginamento e a quebra da promessa de casamento como o motivo para a queixa seria não só uma forma de portar-se conforme a lógica das normas jurídicas, mas também guardaria coerência com os motivos alegados pelas ofendidas para terem cedido aos desejos sexuais dos namorados.

A maior parte das ofendidas, 83%, tentou justificar a cópula pré-nupcial alegando ter confiado nas promessas de casamento dos acusados.

Por outro lado, é bem provável que o casamento fosse realmente a expectativa dos(as) queixosos(as). Tanto mais que eles mesmos, em sua maior parte, eram casados conforme nos mostram os dados dos processos (Tabela 1)²⁰.

TABELA 1

ESTADO CIVIL DOS(AS) QUEIXOSOS(AS), EM %	
Estado Civil	%
Casado(a)	54,7
Solteiro(a)*	30,2
Viúvo(a)	7,5
Amasiado(a)	5,7
Separado(a)	1,9
Total	100

Fonte: 53 processos pesquisados no Fórum de Campos dos Goytacazes.

* Não separamos pai solteiro e mãe solteira.

A gravidez, que aparece nas pesquisas de Martha Abreu e Cristina Donza como uma das principais razões, se não a principal, **para a queixa** contra o suposto sedutor, nos processos que analisei em Campos foi menos expressiva, apesar de treze ofendidas (24,5%) terem ficado grávidas. Em dois processos (3,8%), as ofendidas afirmaram ter revelado o desvirginamento às suas mães por estarem grávidas. No entanto, apenas no processo 11.426, a ofendida declarou que a mãe apresentou a queixa em razão da sua gravidez (Tabela 2).

²⁰ Analisando os processos foi possível descobrir que, no caso das testemunhas, 57,8% dos homens e 54,9% das mulheres eram casados(as); 38,5% dos homens e 26,8% das mulheres eram casados(as); 2,8% dos homens e 17,1% das mulheres eram viúvos(as). Para uma reflexão a respeito das práticas e heranças matrimoniais dos envolvidos nos processos e seus possíveis efeitos sobre as suas atitudes, ver DUARTE, Luiz Cláudio. *Op. cit.*, especialmente o capítulo II. No tocante ao casamento na população campista, rever a nota 10 deste artigo.

Dos processos em que as ofendidas ficaram grávidas, apenas os acusados dos processos 6.727, 10.745 e 10.793 foram condenados (de um total de sete condenações), mas os juízes não afirmaram a gravidez como motivação para a condenação. Das sete ofendidas que casaram com os acusados, apenas a do processo 132/70 estava grávida. Das duas ofendidas que amasiaram com os acusados, apenas a do processo 11.430 estava grávida. Das três ofendidas que casaram com outros homens, apenas a do processo 11.457 estava grávida (segundo ela, do acusado). E das três ofendidas que amasiaram com outros homens, somente a do processo 10.793, estava grávida (segundo disse, do acusado).

Os dados permitiram-me perceber que a gravidez não era razão suficiente para levar o acusado à condenação (até porque a paternidade nunca ficava "provada"). Também não era suficiente para produzir o casamento do acusado com a ofendida. Por outro lado, ao que parece, a gravidez da ofendida não embargava, de forma absoluta, suas possibilidades de obter o casamento ou o amasiamento com outro parceiro. Entretanto, os dados disponíveis não são suficientes para que se tire conclusões mais amplas.

Se a gravidez não foi, via de regra, a principal razão **apontada** para a queixa, a sua existência não deixou de ser usada como um argumento a mais para exigir-se que o réu "assumisse as suas responsabilidades", reparando, **pelo casamento**, "o mal feito".

(...) resolveu contar o acontecido à sua irmã em virtude do atraso da sua menstruação, esta dera conhecimento do fato ao seu genitor que procurou o acusado tendo este se negado a 'reparar o mal com o casamento'²¹.

Quanto à oposição familiar, apenas uma ofendida alegou que cedera ao coito como forma de pressionar a família do namorado a aceitar o casamento, enquanto, em três outros processos, a afirmação de que o desvirginamento teria sido uma tática usada pela ofendida como forma de escapar aos embargos postos pela família, dela ou do namorado, partiu do acusado ou do defensor.

Mesmo não sendo dita de forma explícita, na maior parte dos casos, fica patente que a perda da perspectiva de uma **união conjugal** - efetivamente prometida ou não - foi a motivação principal à maioria dos processos. Mesmo quando esta motivação não era a da ofendida, *era a dos seus pais* a quem, no

²¹ Processo nº 9.529, março 582, folhas 18-19.

frigir dos ovos, cabia a responsabilidade e o direito da representação jurídica. Daí para frente, em alguns casos, evidencia-se que a ofendida apenas desempenhava o papel que lhe era atribuído pela família na busca da união conjugal. Mas acreditamos, na maior parte dos casos, que a ofendida lutava, no judiciário, para conquistar ou manter uma união **desejada**.

TABELA 2

RAZÕES PARA A QUEIXA SEGUNDO AS OFENDIDAS, EM %		
Razões	%*	%**
Descumprimento da promessa de casamento	20,8	68,8
Ele a desprezou***	5,7	18,8
Ele propôs amigar com ela e casar com outra****	1,9	6,2
A ofendida declarou que a mãe apresentou a queixa por ela ter ficado grávida	1,9	6,2

* Percentuais relativos aos 53 processos pesquisados no Fórum de Campos dos Goytacazes.

** Percentuais relativos aos 16 processos em que as ofendidas disseram a razão da queixa.

*** Nesse item, há casos de ofendidas que se disseram desprezadas pelo acusado após a cópula, não tendo ele cumprido a promessa de casamento, nestes casos, a queixa decorreu dos dois fatores.

**** O que implicou também no não cumprimento da promessa de casamento alegada pela ofendida.

Vejamos o caso do processo 11.430. Nele Elizete Antunes, brasileira, preta, fluminense, com 16 anos de idade, do lar, sabendo ler e escrever; acusou Olival Lopes, brasileiro, pardo, católico, fluminense, com 28 anos de idade, lavrador, sabendo ler e escrever de havê-la seduzido e deflorado em novembro de 1971.

Segundo Olival Lopes, ele teria namorado Elizete Antunes por cerca de quinze dias e nunca teria prometido casamento à querelante, mas passou a viver com ela, na casa dela, **fazendo inclusive as despesas da casa** e, somente após passar a viver com a querelante, é que **prometeu que tomaria conta dela, "mas o depoente abandonou a casa porque ela provoca muitas confusões"** ²².

Ao sentenciar, o juiz, tendo em conta o tempo do namoro, considerou não ter existido sedução, pois não haveria razão para a ofendida depositar justificável confiança no acusado. E mais, por lhe ter dado a impressão de ser pessoa "bisonha", "meio retardado mental", indagou ao réu sobre um possível tratamento médico, tendo sido informado pelo réu e depois confirmado pelo hospital que ele estivera internado no Sanatório por estar "meio doido". O juiz então pergunta: "como se admitir fosse a ofendida ser enleada pela conversa

de um indivíduo mentalmente retardado?". E termina por concluir não haver prova para condenação do réu²³.

Apesar de demonstrar grande preconceito contra as pessoas ditas "doidas", as quais seriam incapazes de realizar sedução, o juiz toca em um ponto importante neste caso. Por que Elizete envolveu-se com um homem pobre e aparentemente sofrendo de problemas mentais? Amor? Talvez! Mas a resposta pode estar também nas condições da sua família. O pai havia falecido, a mãe estava hospitalizada por ocasião do seu envolvimento com Olival (certamente em condições de trabalhar e prover o sustento dos oito filhos) e, pelo que declarou uma das testemunhas da ofendida, a família encontrava-se passando **fome**. Nestas circunstâncias, Olival, mesmo sendo pobre (como de resto toda a comunidade trabalhadora de Goitacazes, onde ele morava) e com o seu jeito "bisonho, meio retardado mental", no dizer do juiz, **mas possuindo emprego e renda**, pode ter sido visto por Elizete - moça preta, com 16 anos, apenas sabendo assinar o nome, desempregada e vivendo na miséria, como uma alternativa de sobrevivência.

Devemos ter em conta que, segundo depoimentos, tanto do acusado como da ofendida, com poucos dias de namoro - e na ausência da queixosa, mas não sabemos se com ou sem o seu conhecimento - o acusado passou a viver com a ofendida na casa dela (certamente na companhia de seus irmãos e irmãs), fazendo, no dizer do acusado, **"as despesas da casa"**. Ou seja, sustentando Elizete e seus irmãos. Provavelmente foi quando Olival voltou a viver com os pais, abandonando a casa de Elizete, que ela e a família decidiram denunciá-lo, até porque, aquela altura, já era do conhecimento público o envolvimento sexual entre ambos.

Isto, evidentemente, não implica em imprimir em Elizete nenhuma condição de prostituição, mas somente permiti-nos concebê-la no interior das suas condições sociais de existência e percebermos que essas condições, certamente, influenciavam as suas opções (possibilidades?) afetivas e sexuais.

Certamente, a decisão de Elizete de viver com Olival, levando-o a assumir o sustento da casa, deve ter contado com respaldo nos valores culturais/morais dela e, possivelmente, dos seus familiares, bem como nos dos vizinhos que testemunharam em seu favor.

Podemos supor, pelos depoimentos, pelas condições econômicas e pelas altas taxas de casamento (tanto no caso da população campista em geral, como em relação aos protagonistas dos processos) que, para essa parcela

²² Processo nº 11.430, maço 572, folha 19. Os grifos são meus.

²³ Id. *Ibid.*, pp. 34-40.

das camadas populares envoltas nos processos, o desejo de uma união matrimonial consistia na procura por parceiros que dividissem as tarefas necessárias à sobrevivência. O matrimônio significava, sobretudo, um pacto de mútua ajuda, com uma certa divisão de tarefas e funções a partir dos sexos. O casamento formal seria uma espécie de ideal desejado, porém nem sempre alcançado. Contudo, os amasiamentos, a montagem da casa não eram recusados e não implicava, para esses homens e mulheres em imoralidade. O moral e o imoral seriam possivelmente definidos não exatamente pela forma com se efetuou a união marital, mas pelo cumprimento ou não dos compromissos conjugais assumidos. Ao homem, o dever de “cuidar da esposa e filhos”²⁴, de prover a casa como estabelece o Código Civil²⁵, à mulher, os cuidados com a casa e com os filhos, o cumprimento do seu dever legal e moral de auxiliar o marido na manutenção da família²⁶ e, de não menos importância, a fidelidade sexual²⁷.

Assim, encontramos homens e mulheres dos setores populares compartilhando com o Código Civil **alguns** dos significados do matrimônio: ajuda mútua entre os cônjuges, a divisão sexual das tarefas, o dever provedor do marido (ou companheiro), a dedicação doméstica e materna da esposa (ou companheira). Entretanto, duas diferenças se evidenciam. Em primeiro, para os homens e mulheres dos processos, o casamento não era concebido como lugar exclusivo da realização sexual como almejavam as várias propostas de normatização dos comportamentos femininos já analisadas pela historiografia relativa à História de Gênero.

Em segundo, os populares, estendiam ao amasiamento os mesmos significados, em termos de funções e obrigações conjugais, atribuídos ao casamento oficial. Nisto, os homens e mulheres das camadas populares diferiam dos profissionais do judiciário que, em seus pronunciamentos, condenavam o amasiamento como contrário à “moral”.

Em minha opinião, para as ofendidas de Campos, o casamento era entendido como **união matrimonial**, não lhe sendo imprescindível a ritualidade pública estabelecida no Código Civil e nas práticas religiosas que conferem ao

²⁴ Artigo 229 do Código Civil. Cf. NEGRÃO, Theotonio (org.). *Código civil e legislação civil em vigor*. 15ª ed. São Paulo: Saraiva, 1996, p. 80.

²⁵ Artigo 233 do Código Civil. Cf. NEGRÃO, Theotonio (org.). *Op. cit.*, p. 80.

²⁶ Artigo 240 e seguintes do Código Civil. Cf. NEGRÃO, Theotonio (org.). *Op. cit.*, pp. 81-84. Ver também a Lei 4.121 de 27 de agosto de 1963. Cf. NEGRÃO, Theotonio (org.). *Op. cit.*, pp. 677-680.

²⁷ Artigo 231, inciso I do Código Civil. Cf. NEGRÃO, Theotonio (org.). *Op. cit.*, p. 80.

casamento formal a função de moralizador das relações amorosas e sexuais, necessárias à reprodução social. A união matrimonial que estas moças parecem buscar exigia tão só o desejo da convivência e voltava-se, não à moralização das relações amorosas, mas à obtenção de um companheiro com o qual desejassem e pudessem assegurar a existência social²⁸.

Denomino por **união matrimonial**, a aliança conjugal entre um homem e uma mulher independentemente dos mecanismos da sua constituição, se formal (o casamento civil e/ou religioso) ou informal (amasiamento, concubinato, mancebia e outras) cuja finalidade vai da realização amorosa ao interesse material; tendendo, no mais das vezes, a unir tanto o desejo afetivo (ainda que unilateral) com a sua dimensão econômica (a sobrevivência do casal e de cada uma das suas partes) que, a meu ver, é sempre considerada, mesmo nas camadas populares. A compreensão das relações conjugais entre os populares como sendo **uniões matrimoniais** permite superar o discurso metafísico e idealista (romântico) que dicotomiza a afetividade, o interesse afetivo, e as considerações materiais, econômicas, na constituição dos casamentos e/ou uniões consensuais entre os homens e mulheres das camadas populares.

Destarte, “marido” ou “companheiro”, “esposa” ou “companheira”; o essencial não estava na ritualidade, na formalidade pública e oficial da união (casamento ou amasiamento), pois a moralidade e a honestidade dos cônjuges definiam-se, sobretudo, pelo cumprimento dos deveres e compromissos de cada um na união²⁹, ou seja, pelo cumprimento dos papéis sexuais socialmente reconhecidos e que estão codificados no Código Civil³⁰. À medida que o objetivo

²⁸ “(...) atualmente vive em companhia do acusado, isso desde os fatos; que não tem filhos com o acusado; **que o acusado é muito bom para a ofendida e dá toda assistência que precisa (...)**. Processo nº 11.177, maço 570, folha 61. “(...) que o acusado trata bem da ofendida; **que o acusado mantém a casa regularmente fornecendo o necessário à depoente (...)**”. Processo nº 10.745, maço 574, folha 34. Ver também os processos 178/69 e 12.365.

²⁹ Ver, por exemplo, os processos de número 178/69; 10.155; 10.569; 10.745; 10.793; 10.803; 11.177; 11.430; 11.927 e 12.365.

³⁰ Além de estabelecer as condições, impedimentos e a ritualidade necessária à realização do casamento civil, o Código Civil define uma série de direitos e obrigações para o marido e para a esposa. Sendo deveres comuns a fidelidade recíproca; a vida em comum, no domicílio conjugal; a mútua assistência; o sustento, guarda e educação dos filhos os quais são legitimados pelo próprio casamento que cria “a família legítima”. O Código Civil também define ser o marido “o chefe da sociedade conjugal”, exercendo essa função com a **colaboração** da mulher; cabendo a ele a representação legal da família; a administração dos bens comuns e dos particulares da mulher que lhe couberem administrar em virtude do regime matrimonial adotado ao do pacto antenupcial; o direito de fixar o domicílio da família; **prover a manutenção da família**; ter a decisão final em caso de divergência sobre o casamento dos filhos menores. À mulher cabe, a condição de companheira, **consorte** e colaboradora do marido nos **encargos** da família, cumprindo-lhe velar pela direção material e **moral** desta; ela poderá exercer **atividades fora do lar desde que autorizada**

das moças desvirginadas era a conquista de uma união matrimonial útil, necessária e desejada (e aqui não me parece haver nenhuma ilegitimidade moral, que só poderia emergir de uma percepção idealista das relações humanas), os requisitos morais tidos pelo judiciário como necessários às pretendentes a um casamento formal, dentre os quais a virgindade, o recato e a sujeição não teriam para as moças dos processos que pesquisamos a mesma significação e importância³¹.

Considerando não ser o casamento, para as moças inseridas nos processos, o lugar exclusivo para a realização sexual, entendo ser plausível supor que as motivações para a busca de uma união matrimonial eram outras que não o desejo sexual, já que este podia e era satisfeito fora - e, mesmo antes - da união matrimonial (casamento ou amasiamento).

Algumas características da conjuntura campista nos anos sessenta e setenta reforçam a hipótese de que a união matrimonial era efetivamente procurada nas camadas populares por razões afetivas e/ou práticas e não por motivações moralistas. Primeiro, o fato demonstrado pelo IBGE do caráter misógino do mercado de trabalho regional, com a redução da participação da força de trabalho feminina à medida que se eleva o valor do salário, com as mulheres mais presentes nos níveis de menor remuneração salarial. Os indicadores sócio-econômicos apontavam para uma realidade bastante adversa à mulher no tocante à sua capacidade de sobrevivência sem um companheiro (Gráficos 1, 2). Segundo, o fato também demonstrado pelo IBGE do crescimento, a partir da segunda metade dos anos 60, dos casamentos formais (particularmente do casamento civil) no conjunto da população, inclusive entre os setores de baixa renda. Em terceiro, os processos que pesquisamos mostram que apenas um percentual insignificante de ofendidas disse não desejar o casamento com o acusado ou que ali estava sob pressão de outrem³².

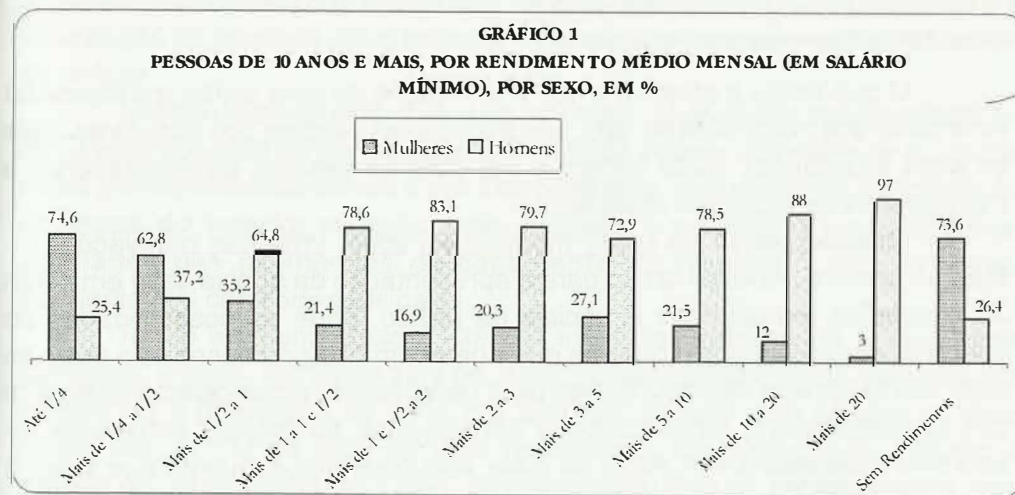
Das 53 ofendidas, **sete** (13,2%) casaram-se com o acusado durante o processo ou após a condenação dele (o casamento da ofendida com o

pelo marido; reivindicar bens que tenham sido doados pelo marido à concubina mesmo que ela não esteja mais vivendo com o marido e a doação tenha sido disfarçada sob a forma de venda; ela exercerá a direção administrativa do casal se o marido estiver impossibilitado. Ver NEGRÃO, Theotonio (org.). Op. cit., pp. 71-113; 677-680.

³¹ Cabe lembrar que o Código Civil previa em seu artigo 219 inciso IV, como um dos motivos capazes de possibilitar a anulação do casamento o "defloramento da mulher ignorado pelo marido". Atualmente, estas e outras formulações do Código Civil foram superadas pela Constituição de 1988, porém estavam em pleno vigor legal entre 1960 e 1974, período da nossa pesquisa.

³² Apenas no processo 11.926 a ofendida declarou não querer mais casar com o acusado.

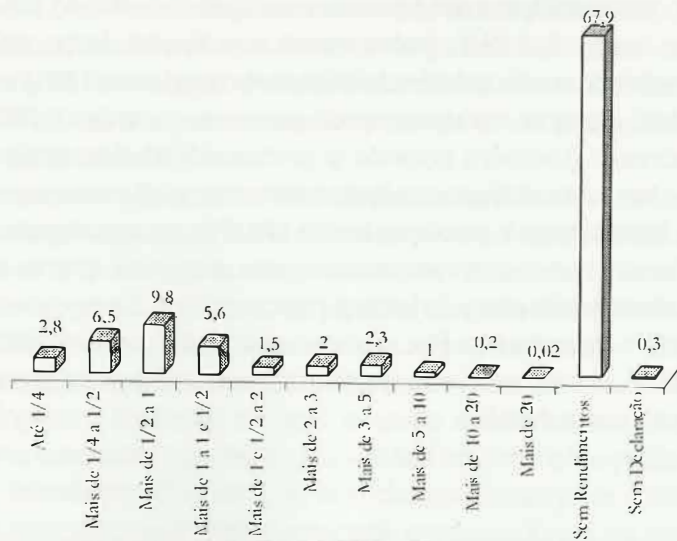
condenado ou com outro homem possibilitava a extinção da punibilidade); **três** (5,7%) casaram-se com outros homens (nesses casos, nem as ofendidas nem os seus maridos manifestaram interesse na continuação do processo, o que permitiu, nos casos dos réus condenados a extinção da punibilidade e nos casos de absolvição a não existência de recursos); **duas** (3,8%) amasiaram-se com o acusado (sempre no decorrer do processo) e **três** (5,7%) amasiaram com outro homem (também durante o processo). Temos então que **quinze** (28,3%) das ofendidas obtiveram alguma forma de união matrimonial durante o processo ou logo a seguir, sendo que dez (18,9%) conquistaram a forma que, considerando os motivos apresentados para a queixa e a extensão que o casamento oficial havia atingido junto à população de Campos, suponho fosse a preferencial: o casamento. Por sua vez, cinco ofendidas (9,4%) aceitaram o amasiamento. A ida ao judiciário, portanto, nem sempre implicou em derrota para a ofendida e sua família.



Fonte: IBGE, IX Recenseamento Geral, 1980.

Obs: Do total de entrevistados, apenas 274 homens e 400 mulheres não declararam o rendimento.

GRÁFICO 2
RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DAS MULHERES (EM SALÁRIO MÍNIMO), EM %



Fonte: IBGE, IX Recenseamento Geral, 1980.

O que estou a concluir é que a realização de uma **união matrimonial** fazia parte dos horizontes de vida, das expectativas sociais dos populares, mas as suas motivações nada tinham a ver com os desejos normatizadores e moralizadores esposados pelos juízes.

Quando penso na união matrimonial como uma das motivações ou mesmo como a principal razão para a apresentação da queixa, levo em conta as condições económicas e sociais da região, onde as possibilidades de sobrevivência de moças como as que aparecem nos processos não eram as mais alentadoras e não apontavam para perspectivas emancipacionistas. Em tais circunstâncias, casar poderia constituir-se na melhor estratégia de sobrevivência disponível. Além do mais, não podemos esquecer que entre a população de Campos, incluindo a maioria dos(as) queixosos(as) e testemunhas presentes nos processos, o casamento já estava consagrando como a maneira legítima e mais utilizada de se constituir as relações conjugais.

Diante de tal contexto histórico, parece-me razoável supor que expectativas quanto a um casamento estivessem presentes entre as jovens que se “perderam” e que tenham influenciado a ela ou aos seus pais, na decisão de apresentar a queixa contra o namorado que havia rompido o relacionamento, “deixando de aparecer” ou se recusava a “reparar, pelo casamento, o mal

feito”.

Uma outra possibilidade é que o recurso ao judiciário objetivasse, não necessariamente, o casamento com o acusado, *mas limpar a honra da ofendida*, tornando-a digna de casar-se com outro. Aqui o interesse estaria em obter-se do judiciário, pela condenação do acusado, um atestado de moralidade para a ofendida que se deixara desonestar não por ter tendências à concupiscência, mas exatamente pelo seu contrário, por ser ingênuo e inexperiente, o que possibilitara ao namorado espertalhão aproveitar-se dela.

Esta hipótese pode ser exemplificada com o processo nº 9.529 no qual Célia de Souza, brasileira, branca, fluminense, com 16 anos de idade, do lar e alfabetizada acusou Cláudio de Farias, brasileiro, branco, católico, fluminense, com 22 anos de idade, solteiro, motorista de ônibus e alfabetizado, de tê-la seduzido com repetidas promessas de casamento e de tê-la deflorado na noite do dia 24 de janeiro de 1968, na casa do pai da ofendida, quando este não se encontrava. Em seu depoimento na delegacia, o acusado negou as promessas de casamento e a conjunção carnal com a ofendida, afirmando que a mesma tinha tido outro namorado antes dele. A desqualificação moral da ofendida e a valorização do acusado como honesto e trabalhador será a linha argumentativa da defesa.

Depois de cumpridos os ritos do processo, o juiz decide pela condenação de Cláudio por estar convencido que Célia, sendo virgem, entregara-se a Cláudio e fora por ele deflorada devido a sua **inexperiência**, decorrente da sua condição de **moça do interior** recentemente chegada à cidade³³ e ter **justificável confiança nas promessas de casamento** do namorado que, inclusive, freqüentava a casa dos seus pais.

Tendo sido condenado, Cláudio evadiu-se não sendo pois a pena cumprida. Porém, em 23 de abril de 1970, seu advogado entrou com recurso pleiteando a prescrição da pena por ter Célia casado com Adalberto Alves Rodrigues, em 12 de julho de 1970 (a sentença condenatória de Cláudio é datada de 30 de junho de 1969), argumentando que ao ter se casado com outro, Célia teria, conforme estabelece o artigo 38 do Código Penal e a Súmula 388 do STF, o prazo de seis meses para requerer o prosseguimento da ação penal contra o réu, não o tendo feito, estava pois, a pena prescrita.

A par das filigranas jurídicas que o caso envolve, o que nos interessa é indagar por que Célia e Adalberto não deram continuidade à ação? É impossível, contando somente com o processo, responder com certeza. Talvez simplesmente

³³ Nos cinco casos em que o réu foi condenado as ofendidas eram de origem rural.

desconhecessem as exigências legais. Mas tenho como plausível supor que não tinham mais interesse no caso. Para Célia, o fundamental já fora feito. Ela resgatara, na "justiça", a sua condição de mulher honrada, provara a sua inexperiência e sua **virgindade moral** (ao menos aos olhos do juiz). Seu defloramento, antes do casamento não resultara, aos olhos do juiz, de um comportamento cotidiano promíscuo, mas da sua ingenuidade que a levou a confiar em um namorado "sedutor" que, por isto, fora condenado. Ao receber do judiciário o atestado de ingenuidade e honradez, ela se qualificara novamente para o casamento. Foi-lhe dada uma nova oportunidade de poder constituir-se em esposa honesta e cumprir seu papel social. Quanto a Adalberto, provavelmente, estaria mais interessado no esquecimento do caso.

Considerar que a união matrimonial entre os populares não objetivava, **essencialmente**, a moralização das relações sexuais, não obscurece o fato de que a virgindade feminina também era um elemento considerado, valorizado, entre os populares. Mas não com a mesma ênfase constante nos discursos dos profissionais do judiciário. Entre os populares, o desvirginamento pré-nupcial não embargava de forma absoluta as possibilidades matrimoniais das mulheres.

Como já disse, a minha hipótese é que o importante para as jovens das camadas populares que estão processando seus namorados por sedução, é a busca de uma **união matrimonial** motivada por razões afetivas e/ou práticas e não por ilações moralistas. Como as dos juristas que vinculavam a "pureza" e a honestidade da mulher à virgindade e defendiam o casamento oficial como a única forma legítima e moral de se realizar a sexualidade e constituir-se família.

4. CASAMENTO E LEGITIMAÇÃO SOCIAL

Ao estudar as práticas conjugais da população campista nos anos 60 e 70 do século XX, constatei, por um lado, a imensa supremacia das uniões formais - civis e/ou religiosas - sobre as formas consensuais, não formais, de matrimônio. Por outro, a clara hegemonia dos casamentos exclusivamente civis sobre as demais formas, superando inclusive a soma das uniões consensuais com as celebradas somente na igreja³⁴ (Tabelas 3 e 4).

³⁴ Ver IBGE - VIII Recenseamento Geral, 1970, Série Regional, Volume I, Tomo XVI. Cf. DUARTE, I. Cláudio. *Op. cit.*, passim.

TABELA 3

CASAMENTOS NO MUNICÍPIO DE CAMPOS - 1960/1975			
Ano	Número	Ano	Número
1960	1.097	1968	1.204
1961	1.039	1969	1.339
1962	1.086	1970	1.346
1963	1.058	1971	1.340
1964	1.088	1972	1.871
1965	1.159	1973	2.371
1966	1.154	1974	2.640
1967	1.202	1975	2.246

Fonte: IBGE, Agência Campos dos Goytacazes.

TABELA 4

ESTADO CONJUGAL DA POPULAÇÃO DE CAMPOS, POR SEXO, EM %			
Sexo	Tipos de Matrimônios*		
	Civil e Religioso	Só Civil	Só Religioso
Homens	62,8	36	1,2
Mulheres	62,9	35,9	1,2

Fonte: IBGE, VIII Recenseamento Geral, 1970, Série Regional, Volume I, Tomo XVI.

* As estatísticas são referentes ao total de homens e mulheres, com 15 anos ou mais, legalmente casados, isto é, excluídas as uniões consensuais.

É impossível não perceber, ao menos em Campos, a expansão das esferas de controle do Estado. Isto é, a supremacia dos casamentos civis sobre as uniões efetivadas somente na igreja pode estar demonstrando que a burocracia estatal conseguiu afirmar-se como a principal agência legitimadora dos relacionamentos sociais. É o Estado afirmando-se como poder concedente de legitimidades e constituidor de hegemonias. Ele amplia sua área de controle sobre a sociedade, ricos e pobres, e parece estar conseguindo estabelecer a noção de que união matrimonial legítima não é algo que diz respeito somente aos nubentes e às relações destes com Deus. Os casamentos e a constituição da família brasileira é assunto de interesse geral e, portanto, deve obedecer aos ritos de quem fala pela sociedade: o Estado.

(...) 'é no seio da família que o homem tem antes de tudo a escola, aprendendo os primeiros deveres de cidadão, que recebe a força do próprio valor. A família é que inspira o amor ao trabalho, a ordem e o respeito na vida social, as vias honestas e seguras do progresso civil. É na família que se prepara a Pátria, e não só a força material, mas sobretudo a força moral' (...) o esposo com determinadas funções, a esposa com outras (...) concluímos que, se não houver o fortalecimento das famílias da classe média e média alta, mais difícil tornar-se-á a problemática das famílias pobres e das famílias miseráveis (aquelas cujos membros vivem de biscates e não possuem emprego e rendimentos certos). O bom ou mau exemplo das classes mais elevadas, de um modo ou de outro, repercutirá nas classes inferiores (...) oriundas das famílias mais sacrificadas e, principalmente, desassistidas, mormente das áreas urbanas, o aumento crescente das meretrizes, atraídas pelo ganho fácil, mediante o aluguel do próprio corpo. É a conseqüente expansão do lenocínio alimentado por jovens saídas das famílias-problemas, de faixa pobre e miserável da sociedade (...)³⁵.

Em contrapartida, aqueles que reconhecem e buscam o casamento civil, como o meio legítimo de contrair-se matrimônio, recebem direitos e garantias e o reconhecimento imediato, mediante a certidão de nascimento, da legitimidade dos filhos advindos da união³⁶. A certidão de casamento, cada vez mais, fará parte do rol de documentos imprescindíveis à identificação do cidadão honesto, assim como a carteira de trabalho.

5. CONCLUSÃO

Iniciei a pesquisa que deu origem a este artigo com uma questão fundamental: por que, ainda nos anos sessenta e setenta do século XX – época da “revolução sexual” e da “liberação feminina” – pais e mães de moças juridicamente classificadas como “miseráveis”, isto é, moças pobres, recorreram à polícia e ao judiciário (ao Estado) para denunciar e processar os namorados das suas filhas, acusando-os de as haver seduzido e desvirginado?

³⁵ ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. A Situação do Menor Carente Influência do Problema no Processo de Desenvolvimento do País. Providências Objetivas [Enfraquecimento da Família, como Causa e Efeito]. III Ciclo de Estudos Sobre Segurança Nacional e Desenvolvimento Delegacia do Estado do Rio de Janeiro/Campos dos Goytacazes: 1978, pp. 4,5,14 e 15.

³⁶ Nos anos sessenta e setenta, o Código Civil ainda diferenciava os filhos “legítimos”, os nascidos dentro do casamento, dos filhos “ilegítimos”, aqueles tidos fora do casamento. Tal diferenciação só deixou de ter fundamento legal após a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Um processo por sedução submete os envolvidos, sobretudo a ofendida, a diversos constrangimentos. Ela tem de expor-se e/ou relatar, direta ou indiretamente, suas relações amorosas e intimidades sexuais a vários funcionários do aparelho estatal: delegado, detetives, escrivães, médicos legistas e/ou peritos, promotores, defensores, assistentes, juizes e, às vezes, procuradores e desembargadores. Além do mais, sua história ultrapassa os limites das paredes da delegacia e do Fórum, pois a necessidade de apresentar testemunhas (da acusação e da defesa) leva a que o fato seja narrado a parentes, amigos e vizinhos, tornando o desvirginamento um fato público. Mas, por alguma razão, elas e seus responsáveis legais decidiram levar à frente a queixa. Mas que ou quais razões seriam essas?

Em quase todos os processos aparece a afirmação de que a ofendida “se perdeu” com o acusado. Mas o que significaria essa “perda”?

Uma conclusão a que cheguei é que, ao menos aos olhos dos seus pais (a quem cabia a responsabilidade legal pela queixa), o desvirginamento seguido da ruptura do relacionamento amoroso entre a ofendida e o acusado, ou quando este relacionamento se dava com um homem já casado, implicava na perda da expectativa matrimonial ou na redução das possibilidades da ofendida no mercado matrimonial. O mercado de trabalho e a extensão que o casamento formal havia atingido entre as camadas populares certamente reforçava a valorização social e moral do matrimônio. Havia pois, uma “perda” a ser reparada, ainda que o desvirginamento pré-nupcial não embargasse por completo as possibilidades matrimoniais das moças defloradas, como indicam alguns processos.

Ora, uma moça pobre, geralmente sem emprego ou com um baixíssimo nível de renda e deflorada, provavelmente teria as suas possibilidades matrimoniais reduzidas, ela estava “perdida”. Mas, se o acusado viesse a ser condenado, isto poderia equivar a uma *absolvição moral da ofendida*. Era sua chance de provar que não era dada a liberalidades, que não “decaíra” pela falta de virtudes e do controle familiar, mas por ingenuidade e confiança. Ela era honesta, **confiável, boa de casar**. Neste sentido, o recurso ao judiciário podia ser a possibilidade, a brecha por onde as moças que se apresentavam como seduzidas podiam buscar o resgate da sua honra, o perdão para “o mal passo”, ainda que esse mesmo judiciário, no mais das vezes, tenha reprovado de forma incisiva os hábitos e comportamentos da maioria das jovens desvirginadas. Como observou Leila Algranti para o período colonial, o mesmo Estado que punia, podia, em certas circunstâncias, conceder o perdão mantendo,

assim, uma possibilidade para que as jovens seduzidas contraíssem matrimônio, constituíssem famílias, podendo, então, cumprir seu papel social de esposa e mãe.

À medida que constatamos, para Campos, um significativo crescimento dos casamentos entre 1965 e 1974, poderíamos nos perguntar se seria o triunfo das políticas disciplinadoras, a conquista da hegemonia ideológico-moral pelo Estado, com os populares introjetando os valores difundidos pelos juristas de forma integral?

A princípio poder-se-ia supor uma identidade cultural entre setores populares envolvidos nos processos e os juristas, já que fazia parte do discurso jurídico a propagação do casamento e da família nuclear responsável, legalmente instituída e protegida por lei.

Crimes como atentado ao pudor, sedução e estupro são considerados pelo Código Penal de 1940 (em vigor nos anos sessenta e setenta) como sendo crimes contra os "costumes". Ou seja, crimes que afetariam não só aos interesses privados das suas vítimas, mas, outrossim, à ordem pública, à moral familiar e à segurança social. Nos anos sessenta e setenta, a questão do "desregramento sexual" e sua conseqüente ameaça à família, chegará a ser apontada como ameaça à segurança nacional, como fizeram em Campos, homens vinculados a variadas profissões, incluindo advogados e professores da Faculdade de Direito, ligados à Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra.

Mas o possível triunfo das políticas de normatização em generalizar um determinado tipo de união matrimonial e uma forma padrão de família não significa que as motivações que levaram os populares a adotar o casamento formal e a família nuclear como formas **privilegiadas** de organização social tenham sido as propaladas nos panegíricos moralistas das diferentes elites que, em diferentes momentos e lugares difundiram diversas propostas, mais ou menos implementadas, de controle dos comportamentos sociais, em particular, a domesticação da sexualidade feminina.

A minha conclusão é que efetivamente os populares de Campos, nos aos 60 e 70, tinham interesse em conseguir uma união matrimonial e que esse interesse deve ter pesado de forma significativa na decisão de apresentar a queixa, ainda que não tenha sido a razão única e que outras tenham se combinado com ela ou mesmo tido importância especificamente maior para esta ou aquela ofendida. Porém, o interesse na união matrimonial (principalmente o casamento) decorria também, ou mesmo principalmente, de outras razões

que não as de cunho moralista propaladas pelos juristas. Para os homens e mulheres das camadas populares, a conquista de uma união matrimonial estava também ligada às necessidades da sobrevivência cotidiana, além das razões afetivas.

De qualquer forma, nos anos sessenta e setenta, apesar de toda a "modernização dos costumes" atribuída a este período, os homens e as mulheres ainda eram avaliados e julgados em função de papéis sociais claramente distintos, com os homens sendo positivados por sua condição de trabalhadores e mantenedores do lar, enquanto nas mulheres ainda se valorizava o recato, a obediência aos pais e o desejo do casamento. Isto tanto nos pronunciamentos dos profissionais do judiciário quanto nos depoimentos das testemunhas.

Evidencia-se nos processos, tanto pelos pronunciamentos dos juízes como pelos depoimentos das testemunhas, a imagem da "boa moça", o tipo ideal de moça, como sendo a "moça recatada" e "obediente aos pais".

A "boa moça", a "moça de família" não estava impedida de ir a festas, bailes e competições esportivas, desde que devidamente acompanhada e vigiada por seus pais, particularmente, por sua mãe. Ela podia namorar e, ao que nos parece, tinha liberdade para escolher o namorado, mas o namoro deveria ser consentido e dar-se sob às vistas dos pais. A referência da sua "honestidade" (para os juízes) ou da sua "boa conduta" (para os juízes e testemunhas) estava, grandemente, na sua condição de filha obediente.

Contudo, a análise dos processos mostrou-me que nas vivências das moças e rapazes presentes nos processos, as normas do recato e da submissão foram por diversas vezes violadas, subvertidas e apropriadas, em função dos interesses específicos das ofendidas e acusados.

HOMOSSEXUALIDADE: O LABIRINTO DE UMA CATEGORIA*

Edmar Henrique D. David**
Jane de Fátima S. Rodrigues***

RESUMO: *Este texto objetiva trazer os resultados iniciais de uma pesquisa sobre homossexualidade e mídia, na perspectiva de uma discussão histórica e das diversas abordagens científicas sobre o comportamento homossexual.*

PALAVRAS-CHAVE: *História da Homossexualidade, Sexualidade Humana, Cultura Homossexual, Comportamento.*

ABSTRACT: *This text objective is to bring the initial results of a research about homosexuality and media, in the perspective of a historical discussion and the various scientific boardings about the homosexual behaviour.*

KEYWORDS: *Homossexuality's History, Human's Sexuality, Homosexual's Culture, Behaviour.*

INTRODUÇÃO

Estudar a sexualidade humana é uma proposta desafiadora. E, no caso da homossexualidade masculina, o desafio é ainda maior devido às crenças e construções sociais que cercaram tal comportamento, cujo conceito é uma produção histórica e cultural. As representações e as construções em torno desse comportamento variam com o tempo e com as culturas que o experimentam.

Compreender a História como um processo não linear e heterogêneo que apresenta continuidades e rupturas donde surgem concepções e significados para os atos humanos, é atentar para a historicidade e para a

* Este texto faz parte do projeto de pesquisa "Cultura Homossexual e Mídia", aprovado pelo CNPq e desenvolvido em uma das linhas de pesquisa do Núcleo de Estudos e Gênero e Pesquisa sobre a Mulher (NEGUEM) da Universidade Federal de Uberlândia, sob a orientação da prof^a. Dr^a Jane de Fátima Silva Rodrigues.

** Aluno do Curso de Psicologia da UFU.

*** Prof^a. do Instituto de História da UFU e integrante do NEGUEM.

validade temporária dos conceitos em determinadas culturas. As experiências passadas e as suas significações devem ser compreendidas dentro das suas épocas, pois são únicas, próprias e específicas de um determinado tempo histórico.

Uma visão etnocêntrica baseada na comparação dos tempos históricos pode ser anacrônica e equivocada. A validade de conceitos, como, por exemplo, moderno, primitivo, civilizado, etc, se torna impensável a partir do momento em que se compreende que as representações, como também os conceitos, não são perenes, nem universais ou atemporais.

Dessa forma nota-se que as representações e concepções sócio-culturais que povoam o imaginário das pessoas, é variável e modificável com o tempo. A verdade de uma época para determinado questionamento pode não ser em outro tempo adiante.

Os(as) historiadores(as) trabalham hoje de forma arqueológica, procurando remontar as circunstâncias históricas que deram validade a determinados conceitos e discursos.

Assim, para estudar a homossexualidade é necessário que se atente para as modificações que ocorreram na sua trajetória através dos tempos. Notar a historicidade dos fatos que a cercaram e perceber no presente, de forma crítica, as construções em torno desse comportamento que regula a vida de muitas pessoas, torna-se imprescindível para este estudo. Essa postura, evidentemente amplia a própria compreensão da atualidade, o que nos permite identificar e analisar os aspectos que sofreram mudanças, e ver, por exemplo, como e em que as concepções da homossexualidade contemporânea se distinguem das formulações antigas.

Os estudos históricos e os(as) historiadores(as) durante um longo período estiveram voltados para a análise de macro-temas, que objetivaram tecer uma interpretação mais geral e homogênea sobre os acontecimentos passados, privilegiando os campos da política, da economia, da diplomacia, das instituições e das grandes personalidades. Os temas que não demonstravam relevância para a História eram considerados "marginais" e relegados a outros campos mais específicos do saber.

A partir dos anos 30, com a Escola dos Annales, houve uma valorização de temas considerados "marginais", como, a sexualidade, a loucura, a morte, a infância, a vida privada, dentre outros, que trouxeram novos agentes históricos como, bêbados(as), vadios(as), prostitutas(os), delinquentes, homossexuais masculinos e femininos e tantos outros.

Esta nova História, propõe a investigar a experiência de homens e mulheres e grupos sociais que foram relegados enquanto sujeitos. Esta mudança de paradigma, só foi possível, graças à renovação epistemológica no próprio seio da História que permitiu novas abordagens, novas problematizações e novas temáticas.

Neste contexto, o *locus* do fazer História, o espaço público, desloca-se para o privado e surgem novas tecnologias teóricas e metodológicas que permitem o estudo do imaginário, das representações, das mentalidades, da cultura, proporcionando um leque temático amplo e inovador.

É nesta perspectiva que a proposta deste trabalho se encaminhou, apropriando-se também da categoria gênero, enquanto instrumento de análise, com o intuito de refletir sobre a validade dos papéis masculinos e femininos e das representações sociais entre os sexos.

A visibilidade da homossexualidade é um fato que nos permite perceber a existência de um "processo de aceitação" do comportamento *gay* pela sociedade contemporânea. O interesse da mídia pelo "filão" homossexual é notório e relevante para uma discussão séria sobre a sexualidade humana e sobre suas multiplicidades.

A homossexualidade passou da intolerância para a visibilidade e desta para o consumismo. Os movimentos sociais dos anos 70 viram surgir a figura do(a) homossexual politizado(a) que reivindicava a afirmação de sua identidade, surgindo os guetos homossexuais e uma crescente cultura específica, particular e monetarizada.

Após vencer em parte, a intolerância social (médica, psicanalítica, religiosa, ética, jurídica e outras), a preocupação dos grupos homossexuais se pauta na afirmação da identidade homossexual que serve, conforme muitas discussões, para a acomodação nos guetos. E, ainda para anular o caráter subversor que a homossexualidade possui, deixando de problematizar a heterossexualidade como única prática sexual possível e correta representando uma opressão sobre as demais formas do exercício da sexualidade.

Nesta primeira etapa da pesquisa, procuramos compreender as representações atuais da homossexualidade baseadas em uma análise histórica, nas abordagens que as ciências do comportamento trouxeram como "verdades" e as formas como a cultura homossexual é retratada na mídia: suas peculiaridades, implicações e conseqüências para o imaginário social.

Ao nos depararmos com a freqüência e notoriedade do assunto "homossexualidade" na mídia preocupamo-nos com sua releitura, ou seja,

analisar de forma crítica como o comportamento homossexual está sendo divulgado através da mídia, tanto televisa quanto escrita, uma vez que é um poderoso instrumento de divulgação de atitudes e comportamentos.

A idéia do nosso trabalho é baseada na observação da existência de um processo, iniciado nos anos 60, que tornou visível uma cultura homossexual, específica, peculiar e, em oposição à heterossexual.

Nosso objetivo é demonstrar que o surgimento da cultura homossexual e a conseqüente criação de guetos pode não ter sido tão benéfico quanto se pensava. Entendemos a homossexualidade como uma variante do comportamento sexual humano e suas representações sofrem variações culturais. O assumir-se homossexual faz somente aumentar a estigmatização sobre as pessoas, face a norma heterossexual que rege as práticas sexistas.

A mídia por sua vez, tem o papel de reafirmar a validade da identidade homossexual atribuída a determinadas pessoas. Dessa forma, cria-se uma subjetividade homossexual, um papel social e uma posição subjetiva, sempre em oposição à heterossexualidade normatizadora das relações sexuais.

Assim, vemos surgir uma cultura homossexual não somente baseada na subjetivação de valores internos, como também por normas e valores éticos, morais e religiosos impostos de fora. A partir disso, a cultura homossexual é englobada pela mídia como um nicho de mercado, criando uma cultura monetarizada que oferece a seu público uma série ilimitada de produtos e dita modos de comportamento.

No intuito de maximizar as análises de nosso objeto de estudo, sistematizá-las, e melhor apreendermos o significado do homoerotismo, suas peculiaridades e suas conseqüências, concluímos que é necessário que conheçamos, antes de mais nada, os vários enfoques que surgiram em torno da homossexualidade. Dessa forma, dividimos este texto em três partes, um histórico sobre a homossexualidade, sua abordagem nas vertentes científicas e pela mídia.

I - O HISTÓRICO DE UM CONCEITO

A prática sexual entre pessoas do mesmo sexo é um assunto complexo e por demais polêmico. Sua concepção pode variar de uma cultura para outra e dentro de uma mesma cultura. A homofilia* assumiu várias formas e papéis durante a História do Ocidente. Na Grécia Antiga, ela supria a necessidade de

relações pessoais de uma intensidade não encontrada no casamento ou entre pais e filhos. A homossexualidade tinha o papel social de intercambiar a experiência de um adulto e a beleza de um adolescente. Em Roma, os homens livres possuíam a liberdade de se relacionar sexualmente com mulheres, escravos, jovens ou prostitutas sem gerar comentários adversos. O que se condenava em Roma, e também na Grécia, era a passividade e a efeminação que significavam desonra para os homens livres.

A tolerância das sociedades pagãs com a homossexualidade não permaneceu no mesmo status após o aparecimento do Cristianismo. A sodomia, termo empregado na Bíblia para designar o pecado de natureza sexual cometido por pessoas do mesmo sexo, teve várias formas de penalização durante a Idade Média pelos padres católicos:

“O cristianismo era fundamentalmente hostil à homossexualidade ... No período inicial da Idade Média, a punição era a penitência, no período posterior, a fogueira. Mas nunca foi questão de permitir aos homossexuais prosseguir em sua atividade homossexual sem punição. Eles eram obrigados a desistir dela ou arriscar a danação”.¹

Podemos atribuir, a grosso modo, aos movimentos médico-psiquiátricos do século XIX parte da responsabilidade pela contestação homossexual no século XX. A classificação da homossexualidade como uma patologia ou desvio psicológico é atribuída a cientistas e intelectuais que desejavam retirá-la do julgo da religião e do direito canônico. A sodomia era considerada, crime e pecado contra a natureza, possível de prisão e processo. O julgamento do(a) sodomita no século XIX era feito por juristas e religiosos. No século XX o(a) pederasta ou o(a) homossexual será abordado(a) por várias disciplinas científicas. Entretanto, a mudança no enfoque do homoerotismo não diminuiu a discriminação de seus(as) praticantes.

Até a primeira metade do século XIX, a pederastia ou sodomia era um assunto de polícia. Com o tempo, alguns cientistas e intelectuais se interessaram pelo tema com o objetivo de diminuir a violência contra os(as) homófilos(as).

Em 1869, o médico húngaro, Karoly M. Benkert, criou o termo “homossexual” e as pessoas enquadradas nessa categoria formaram uma “espécie” nos moldes científicos da época. Conforme Foucault, a sodomia era

¹ RICHARDS, J. *Sexo, Desvio e Danação. As minorias na Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, p.152.

* Homofilia eqüivale a homoerotismo e a homossexualidade

um crime, um pecado ao qual todos estavam suscetíveis:

*“O Homossexualismo do XIX torna-se uma personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida, também é morfologia, com uma anatomia indiscreta e talvez, uma fisiologia misteriosa”.*²

Karl A. Ulrichs, em 1870, cunhou o termo “uranista” para designar alguns tipos de homófilos (as). Os (as) uranistas eram pessoas cujos órgãos genitais femininos e um cérebro masculino constituíam uma mesma pessoa. Outros cientistas, como Havelock Ellis e Krafft – Ebing passaram a estudar as causas da homossexualidade e seu possível tratamento. Além disso, a investigação científica trouxe à luz uma grande quantidade de teorias especulativas sobre o homoerotismo e as sexualidades aberrantes. Assim surgiram: os (as) exibicionistas de Loseque, os (as) fetichistas de Binet, os (as) zoófilos (as) e zoerastas de Krafft Ebing e muitos outros (as).³

Os esforços de alguns intelectuais, como o médico Magnus Hirschfield, se focalizaram na tentativa de eliminar o parágrafo 175 da Constituição Alemã que considerava a homossexualidade crime. Para Hirschfield, que chefiava o Comitê Científico Humanitário, criado em 1897, o homoerotismo não era doença, consistia apenas numa variante da sexualidade humana. No entanto, alguns membros do Comitê discordavam da posição de seu presidente e abandonaram o grupo, como por exemplo, Sigmund Freud.⁴

A patologização da homossexualidade trará vários efeitos para a história desse comportamento sexual. A classificação do homossexualismo como doença diminuiu o sentimento de culpa das pessoas. No entanto, elas passaram da vigilância e controle social de religiosos e juristas para a especulação da ciência experimental.

Várias teorias e ciências que partir do século XX abordaram a homossexualidade, inclusive a Psicanálise. Trataram o homossexual como uma pessoa acometida de desvio de personalidade, incluindo Freud:

“É verdade que a Psicanálise ainda não apresentou uma explicação completa da origem da inversão, entretanto, descobriu o mecanismo

² FOUCAULT, M. *A História da Sexualidade I: a vontade de saber*. 7ª ed., Rio de Janeiro: Graal, 1998, p.43

³ Idem p. 44.

⁴ *Revista Época*. São Paulo: Globo, setembro de 1999, p.46.

*psíquico de seu desenvolvimento e prestou colaboração essencial à exposição dos problemas em questão”.*⁵

Apesar dos esforços de vários intelectuais e profissionais, como Hirschfield e seu comitê, a homossexualidade continuou vinculada ao crime, e à delinqüência. Considerada como uma patologia foi registrada nos manuais de psiquiatria.

A tentativa de diminuir o sofrimento das pessoas homossexuais, classificando-as como doentes, não obteve o “sucesso” que esperavam alguns cientistas. Assim, promovendo a idéia de objetividade científica, surgiram novas disciplinas, como a Antropologia Criminal, a Psicopatologia Sexual, a Medicina Legal, e outras, que através do método experimental – positivista, buscavam reconhecer sinais de homossexualidade nos criminosos e delinqüentes.⁶

A prática homossexual foi tomada por novos instrumentos de controle e repressão que ameaçavam seus praticantes com sanções sociais como, o desemprego, a ridicularização, o ostracismo, a perseguição policial e até a prisão. A jurisprudência recorreu ao auxílio da observação científica para orientar as decisões do júri a respeito da responsabilidade dos(as) homossexuais que se envolveram em crimes de natureza sexual. O discurso moral religioso também se aliou à cientificidade para dar maior crédito aos seus julgamentos e às suas normas de conduta sexual.⁷

Com a chegada do Nazismo à Alemanha, onde a prática homossexual possuía uma certa permissividade, seus(as) adeptos(as) se tornaram alvo de violenta perseguição. O comitê científico Humanitário de Hirschfield foi desativado e seus membros foram exilados (as) em outros países. Muitos (as) homossexuais foram presos (as) e milhares morreram em campos de concentração. Eram obrigados (as) a usarem um triângulo cor-de-rosa nos uniformes de trabalho como forma de estigmatização.⁸

Apesar dos números de mortes (as) entre os (as) homossexuais, as Forças Aliadas, vencedoras da 2ª Guerra Mundial, não reconheceram estes crimes como de importância para a humanidade.

No final da década de 40, uma pesquisa americana sobre a sexualidade

⁵ FREUD, S. *Três Ensaios Sobre a Sexualidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1972, vol. VII, p. 145.

⁶ GUIMARÃES, C. Z. *Homossexualismo: mitologias científicas*. Campinas: UNICAMP, 1994, tese doutorado, mimeo.

⁷ Idem p. 228.

⁸ *Revista Época*, op. cit., p.47.

humana, o Relatório Kinsey, desenvolvida por Alfred Kinsey, revelou que 37% dos homens entrevistados pelo pesquisador já haviam tido uma experiência homoerótica. Nesta pesquisa, foi utilizada uma tabela contendo seis marcas para classificar a orientação sexual do entrevistado. Através da Escala Kinsey⁹ demonstrou-se que heteros e homos exclusivos(as) eram mais incomuns do que se pensava. Embora a pesquisa fosse pertinente e seus números significativos, a compreensão da homossexualidade não aumentou na próxima década, ocorrendo o mesmo com a liberdade sexual.

A década de 70 marca o ápice da contestação dos papéis sociais por vários segmentos e minorias. A existência de grupos ativistas de feministas, homossexuais, negros, ecológicos, e outros, já formados em todo mundo e a incipiente liberalização dos costumes, promovida pelos movimentos de contracultura, favoreceram ao surgimento de uma nova forma de se pensar a sexualidade e as relações sexuais em sociedade.

As freqüentes e violentas investidas policiais contra os redutos homossexuais nos EUA, no Brasil e, em muitos outros países, estão relacionadas à correspondência da homossexualidade ao crime, e à imoralidade, aspectos estes remanescentes do século XIX que provocaram alguns protestos de contestação contra a homofobia.

O conflito ocorrido no bar "Stone-Wall Inn" em Nova Iorque, no ano de 69, é o símbolo da luta dos homossexuais por seus direitos e pela afirmação de uma identidade. Os manifestantes fustigados pelas batidas policiais que ocorriam com freqüência naquele bar, partiram para o "combate" armados de paus e pedras contra a polícia. O conflito durou cerca de 2 dias e os "ataques" periódicos ao gueto cessaram por completo por parte da guarda municipal.

O dia do incidente, 28 de julho de 1969, ficou conhecido como o dia do Orgulho Gay, (Pride Gay Day) e passou a ser comemorado com passeatas e manifestações a partir de 1971, atraindo multidões todos os anos. Outros países do mundo aderiram e inseriram em seus calendários, esta data.

Os movimentos homossexuais se radicalizaram em todo o mundo como reflexo do conflito no bar americano. Em Londres nasce a Frente de Libertação Gay em 1970, e surgem vários outros grupos de afirmação homossexual em diversos países. As reivindicações pelos direitos e pela diminuição da violência

⁹ A Escala Kinsey: 0 – heterossexual exclusivo; 1 – heterossexual com 1 ou mais orgasmos homossexuais; 2 – heterossexual com diversos orgasmos homossexuais; 3 – bissexual; 4 – homossexual com ou mais orgasmos heterossexuais; 5 – homossexual com diversos orgasmos heterossexuais; 6 – homossexual exclusivo. Citado por MOTT, Luis. "Educação sexual e o jovem homossexual". In: *Revista Perspectiva*. Florianópolis. Vol. 10 (30), 1998, p.75.

aliam-se às exigências pela retirada da homossexualidade dos manuais de psiquiatria.

Já em 1973, o "homossexualismo" é retirado do Diagnóstico de Saúde Mental na sua 3ª edição, DSM III, pelos médicos americanos. No DSM II a homossexualidade egodistônica é considerada enfermidade, pois tratava de uma situação na qual a pessoa desejava modificar sua orientação sexual, e podia receber tratamento para modificá-la. Assim, a prática homossexual por si só deixou de ser considerada doença pelos psiquiatras americanos e por outros médicos em alguns países europeus.¹⁰

No Brasil, surgiram ao final da década de 70, movimentos sociais que tornaram os anos seguintes, períodos de "fermentação intelectual".

"Os contestadores culturais encontraram um novo campo onde atuar, percebendo a importância de se dissolver a rigidez das normas que governavam o desempenho dos papéis de homem ou de mulher na sua sociedade".¹¹

"A liberação sexual atingia assim a dissolução dos tradicionais papéis de gênero, que sempre foram muito fortes na cultura brasileira".¹²

No ano de 79 surgiram, no Brasil, vários grupos de contestação homossexual. O grupo Somos, em São Paulo e o Adé-Dudu, para homossexuais negros na Bahia, foram os principais e os mais bem organizados. Outros apareceram até a década de 80: o Eros, o Grupo Gay da Bahia, o Libertus, Nós Também e grupos de afirmação lésbica ligados às feministas. Neste mesmo período surgiu uma imprensa "underground" que tentava formar entre os segmentos discriminados uma conexão. O Jornal "Lampião" do Rio de Janeiro criado em 1978, tornou-se uma fonte expressiva de informações, para estas "minorias". Composto por intelectuais do Rio de Janeiro e de São Paulo, este jornal juntamente com o grupo Somos, contribuiu para denunciar a discriminação de homossexuais nas maiores cidades brasileiras.¹³

¹⁰ FAERCHTEIN, L. "Homossexualidade masculina". In: *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*. Rio de Janeiro: Científica Nacional, Vol. 31 (3), 1982.

¹¹ MACRAE, E. A Construção da Igualdade: identidade sexual e política no Brasil da "abertura". Campinas: UNICAMP, 1990, p. 56.

¹² Idem p. 52.

¹³ FRY, P. e MACRAE, E. *O que é Homossexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

A crescente politização dos guetos modificou as formas como os homossexuais se tratavam e se reconheciam. O termo “entendido” surgiu no Brasil como uma variante do “gay” americano e demonstrava uma mudança nas concepções dos papéis sexuais dentro dos guetos, criando:

*“uma sub-cultura sexual relativamente complexa que, enquanto seguramente tecida a partir de características brasileiras próprias, produz um modelo para a organização da realidade sexual que é nitidamente muito distinto de padrões mais tradicionais”.*¹⁴

A dicotomia bicha/bofe ou ativo/passivo foi substituída e agora a nova terminologia apresenta a idéia de uma maior igualdade nas relações entre os(as) homossexuais. O gueto gay deixou de reproduzir, em parte, as relações desiguais entre os papéis femininos e masculinos da sociedade.

Em São Paulo as batidas policiais eram constantes e se transformavam em atos de humilhação contra gays, negros, prostitutas, michês e travestis. Uma passeata, em julho de 1980, reunindo representantes destes(as) discriminados(as), protestava contra a violência policial e a estigmatização das várias “minorias”. A figura do delegado Wilson Richetti foi alvo da revolta dos homossexuais que ecoavam slogans como: “Amor Tesão Abaixo o Camburão”, “Richetti Enrrustida Deixa em Paz Nossa Vida”.¹⁵ As reivindicações exigiam também o fim da discriminação racial e a libertação de prostitutas e travestis.

Os movimentos sociais das décadas de 70 e 80 tornaram a homossexualidade mais visível. A afirmação de uma identidade como ato político possibilitou um maior reconhecimento dos direitos e das necessidades das pessoas homossexuais e diminuiu em parte a discriminação. Como exemplos, a Dinamarca, em 1982 possibilitou o casamento entre pessoas do mesmo sexo; a declaração conjunta de rendimentos e a apresentação de candidatos(as) a cargos públicos através de um minúsculo partido político. Na França aboliu-se o artigo 331 do Código Penal que contemplava o “delito” da homossexualidade.¹⁶

A economia capitalista também deu visibilidade ao gueto homossexual:

¹⁴ PARKER, R. “Homossexualidade masculina”. In: RIBEIRO, M. (Org.) *Educação Sexual: novas idéias novas conquistas*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993, p. 341.

¹⁵ Citado por TREVISAN, João S. *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade* 2 ed., São Paulo: Max Limonad, 1986, p.314.

¹⁶ *Revista Visão*, São Paulo: Visão, vol 31(40) p. 54, outubro de 1982.

*“O consumo gay continuou crescendo – com boates, saunas e bares proliferando e se elitizando. Os canais de televisão absorvem a onda, à sua maneira, buscando aumento de audiência muitas vezes às custas de sensacionalismo...”.*¹⁷

Os anos 80 marcaram a chegada da AIDS ao Brasil. Em São Paulo, são registrados os primeiros casos e em pouco tempo a doença se espalhou por outros Estados. Como as formas de transmissão do Vírus estavam ligadas ao contato sexual sem precaução e também à promiscuidade, os guetos gays tiveram grande parte de seus freqüentadores atingidos pela doença, os(as) homossexuais foram colocados(as) como grupo de risco juntamente com usuários(as) de drogas injetáveis, prostitutas, michês e travestis. Mais uma vez, a intolerância contra a homossexualidade aumentou devido à sua correspondência com a doença.

Grupos de orientação apareceram com o intuito de combater o avanço da AIDS sobre os redutos homossexuais e estabelecer estratégias frente à doença e suas repercussões físicas e culturais. Além do combate à AIDS, vários grupos no Brasil passaram a reivindicar a retirada do homossexualismo do código 302-0 do INAMPS, onde é considerado “desvio e transtorno sexual”, o que foi conseguido através do Grupo Gay da Bahia que teve participação relevante juntamente com outros setores progressistas da sociedade brasileira, como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a Associação Brasileira de Psiquiatria e 353 parlamentares de todo o país.

A partir de 1985 a medicina brasileira é orientada a codificar a homossexualidade na categoria V-62 juntamente com “outras circunstâncias psicossociais”, como o desemprego, conforme recomendação do Conselho Federal de Medicina.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) reconheceu em 1990 que o homoerotismo não era patologia e propôs a sua retirada na 10ª edição do Código Internacional de Doenças, CID –10.¹⁸

A década de 90 marca uma nova História da homossexualidade, tanto no plano sócio-econômico quanto no plano político.

A grande visibilidade na mídia e a notoriedade no imaginário social é fruto de uma concretizada exploração capitalista da cultura homossexual. Esta, tornou-se monetarizada, devido ao fato, do grupo gay, ser considerado um

¹⁷ TREVISAN, J. S., op. cit., p. 223.

¹⁸ *Revista Época*, São Paulo: Globo, setembro de 1999, p.48.

centro de consumo de múltiplas possibilidades e quase inexplorado. Apareceram vários produtos especializados como filmes, moda, literatura, lazer, etc, para um público que possui, quase na sua totalidade, um relativo poder aquisitivo.

Foram criadas, desde os anos 80, várias leis que acolhem os gays, criminalizam a homofobia, permitem a união entre pessoas do mesmo sexo, possibilitam a adoção de crianças, dentre outros.

Alguns países europeus, como a Holanda, a Dinamarca e a Suécia, possuem um enorme conjunto de leis que favorecem a homossexualidade. Noutros países, a tolerância ao homoerotismo está chegando aos cargos públicos, com a presença de políticos gays em postos importantes, como na Inglaterra. As Forças Armadas de cada país estão adotando medidas de liberalidade, para um setor muito conservador que não admitia homossexuais.¹⁹ O Exército brasileiro ainda possui um código de conduta moral muito antigo que prevê a expulsão e prisão para os oficiais que apresentarem comportamentos sexuais impróprios.

No Brasil foi apresentado em 1995, o projeto de União Civil entre pessoas do mesmo sexo de autoria da deputada Marta Suplicy (PT-SP) que até o momento não sofreu votação na Câmara dos Deputados. O projeto enfrenta oposição de setores conservadores da Igreja, do poder público e da sociedade.

Em 1999, uma parada homossexual atraiu cerca de 700 mil pessoas em Nova York. Outras manifestações no mesmo ano reuniram 200 mil pessoas em Paris e 20 mil em São Paulo.²⁰ Em anos anteriores já se assistia a uma freqüente movimentação homossexual no mundo, como os Jogos Olímpicos em 96, os Gays Games em São Francisco, e muitos festivais e eventos de grande alcance.

As discussões sobre a homossexualidade, dentro das ciências humanas, se pautam atualmente no questionamento do "ser ou estar homossexual". Muitos (as) autores (as) propõem que ao "se assumir" ou ao "sair do armário" as pessoas estão reforçando as ideologias que estabelecem padrões e normas fixas para o desejo sexual:

"Assim, definir alguém como homossexual acabaria servindo mais aos objetivos da normatização do que a uma real liberação da sexuali-

¹⁹ Revista *Veja*, São Paulo: Abril, janeiro de 2000, ano 33, nº 6, p.53.

²⁰ Revista *Época*, op. cit., p.53.

*dade, inclusive por incentivar diretamente a política do gueto, do separatismo, do racismo sexual, numa discriminação às avessas".*²¹

O desejo sexual não possui objetos e modalidades fixas e acabadas, não obedece a uma ordem natural e sim a propensões culturais mutáveis no decorrer da História, inclusive a história de vida pessoal. Da mesma forma, a homossexualidade se constitui em um estado de "vir-a-ser", conforme afirma Foucault:

*"É preciso não ser homossexual mas sim buscar encarecidamente ser gay. Interrogar-se sobre nossa relação com a homossexualidade é antes de tudo desejar um mundo onde essas relações sejam possíveis, mais ainda do que simplesmente ter o desejo de uma relação sexual com alguém do mesmo sexo".*²²

A heterossexualidade é o padrão sexual instituído mas não deve ser o único possível. O homoerotismo possui o poder de questionar a "soberania" do comportamento heterossexual e promover uma "democracia" nas práticas sexuais.

No entanto, a homossexualidade está perdendo seu caráter subversor a partir da aceitação dos rótulos e das categorias e, ainda, reproduzindo as normas da sociedade capitalista burguesa e heterossexual que afirma haver uma "essência gay", um "ser homossexual".

Debate-se atualmente a validade da afirmação de uma identidade homossexual em contraposição à heterossexual e as conseqüências do ajustamento das pessoas em categorias sexuais, não naturais, mas socialmente produzidas.

*"Não há como questionar a relevância e a importância dessas investidas contra novas formas rígidas e limitadoras na categorização de indivíduos ou grupos. É oportuno, porém, prevenir contra uma apressada atribuição aos militantes homossexuais de uma defesa intransigente da identidade homossexual como único ou principal elemento definido do indivíduo".*²³

²¹ TREVISAN, J. S. Op. cit., p.19.

²² Idem p. 24.

²³ MACRAE, E. op. cit., p. 58.

II – AS VERTENTES TEÓRICAS E A HOMOSSEXUALIDADE

Várias foram as ciências que abordaram a prática sexual entre pessoas do mesmo sexo e, diversas teorias, explicações, concepções e enfoques surgiram para encontrar solução para “o amor que não ousa dizer seu nome”. As posturas de investigação sobre o homoerotismo variaram com o tempo e com os paradigmas científicos. No entanto, a intolerância e o preconceito não sofreram grandes alterações durante estes mais de cem anos da existência do termo homossexual.

Muitas foram as concepções sobre a homossexualidade que apareceram a partir da investigação científica. Assim, apresentamos algumas vertentes e as correspondentes construções teóricas surgidas da necessidade de explicar o homossexualismo.

1 – O saber médico e o homossexualidade

As primeiras disciplinas científicas que se interessaram pela prática homoerótica foram as ciências ligadas à biologia e à medicina.

A priori as teorias médicas se basearam na norma heterossexual e na reprodução, como objetivo primordial da existência humana para, em contraposição, considerarem o comportamento homossexual desviante. Procuraram sua causa orgânica e, mais adiante, possibilidades de cura.

Em 1869, o médico húngaro Karoly M. Benkert cria o termo “homossexual” para substituir o antigo “sodomita” denominação das práticas de pederastia condenadas pelos códigos Civil e Canônico.

A categorização científica da homossexualidade pretendia obter enfoques mais rigorosos na descrição dos (as) pervertidos (as). Conforme o médico-legista brasileiro, Leonídio Ribeiro, a prática homossexual:

“passou a ser estudada à luz da ciência, verificando-se que se tratava de uma anomalia caracterizada por uma preferência, do ponto de vista sexual (...) que um indivíduo manifesta de modo ativo, passivo ou misto, por outro indivíduo do mesmo sexo”.²⁴

A medicalização da homossexualidade teve como objetivo descriminalizar esta prática sexual. A partir disso, o médico-legista considera o(a) homossexual

²⁴ TREVISAN, J. S. Op. cit., p. 108.

uma pessoa capaz de condutas anti-sociais que não devem ser abarcadas pela justiça. Ele(a), desviante não pode ser culpado(a) pela doença que o(a) corrompe, mas deve receber tratamento adequado para que possa ter saúde perante a sociedade.

“Os portadores de tais anomalias, não deveriam ser castigados, porque careciam antes de tudo de tratamento e assistência. A higiene opoterápica ou endócrina é apontada como meio de corrigir a homossexualidade ocasionada por distúrbios endócrinos”.²⁵

A conduta homoerótica então é avaliada como inevitável e passível de cura. Algumas disciplinas se preocuparam em investigar, através da ciência experimental, a causa orgânica do homossexualismo, enquanto outras aplicaram-se em proporcionar tratamento às pessoas afetadas por aquela “enfermidade”.

Até o início do século XX já existiam várias explicações para as causas da homossexualidade. A Endocrinologia, a Biologia, a Genética, a Medicina, a Psiquiatria, a Medicina-Legal e a Antropologia Criminal foram os ramos das ciências biomédicas que mais se preocuparam com a etiologia das perversões sexuais. Os fatores causadores da inversão, listados pelos(as) cientistas, foram os mais variados. Assim, a anomalia homossexual consistia em:

“loucura erótica, resultante de psicopatias sexuais em processos mentalmente alienados, falhas no desenvolvimento grandular, provocadas por hereditariedade, vida insalubre, alcoolismo ou excesso de onanismo, circunstâncias favoráveis à aquisição do vício, tais como prisões, velhice, impotência”.²⁶

As formas de tratamento para o homossexualismo variaram na sua metodologia. Desde práticas pedagógicas e terapêuticas até intervenções cirúrgicas como castração e, práticas de coitos heterossexuais forçados:

“um homossexual tem tuberculose dupla dos testículos, que é preciso castrar, faz-se-lhe o enxerto de um dos testículos ectópico de um jovem, perde os seus gestos invertidos e casa-se”.²⁷

²⁵ GUIMARÃES, C. Z., Op. cit., p.136.

²⁶ TREVISAN, J. S. Op. cit., p.110.

²⁷ GUIMARÃES, C. Z. Op. cit., p. 319.

A psiquiatria do início do século propunha como método de cura para a perversão práticas de convencimento do(a) paciente da necessidade de modificar seus hábitos e seus desejos, qualificados como nocivos para a sociedade.

Baseados em uma gênese inata para a homossexualidade, psiquiatras recomendavam uma boa educação, evitando-se assim, o desenvolvimento do comportamento sexual patológico para os(as) que já possuíam uma predisposição.

Para aqueles(as) enfermos(as) que não reconheciam a sua doença, a medicina propunha a aliança entre a ciência e a religião. Desse modo, o enaltecimento das virtudes morais, como a castidade, fazia parte dos tratamentos:

*“o melhor método para tratar a inversão orgânica essencial, não é o castigo nem o constrangimento, mas o autocontrole, a educação de seus desejos”.*²⁸

O enclausuramento constituiu também uma medida possível para o tratamento do(a) perverso(a). Esta posição favorável à reclusão do(a) doente privilegiava mais o afastamento da ameaça à sociedade do que a cura das pessoas. A Medicina-Legal compôs uma série de medidas com o intuito de erradicar os(as) homossexuais do meio social e também diminuir a possibilidade de corrupção das pessoas sadias. Considerava-se assim, que a homossexualidade era um mau capaz de se difundir e aniquilar a organização social.

*“Aos médicos e educadores é colocada a tarefa de conscientizar a população, principalmente os jovens, de como promover a saúde sexual dos indivíduos”.*²⁹

A abordagem médica da homossexualidade no início deste século baseou-se nos ensinamentos da biologia e seus paradigmas. Ao descriminalizar a sodomia e ao criar o(a) “homossexual”, os(as) cientistas pensaram na possibilidade de encontrar a gênese deste desvio sexual e buscar medidas d

²⁸ Idem, p.329.

²⁹ Idem, p. 343.

tratamento para os(as) perversos(as). A noção de desvio criada pela medicina psiquiátrica se espalhou para outros ramos do saber e, as concepções em torno deste conceito se modificaram com o passar do tempo.

No Brasil, o homossexualismo não era considerado crime, no entanto, devido ao preconceito, homossexuais foram presos e confinados em hospitais psiquiátricos e submetidos aos mais diversos testes para a identificação dos sinais da sua doença.

*“Mas, como combater e controlar o homossexualismo é também resolver um problema social, acaba sendo inevitável o intercâmbio das ciências como o aparelho policial”.*³⁰

Com o avanço da tecnologia na área das Ciências Biológicas, a Genética, a Endocrinologia e a Fisiologia apareceram como possíveis “descobridoras” da gênese do homossexualismo. Pesquisas foram feitas para encontrar as causas orgânicas desse comportamento. Através da comparação entre homo e hetero cientistas chegaram a especular sobre uma possível etiologia para a homossexualidade, apontada até 1973 como doença mental pelo D. S. M. II.

Fisiologistas tentaram através de estudos comparativos descobrir algum fator que indicasse a origem da disfunção dos homoeróticos com relação ao seu comportamento sexual. Contudo, não se apontou com clareza, alguma diferença significativa entre hetero e homo que pudesse ser considerada causadora da homossexualidade.

Simon Levey propôs que o tamanho reduzido das células hipotalâmicas, responsáveis pelas emoções e sentimentos eróticos nos(as) homossexuais por ele analisados(as), indicaria alguma relação entre a conformação celular do hipotálamo e a orientação afetiva-sexual.³¹ Até o momento, os achados de Levey não foram totalmente confirmados.

Na área da Neuroendocrinologia poucas teorias apareceram para explicar a origem da homossexualidade. Os(as) pesquisadores(as) dessa área mantiveram-se empenhados(as) em estudar o papel hormonal na formação dos órgãos sexuais de homens e mulheres. As principais investigações indicavam que os(as) homossexuais foram expostos(as) a quantidades desiguais de

³⁰ TREVISAN, J. S. op. cit., p. 115.

³¹ Citado por COSTA, Ronaldo P. da. In: *Os Onze Sexos: as múltiplas raízes da sexualidade humana*. 3 ed., São Paulo: Gente, 1998, p.113.

hormônios durante a gestação.³²

Os cientistas M. Blender e F. Alender não conseguiram encontrar fatos conclusivos para a etiologia hormonal no comportamento homossexual. Afirma Alender, que:

*“Apesar dos esforços realizados tentando estabelecer uma relação entre desequilíbrio endócrino e homossexualidade, os resultados obtidos não são capazes de resolver os problemas da homossexualidade”.*³³

As pesquisas na área da Genética foram as que mais conseguiram credibilidade. Acreditava-se que o comportamento homossexual pudesse estar relacionando à obtenção gênica e a hereditariedade. Após a retirada do Homossexualismo do Manual Estatístico de Doenças, DSM-II, os (as) geneticistas deixaram de encarar tal comportamento como desviante e procuraram promover suas pesquisas com maior objetividade na busca de explicações para o homoerotismo.

Trabalhos com gêmeos (as) idênticos(as) demonstraram que havia maior concordância para a homossexualidade nestas pessoas do que em gêmeos (as) não-idênticos (as).³⁴ Outros estudos comparativos entre familiares apresentaram co-relação entre fator genético do lado materno e o comportamento homossexual. Uma dessas pesquisas realizada pelo professor, Dean Haner em 1993, avaliou na sua segunda etapa que entre 40 duplas de irmãos(ãs) homossexuais, 82,5% dessas pessoas possuíam a mesma seqüência de DNA em uma parte específica do cromossomo “x” da mãe.³⁵

As hipóteses da genética que se demonstram com maior credibilidade atualmente apostam na relação do homossexualismo com o gene “x q 28” que faz parte do cromossomo “x” e possui o potencial de interferir na orientação sexual. Desse modo, os genes atuariam criando a predisposição e a não determinação.³⁶

³² WERNER, D. “Sobre a evolução e variação cultural na homossexualidade masculina”. In: PEDRO, J. M. e GROSSI, M. P. (Orgs.) *Masculino, Feminino, Plural. Gênero na interdisciplinariedade*. Florianópolis: Mulheres, 1998.

³³ CARVALHO, A. M. “Considerações a propósito da etiologia da homossexualidade”. In: *Revista de Psiquiatria Clínica*. São Paulo: Edanee, vol 1 (4), 1972, p.18.

³⁴ WERNER, D. op. cit., p.99.

³⁵ COSTA, R. P. Op. cit., p.122.

³⁶ Homossexualismo e Genética. In: *Revista Jovem Médico*. São Paulo: Moreira Júnior. Vol. I(1):11-17-1996.

Algumas teorias evolucionistas referentes a biologia e a adaptação animal surgiram para tentar investigar o comportamento homossexual. Werner se baseia em pesquisas biológicas, psicológicas e etiológicas para analisar a evolução da homossexualidade masculina. Assim, o homoerotismo teria raízes no contato sexual entre machos da mesma espécie e evoluiu para uma forma mais complexa nos seres humanos:

*“as diferentes formas de homossexualidade parecem formar uma escala, ou seja, os comportamentos e associações encontradas nas espécies mais complexas sob certas situações.”*³⁷

A cooperação entre os animais relaciona-se com a homossexualidade humana pensando-se assim em uma “escala” de evolução do mais “simples” para o mais “complexo”:

*“Se esta idéia de uma escala é correta então isto sugere que a homossexualidade está ligada à evolução de comportamentos sociais mais complexas provavelmente via os seus efeitos em reduzir hostilidades entre machos.”*³⁸

O comportamento sexual dos animais também está sendo alvo de estudos. Zoologistas investigam a diversidade das práticas sexuais e, as condutas entre bichos do mesmo sexo. Alguns resultados apontam para a existência do homossexualismo em várias espécies, mas esta prática não pode ser comparada ao homoerotismo humano. Nos animais, o contato sexual não serve somente à reprodução, como pensavam muitos(as) cientistas, contudo não se deve estabelecer conexões com o comportamento humano que também não visa, na maioria das vezes, a procriação:

*“Animais fazem muitas coisas que os humanos não acham aceitáveis como canibalismo e incesto. Nós também fazemos várias coisas que eles não fazem como usar roupas e cozinhar”.*³⁹

Com estas abordagens em relação ao mundo animal, surgiram outras

³⁷ WERNER, D. op. cit., p.116.

³⁸ Idem, p.117.

³⁹ *Revista Super-Interessante*. São Paulo: Abril, agosto de 1999, p.30.

sobre a homossexualidade que se basearam em afirmações ligadas à Biologia e à Medicina, produzindo um grande número de teorias que em sua maioria não foram conclusivas. A noção de desvio ou doença que surgiu no século XIX nas ciências médicas perdeu a sua credibilidade, após a retirada do homossexualismo do código internacional de Doenças pela Organização Mundial de Saúde em 1990.

As teorias que consideram a homossexualidade desvio, anomalia ou doença basearam-se na concepção do sexo voltado para a reprodução. A norma heterossexual foi imposta como única possível e as práticas sexuais fora do objetivo da procriação foram consideradas aberrantes.

A normalidade da prática heterossexual começou a ser abalada ou questionada a partir da realização de uma pesquisa sobre sexualidade humana, dirigida por Alfred Kinsey. O relatório Kinsey demonstrou que 37% dos homens americanos já haviam experimentado um contato homossexual, demonstrando não haver exclusividade nas práticas sexuais como algo estanque e permanente.⁴⁰

*“As pessoas, os médicos, e a sociedade em geral precisam aprender a aceitar o fato de que as pessoas são sexuais e que se o amor é a fonte da vida, deve também governá-la. E na busca do amor tudo é perfeitamente normal”.*⁴¹

As várias pesquisas realizadas pelos profissionais da biomedicina não conseguiram alcançar credibilidade frente à comunidade científica. As propostas e especulações sobre uma possível causa orgânica para a homossexualidade não foram concretizadas, tanto que a Organização Mundial da Saúde retirou o homossexualismo de seu catálogo de doenças em 1990. Os esforços de diversas pesquisas não conseguiram dar sustentação para teorias frágeis que pretendiam ser “verdadeiras” no estudo do homoerotismo.

2. As abordagens clínicas da homossexualidade

O enfoque clínico do homossexualismo ou da inversão tiveram por base os pressupostos das ciências biomédicas. O coito heterossexual com penetração genital como norma para o sexo também serviu de base para a criação dos

⁴⁰ MOTT, L. *Educação Sexual e o Jovem Homossexual*. Florianópolis: Perspectiva, 1998, vol. 16(30) p.57-88.

⁴¹ Homossexual e Genética. Op. cit., p.117.

conceitos da Psicanálise e Psiquiatria. Estas duas vertentes se intercambiaram e se influenciaram mutuamente durante o início do século XX. Várias concepções, atualmente, habitam tanto o seio psicanalítico quanto o psiquiátrico.

A Psicanálise retificou a noção de desvio da homossexualidade. Autores como Sigmund Freud, Havelock-Ellis, Kreff-Ebing e outros promoveram investigações sobre o sexo e a personalidade das pessoas considerados(as) invertidos(as).

Sigmund Freud, no século XIX, criador da Psicanálise, promoveu a difusão de seu pensamento pelo mundo. Na tentativa de dar o “status” de ciência para o conjunto de suas teorias, aproximou-se da Fisiologia, da Biologia, da Neuropsiquiatria, e de outros saberes naturais.

As hipóteses dominantes sobre os(as) homossexuais apontavam uma causa orgânica inata que favorecia ao surgimento de uma patologia degenerativa. No entanto, Freud discordava desta postura frente a homossexualidade e elaborou uma teoria que intercambiava a bissexualidade biológica do ser humano com fatores ambientais favoráveis ou não ao surgimento da inversão.

Nos “Três Ensaio sobre a Sexualidade”, Freud expõe o seu pensamento sobre as perversões sexuais. São objetos do seu estudo os(as) invertidos(as) (homossexuais), os(as) fetichistas, os(as) sádicos(as), os(as) masoquistas, e outros(as). No capítulo sobre os desvios relativos ao objeto sexual encontramos a distinção freudiana das formas da inversão. Freud enumera três tipos de invertidos: os(as) absolutos(as), cujos objetos sexuais são exclusivamente de seu próprio sexo, os(as) anfígenicos(as), que são apontados(as), como hermafroditas psicosexuais, e os(as) ocasionais, que sob a influência de certas condições exteriores realizam o coito homossexual.

A visão freudiana não concebia a inversão como algo congênito e degenerativo:

*“No primeiro caso, podemos perguntar sob que aspecto é ela congênita, nos que queiramos aceitar a explicação grosseira de que todos nascemos com o instinto sexual ligado a um determinado objeto sexual. No último caso, pode-se indagar se as diversas influências acidentais seriam suficientes para explicar a aquisição da inversão, sem a cooperação de alguma coisa no próprio indivíduo”.*⁴²

⁴² FREUD, S. op. cit., p.141.

Assim, Freud propõe a teoria da bissexualidade na qual, o(a) invertido(a) é dotado(a) de um desejo anormal que obriga a vontade de possuir alguém que combina os caracteres dos dois sexos e seja detentor(a) de um corpo idêntico ao seu. A esta concepção da bissexualidade na inversão aliar-se-á à causas ligadas a fatores experiênciais:

*“Em primeiro lugar, uma disposição bissexual está de certa forma relacionada com a inversão, conquanto não saibamos em que consiste essa disposição, além de sua estrutura anatômica. E, em segundo lugar, estamos diante de distúrbios que afetam o instinto sexual no curso de seu desenvolvimento”.*⁴³

Dessa forma, a origem da homossexualidade estaria relacionada para a masculinidade ou para a feminilidade, de acordo com influências favoráveis ou adversas da vida durante o desenvolvimento de cada pessoa. Esta concepção da bissexualidade ligada ao homossexualismo foi amplamente difundida na Psiquiatria contemporânea.

Alguns autores(as) psicanalistas trilharam o caminho de Freud na tentativa de explicar a homossexualidade. Ferenczi protesta contra a hipótese degenerativa e congênita da inversão sexual, porque esse comportamento assume as mais variadas formas. De acordo com este autor, os invertidos masculinos devem ser separados em dois tipos: os homoeróticos subjetivos que se sentem e se comportam como mulheres e os homoeróticos objetivos, que são totalmente masculinos e que apenas substituíram um objeto feminino por um masculino. Essas duas formas de inversão ainda são consideradas por Ferenczi, no primeiro caso, “intermediários sexuais verdadeiros” e os últimos como “neuróticos obsessivos”.⁴⁴

A teoria freudiana colocou a prática genital-heterossexual voltada para a reprodução como ponto final do desenvolvimento psicosssexual e, qualquer conduta sexual fora disso foi considerada desviante. Freud coletou diversas análises que apontavam as causas da homossexualidade e em vários textos seus podemos notar exemplos de fatores etiológicos para este comportamento.

Em “Sobre o Narcisismo: uma introdução”, Freud propõe uma possível causa para a inversão:

⁴³ Idem, p.157.

⁴⁴ Citado por Sigmund Freud, op. cit., p.147.

*“Descobrimos, de modo especialmente clara, em pessoas cujo desenvolvimento libidinal sofreu algumas perturbações, tais como pervertidos e homossexuais, que em sua escolha anterior de objetos amorosos elas adotaram como modelo não sua mãe mas seus próprios eus”.*⁴⁵

No texto, “Alguns mecanismos neuróticos no ciúme, na paranóia e no homossexualismo”, Freud enumera mais alguns fatores que podem estar relacionados à psicogênese do comportamento homossexual:

*“A ligação à mãe, o narcisismo, o medo à castração são os fatores (que, incidentalmente nada tem em si de especial), que até o presente encontramos na etiologia psíquica do homossexualismo, com eles é preciso computar o efeito da sedução, responsável por uma fixação prematura da libido, bem como a influência do fator orgânico que favorece o papel passivo no amor”.*⁴⁶

Em resumo, Freud explica que a homossexualidade teria como causa a má resolução do Complexo de Édipo, onde, por exemplo, o filho se identifica com a mãe, o narcisismo e o medo à castração. De forma que estes fatores atuam conjuntamente no período da escolha do objeto sexual provocando a inversão.

Apesar da vasta teorização e da crença do homossexualismo como desvio, Freud não apresentou explicações conclusivas para a sua investigação. Contudo, suas hipóteses contribuíram no estudo do comportamento infantil e adolescente e ainda influenciou várias gerações de psicanalistas e psiquiatras.

Algumas investigações demonstraram haver outras etiologias para a homossexualidade, mas esta continuou sendo concebida como uma condição decorrente de um distúrbio do desenvolvimento psicosssexual infantil.

Melaine Klein, por exemplo, propôs que o homossexualismo masculino ocorreria em fases mais precoces do que as apresentadas por Freud e que seria decorrente de uma fixação oral ao pênis do pai, acompanhada de medo de retaliação da mãe, convertida em rival.⁴⁷

⁴⁵ FREUD, S. *Sobre o Narcisismo: uma introdução*. Rio de Janeiro: Imago, 1972, vol. XVI, p.104.

⁴⁶ FREUD, S. *Alguns Mecanismos Neuróticos no Ciúme, na Paranóia e no Homossexualismo*. Rio de Janeiro: Imago, 1972, vol. XVI, p. 189.

⁴⁷ FIGUEIROA, L. A questão psiquiátrica da homossexualidade. In: *Psicodrama*. São Paulo: Roche, vol. 6(2): 2-3, 1985.

Anna Freud também apresentou novas possíveis causas para a homossexualidade, além de demonstrar algumas medidas de “prevenção” contra tal comportamento. Esta autora complementou a lista de fatores etiológicos enumerados por Freud, sendo alguns deles: a fixação nas fases pré-genitais, oral e anal, a supervalorização traumática dos órgãos genitais femininos e da menstruação e a inveja do corpo da mãe:

“Esses elementos, que constituem, indubitavelmente, influências patogênicas no passado do homossexual, não podem, entretanto, ser usados para prognóstico de homossexualidade se fizerem parte do quadro clínico de uma criança”⁴⁸

A autora aponta alguns aspectos que podem prevenir a ocorrência da homossexualidade se combinados com outros fatores situacionais e experiências heterossexuais, conforme menciona:

“o equilíbrio entre heterossexualidade e homossexualidade durante todo período de infância é tão precário e os pratos da balança pendem tão facilmente para um lado ou outro por força de uma multidão de influências que a opinião, segundo a qual ‘a atitude sexual final de uma pessoa só é decidida depois da puberdade’ ainda é válida”⁴⁹

A concepção do homossexualismo como desvio permaneceu ligada ao pensamento de Freud. De acordo com alguns(as) psicanalistas contemporâneos(as), a homossexualidade como síndrome clínica, representa ou uma detenção do desenvolvimento normal ou uma regressão a um ponto de fixação anterior como resultado da ansiedade de contração mobilizadora, via de regra, por experiências familiares adversas.

Marmor apresenta sua visão sobre o homossexualismo, baseado na prática clínica:

“O aspecto homossexual, como é considerado neste trabalho, expressa uma necessidade de dispensa de objeto externo, por temor à dependência absoluta dele, o que corresponde ao modelo ideal de Freud

⁴⁸ FREUD, Anna. *Infância Normal e Patológica: determinantes do desenvolvimento*. 4 ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 169.

⁴⁹ Idem, p.171.

para o auto-erotismo ‘lábios que se beijam a si mesmos’.”⁵⁰

A análise dos casos de pacientes fornece subsídios para algumas especulações a partir da teoria freudiana.

Para Bastos a causa da homossexualidade estaria ligada à:

“dificuldade encontrada por estes pacientes em superar fantasias destrutivas de grande intensidade, ligadas à atividade sexual, decorrente da identificação com um pai agressivo, que existem na fantasia na realidade ou nas duas formas”⁵¹

Após a retirada do homossexualismo do Manual Estatístico de Doenças, a homossexualidade deixou de ser considerada doença mental nos E.U.A. e as tentativas de transformar homo em heterossexuais se reduziram naquele país. A conduta homossexual como uma variante da “sexualidade normal” passou a ter uma nova abordagem nos consultórios dos(as) psicanalistas e dos(as) psiquiatras. Estes(as) profissionais se propõem a tratar os(as) homossexuais egodistônicos(as) que são:

“aqueles indivíduos cujos interesses sexuais são predominantemente dirigidos a pessoas do mesmo sexo e que, devido a isso, são portadores de distúrbios, encontram-se em situações de conflitos ou desejam modificar a sua orientação sexual.”⁵²

A Psicanálise tomou para si a formulação de um referencial teórico sobre a homossexualidade após a não constatação de uma causa orgânica para esta conduta sexual. A teoria psicanalítica do homossexualismo se pautava em conceitos tradicionalistas e em categorias cristalizadas criadas no início do século. Os anos 70 e 80 exigiram uma reformulação teórica e as hipóteses freudianas foram caindo em descrédito. Alguns(as) profissionais da clínica passaram a estudar o comportamento homossexual a partir de suas próprias inclinações:

⁵⁰ MARMOR, J. *A Inversão Sexual: as múltiplas raízes da homossexualidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1973, p.17.

⁵¹ BASTOS, J. C. “Homossexualidade masculina”. In: *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*. Rio de Janeiro: Científica Nacional, vol. 28(1/4): 7-11, 1979.

⁵² FIGUEIROA, C. op. cit., p.2.

“Existe assim acentuada possibilidade de que os conceitos psicanalíticos tradicionais sobre os defeitos caracteriológicos dos homossexuais se baseiem numa amostragem assimétrica dos homossexuais e não representem talvez o espectro de personalidade presente na população homossexual total”.⁵³

A partir de estudos históricos e transculturais na década de 80, os quais demonstravam a historicidade dos papéis de gênero e das concepções do masculino e do feminino, a Psicanálise passou a utilizar de forma diferente seus tradicionais conceitos:

“A identidade de gênero é aprendida na medida em que é dada pela cultura. O sexo genérico si independiza do sexo biológico. Enquanto a escolha do sexo não vem ditada pela identidade de gênero, estas podem coincidir ou não”.⁵⁴

Através dessa perspectiva autores(as) como Morici, Granã, Costa, Nascimento e muitos(as) outros(as) passaram a problematizar as escolhas de objeto sexual de homossexuais e a até mesmo de heterossexuais.

A nova visão psicanalítica pôs em cheque a questão da identidade sexual. Na análise de um mesmo sexo anatômico pode ser suporte de diversos investimentos eróticos e o mesmo sexo, anatomicamente descrito, nem sempre é o mesmo eroticamente investido. Dessa forma, a questão da identidade homossexual em oposição à heterossexual, baseada no sexo genital, seria inválida na nova visão psicanalítica porque esta não reconhece o feminino e o masculino através de critérios biológicos.

A variabilidade das práticas hetero e homo demonstra que essas condutas possuem significados psíquicos diversos e podem alterar durante a vida das pessoas. A categorização das pessoas a partir da orientação sexual, demonstrando haver uma homogeneidade, proporciona apenas enquadramentos e, no caso da homossexualidade serve à estigmatização preconceituosa:

“Sendo que as classificações em ‘espécimes sexuais’ parecem valer mais ainda para os que divergem das normas. Estas, então serão

⁵³ MARMOR, J. op. cit., p.12.

⁵⁴ MORICI, S. “Homossexualidade: um lugar na história da intolerância social, um lugar na clínica”. In: GRANÃ, R. (Org.) *Homossexualidade: novas perspectivas psicanalíticas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998, p. 171.

interpeladas quase unicamente em nome de seus gestos, inclinações ou escolhas sexuais. Deixarão de ser bons trabalhadores, amigos, cidadãos, maridos ou esposas, pais ou mães, para se tornarem quase única e exclusivamente, homossexuais, travestis, etc., e toda a longa lista dos que se encontram no limbo, acusados de algum desvio moral ou patológico”.⁵⁵

As novas leituras da clínica psicanalítica vêm demonstrar as potencialidades da sexualidade e a diversidade dos desejos a partir de uma análise da linguagem. Os significados e os significantes da homossexualidade, na Psicanálise, demonstram a sua multiplicidade e a sua possibilidade dentro do comportamento sexual humano.

Há o avanço para além da biologia, caracterizando o homem não como ser instintivo mas como ser desejante. A antiga noção freudiana do desvio homossexual também foi ultrapassada pois se baseava na heterossexualidade genital como norma. Os(as) autores(as) clínicos(as) têm procurado entender cada paciente a partir da linguagem inconsciente, dos significados pessoais e da experiência de vida de cada um. Preocupam-se com a não categorização porque os homoeróticos não são iguais entre si sendo o mesmo “verdade” para os heterossexuais.

3 - A Homossexualidade e seus aspectos antropológicos e históricos

As práticas sexuais humanas são variadas e assumem uma significação particular em cada época e em cada cultura. A homossexualidade como uma variante da “sexualidade normal” também desempenha papéis diversos, podendo modificar-se de uma sociedade para outra e mesmo dentro de uma mesma cultura. Essa perspectiva da determinação cultural do comportamento homossexual surgiu a partir da década de 40 na Sociologia, na História, e na Antropologia e, em outras ciências do conhecimento, como uma forma de compreender a multiplicidade das condutas sexuais entre pessoas do mesmo sexo biológico.

A partir dos estudos transculturais de Malinowsky, Mead, Ford e Broch, McIntosh e outros(as), pode-se perceber que as concepções em torno da sexualidade criadas pela sociedade burguesa capitalista não são mais verdadeiras que outras nem únicas. Os(as) antropólogos(as) passaram a

⁵⁵ ROPA, D. “Ela é... o que você quiser”. In: COSTA, J. R. (Org.) *Redescrições da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, p.55.

compreender que os papéis sexuais e as representações do masculino e do feminino sofrem variações culturais. Estes(as) investigadores(as) começaram a questionar os velhos paradigmas e objetos de análise, voltando-se para novos enfoques e fazendo emergir um leque temático amplo e variado, o que aconteceu particularmente com os(as) historiadores(as). Essa nova perspectiva nas Ciências Sociais foi utilizada para compreender a variabilidade, não só da homossexualidade, como de outras práticas e experiências humanas (os sentimentos, as atitudes) nas diversas culturas.

As Ciências Médicas preocuparam-se com a investigação da causa orgânica do homossexualismo, enquanto as Ciências Psicológicas tentaram compreendê-lo a partir de um desvio no desenvolvimento psicosexual. No entanto, as duas abordagens esbarram nesta diversidade que as concepções do homoerotismo assumem, logo, suas inferências sobre uma possível etiologia do comportamento homossexual só conseguia explicar um reduzido número de casos:

*“A homossexualidade é um fenômeno de muitas facetas não apenas em suas manifestações na experiência e no comportamento individual e social, mas também, e correspondentemente, em sua determinação por variáveis psicodinâmicas, biológicas, culturais, situacionais e estruturais”.*⁵⁶

As novas abordagens histórica e antropológica proporcionaram o desvelamento dos papéis sexuais, masculinos e femininos, dentro da sociedade contemporânea. Assim, compreendeu-se que as características atribuídas aos homossexuais, como efeminização, passividade, sensibilidade, e outras, estavam relacionadas à realidade do comportamento daquelas pessoas:

*“É tido como natural que o homossexual masculino seja ‘afeminado’ e a homossexual feminina ‘máscula’ e assim os bichas e sapatões do folclore brasileiro adquirem o status de uma condição que nunca é social, mas sim natural”.*⁵⁷

Os traços considerados femininos também podem variar culturalmente

⁵⁶ HOOKER, E. “Homossexuais Masculinos e seus ‘mundos’”. In: MARMOR, J. op. cit., p.79.

⁵⁷ FRY, P. e MACRAE, op. cit., p.11.

e o comportamento homoerótico pode-se relacionar com a virilidade. Estudos de sociedades antigas, Grécia e Roma, como também de sociedades “primitivas”, demonstram costumes de mudanças de papel sexuais em cerimônias e festas:

*“Em alguns lugares (Esparta, Creta), o homem era fisicamente segregado, em outros (Tebas, Esparta), os casais de amantes homens eram incentivados como parte do treinamento e da disciplina militar, um reconhecimento ancestral dos estreitos laços entre Ares e Eros. Entretanto – isto é crucial – a homossexualidade na Grécia, relacionava-se estreitamente com a masculinidade...”*⁵⁸

As representações e concepções da homossexualidade na perspectiva histórica apontam para um “continuum” de extremos.

Muitas sociedades demonstraram tolerância com o homoerotismo como, Grécia e Roma e os Guaiaguís do Paraguai. Outras se tornaram intolerantes promovendo perseguição e punição aos homossexuais. A relação da homossexualidade com o crime e com o pecado permanece em algumas culturas ocidentais e esta noção foi amplamente difundida pelos ensinamentos cristãos:

*“Visto que o sexo, segundo os ensinamentos cristãos, foi dado ao homem unicamente para os propósitos da reprodução e por nenhuma outra razão, qualquer outra forma de atividade que não levasse ou não pudesse levar à procriação era um pecado contra a natureza. Os pecados contra natureza incluíam especificamente a bestialidade, a homossexualidade e a masturbação”.*⁵⁹

Historiadores e intelectuais de áreas afins, como Boswell, Dover, Foucault, Ariès e Veyne, promoveram análises das sociedades antigas e da abordagem cristã, para compreender as mudanças no enfoque sobre a prática sexual entre pessoas do mesmo sexo.

A concepção médica da homossexualidade surgiu no século XIX, conforme estudos de Ariès, Foucault, Trevisan e outros(as), como produto de uma moral sexual muito rigorosa que mesclava regras cristãs e normas científicas burguesas. A noção de doença prolonga-se até hoje em algumas culturas e

⁵⁸ RICHARDS, J. “Homossexuais”. In: RICHARDS, J. op. cit., p. 137.

⁵⁹ Idem, p. 136.

vários saberes procuraram encontrar a sua etiologia, como já indicado:

“No interior do velho mundo marginal das prostitutas, das mulheres fáceis, dos debochados, emergia uma espécie coerente, homogênea, com suas características físicas originais. Os médicos haviam aprendido a detectar o homossexual, o qual, entretanto se escondia. O exame do ânus ou do pênis bastava para desmascará-los. Apresentavam deformidades específicas, como os judeus circuncidados”.⁶⁰

A validade da concepção de enfermidade para o homossexualismo começou a perder sua credibilidade a partir dos anos 60 com a ocorrência de diversos fatores. No campo científico, Bieber e Hooker demonstraram que os(as) homossexuais não apresentavam padrões psiquiátricos diferentes dos(as) heterossexuais. No social, os movimentos de contestação homossexual e feminista dentre outros, proporcionaram uma reformulação nas concepções dos papéis sexuais que norteavam as relações entre as pessoas. Surgiram novos modos de pensar a sexualidade e suas representações:

“Os contestadores culturais encontraram um novo campo onde atuar, percebendo a importância de se dissolver a rigidez das normas que governavam o desempenho dos papéis de homem e de mulher na sua sociedade”.⁶¹

Os movimentos homossexuais se fortaleceram a partir dos anos 70 e promoveram a aglutinação das pessoas através da afirmação de uma identidade gay. Os guetos se tornaram visíveis e relevantes para a compreensão dos fatos que cercaram a homossexualidade nesse momento. Alguns(as) autores(as) se preocuparam com uma crescente subcultura-gay que se formava nas grandes cidades e fizeram dela objeto de estudo. Hooker através de uma abordagem antropológica, desenvolveu uma ampla pesquisa nas cidades de Los Angeles e São Francisco, E.U.A., com o intuito de reconhecer alguns elementos da cultura homossexual:

“Tentei caracterizar alguns aspectos dos mundos ou subculturas homossexuais num grande ambiente urbano: a comunidade pública do

⁶⁰ ARIÈS, P. “Reflexões sobre a história da homossexualidade”. In: ARIÈS, P. e BÉJIN, A. (Orgs.) *Sexualidades Ocidentais*. 3 ed., São Paulo: Brasillense, 1987, p.81.

⁶¹ MACRAE, E. op. cit., p.58.

bar ‘alegre’, que concebemos como um ambiente de mercado para a permuta de serviços sexuais, e como um centro de alistamento, treinamento e integração...”⁶²

Michel Pollak avaliou a visibilidade da homossexualidade e sua liberalização como conseqüência da redução do rigor dos costumes e da moral religiosa. Desse modo, criou-se um amplo mercado sexual onde a unidade base é o orgasmo e a prática homossexual se apresenta como potencialidade pois está desvinculada da procriação:

“É porque parece dar respostas práticas a um questionamento mais amplo, que o homossexual vem sendo atualmente cortejado e solicitado pelos que criam e divulgam as modas culturais: como combinar a sofisticação de necessidades sexuais e afetivas sem pagar o preço das pressões muitas vezes inerentes às relações de casal?”⁶³

Assim, as abordagens histórica e antropológica sobre a homossexualidade tentam compreender as suas concepções a partir de elementos preestabelecidos nas sociedades. As sub-culturas homossexuais também são analisados sobre o pano de fundo de uma cultura maior que lhe impõe regras e normas de comportamento.

No Brasil alguns(as) estudiosos(as) procuraram avaliar a dinâmica dos papéis sexuais e das representações individuais e coletivas da cultura homossexual travadas dentro dos guetos. Parker estudou as modificações nos significados sexuais que estruturam as interações homoeróticas e influenciam a experiência do desejo e da identidade. Como amostra da variabilidade numa mesma cultura das representações do homossexualismo, o autor analisou dois sistemas de denominação das práticas homossexuais utilizados pelos gays brasileiros: sistema ativo, passivo e homo/heterossexual. Após avaliar os papéis sexuais em grandes centros urbanos no Brasil, Parker afirma que existe:

“Uma subcultura sexual relativamente complexa que, enquanto seguramente tecida a partir de características brasileiras próprias, produz um modelo para a organização da realidade sexual que é

⁶² HOOKER, E. op. cit., p. 92.

⁶³ POLLACK, M. “A homossexualidade masculina ou: a felicidade do gueto?” In: ARIÈS, P. e BÉJIN, A. (Orgs.) op. cit., p.58.

nitidamente muito distinto de padrões mais tradicionais".⁶⁴

Os movimentos feministas também proporcionaram novas formas de se avaliar os papéis sexuais nas sociedades. O gênero, como uma categoria de análise histórica, permitiu uma possibilidade de questionamento do determinismo biológico das relações entre homens e mulheres e suas diferenças. A criação da categoria gênero propõe uma reavaliação crítica das premissas e dos critérios científicos existentes e também demonstra a historicidade de identidades cristalizadas que regulamenta as relações de poder dentro da sociedade. A abordagem de gênero sobre a homossexualidade possibilita desconstruir as concepções que a considera biológica e psicologicamente determinada, como também, questiona as normas sexuais da sociedade burguesa que impõe a heterossexualidade como única conduta possível. Problematizando as relações entre os sexos e suas representações, criam-se possibilidades para compreender a variação sexual e o homossexualismo como uma variante da "sexualidade normal":

"Os itinerários de homem e mulheres não podem ser reduzidos a simples efeitos mecânicos ou uma identidade cristalizada de uma vez para sempre, ou não haveria história. Daí a importância das análises que tem por objetivo as práticas sociais e as instituições, onde as relações de gênero se constroem".⁶⁵

Os modos de tratamento e relacionamento dentro dos guetos passaram por uma reformulação, deixando a dicotomia passivo-ativo que se baseava na dominação de um(a) sobre o(a) outro(a), surgindo uma terminologia que se pautava no equilíbrio das relações gay/entendido. Dessa forma, a cultura homossexual deixou de reproduzir o desequilíbrio nas interações entre masculino e feminino na sociedade:

"O 'entendido' e gay vieram denominar fundamentalmente pessoas que 'transam', pessoas do mesmo sexo sem que adotassem necessariamente os trejeitos associados às figuras da 'bicha' ou do 'sapatão'.⁶⁶

⁶⁴ PARKER, R. "Homossexualidade Masculina". In: RIBEIRO, M, op. cit., p.341.

⁶⁵ SOUZA-LOBO, E. "Os usos de gênero". In: *A Classe Operária tem Dois Sexos*. São Paulo: Brasiliense, 1991, p.48.

⁶⁶ FRY, P. e Macrae, E. op. cit., p. 24.

A abordagem de gênero também possibilitou a reformulação dos critérios de várias ciências que eram considerados universais e atemporais. A Psicanálise repensou seus conceitos e práticas. As teorias freudianas começaram a ser vistas como insuficientes para explicar as diversidades dos comportamentos, principalmente dos(as) homossexuais, pois se pautavam ainda na determinação biológica dos papéis masculinos e femininos.

Antropólogos(as) e historiadores(as) preocupando-se com a forma de aceitação das práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo, analisam os efeitos da afirmação de uma identidade homossexual para a própria pessoa e também, suas conseqüências na redução da discriminação. Vários(as) autores(as) questionam as formas de veiculação do comportamento homoerótico, propondo que a categorização do desejo sexual em homo, hetero e bissexual, acirriariam a estigmatização e a exploração capitalista:

"Mas essas aparentes vitórias em termos de integração social e de aquisição de direitos de cidadania dos homossexuais tem preocupado aqueles que dizem temer a cooptação da homossexualidade por parte da moderna sociedade capitalista, através de uma normatização que neutraliza seu potencial subversor da ordem instituída."⁶⁷

Autores como Fry, MacRae, Foucault, Ariès e Pollak procuraram analisar a cultura gay como reprodutora de normas do comportamento heterossexual. O (a) homossexual teria um padrão a seguir e sua aceitação se daria conforme suas ações dentro de uma identidade fixa. Estes autores propõem o entendimento do homoerotismo como uma variante da "sexualidade normal", opondo-se ao seu confinamento em categorias. Para eles, a noção de "ser" homossexual, designando a essência de uma pessoa, não possibilitaria o conhecimento da variabilidade das práticas e dos desejos sexuais. Propõe-se um "fluir", um "estar", para a sexualidade que em si, possui amplas formas de se representar:

"Homossexualidade não é privativo dos homossexuais, nem heterossexualidade de heterossexuais, nem masculinidade de homens, nem feminilidade de mulheres. Como a heterossexualidade não designa estados, mas formas ou possibilidades de comportamentos extensivos ao conjunto do corpo social... O que nos atrai, nos seduz, o que vivemos

⁶⁷ MACRAE, E. op. cit., p.56.

hoje como princípio produtor é o movimento, fluir ambíguo. Antes as funções que o ser.⁶⁸

Com essa perspectiva da Antropologia, da História e das Ciências Sociais é possível compreender a complexidade e multiplicidade do comportamento sexual humano, e ainda, abrir espaço para uma democracia onde não haja aceitos(as) e excluídos(as), mas pessoas dotadas de desejos, opções e preferências em todos os níveis da atividade em sociedade, incluindo as práticas sexuais.

IV - A HOMOSSEXUALIDADE E A MÍDIA

A visibilidade da homossexualidade nos meios de comunicação é notória e relevante para algumas discussões que envolvem a sexualidade humana. A presença do homossexualismo vem se tornando cada vez mais crescente e tomando conotações diferentes a cada dia. Em 1993, por exemplo, o jornal Folha de São Paulo passou a veicular uma página exclusiva com matérias de interesse do público gay em um de seus encartes, Revista na Folha.

Ao final de 94, este mesmo jornal dedicava duas páginas inteiras ao assunto naquele encarte, e em março de 1995, uma das edições ocupou nove páginas com informações sobre a cultura homossexual, além de outros artigos.⁶⁹ Em 97 foram escritos mais de 300 artigos sobre o "mundo gay" em geral. Neste ano, a Revista Veja, em sua reportagem de capa, trouxe uma matéria de dez páginas sobre o assumir-se gay.⁷⁰

A mídia através de jornais e revistas dirigidas ao grande público contribui para a formação de concepções sobre os mais diversos assuntos. Com relação à homossexualidade percebemos que existem dois aspectos importantes para serem analisados nas informações que são divulgadas. O primeiro, se refere à questão da identidade homossexual, sua afirmação e oposição à heterossexualidade. O segundo, diz respeito à exploração da cultura gay pelo capitalismo, com a criação de serviços e produtos, os mais variados, para um público particular.

Ao divulgar notícias, como "gays, desafio de assumir a identidade

⁶⁸ Idem, p.58.

⁶⁹ Citado por JÚLIO, C. C. Nascimento. "Ser Homossexual no Brasil e não, o 'ser' homossexual brasileiro". In: *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*. 2 ed., São Paulo: Iglu, 1996, p. 48.

⁷⁰ *Revista Veja*, São Paulo: Abril, 16 fevereiro de 2000, ano 33, n.º 7 p. 105-113

sexual"⁷¹, jornais e revistas dão a idéia de haver pessoas que são iguais por sua orientação sexual e que possuem os mesmos comportamentos. Coloca-se que o mundo homossexual é caracterizado, de certa forma, por sua homogeneidade. Como, por exemplo, divulga-se a concepção de que todos os gays são afeminados ou ocupam profissões determinadas, como cabeleireiros, garçons, estilistas, decoradores, etc. A mídia ao falar de "gays" ou "lésbicas" não explicita a heterogeneidade que forma tanto estes grupos quanto os heterossexuais.

As categorias homo e heterossexuais servem como forma de classificação e também de estigmatização. Por exemplo, ao se criar lugares específicos para homossexuais viverem ou regras para que se casem ou adotem crianças, produz-se uma modalidade diferente, uma condução de vida discrepante da norma heterossexual:

"A ministra da Saúde da Holanda, Els Borst, inaugura hoje em Amsterdã, capital do país, um asilo exclusivo para idosos homossexuais dentro do complexo Riezhuis"⁷²

Dessa forma, quando se fala em homossexualidade, esta estará sempre em oposição à heterossexualidade e ocupará um local determinado na sociedade. A aceitação dos(as) homossexuais ocorre quando estes(as) ocupam lugares específicos e se portam de maneira preestabelecida, portanto, o assumir-se gay tornar-se uma forma de acomodar uma categoria. Um artigo de 99 sobre o ministro do país de Gales, Ron Davies, demonstra o que foi dito anteriormente:

"Acabou sem a carteira, o carro, o celular e o cargo no governo. Renunciou. O escândalo serviu para mostrar que há um limite claro na tolerância: admitir-se homossexual é uma coisa cada vez mais aceitável. Ser flagrado como gay continua a ser potencialmente escandaloso".⁷³

A identidade homossexual é utilizada pela mídia como referencial para localizar as pessoas ou enquadrá-las. As informações quando dirigidas em sentido específico, para gays e lésbicas promovem uma distinção, colocando

⁷¹ Idem, p. 113.

⁷² LAGET, T. "Holanda abre asilo para homossexuais". In: *Folha de São Paulo*. Mundo, p.14. 16/10/1997.

⁷³ *Revista Veja*. São Paulo: Abril, novembro de 1999, ano 32, n.º 46, p.53.

em separado dois mundos (homo e hetero) criados a partir da orientação sexual das pessoas que os constituem. No artigo "Ele é gay. A etiqueta muda?", verificamos a separação dos comportamentos para hetero e homossexuais:

"Os muitos gays e lésbicas que resolveram 'sair do armário' nos últimos anos deixaram muitas pessoas sem saber como agir. Como chamá-los, o que fazer em uma festa, no trabalho ou na Escola?... O impasse do convite como endereça-lo ao namorado ou namorada de um gay ou de uma lésbica foi resolvido com fórmulas 'partner', 'companheiro' ou com convites individuais".⁷⁴

A distinção dos comportamentos do homos e heteros promove a criação de culturas diferentes e específicas. O meio homossexual retratado pela mídia, possui características que o tornam peculiar. Em decorrência disto, nasce uma indústria capaz de satisfazer as necessidades desde meio, como: moda, salão de beleza, boates, filmes, livros, etc., tornando-se altamente lucrativa.

As informações divulgadas nos jornais e revistas demonstram que o "consumismo gay" é cada vez mais crescente. Algumas pesquisas foram feitas para delimitar o mercado que a cultura homossexual representa para produtos e serviços cada vez mais especializados:

"Nos últimos anos, proliferaram pesquisas sobre o potencial mercadológico e os hábitos de consumo desse contingente populacional, avaliado, na média em cerca de 6% da população."⁷⁵

A captura do nicho homoerótico por prestadores de serviços e por produtos especializados é uma realidade. O turismo, por exemplo, tornou-se um dos setores mais lucrativos deste mercado oferecendo diversos tipos de pacotes de viagens voltados para o público gay. Países e cidades turísticas criam formas de atrair visitantes gays que, conforme a mídia, são grandes consumidores:

"Agora chegou a vez de organizações nacionais de turismo incentivarem a vinda desses turistas que segundo a 'Out. Magazine' (maior publicação do gênero nos EUA) são os que mais gastam em

⁷⁴ FISCHER, A. "Ele é gay. A etiqueta muda?". *Folha de São Paulo*. Revista da Folha, p. 20. 02/03/1997.

⁷⁵ *Revista Veja*. São Paulo: Abril, outubro de 1999, ano 32, nº 44, p.70.

viagens. A IGTA (International Gay Travel Associations) já conta com mais de mil associados ao redor do planeta".⁷⁶

O estado americano do Hawái passou a legalizar casamentos entre pessoas do mesmo sexo com o objetivo de aumentar seus ganhos com o turismo gay. Como resultado das novas leis surgiram naquele estado, inúmeras agências de casamento para homossexuais que atraem muitos(as) clientes.

No ramo de prestação de serviços, várias empresas começaram a se aproveitar deste mercado. Agências matrimoniais, de propagandas, bancárias e financeiras; cinemas; bares; boates; restaurantes; entre outros, procuram-se adequar às exigências dos clientes gays que, conforme pesquisas, possuem poder aquisitivo elevado e são fiéis às marcas que consomem:

"Os publicitários fazem a festa há anos com um nicho que é alvo de produtos sofisticados, como carros, perfumes, bebidas e pacotes de viagem".⁷⁷

As agências matrimônias também faturam com a programação de encontros e casamentos entre pessoas do mesmo sexo. A "Marriage Gay" de Londrina, Paraná, por exemplo, possui cerca de 1500 associados que em sua maioria são pessoas que não assumem publicamente a sua homossexualidade.

As revistas dirigidas ao público gay também se tornaram produtos de grande aceitação. As duas principais, em circulação no Brasil, G. Magazine e Sui Generis, alcançaram grande vendagem entre os(as) homossexuais e as mulheres hetero.

A exploração capitalista da homossexualidade, preocupa aqueles(as) que estão interessados nas formas de tolerância da sociedade com o homoerotismo. Os gays têm a aceitação dos (as) heterossexuais enquanto consumidores(os) ou como figuras eschachadas que habitam telenovelas e programas de humor. As informações nos artigos demonstram que o entendimento ao homossexualismo está muito distante, apesar da sua visibilidade.

Os números da violência contra gays aparecem freqüentemente nos jornais e revistas. A morte de um adestrador de cães em São Paulo por

⁷⁶ FISCHER, A. "Homossexuais gostam mais em viagens". *Folha de São Paulo*. Cotidiano, p. 12. 27/01/1997.

⁷⁷ *Revista Veja*. Op. cit., p.70.

“skinheads”, recentemente, após trinta segundos de espancamento, demonstram a realidade da intolerância aos homossexuais.⁷⁸

A quantidade de assassinatos de gays no Brasil, por exemplo, têm preocupado os grupos de afirmação que no ano de 96 contabilizaram 126 mortes:

*“Os números não refletem a realidade porque muitas vezes os parentes não informam à polícia que a vítima era homossexual”.*⁷⁹

O preconceito também produz sérios crimes contra o direito à liberdade sexual. Setores conservadores da sociedade brasileira promovem freqüentes perseguições aos homoeróticos:

*“A homossexualidade é mais difícil até que o aborto, para os pentecostais. Ela quebra com a questão central, a família, e o princípio da reprodução, a sexualidade para a reprodução humana”.*⁸⁰

A igreja é intolerável com a homossexualidade tanto a Católica quanto as Evangélicas. Estas últimas são mais fervorosas na luta contra o homossexualismo, promovendo até mesmo rituais de cura:

*“Os pentecostais oferecem, além do diagnóstico, a terapia: um ‘exorcismo’ social. Sufocam o novo membro com cultos quase diários e atividades ligadas à igreja, aos poucos fazendo com que se distancie do círculo anterior.”*⁸¹

Estas ações intolerantes para com o homossexualismo também estão presentes nas Forças Armadas Brasileiras que, conforme seu código, prevê prisão e expulsão para aqueles que cometerem práticas sexuais impróprias. Vários militares que se assumiram homossexuais após o pedido de baixa, temem ser alvos de ataques por parte de ex-companheiros.

⁷⁸ Revista Veja. Op. cit., p.105-113.

⁷⁹ FRANCISCO, L. “Entidade gay contabiliza 126 assassinatos de homossexuais”. *Folha de São Paulo*. Cotidiano, p. 3, 07/01/1997.

⁸⁰ SÁ, Nelson de. “Evangélicos dizem converter homossexual”. *Folha de São Paulo*. Cotidiano, p. 3, 20/04/97.

⁸¹ Idem.

Nas Forças Armadas européias, em países como Dinamarca, Suécia e Holanda, já existe tolerância com os(as) homossexuais. Estes(as) devem seguir um padrão de comportamento mínimo:

*“O novo Código de Conduta Social pune as condutas consideradas inadequadas ou ofensivas sexualmente e que ameaçam as relações pessoais. Dentro dessa classificação, tanto pode ser castigado o coronel que usar a patente para assediar quanto um soldado que tiver seu comportamento afetado”.*⁸²

No que diz respeito a assegurar através da legislação alguns direitos, o projeto de Parceria Civil entre pessoas do mesmo sexo elaborado pela ex-deputada federal Marta Suplicy (PT-SP) em 1995, enfrentou forte oposição dos segmentos conservadores da sociedade brasileira e permanece parado na Câmara dos Deputados à espera de votação:

*“A união entre homossexuais não é nem jamais será aceita pelo povo brasileiro, que vê nessa aliança espúria afronta à natureza, violação à lei de Deus e ameaça de degradação da condição feminina”.*⁸³

As pesquisas científicas veiculadas em jornais e revistas não especializadas também promovem a estigmatização da homossexualidade. Reportagem como “O que os genes podem explicar”⁸⁴ divulga estudos sobre a procura das causas genéticas do homossexualismo e cria a concepção de anormalidade para o homoerotismo:

*“Seja como for há um lado positivo na tese dos geneticistas, ela descarta a homossexualidade como desvio moral. O lado negativo, porém é supor um controle na gravidez, que permita o aborto dos futuros homossexuais.”*⁸⁵

Estas pesquisas levam à possibilidade de detectar, ainda, no ventre da mãe, um feto homossexual:

⁸² Revista Veja. Op. cit., p. 53.

⁸³ “O Brasil deve adotar a união civil entre homossexuais?”. *Folha de São Paulo*. Tendências/debates, p. 15, 21/06/1997.

⁸⁴ Revista Super-Interessante. São Paulo: Abril, dezembro de 1993, ano 7, nº 12, p. 61.

⁸⁵ Idem, p. 62.

nas mais variadas sociedades e processos civilizatórios.

Através desta categoria analítica de abordagem, empreendemos também uma leitura da mídia e das formas de divulgação das informações sobre a homossexualidade. A visão que a mídia passa, através de artigos, para o grande público é a da homogeneidade do universo homossexual. Assim, propõe-se que os (as) homossexuais são em alguns níveis iguais entre si, sendo que esta igualdade implícita é sentida de alguma forma como centro da constituição da individualidade ou da personalidade dessas pessoas. A mídia coloca a orientação sexual como principal aspecto do comportamento das pessoas, transmitindo a idéia de uma identidade homossexual em oposição à heterossexual. Enfatiza-se que a escolha do objeto sexual cria dois blocos, um de aceitação (hetero) e outro de rejeição (homo). Entretanto, não se enxerga que o repertório ou práticas sexuais podem assumir variadas e múltiplas modalidades, ocorrendo o mesmo com a heterossexualidade. O diferente ou anormal é descartado e, no caso do homoerotismo, ocorre a estigmatização, discriminação e, conseqüentemente a formação dos guetos.

A compreensão do discrepante dentro da norma heterossexual é uma análise muito importante para ser feita, principalmente para os(as) homossexuais que fazem da sua diferença uma bandeira de luta, uma marca distintiva da sua individualidade e subjetividade. A classificação das pessoas exclusivamente por seu desejo sexual, anula o restante da personalidade individual que é composta por inúmeros traços importantes.

Nosso intuito neste trabalho não é apontar categoricamente uma explicação para a conduta homossexual. Fizemos uma leitura dos discursos biológico, clínico, cultural e da mídia com o objetivo de demonstrar o peso de cada enfoque na construção da homossexualidade enquanto conceito teórico. Preocupamo-nos em não considerar causas e fatores determinantes, pois compreendemos que comportamentos humanos possuem variados e múltiplas aspectos na sua formação. Concordamos que existe uma integração de variáveis complexos numa estrutura mais ampla e não um reducionismo biológico, psicológico ou sócio-cultural na conduta individual das pessoas:

“Não está na hora de aceitar que a verdade esteja no meio? Ou seja, que somos uma complexa e indissociável mistura de carne, palavras e imagens, em que não vem ao caso decidir qual dos três pode mais?”⁸

⁸ CALLIGARIS, C. “A Terapia da faca e do superbonder”. *Folha de São Paulo*, Ilustrada, p. 8, 24/02/2000.

OLHOS E OUVIDOS PÚBLICOS PARA ATOS (QUASE) PRIVADOS: A FORMAÇÃO DE UMA PERCEPÇÃO PÚBLICA DA HOMOSSEXUALIDADE COMO DOENÇA (*)

João Bôsco Hora Góis**

RESUMO: *Este artigo objetiva examinar a construção de uma percepção sobre a homossexualidade como entidade patológica e patogênica nos Estados Unidos. Busca, outrossim, identificar como tal percepção influenciou a associação entre AIDS e comunidade gay naquele país. Servi-me para esta análise de um conjunto diferenciado de fontes, em especial aquelas produzidas dentro da própria sub-cultura gay – novelas, cartazes, filmes, romances, peças de teatro – as quais, em última análise, forneceram muito da matéria-prima a partir da qual a percepção acima aludida se construiu.*

PALAVRA-CHAVES: *AIDS, Homossexualidade, Representações Sociais*

ABSTRACT: *This article aims to examine the making of a perception about homosexuality as a pathological e pathogenic entity. Besides, it seeks to identify the way such perception modeled the association between AIDS and the gay community in that country. For this paper I used data provided by different sources, especially those that belong to the gay community: novels, posters, movies, plays. It was such sources that provided the material base from which the perception referred above was built.*

KEYWORDS: *AIDS, Homosexuality, Social Representation*

Até metade dos anos 80, vários dos problemas em relação a AIDS situaram-se no campo da sua conceitualização. Correspondentemente, grande parte do trabalho intelectual e interventivo inicial em torno daquela epidemia concentrou-se na tentativa de conhecer os seus meandros biológicos e suas

* Este artigo é versão modificada e reduzida do capítulo III da minha Tese de Doutorado. (Góis, 1999)

** Doutor em Serviço Social. Professor Adjunto da Universidade Federal Fluminense.

implicações sócio-comportamentais. Após 1985, contudo, em função do isolamento do HIV e da produção posterior de testes capazes de detectá-lo, grande parte desse problema estará resolvido. Sob a luz dessas inovações tecnológicas foi possível o estabelecimento de um corpo mínimo de conhecimento sobre a doença, no qual novas formulações sobre a sua etiologia e desenvolvimento e sobre os modos de se lidar com ela foram gestadas.

Sob os novos signos científicos advindos do isolamento do HIV, demarcaram-se formas de contágio, substitui-se, embora aos poucos, a categoria “grupo de risco” por “comportamento de risco” e clarificaram-se as responsabilidades, públicas e privadas, na contenção da epidemia.¹ É sob o impacto desse quadro perceptivo que se desenvolvem por todo o mundo diversas organizações da sociedade civil que lidam com a AIDS, as quais terão seus espectros de possibilidades de intervenção por ele moldado. Contudo, a influência daquelas descobertas no ideário dessas organizações foi muito mais profunda do que o fornecimento de um conjunto de informações sobre o vírus e a doença. O que de mais importante tais descobertas produziram foi a ratificação de um modelo de produção de conhecimento e a confirmação de um caminho epistemológico-político a ser seguido, nomeadamente a adoção de um tipo de racionalismo cientificista cuja aplicabilidade no campo sócio-comportamental é de menor efetividade do que no campo bioquímico. Sob esse veio racionalista deitou-se muito do trabalho que aquelas organizações reclamaram para a esfera da sua competência: aqui vagamente definido como o trabalho educativo, ou em outros termos, o como remodelar as percepções sociais sobre a doença a partir do quadro de possibilidades analíticas abertas pela descoberta do HIV, e, assim fazendo, como re-significar todo um conjunto de percepções sobre a epidemia.

A orientação racionalista permitiu a construção de fórmulas intelectuais sobre a doença enquanto entidade clínico-biológica e social as quais

¹ A noção de grupo de risco, extraída da epidemiologia, foi utilizada para designar os grupos que se supunham no início dos anos 80 serem mais suscetíveis à infecção. Já a noção de “comportamento de risco” referia-se a um conjunto de práticas sócio-sexuais que, uma vez levadas a cabo por qualquer indivíduo, poderia levar à infecção pelo HIV.

² Essa reação era mais ou menos de se esperar e correspondeu, no plano político, a um dos passos essenciais na defesa dos grupos mais castigados pelo novo mal do século – a comunidade gay. Do ponto de vista teórico, contudo, seu brilho foi menos visível e, não fosse por um processo de simbiose entre as ações governamentais e não-governamentais, teria rapidamente cedido a uma crítica mais severa. Não há porque se lamentar a vitória desta postura na formatação de uma história hoje quase oficial da epidemia. No ambiente político-intelectual de meados dos anos 80, onde mecanismos de acusação social desencadeados pela AIDS materializaram-se em macabras ondas de violência e de pânico sexual com poucos precedentes recentes, a marginalização das falas acusatórias foi democraticamente essencial.

apresentavam uma estrutura interna simples (ou simplista) e perfeitamente coerente. Tais simplicidade e coerência, contudo, eram empobrecidas pelo fato de que não levavam em consideração que na (re)significação da AIDS não estavam em causa apenas aspectos intelectuais e que não foram desenvolvimentos tecnológicos que moldaram, em última análise, a construção e a resposta social a ela. Não se trabalhou o suficiente em torno do simples fato de que a epidemia era também reflexo de percepções humanas historicamente construídas. Neste contexto intelectual e político um campo preferencial de avaliação na ressignificação da epidemia foi o da sua história. A voz não-governamental, organizacional e individual, rapidamente construiu um discurso que contrapunha-se aos relatos oficiais, populares e da imprensa sobre a natureza da epidemia – notadamente a sua origem homossexual.² Aquelas organizações negaram assim, por anos, qualquer validade das associações entre AIDS e grupos sócio-sexuais específicos e classificaram-nas, inclementemente, de “irracionais”.³

Neste artigo, a partir de algumas indicações históricas, tomando o contexto americano como exemplo, busco indicar como esse exercício inicial de ressignificação da epidemia foi extremamente inglório e porque há pouca razão, dentro do próprio paradigma em que essas instituições se situam, em atribuir qualquer grau de “irracionalidade” às conexões sociais entre AIDS e homossexualidade. Para tanto busco demonstrar como uma maior publicização das imagens sobre a homossexualidade e o movimento de liberação gay dos anos 60 e 70 com a sua ênfase nas liberdades sexuais, contribuíram para uma vinculação racional (ou pelo menos lógica) entre aqueles dois termos.

No encaminhamento dessa discussão apoio-me na concepção de que a racionalidade humana é sempre uma racionalidade possível, e não uma racionalidade desejável e perfeita. Uma racionalidade possível, ao seu turno, é a expressão histórica e, portanto, não despojada, e menos ainda despojável, de antíteses que jazem em seu interior. Tais antíteses são as nossas crenças e os artefatos culturais da civilização que dão significado, para o bem e para o mal, com erros e acertos, às nossas experimentações e experiências sensoriais, afetivas, estéticas e econômicas. Em suma, à nossa vida.

No caso em estudo, a nossa racionalidade é cercada pelos medos,

³ Foi a partir desse substrato intelectual e político que partiu-se para a concepção e o desenvolvimento de atividades educacionais que pudessem reverter o pânico e o preconceito e que pudessem eliminar ou reduzir as práticas que levassem à contaminação pelo HIV. A discussão sobre as implicações teóricas desse comportamento assim como a sua repercussão nos rumos e história social da epidemia são por mim discutidas em Góis (1999), especialmente no capítulo IV.

concepções e mitos sobre sexo e sexualidade, funções e papéis sexuais, postos de cabeça para baixo nos relatos sobre a vida gay dos anos 60, 70 e 80. Não há porque reforçar tais medos. Mas reduzi-los a "irracionalismos" é requerer demais do nosso estágio real de compreensão das coisas e deduzir de menos do papel dos artefatos culturais e do nosso processo civilizador na formação das nossas percepções e atitudes. Nossa cultura e civilização nos dizem, cotidianamente, que o conteúdo das imagens descrevendo a subcultura gay das décadas em questão, marcadas que são pelo signo do desvio, ausência de higiene e pecado, são geradoras de doença.⁴

A exposição de atos quase privados gerados na subcultura gay e as conseqüentes associações deles com a AIDS não foi um processo nem um pouco natural. Ao contrário, a sua formação dependeu da ampla participação de agentes coletivos - da polícia, do sistema judiciário, do estabelecimento médico, das igrejas, das campanhas anti-gay das décadas de 60, 70 e 80, etc., da ação da mídia - os quais determinaram uma maior publicização das imagens sobre a homossexualidade nos Estados Unidos. Mas, acima de tudo, contribuiu para uma maior visibilidade da homossexualidade, nos grandes centros urbanos, o crescimento de uma cultura gay que dificilmente poderia, a partir dali, deixar de ser detectada. As implicações em termos de visibilidade desse crescimento serão potencializadas nos anos 70 com a emergência do movimento gay radical e o desenvolvimento da imprensa gay. Dada a expansão do movimento de liberação gay e sua ênfase na liberação sexual, muito dessa difusão, sem vencer os preconceitos das décadas anteriores, terá como tema central as atividades sexuais. É dentro desse contexto que a AIDS enquanto fenômeno natural e social emerge. É neste contexto que as percepções sociais sobre a epidemia se constroem. É nele também que se dá a persistente vinculação entre doença e aquela subcultura.⁵

⁴ O impacto dessa moldura perceptiva afetou também a produção do conhecimento científico, sempre imerso no quadro de valores morais onde se constrói. Daí porque também argumento que a indicação dos homossexuais como núcleo fundante da epidemia nos países ocidentais, como feita pelo estabelecimento médico americano no início dos anos 80, não pode ser simplesmente vista como produto do preconceito irracionalista. Até porque não há razão científica que possa permanecer imune às evidências clínicas extraídas dos núcleos gays urbanos em termos tanto de sua história de saúde coletiva em geral quanto especificamente em relação à incidência de doenças sexualmente transmissíveis dentro deles. Os números iniciais da AIDS nos países ocidentais também não foram mais desencorajadores daquela percepção.

⁵ - O nightworld dos anos 70, com seus mistérios, prazeres e perigos é uma referência essencial para a análise da construção do entendimento social da epidemia de AIDS. Esse mundo imediatamente antecedeu à nova doença e, ao menos parcialmente, sucumbiu perante ela. Esse mesmo mundo que forneceu matéria-prima essencial às reações mais retrógradas à epidemia. E também foi a cultura que organizava esse mundo que, em meio a uma luta inglória, apresentou-se como objeto a ser conservado ou desprezado. O

1 - O Surgimento da Subcultura Gay e a Divinização do Sexo

Embora o corpo de evidências sobre a existência de núcleos homossexuais nos Estados Unidos desde o século passado seja bastante significativo (Duberman et cols, 1989 e Newton, 1993) é inegável que é somente após 1969 que eles encontram um desenvolvimento mais pleno em termos de

que este mundo oferecia expressa-se primeiramente numa oferta material de prazer consubstanciado em drogas, sexo e bebida em meio a um clima de festa de aparência interminável. Esse mundo também podia ser extremamente cruel, com ritos de iniciação vexatórios para os que pretendiam a ele ter acesso. Mas o mundo disco oferecia mais que prazeres (e desprazeres) materiais. Assim como outras manifestações de festa, ele oportunizava, ainda que dentro de uma certa estrutura, o consumo de experiências de subversão, desordenamento e desnortatização. Pertencer a esse mundo no qual a noção de liberação assumia estatuto de realidade e circular em ambientes onde constrições não existiam, onde o glamour da fama podia ser apreciado em grandes quantidades, energias podiam ser liberadas e barreiras sociais podiam ser desfeitas se firmou de tal forma como objetivo para muitos que pouco se economizou de dinheiro, saúde e risco para se ter acesso a ele. Esta busca é emblemática não somente do mito que se construiu em torno de clubs específicos - o "Studio 54", por exemplo - mas também do quanto de expectativas contidas na idéia de penetrar um mundo que oportunizaria todas essas sensações. Como outros fenômenos culturais, o mundo noturno assistiu ao seu período de apogeu e também a sua decadência. Hoje, aqueles anos dourados são ídos. E a AIDS em alguma medida jogou um papel neste processo. Não apenas no sentido de que práticas sexuais que ali ocorriam em alguma medida podiam conduzir à infecção pelo HIV. Mas, principalmente, porque a AIDS forçou e serviu-se da conformação, senão de uma nova moral, ao menos da negação de um passado próximo, às vezes separados por meses, semanas ou dias, por parte daqueles que navegam nos perigos da noite dos anos 70 e início dos 80. Mudavam, em ampla escala, as atitudes em relação a vida noturna. Ser "da noite" perdeu o seu glamour e assumiu uma conotação negativa. Não era mais "in" usar drogas, não era mais "in" esquecer o nome do "companheiro de cama da noite anterior. Não era mais apropriado conceder em questões de preferência sexual, absolutamente. É pouco estranho, portanto, que ao longo da década de 1980 e avançando na década de 1990, muitos artistas - personagens centrais da cena noturna - de notória e/ou antiga orientação homoerótica, às vezes furiosamente, mas sempre peremptoriamente, ocuparam-se em negar vínculos atuais e rejeitar alianças do "passado" com o mundo gay. Em tempos de AIDS não era mais "in" sequer ser um ser sexuado. A estrutura que permitia o clima de liberalidade e festa que embalou sonhos por toda a década de 1970 começou a padecer de ausência de apelo. Muitas das figuras noturnas famosas recolheram-se a novos padrões de vida, usualmente regulado por crenças esotéricas, defesa do casamento, dietas naturais, incensos e cristais. Os que, "incorrigíveis", não puderam afastar-se daquele mundo, redefiniram seus papéis dentro de quadros comportamentais mais aceitáveis. De uma forma ou de outra, o mundo disco e com ele muito da vida noturna dava passagem a novos medos urbanos e a uma nova etiqueta comportamental imposta por uma epidemia então pouco conhecida. Eram novos tempos, tempos de AIDS, tempos de Reagan, tempos de uma nova moralidade. Tudo isso refletiu-se na noite, os hábitos sumiram, os ambientes ficaram mais iluminados, caíram em desuso as gincanas sexuais, a extravagância de roupas antes consideradas vanguarda foi deportada para o terreno do ridículo, e um certo estilo inglês tradicional infestou os ambientes. A noite virou perigosa, sendo recomendável voltar cedo para casa. Essa breve descrição sublinha o esqueleto de algumas mudanças centrais no comportamento de um grupo social específico nos anos 70/80. Mas, creio, fala de percepções, condutas, fantasias, desejos e medos que atravessavam camadas e gerações mais amplas. Ela também enfatiza o que a vida noturna tinha de atraente e ao mesmo tempo socialmente assustador. Esse mundo de aparente caoticidade foi provedor generoso de material para as primeiras racionalizações coletivas sobre as relações entre AIDS e imoralidade. Foi uma das suas subculturas, entretanto, a subcultura noturna gay, que foi responsável (e conseqüentemente responsabilizada), pelo que seriam os exemplo mais modelares de tendências comportamentais desse período

expansão, caráter público e diversidade.⁶ Tal fato pode ser visto mais claramente quando se compara a acessibilidade a práticas sociais e sexuais entre os anos pós-69 e as décadas anteriores. No seu estudo sobre o desenvolvimento de uma cultura gay em Nova Iorque, da virada do século XIX aos anos 40 do século XX, George Chauncey (1994) mostra a persistente recriação de táticas e estratégias por parte de indivíduos homoeróticos que possibilitassem o contato de uns com outros. Tais estratégias incluíam desde a construção de signos de comunicação consubstanciados numa maneira específica de vestir, andar ou falar, à delimitação de áreas públicas de sociabilidade e a reapropriação de lugares originalmente concebidos para afastar o “fantasma da homossexualidade” da vida de trabalhadores americanos jovens. Na chegada dos anos 70, contudo, para amplos segmentos de indivíduos homoeróticos vivendo nos grandes centros urbanos, tais estratégias tornaram-se desnecessárias. Naquele momento surge e expande-se um amplo mercado e um clima de liberdade que mudaram radicalmente o desenho de acessibilidade às organizações da subcultura gay. Esta redefinição determinou o florescimento de um mercado de bens e serviços específicos cuja expansão, ao seu turno, definiu muito dos contornos que aquela subcultura passaria a ter. Tal expansão, contudo, não foi nada revolucionária, e, em certo sentido, traiu profundamente as expectativas de renovação e mudança que permitiram sua expansão. Ela deu seguimento a modelos de comercialização tipicamente capitalistas, senão adicionando a eles novos elementos, ao menos agudizando alguns daqueles já existentes, especialmente no plano da exploração dos valores simbólicos comercializados. A edição de 22 de setembro de 1975 do *The Advocate* estampou na sua capa a imagem do homem - branco, de boa aparência, elegante, masculino - a ser considerado “O Modelo dos Anos 70”, perguntando diretamente aos seus leitores, “Você tem o material necessário?” Embora emblemático, esse é apenas um dos exemplos - de uma série de esforços voltados à definição (e imposição) de um modelo e padrão de vida para homossexuais urbanos. De camadas médias altas, tal modelo e padrão remarcavam os tipos de aparência física, de faixa etária, de posse e de consumo material e intelectual que simbolizarão *status*, bem-estar e pertencimento. É no

⁶ 1969 é o marco temporal mais aceito como início da cultura e política gay contemporâneas. Foi naquele ano, em 27 de junho, no Greenwich Village em Nova Iorque, que reagindo à sistemática violência policial contra os frequentadores do bar Stonewall, um grupo de travestis, *drag queens*, prostitutas, *hippies*, mendigos e imigrantes porto-riquenhos desencadearam noites de protesto e guerrilha que depois espalharam-se por outras cidades do país. Foi no rastro desses protestos que foram fundadas, em dezenas, organizações de caráter abertamente radical que marcaram o movimento gay até meados dos anos 70.

processo de definição desse campo que residem algumas das particularidades do desenvolvimento desse mercado. Para o que nos interessa, a principal delas reside no grau de apelo explicitamente sexual contido na sua formação.

Uma rápida incursão nos periódicos não-pornográficos gays dos anos 70, fornece uma visão clara da força de tal apelo. Sob o signo, proteção e entusiasmo do sexo vendia-se de roupas e cosméticos a material de construção e programas de férias. As razões pelas quais o apelo sexual atingiu um grau de explicitação tão grande na subcultura gay são múltiplas e complexas. Para nós, a mais importante delas pode ser localizada na própria forma como a subcultura gay surge enquanto uma coletividade politicamente organizada, notadamente nas demandas e métodos dos anos (iniciais do movimento homossexual americano pós-69). Tal movimento jogou um papel essencial na definição de uma agenda de direitos sociais, civis e políticos para as minorias sexuais, ao mesmo tempo em que insistentemente sublinhou a idéia da homossexualidade e de outras práticas sexuais não-heterossexuais como resultantes de uma escolha pessoal. A partir disso remarcou a naturalidade e a salutaridade de diversificação e quantidade da atividade sexual, posto que dada como certa a equação entre exercício sexual e desenvolvimento interior. Sexo e sexualidade gay serão definidos, em oposição à noção de patologia, como um “estilo de vida” – não por acaso a mesma categoria reapropriada por médicos e cientistas na caracterização inicial da AIDS. Através dela questionava-se a real necessidade da monogamia para as relações duradouras e para o amor, argüía-se quem eram os interessados sociais na definição pejorativa de promiscuidade e perguntava-se se a definição de fidelidade não compreenderia mais um compromisso emocional do que físico. Sexo nessa agenda assume funções terapêuticas, liberacionistas, engrandecedoras, sociais e espirituais. O movimento gay tenta assim refuncionalizar as noções de liberdade sexual e promiscuidade, limpando-as dos seus conteúdos mais moralistas e agregando-lhes conotações mais positivas. Mas mais do que isso, sexo também passa a ser visto como um ato político, benéfico a toda coletividade e que deveria, portanto, ser estimulado. Relembrando os impactos dessas idéias sobre os comportamentos individuais, o escritor Jim Kepner dirá:

“Sexo era o oxigênio das nossas vidas. Stonewall havia conferido aos homossexuais um sentimento visceral de liberdade e nós definíamos aquilo literalmente, concedendo a nós mesmos o direito à múltipla parceria e à concretização de uma infinidade de fantasias sexuais. Se você não estivesse totalmente preparado para transar a qualquer hora

em qualquer lugar, você estaria traindo Stonewall e tudo contra o que o movimento de liberação gay havia se levantado.”(Apud Streitmatter, 1993:194)

John Loughery, revisitando este mesmo fenômeno lembra que:

“Ter sexo com alguém que você nunca veria novamente, com um homem cujo nome você não sabia, com a materialização das suas fantasias mais poderosas, com um grupo de estranhos, na privacidade da sua cela ou um quarto de hotel barato ou em frente a espectadores: este era o estilo de vida, amaldiçoado para a maioria da América, que os homossexuais escolheram para explorar, sem muitas reservas, na década depois de Stonewall.” (Loughery, 1998:362) ⁷

Nos anos 70, os observadores culturais da comunidade gay não deixaram de anotar a importância de um outro fenômeno sócio-cultural e as implicações dele para a formatação da cultura sócio-sexual em causa. *“Toda a boa aparência que se precisa pode ser agora comprada na academia ou no traficante [de esteróides]; a forma afeminada e infantil de falar desapareceu,”* disse com sarcasmo Edmund White, para complementar em seguida, como que querendo encontrar vantagens nas novas tendências, que

“nós de fato parecemos mais relaxados, e, se nós vamos nos vestir todas as noites em roupas de couro e parecer mais durões do que parece ser coerente com as nossas personalidades gentis e nossas vozes suaves, ao menos já não precisamos mais ser incansavelmente elegantes e inteligentes.” (White, 1980:268)

O desenvolvimento dessa masculinidade exacerbada, a nova expansão do culto ao corpo e a valorização dos prazeres sexuais que a acompanha

⁷ A história de demonização, violência e segregação e muito particularmente de desarticulação e desarmamento emocional dos homossexuais em alguma medida foi respondida no pós-Stonewall com um tipo de reafirmação, diretamente proporcional em intensidade a opressão, do estatuto de sanidade, beneficencialidade e valor de práticas, quaisquer que fossem, precedidas do prefixo “anti”. Desta forma o movimento gay não foi somente um movimento político. Foi também um amplo processo de terapia coletiva que buscava a reconstrução de egos destruídos. Não casualmente muitas das lideranças do movimento foram recrutadas no campo da saúde mental. Também não foi acidental que um amplo campo de psicoterapias de todas vertentes montaram um vasto mercado de trabalho girando em torno da idéia de um serviço *gay friendly*. Esta mixagem de política e terapia engendrou um discurso político que combinou uma intensa agressividade em relação ao campo adversário e uma contínua reafirmação do valor intrínseco e revolucionário da homossexualidade cuja repetição tão recorrente revela o muito da insegurança no manuseio intelectual e emocional de uma entidade cultural cercada de reprovações sociais por todos os lados.

jogará um papel essencial na concretização de uma ideologia da liberdade sexual e, em última instância, na apologia da promiscuidade. Coincidiu também com a constituição de um mercado de consumo gay, o que levou à proliferação de estruturas de lazer sexual e à conseqüente diversificação das atividades sexuais propriamente ditas. Analisando esta questão, John Loughery diz que

“Evidências extraídas de relatos pessoais sugerem que o advento do fist-fucking data de 1969 a 1970. S&M e fetiches associados com couro pareciam encontrar um grupo de seguidores maior e mais interessados nos próximos anos. Os velhos piers próximos à Westside Highway em Manhattan tornaram-se um local favorito de busca de parceiros sexuais. Lojas de pornografia, mesmo em cidades pequenas e áreas distantes dos centros das cidades, abriram quartos escuros para contatos sexuais em espaços kinky. Na metade da década de 1970, estes lugares atraíram centenas de homens urbanos que levavam uma vida padrão classe média de dia, mas que conduziam caçadas sexuais entre meia-noite e o amanhecer em bares nos distritos onde se localizavam as unidades de distribuição de carne e em galpões nos quais o tipo de roupa exigida para admissão mantinha os afeminados de fora e onde, em quartos escurecidos atrás dos bares ou no porão, qualquer coisa era possível de acontecer fosse nas paredes, no chão de concreto com um forte cheiro de urina ou em uma banheira providenciada pela direção da casa.” (Loughery, 1998:364) ⁸

A emergência da explicitação pública dessas atividades sexuais é essencial à nossa discussão. Como advogam ainda hoje alguns cientistas e ativistas gays, a natureza de tais atividades criou uma ambiência ecológica favorável à disseminação do HIV. A repetição de práticas sexuais penetrativas com múltiplos parceiros sem utilização de condoms e as conseqüentes múltiplas infecções por diferentes doenças venéreas teria produzido um enfraquecimento generalizado do sistema imunológico dos homossexuais masculinos. Em uma população que, além disso, era marcada por altas taxas de consumo de drogas, o HIV teria encontrado um nicho ecológico apropriado de expansão. Hipóteses dessa natureza têm sobrevivido ao longo das quase duas décadas da epidemia de AIDS. Esse debate, aparentemente situado no campo médico, revela alguns

⁸ “Fist-fucking” denomina um conjunto de práticas sexuais cujo ápice consiste na introdução de um ou mais punhos no orifício anal de um dado parceiro sexual. Já o termo “kinky” possui diferentes significados, mesmo em relação ao domínio sexual. No caso específico dessa passagem, ele significa, aproximadamente, “sujo” ou “desprezível”.

elementos de uma tensão sócio-cultural profundamente enraizada nas nossas sociedades. No coração das chamadas “hipóteses ecológicas” encontra-se a mesma ansiedade em relação aos resíduos corporais – uma ansiedade que compõe elementos essenciais das civilizações ocidentais, nomeadamente os sentimento de nojo e repulsa, como lembrara Freud. É esse sexo e “estilo de vida gay” que, gradativamente saindo do limbo visual e passando ao conhecimento público, fornece uma exemplificação modelar da presença da mistura desses fluidos corporais em nosso meio. Múltipla parceria, sexo anal com diferentes parceiros numa mesma noite, ingestão de fluidos seminais corresponde quase simetricamente ao manuseio de três elementos assustadores no estágio nosso atual de civilização : fezes, sangue e sêmen. Para uma sociedade angustiada com seus fantasmas sexuais, foi fácil deitar nesta mistura os seus medos e, a partir dela, construir as primeiras representações sobre a epidemia. Em um processo de equalização de termos, pelas razões expostas, doença e comunidade gay passaram a significar uma coisa só.

Há muito de injusto na forma como a cultura gay foi descrita para o mundo externo. Isso porque ela deu seguimento a experimentos sociais cuja importância de longe ultrapassam a questão sexual. Mas injustiças são fatos da vida. E, assim, foi mesmo dessas experiências mais urbanas e fortemente carregadas de tons sexuais que tais imagens se constituíram mesmo e que mereceram da mídia, da polícia e da comunidade científica uma maior atenção e conseqüente exposição de suas apreciações ao conjunto da sociedade. Tal exposição foi ainda mais efetiva porque inserida dentro de uma ampla tradição de “(a)normalização” das homossexualidades e de um conjunto de reações negativas aos direitos e a presença gay na vida americana no anos pré-AIDS. Mas, curiosamente, a própria cultura gay contribuiu para uma percepção pública dos seus *affairs* como uma experiência demoníaca, doentia, exterior ao mundo dos humanos, psicótica e patogênica. Isso se deu nos seus anúncios publicitários, na sua imprensa, na sua literatura, relatos de viagem, na sua filmografia, etc. A discussão que se segue retrata a figura do homossexual, suas práticas sexuais e seus locais de encontro tais como apresentados nestas fontes.

2 – Os personagens e as práticas do sexo gay.

Andrew Holleran em seu muito auto-biográfico livro “Dancer From The Dance”, de 1978, descreve as rotinas e as atmosferas típicas do universo

urbano gay daquela década. Um mundo de personagens ansiosas que confundem sexo e amor e cujas carências afetivas e desejo de viver criam dramas humanos que se revelam na constante tensão entre o êxtase da alegria e o cortante desespero. Sobre os seus personagens, Holleran afirma que

“Eles nunca parecem felizes. Eles passam uns pelos outros sem trocar uma palavra, como sombras silenciosas em direção ao inferno (...) Alguns deles retiraram tudo de suas próprias faces e reduziram-se a nada.” (Holleran, 1983:⁹

As personagens de Larry Kramer, na novela “Faggots”, não são mais felizes. Fred Lemish, um dos protagonistas, chega aos 40 anos numa busca desesperada pelo homem ideal, confundindo sexo e amor sempre procurados no “lugar errado”. Fred é mais um personagem perdido no mercado das altas ofertas eróticas de Nova Iorque, um mercado que confunde pela extensão e variedade e que o leva a anos e anos de busca de amor ideal. Kramer, satiricamente, sugere que esse é o drama de centenas de típicos gay novaiorquinos. Um drama que se inicia aos 20 anos, para finalmente, como Fred Lemish, chegar-se aos quarenta revendo confusas anotações do passado na qual constam nomes, apelidos, pequenos sinais de identificação das dezenas, às vezes centenas de parceiros sexuais que se teve. Em “Faggots” esses personagens, por responsabilidade própria, não vêem prevalecer seus desejos. Fred termina desgraçadamente. Outros, numa hipótese melhor, retornam para noite. Para mais uma rodada de tentativas.

A atmosfera em que este festival de ambigüidades humanas se dá, do ponto de vista “ecológico”, é menos poética. Holleran fala do ar nauseabundo provocado pelo odor de *poppers*,¹⁰ o que levava muitos dos frequentadores de bares e boates a desmaiar; fala também dos bêbados nos diversos sofás que fazem lembrar a degradação de uma era que se mostrava simultaneamente

⁹ Estas e outras obras romanceadas citadas neste capítulo devem ser lidas menos a partir das suas pretensões acadêmico-literárias e mais como grandes relatos etnográficos da cultura gay dos anos 70 e 80. Dentre outros trabalhos com esta conotação não citados ao longo do texto, cf. Brodsky (1995); Gooch (1996); Kramer (1982 e 1988) e Browning (1994). Para um apanhado de inúmeros depoimentos orais sobre sexo e sexualidade gays nos anos 70 cf. Sadownick (1996). Uma outra fonte de interesse sobre a subcultura homossexual, de origem heterossexual e anti-gay, mas que apresenta a mesma estrutura narrativa e lógica, é o trabalho Rueda (1982).

¹⁰ Denominação popular de uma substância química muito utilizada na comunidade gay americana para fins de excitação sexual. Os riscos envolvidos na sua utilização ainda não estão totalmente determinados embora hajam fortes indicações de lesão cerebral a ele associada.

vibrante e decadente. “Eu tentei frequentar os bares de Nova Iorque muitas vezes e, depois de cada incursão, voltava com a determinação de evitar esses bares no futuro”, diz John Murphy nas memórias da sua permanência em Nova Iorque nos anos 60 e 70. “A atmosfera de um mercado de corpos, o desespero e insolência de alguns dos frequentadores, a aparência sinistra das pessoas que dirigem esses lugares, a sensação de estar em uma gaiola, em um ambiente controlado” continua ele, “tudo isso me fez extremamente cauteloso em relação a qualquer coisa que se parecesse com um bar gay.” (Murphy, 1971:71). Essa atmosfera é asfíxiante, mas ao mesmo tempo arrebatadora e causadora de dependência. Daí porque as muitas figuras de tal cenário agarram-se tão fortemente a ela como tábua de salvação e fonte de preenchimento de seus vazios. Mas também tentam, desesperadamente, dela fugir.

No segundo capítulo de sua novela, Holleran descreve os esforços frustrados de duas “personagens” que tentam deixar aquele ambiente e a vida que circulava em torno dele. Nesses esforços estava refletida a percepção da subcultura gay como um ambiente de perigos, como uma armadilha, da qual era difícil escapar. Daí porque o prazer em habitar tal domínio é, mais cedo ou mais tarde, nesta e em outras descrições, coadjuvado por desilusão e abandono. Seus personagens, viciados, estão irremediavelmente dependentes das ilusões do mundo festivo. Este estado de adição associa-se a um conjunto de múltiplas atividades e estilos de vida aos quais o indivíduo gay terá que, possa ou não, adaptar-se. Normas culturais e pressão de grupo, pode-se inferir, determinavam não somente a frequência a vida noturna, mas também o vestir, o estilo de dançar e a quase inevitável atividade sexual - práticas essas que no *nightworld* de uma cidade como Nova Iorque podia começar à meia-noite e acabar às 10 da manhã. Numa maratona cuja dança requer grande esforço físico e cujos horários demandam seguidas noites em estado de alerta, o recurso às drogas - de álcool a alucinógenos - constituía complemento quase obrigatório. Em meio a tal redemoinho de emoções, pequenas histórias, dramas pessoais de fascinação, ilusão e perda foram descritas na literatura gay. “Um dos meus melhores amigos caiu vítima deste estilo de vida”, diz Edmund White. Depois de uma vida de equilíbrio, austeridade e conquistas realizadas até a chegada dos trinta anos, o amigo de White declina da obediência às normas de comedimento e entrega-se à ruína trazida pela vaidade, drogas e sexo associadas à sua participação no mundo gay.

“Meu amigo, outrora tão sério e reservado, viciou-se em drogas. Ele nunca lia, ele nunca estava sozinho; a patota podia sempre ser

encontrada no seu apartamento. (...) depois era hora de ir para a estação e atravessar silenciosamente o mal-iluminado e vazio distrito de Wall Street, fumando mais maconha e absorvendo os contínuos choques da música disco. O esforço de manter esse padrão de consumo teria derrotado o Barão Hulot. (...) Um amigo, que fumara muito da droga Angel Dust, pôs fogo na casa do seu namorado. Um outro, preocupado com a sua decadência física e financeira, cometeu suicídio. (...) Finalmente meu amigo entrou em crise. Ele perdeu seu emprego depois de anos de trabalho na empresa. Logo após ele teve um ataque epiléptico resultante da síndrome de abstinência de barbitúricos e anfetaminas depois de um final de semana cheio de atividade no balneário de Provincetown. Durante o ataque ele quebrou algumas costelas.” (White, 1980:274-275)

São desses perigos que os personagens de Holleran e Kramer e os amigos de White tentam escapar. Nas suas fugas fracassadas, vem a lembrança do mundo gay como um emaranhado diabólico que determinava as possibilidades de movimentação daqueles nele envolvidos. Determinava também a transformação da vida numa sanha quase exclusivamente sexual. Daí porque esta leitura da vida gay com frequência menciona, analisa e discute as fontes conexas de fruição sexual vinculadas à noite, especialmente as saunas. Daí porque também, às desesperadas personagens de Holleran, Kramer e White sobram poucas alternativas de continuar existindo, a não ser, na chegada da manhã, no fechar dos *nightclubs*, juntar-se, conforme descrição de um deles, ao “grupo de bichas amaldiçoadas a caminho das saunas Everard porque elas não podiam voltar do imaginário estado de prazer e felicidade.” (White, 1980:40). É para lá que esses personagens se dirigem, talvez atraídos por um dos tantos cartazes coloridos que convidam para a inauguração de mais uma *bathhouse*.

Em um desses cartazes, produzido em São Francisco, em 1972, uma gravura do que seria um dia típico em uma *bathhouse* não apresenta nenhum traço de tensão, dispensa estratégias de camuflagem e convoca para um clima de ampla liberdade.¹¹ O ambiente do cartaz é iluminado, o espaço presume-se amplo e a ocorrência da atividade sexual é claramente evidenciada. Mas esse é apenas um cartaz, de propaganda comercial, o qual portanto explicita apenas os aspectos mais positivos do empreendimento. Relatos outros trazem imagens mais nebulosas, menos iluminadas. Larry Kramer referir-se ao mau-cheiro e

¹¹ Cartaz. The Gay Liberation Book. 1971.

sujeira daqueles estabelecimentos e o seu pertencimento ao circuito de comercialização sexual. Ele descreve os banhos Everard na rua 19, em Manhattan, da seguinte forma:

O prédio, em nada diferente de quaisquer outros banhos ao redor do mundo, era amplo e feio (...) Ele tinha – o que ninguém se gabava – a primeira piscina aquecida de Nova Iorque, no momento um pouco fétida demais para uso diário, da mesma forma como era também fétido o resto do lugar. Murray, o gerente da noite, em resposta a vários questionamentos sobre o estado de higiene do local, afirmava, com dados que a frequência havia diminuído depois de uma limpeza geral.” (Kramer, 1978:19)

Este mesmo tipo de cenário de práticas sexuais era também apresentado na filmografia pornográfica gay dos anos 70. Ali, a reafirmação de que parques públicos à noite, garagens sujas, cabines de caminhão, banheiros públicos eram espaços tradicionais de atividade sexual confirmavam que o sexo gay era sempre anônimo, impessoal e promíscuo. Na própria sombriedade dos cenários corroborava-se a noção da homossexualidade como modalidade obscura de existência e da sexualidade gay como uma perversão mergulhada em uma esfera infernal e estranha ao conjunto das sexualidades “normais”.¹² Parte disso devia-se a escassez de recursos a qual impunha severas restrições tecnológicas à produção das películas. Mas era também resultado de uma estrutura ideológica que buscava confirmar a natureza um tanto quanto extra natural da homossexualidade e suas vinculações com vício, sujeira e pecado. Ao lado disso, os filmes reforçavam um senso de torpeza moral no qual imagens de decadência e degenerescência seriam elementos complementares:

Quando o sexo ocorre em muitos dos filmes produzidos durante os anos 70, nós entramos no que pode ser chamado um mundo surrealista, hipnótico e, decididamente, mal-iluminado, impregnado de um senso de pecado altamente moralista no qual os personagens existem em um eterno estado de excitação, boiando, sem corpos, através de paisagens indeterminadas que não possuem materialidade. Em um

¹² Obviamente não se pode pensar que filmes homossexuais tenham estado na agenda de lazer dos americanos de modo que tenham tido uma influência decisiva sobre a opinião pública nas leituras iniciais sobre a AIDS. Entretanto, a sua produção, mesmo a mais clandestina, assim como outras faces e atividades da cultura sexual gay, de uma forma ou de outra, sempre estiveram dentro do alcance de agentes oficiais, neste caso censores federais, em alguma medida formadores de opinião pública.

*dos mais escuros da década de 70, **Destroying Angel**, um padre com dúvidas religiosas é perseguido por toda Manhattan por um seu gêmeo demoníaco que aparece ao lado da sua cama quando ele está fazendo amor, que salta de dentro de espelhos e interrompe com um sinistro prazer as abominações pecaminosas do seu irmão ao mesmo tempo em que vários violoncelos e gritantes violinos atingem crescentes ensurdecedores.” (Harris, 1997 :116)*

Além disso, há que se considerar que, neste caso específico, o cinema imitava a vida real. Relatos etnográficos mostram que de fato o exercício sexual em áreas públicas, ou socialmente inadequadas, constituía na década de 1970 um traço marcante dos centros urbanos com uma comunidade gay relativamente bem-desenvolvida. Em Cherry Grove, balneário na costa de Nova Iorque, por exemplo, os anos 70 foram de muita atividade sexual pública. O relaxamento da violência policial e a mais completa ocupação da área por um núcleo dirigente gay jogaram um papel incentivador de tais práticas. Diz Esther Newton que:

“Para muitos homens de Cherry Grove, a melhor consequência do aumento populacional, do maior número de visitantes diários, do intenso desenvolvimento e do aumento do poder dos proprietários homossexuais foi a expansão das áreas ao ar livre para conquistas sexuais (...) Ao escurecer, as matas no East End entre Cherry Grove e Pines ficavam cheias com outros homens no ‘night Rack’. No final da década (...) encontros sexuais passaram a ocorrer durante a noite, para o terror de outros frequentadores do balneário, nas calçadas das casas da comunidade.” (Newton, 1993:181)

Assim como na produção cinematográfica, tal prática reforçava uma leitura social sobre a homossexualidade na qual o componente da diferencialidade, estranheza, e, não em menor medida, bizarrice, eram centrais. Sumariamente, reforçavam - dada a natureza *outdoor* da atividade sexual - a percepção da homossexualidade como experiência exterior ao mundo dos humanos.¹³

Se a descrição dos locais gays de prática sexual inspirava questões do ponto de vista epidemiológico, a narrativa da atividade sexual que ali se

¹³ Esse aspecto demoníaco foi capturado na peça de Goodman (1966) ambientado no local em questão, na qual uma das personagens ao caminhar entre as árvores do Rack defronta-se com um cenário que “sugeriu um círculo retirado do Purgatório de Dante, com almas condenadas a girar silenciosa e ritmicamente para sempre.”

desenvolvia não sugeria menores preocupações. Na novela de Kramer, um dos seus personagens, conta as surpresas que encontrou em uma das suas visitas a uma *bathhouse*:

“Existe um Deus que possa entender coisas do tipo:

‘Bem, eu quero que você mijie por todo o meu corpo!’

Fred Lemish nunca havia urinado em nada antes, exceto, talvez, sobre a grama, tarde da noite, quando estava bêbado e ninguém estava olhando.

‘Ou deixe que eu mijoe em você!’

Isto Fred nunca havia permitido.

Fred ficou em pé sem saber o que fazer. Por que ele estava inerte em um momento que requeria ação? O cara que o convidada era boa pinta. Fred deveria entrar ou seguir adiante?

‘Ou coma meu amigo e eu chupo o que sair do cu dele. (...)’

‘Ou eu poderia te amarrar. Ou você poderia nos amarrar. Ou qualquer um de nós. Ou qualquer outra coisa que o seu pau deseje!’

O homem certamente ofereceu um amplo leque de opções. Deveria Fred? Não deveria Fred?

‘Você gosta de transar com merda?’ (Kramer, 1978:17)

Outras descrições sugerem a gradativa presença de atividades sexuais pouco convencionais nas *bathhouses* dos anos 70. A ascensão do sadomasoquismo na St. Mark Baths foi uma delas. Dando seqüência a uma nova onda de masculinização da homossexualidade, o ambiente fora investido de motivos menos glamourosos e de práticas sexuais mais carregadas de violência. Tal violência, posto que predominantemente verbal, dita quase sussurradamente, necessariamente não implicava em sofrimento físico. Mas exibia o evidente gozo na associação entre dor e prazer:

“Desde que o S&M tornou-se muito popular na St. Marks, seus três andares superiores, com seus quartos e corredores, têm o som de um navio negreiro – obscenidades murmuradas, uma palmada, uma pancada com um cinturão, respiração ofegante, um gemido, um grito. Comparada com essa audível (e geralmente simulada) dor, o barulho em todas as outras saunas assemelha-se àquele de um barco de passageiros ao raiar do dia. As sugestões sobre sexo pesado também são visuais. Os cabides, nos quartos, foram colocados de forma a serem visíveis para quem está de fora; aquele que passa pode ver o

uniforme do ocupante pendurado – couro, cowboy, humanóide – e dele extrair as suas fantasias. A iluminação em todos os quartos pode ser controlada; se a lâmpada estiver enrolada na toalha, o torso e as pernas estão perdidos nas sombras e uma outra forma de iluminação é lançada sobre as nádegas viradas para cima ou sobre o pênis meio ereto. Sem roupas o corpo torna-se um fraco sinal, embora outros objetos em torno do pênis, mamilos e tatuagens enviam mensagens. Freqüentadores, contudo, estão cada vez mais retornando a roupas nas sua formas mais simples de serem interpretadas. (...)” (White, 1980:277-278)

Talvez compatibilizando-se com descrições como esta, um outro cartaz de propaganda de uma *bathhouse* reafirmará o estatuto extra-humano do ambiente e, por extensão, do sexo, sexualidade e individualidade gays. Neste cartaz, homens semi-nus, distribuindo comida e bebida, são ornamentados com chifres, num tipo de gravura que tipificava a representação da subcultura gay como um todo.¹⁴ Infernal e habitada por seres diabólicos - uma representação corroborada pela própria temperatura produzida pelo sauna a vapor e ausência de adequada ventilação - as *bathhouses* eram reafirmadas como *locus* privilegiado da promiscuidade. Elas não estavam sozinhas, contudo. Ao lado delas se colocavam os *sex clubs*, espaços onde a diversidade de parceiros sexuais era tanto celebrada quanto diversificada nas suas expressões.

No que diz respeito à diversificação, lugar de destaque ficava reservado para um conjunto de atividades sexuais denominadas *kink* (uma expressão que abriga práticas tão diversificadas quanto complementares como *fisting*, humilhação, cropofilia, escatologia ou *water sports*)¹⁵, entre os quais o sadomasoquismo era a mais visível.

O S&M correspondia e corporificava no plano sexual as expectativas de mais agressividade, visibilidade e teatralidade que marcam o movimento de liberação gay de então, o qual buscava transformar condições psico-sociais fundadas em fragilidade, submissão e passividade em demonstrações explícitas de força, controle e ação. Entretanto, a demanda por mais “masculinidade” e um comportamento mais ativo não pode ser vista como algo que avança de um clima social externo ao qual os indivíduos respondem prontamente. O florescimento da subcultura *leather/S&M* em grande medida dependeu dos

¹⁴ Cartaz. The Gay Liberation Book, 1972.

¹⁵ A expressão “water sports”, aqui, significa a utilização de urina como elemento de gratificação sexual.

altos níveis de insegurança individual em relação a homossexualidade por parte dos membros da subcultura gay. Daí porque, indo muito além da apropriação de uma forma mais masculina de vestir, tal subcultura investiu também na apropriação de um modelo de comportamento cujo componente central, a agressividade, serviria para fazer frente não só a requerimentos sociais de masculinidade, mas também, a demandas intrapsíquicas que dessem suporte à face exterior. É esse elemento essencial, a agressividade, que em tese responderá pela surgimento de uma subcultura S&M gay. É essa subcultura *leather/S&M* e seus complementos *kink* que irão apresentar-se para o público interno e externo à comunidade homossexual como o elemento socialmente mais desviante, cujo papel no processo de acusação dos gays pelo surgimento da AIDS foi altamente relevante. (Não foi por acaso que mesmo as ONGs/AIDS americanas fortemente dominadas por homossexuais, tenham sido rápidas, nos primeiros anos da epidemia, em isolar estas frações sociais de seus núcleos diretivos).

O desenvolvimento posterior do *kink* se deu em meio ao mesmo tipo de rejeição que marca a sua relação com a cultura gay mais ampla hoje e com a sociedade em geral. Mesmo dentro do clima de liberalidade dos anos 70, aquele *underground* esteve sempre sob severos ataques, a direita e a esquerda, seja de feministas argumentando que o S&M reproduzia processos patriarcalistas de escravização sexual da mulher, seja de grupos pacifistas que contrapunham-se ao uso de violência implicada naquelas práticas, seja das tendências mais assimilacionistas do movimento gay.¹⁶

Em meio a isso, a comunidade *leather/S&M* permaneceu em constante rearticulação de discursos de defesa e apologia. O discurso apologético tentou confrontar as acusações psicológicas e morais contra o S&M buscando apresentá-lo como um paradigma de estabilidade e saúde mental. Nesta (re)definição S&M é associado a amor, auto-conhecimento, controle e equilíbrio entre as partes em ação. Alan Young, por exemplo, em artigo publicado em 1979, enfatiza que no sadomasoquismo há uma pouco usual relação de confiança entre o casal, contestação de poder, espaço de negociação e romantismo. Ao mesmo tempo, dadas estas características, o S&M é visto mais como um estilo de vida do que como um simples ato sexual. Os perigos ali

¹⁶ No caso específico do S&M esse tipo de protesto era quase inevitável, num contexto de expansão do feminismo e do pacifismo, pelo nível de violência contida na sua exposição pública. A revista pornográfica *Blueboy*, por exemplo, na sua edição de 1 de setembro de 1976, dirigida ao adeptos do S&M, apresenta gravuras de homens mortos e esfaqueados, de crânios humanos cobertos de sangue, de objetos cortantes e pontiagudos em tese associados com as práticas S&M.

contidos são minimizados na agenda apologista seja pela sua equalização com os riscos inerentes às práticas penetrativas em geral, seja pela sua superioridade em relação aos perigos da opressão sexual em relação a qual o S&M constituiria uma antinomia.

Os limites práticos da apresentação do S&M como elemento salutar situam-se nas contradições entre as alegorias ideológicas contidas no discurso apologista e as práticas reais que o constitui. Se de um lado seus defensores buscaram realçar a importância de um suposto estado de total liberação ali presente, de outro, a estrutura interna do fetiche dava lugar a uma percepção diferente. Vejamos Pat Califia, uma auto-denominada lésbica-libertária, descrevendo suas incursões no mundo S&M de San Francisco, no final da década de 1970:

“Um bar voltado às pessoas que gostam de usar roupas de couro oferece um ambiente seguro para o estabelecimento de papéis. A minha parceira não pede um drink para ela. Quando quer um ela me pede e eu o derramo na sua boca enquanto ela se ajoelha aos meus pés. Eu começo então a manipulá-la, avaliar sua carne, corrigir a sua postura. Eu a acaricio ou a exponho de modo que ela se sinta embaraçada e venha para mais próximo de mim. Eu gosto de ouvi-la pedir misericórdia ou proteção. Se já não estiver usando uma coleira eu coloco uma nela e a trago para junto do espelho – atrás do bar, no banheiro, na parede – e a faço olhá-lo. Eu assisto cuidadosamente à sua reação. Eu não gosto de mulheres que colapsam, tornam-se passivas, e cujos corpos amolecem e ficam sem graça. Eu quero ver a confusão, a raiva, a excitação, o desespero.”(Califia, 1994:160)

Não há argumentação, por mais sofisticada que seja, capaz de minimizar, nos olhos de uma audiência culturalmente moldada (ou não) para a recriminação das práticas homossexuais, o efeito impactante de um *master* conduzindo um *slave* salão a fora sob uma coleira, algemas e cinto de castidade, numa expressão cristalina de uma relação fundada no controle e na submissão. Em um contexto de discussão sobre liberdade, opção e troca, as descrições dos próprios apologistas falaram contra os seus argumentos.

Além das questões acima mencionadas, é importante ressaltar que as práticas S&M sempre estiveram numa relação fronteira com atividades sexuais de corte escatológico – algo bastante problemático em uma sociedade como a americana, onde a noção de limpeza se firma como modeladora de esferas

muito além do campo da higiene e se estabelece como demarcadora de referências mais amplas de pertencimento e atualização com valores sociais vigentes.

O desenvolvimento do S&M não deixou de incorporar amplas facetas escatológicas as quais, em muitos casos, eram mais do que elementos complementares. Com frequência, elas situavam-se no centro gerador de excitação e prazer da prática mais ampla que a abrigava, como bem denota a existência de um bar S&M, não casualmente denominado *The Toilet*. (Cf. Kleinberg, 1979). Esta é uma outra dimensão que jogou um papel essencial na constituição de uma crítica externa à homossexualidade e a sua associação com a AIDS, pois, enquanto o S&M evocava idéias de desequilíbrio mental, as práticas escatológicas adicionavam àquela percepção noções mais materializadas de ambientes e corpos cujas características seriam propícios à expansão de doenças físicas. Vistos de uma mais ampla perspectiva, tais práticas, para além das questões sanitárias, remetiam ainda a um mundo onde caoticidade e total ruptura de parâmetros morais constituem a norma. Descrevendo uma "visita" ao *Mine Shaft* – um *sex club* em Nova Iorque no início dos anos 80 - Haden-Guest (1997: 311-312) relata:

(...) "Vários dos homens que estavam lá – e eram apenas homens – vestiam fantasias hiper-masculinas que no passado distinguira os membros do *Village People*, uniformes policiais, chapéus de cowboy; enquanto isso outros estavam nus, e outros ainda estavam nos vários estágios intermediários. (...) Em um dos cantos nós ouvíamos várias histórias. Nós fomos verificar – puro voyeurismo era um comportamento aceito no *Mine Shaft* – e vimos que um homem acorrentado à parede estava sendo chicoteado. Em seguida o chicoteador, subitamente, retirou-se petulantemente como se tivesse coisas melhores a fazer, deixando o martirizado abandonado. Uma imagem chocante que apareceu logo em seguida era, no chão, a de um amontoado de nádegas, costas e membros chacoalhando (...) Mais além estava um excelente fac-símile de uma grande cela, com barras reais, cheia de 'prisioneiros' nus, em pé e olhando na mesma direção. Nós fomos em frente e encontramos um homem nu acorrentado à parede de uma alcova, braços levemente erguidos, na postura da crucificação ou de um membro de um conjunto *heavy metal*, exceto pelo fato de que ele estava de costas para nós e estava sendo penetrado analmente por outro homem e uma fila de mais ou menos outros doze homens estavam esperando sua vez. Não, eles não estavam praticando *safe sex* (...) No andar de

baixo três homens com barba estavam deitados em diferentes banheiras. Eles pareciam tão vulneráveis como ratos recém-nascidos e nos dirigiam olhares que imploravam. Eles estavam esperando que alguém urinasse ou defecasse neles."

Outras práticas sexuais não-normativas foram descritas na literatura gay americana. Uma delas – o *fist-fucking* - continha em escala acentuada as tensões agressivas do S&M. As imagens dele decorrentes não eram menos assustadora do que as mais corriqueiras cenas de violência, mesmo para indivíduos cuja vida sexual apresentava-se como liberal.¹⁷ Seymour Kleinberg, narrando as rotinas de "Pete" e "John", dois entrevistados no seu trabalho, conta que:

*"Quando eles se preparam para uma noitada, para uma orgia (...), eles começam horas antes. Algumas vezes começa-se na noite anterior com a última refeição sólida. Eles não tomam café da manhã ou jantam no dia da orgia. 'Algumas pessoas não comem por dois dias, o final de semana inteiro.' Drogas suprimem o apetite e a dieta mantém o peso baixo. Pete, que tem úlcera e colite, tem que comer alguma coisa 'leve'. (...) Cada um prefere um tipo específico de coquetel [de drogas]. John gosta de um tablete de mescalina e cinco miligramas de valium para começar a noite: isto o mantém excitado por horas. Durante a orgia eles tomam M.D.A, anfetaminas, popper, maconha e, se ele está particularmente desatento, um pouco de *Angel Dust*. Ambos tomam *Mydol*, vendido sem receita na farmácias para alívio de dor menstrual, o que, eles dizem, evita problemas intestinais" (Kleinberg, 1979:239-240)*

É improvável que as práticas sexuais aqui descritas tenham sido vistas em primeira mão pelo conjunto mais amplo da sociedade americana. Contudo, elas não foram (e não têm sido), como sugere o título deste artigo, performadas

¹⁷ Assim como para o S&M, não faltou ao *fist-fucking* um discurso apologista que buscasse enfatizar suas virtudes. Seymour Kleinberg, por exemplo, parece inclinado a reconhecer ali aspectos positivos. Diz ele que "O cenário elaborado do sadomasoquismo com suas inversões e ansiedades, suas frágeis ironias e negações, a fuga em direção a um psicodrama sobre controle e poder, está ausente entre praticantes do *fist-fucking*. Nem há a necessidade de dor. Em vez disso, há uma atividade incessante em um ambiente livre de algumas das piores experiências que cercam a vida gay: culpa sexual e humilhação erótica, rígida divisão de papéis, a adoração da beleza e juventude, a ansiedade em relação à performance, a frieza, a adoração do pênis. Há também uma profunda adesão à passividade a qual nunca é claramente presente no S&M e uma exploração da fisicalidade e do corpo sobre a qual eu nunca havia ouvido qualquer coisa antes (...)" (Kleinberg, 1988:247).

secretamente e longe da capacidade de escrutínio público. Como disse anteriormente, a própria expansão da comunidade gay nos grandes centros urbanos ocupou-se em evidenciar a sua existência e a sua dinâmica sócio-sexual. Por conta disso, o que teria sido considerado escandaloso nos anos 50, passou a assumir há duas décadas atrás tons de jocoso, divertido e mesmo instrutivo.¹⁸

A partir dos anos 70, através de inúmeros embates, foram quebradas muitas das resistências à exposição da homossexualidade na mídia, o que fez com que a subcultura gay passasse a ser apresentada ao lado de temas mais respeitáveis em grandes programas de entrevista. Essa maior liberalização, entretanto, não se deu através da ruptura com uma série de tabus sobre sexo e sexualidade prevaletentes na sociedade americana. Ao mesmo tempo, ela também não se despiu do seu caráter seletivo no que toca à exposição das imagens as mais chocantes e socialmente condenáveis. Daí porque, de um lado, a expansão das imagens de fato propiciou um maior debate público sobre a questão; mas, ao mesmo tempo fez com que esse mesmo debate fosse organizado dentro de linhas interpretativas que reproduziam a noção de exterioridade e *otherness* da homossexualidade em relação à sociedade americana média. (Cf. Alwood, 1996)

A ação da imprensa coadjuvou e foi ao mesmo tempo coadjuvada pelo avanço das campanhas anti-gays que se desenvolveram a partir da segunda metade dos anos 70. Nelas, não se tratava mais, como se dera nos anos 20 e 30, da oposição de pequenos grupos de "cidadãos preocupados com a moralidade" em impedir o avanço de cobertura sócio-legal para pervertidos de todos os gêneros. Mas sim, do trabalho de grupos organizados, de expressão nacional, com substantivo suporte financeiro e grande acesso aos círculos do poder e à mídia. Tais grupos, em grande medida modelaram a percepção social das homossexualidades nos anos 70 e, na década de 1980, já no início da epidemia da AIDS, reforçando preconceitos históricos, à custa da demonização gay colheram vastos dividendos políticos (e também financeiros) da pregação da década anterior. Mas, de novo, há que se fugir do pressuposto de que esquemas intelectuais bem articulados em cadeias de transmissão nacional tenham sido os únicos responsáveis pelas reações anti-gays em tempos de

¹⁸ Por mais estranho que possa parecer, as grandes *bathhouses* de Manhattan tornaram-se ponto de atração turística na década de 70. Nelas, espectadores externos iam, sem disfarces, observar a movimentação de dezenas de homens seminus e as suas buscas por sexo. Ao mesmo tempo, as casas de maior porte tornaram-se palcos de espetáculos de certa grandeza e neles algumas estrelas e astros do show *business* contemporâneo iniciaram suas carreiras.

AIDS. O trabalho daquelas organizações e os resultados obtidos, em vez disso, evidenciam que a onda homofóbica que se expande nos EUA, especialmente no segundo quarto dos 80, revela tensões de fundo, ambigüidades e contradições político-ideológicas entre o ideário liberal (notadamente na sua tendência de expansão de direitos civis, políticos e sociais) e a tradição anglo protestante (de repressão sexual) em relação à homossexualidade.

Neste quadro, a AIDS apenas acentuou a vitória daquele segundo elemento, sem que tenha sido sequer a sua maior expressão. Ao mesmo tempo, se tal tensão explodiu nos anos 80 e coincidiu com o apoio popular na eleição do reaganismo, expressões dela já eram nitidamente claras na década precedente. Como pode ser facilmente visto na história das lutas legislativas por direitos homossexuais durante a década de 1970, há uma franca oposição popular em relação tanto à elevação desse grupo à condição de minoria (nos moldes dos negros e mulheres) quanto à sua própria afirmação como cidadãos de primeira categoria. Muito desse processo se deu nas câmaras legislativas, pelo voto de representantes, contra ou a favor, de uma ou outra coisa. Mas peculiaridades do processo legislativo americano - os *referenduns* distritais - permitem perceber que a negação de direitos aos homossexuais esteve incrustado na grande base eleitoral que, em muitas ocasiões, não somente não acompanhou a decisão legislativa, como também a reverteu.¹⁹ Mas, mais do que no domínio político, a pouca tolerância com práticas desviantes no corpo da sociedade americana no início dos anos 80 assentava-se, como sugeri antes, em um esgotamento de um padrão de consumo e divertimento. A sociedade americana buscou retornar a seus valores fundantes, dentro dos quais *bathhouses*, *sex clubs* e multiplicidade de parceiros sexuais não cabiam.²⁰ Vale sempre reafirmar que do ponto de vista político estava ali contida uma tendência regressiva e sua incapacidade de lidar com a diferença. Mas era, inoavelmente, o direito de uma sociedade em estabelecer parâmetros que a regulem. E nisso não há nada irracional.

¹⁹ Um exemplo disso se deu na Florida, em 1977. Anita Bryant e sua campanha "Save Our Children" reverteram, num episódio de repercussão nacional, as leis no condado de Dade que proibiam discriminação por orientação sexual no campo da habitação e do emprego.

²⁰ Infelizmente o saldo positivo da década de 70 levou à crença de que a consolidação de uma pauta de direitos gays era apenas uma questão de tempo, e, por conseguinte, desconsiderou a fragilidade e equilíbrio precário da incorporação dos estilos de vida "alternativos" em geral e da homossexualidade em particular no *american way of life*. Uma análise mais crítica teria facilmente revelado que o conjunto da sociedade americana, apesar do crescimento da sua "compreensão", permanecia cativa no dilema entre a valorização da individualidade e individualismo e o desejo de corresponder às expectativas sociais mais amplas.

BRINQUEDO: O MUNDO EM MINIATURA NO IMAGINÁRIO INFANTIL

Marlene Fátima Freitas Borges¹

RESUMO: *Esse artigo faz uma abordagem sobre práticas e representações do brinquedo na construção do imaginário infantil, que no seu exercício configurará os diversos papéis que a criança exercerá na fase adulta em suas relações sociais.*

Brincando de "casinha" no mais puro "faz-de-conta", ela reinventa o mundo real pela simples necessidade de existir e ser gente. Essa existência real da infância só se evidencia a partir do século XVII com a formação da família burguesa. A partir de então sempre que lhe sobra tempo, a criança salta para a fantasia e cria o seu próprio mundo à sombra do que percebe e absorve.

Representando o pai, a mãe e seus filhinhos(as) constrói no imaginário o mundo adulto que a espera no amanhã. Entender esse processo e a sua evolução histórica são os pontos básicos desse trabalho.

PALAVRAS-CHAVES: *Brinquedo, Imaginário, Menino/Menina, Representações.*

ABSTRACT: *This article makes an approach to customs and the meanings of toys in the construction of children's imagination, which in practice will determine their various duties in social relations at adulthood.*

Playing with his/her toys in a thorough fiction the child simulates reality, that implies on his/her needs to be considered as a person. Considerations about childhood are only evidenced after the advent of the bourgeoisie in the 17th Century. Ever since, at leisure time children experience unreal situations that leads to the creation of their own world, based upon their perception/assumptions of life as it is.

Acting as the mother or father, daughter or son at playtime the child makes use of imagination building up situations that he/she will face at adulthood. The main issues of this work are to survey and explain the historical evolution of this process.

KEYWORDS: *Toy, The Imagination, Boy/Girl, Meanings.*

¹ Mestranda em História da UFU na linha de pesquisa "História da Cultura", sob a orientação da Prof^ª. Dra. Maria Clara Tomaz Machado e Professora/Pesquisadora de "Folclore" no Conservatório Estadual de Música "Dr. José Zóccoli de Andrade" de Ituiutaba-MG.

1. O faz-de-conta, na representação do real

Brincando de casinha, de madame, de mocinho ontem, de herói e bandido, polícia e ladrão hoje, as crianças reinventam o cotidiano com suas mazelas e alegrias, prêmios e castigos, refletindo os conflitos sociais presentes na realidade do adulto frente às dificuldades impostas pela injustiça social. O brinquedo permite fazer uma releitura do real e do imaginário da criança, cujos símbolos e significações podem ser entendidos como suporte de uma representação. *“A criança que manipula um brinquedo possui entre as mãos uma imagem a decodificar.”*²

Na organização da casinha, no contato com as “filhinhas”, como exemplo de construção das relações afetivas, é possível observar a imagem que a criança tem do seu universo e como ela o representa. Nesse viés, o brinquedo estimula a representação, a expressão do imaginário, como elemento simbólico e significativo de uma realidade no seu contexto social, com seus valores, modos de pensar e agir.

O imaginário está ligado às representações, embora ultrapasse o seu espaço pelo uso da fantasia, que lida com elementos que não resultam de processos meramente intelectuais. Ele permite recriar novas situações elaboradas sob um outro olhar.

O adulto se projeta no brinquedo quando o concebe como objeto lúdico, nele introduzindo imagens relacionadas à sua cultura, estabelecendo um elo com a sua própria infância.

A forma de ver e pensar a criança varia de cultura para cultura, nas diferentes épocas. No mundo ocidental, antigas concepções consideravam-na como um adulto em miniatura, ignorando suas especificidades etárias, cognitivas, retratada como uma “Alice no país das maravilhas”, ora é anão, ora é gigante, sem definição de identidade. *“A ausência de sentimentos de infância corresponde, para alguns, a uma visão desvalorizante deste adulto miniaturizado e inacabado. É contra esta visão que a partir do século XVIII, Rousseau, no Emílio, divulga a especificidade infantil, a criança como portadora de uma natureza própria que deve ser desenvolvida.”*³

Benjamim⁴ também chama a atenção para a especificidade da vida

infantil e juvenil. Para ele a infância não se reduz à representação do mundo adulto em tamanho pequeno, pois, bem cedo o ser humano constrói seu próprio universo com lances de pureza e ingenuidade, mas também agressividade, resistência, perversidade, humor e vontade dominadora. A criança não é um Robinson solitário e soberano. Seu comportamento global evidencia a luta de classes, nas atitudes em grupo, nas representações do meio social em que vive, por meio da brincadeira, onde se reforça as dominações, mas também a resistência. Nesse sentido, Thompson *“ao estudar a resistência das classes subalternas procura valorizar atitudes e comportamentos que, aparentemente insignificantes ou imediatistas, eram no fundo reveladores de uma identidade social em construção.”*⁵

A resistência com relação ao brinquedo se manifesta no processo de seleção daquele que vai ficar e atravessar o tempo apesar de todos os mecanismos de massificação. A criança seleciona e apropria-se de elementos da cultura adulta, incorporando-os a seu universo lúdico, brincando e fantasiando, reproduz modelos, reflete o mundo adulto, mas do seu jeito. No faz-de-conta da “mamãe e filhinha”, está presente a história do cotidiano da sua família, ou do grupo a que pertence com seus problemas e transformações.

Também o adulto se projeta na criança, pois traz na memória as lembranças do passado, de quando brincava, se vê menino(a) outra vez, se remete de volta ao tempo de ser feliz, na imagem da infância idealizada, como bem expressa Carlos Drummond de Andrade em seu poema “Infância”: *“Meu pai montava a cavalo, ia para o campo / Minha mãe ficava sentada cosendo / Meu irmão pequeno dormia / Eu sozinho menino entre mangueiras / Lia a história de Robinson Crusoe. / Comprida história que não acaba mais ... / Lá longe meu pai campeava no mato sem fim da fazenda. E eu não sabia que minha história era mais bonita que a de Robinson Crusoe.”*⁶ Esta nostalgia de infância é despertada pela magia do brinquedo que representado é lembrado e transportado para a dimensão do lúdico.

Walter Benjamim nas suas metáforas considera que o universo infantil é construído pela criança com os restos que sobram do mundo do adulto, que elas transformam ao brincar. Nesse sentido, elas estão mais interessadas em estabelecer uma nova relação entre esses diferentes materiais e o que criam com eles na brincadeira, do que propriamente em imitar as suas obras: *“Elas*

² BROUGÈRE, Gilles. *Brinquedo e Cultura*. São Paulo: Cortez, 1997, p. 8.

³ KISHIMOTO, Tizuco Mochida. *Brinquedo e Brincadeira: Usos e significações dentro de contextos culturais*. In: *Brinquedoteca. O Lúdico em diferentes contextos*. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 24.

⁴ BENJAMIM, Walter. *A criança, o brinquedo, a educação*. São Paulo: Summus, 1984.

⁵ VAINFAS, Ronaldo. *História das Mentalidades e História Cultural*. In: *Dominios da História*. São Paulo: Perspectiva, 1993, p. 157.

⁶ ANDRADE, Carlos Drummond. *Infância*. In: *Reunião*. Rio de Janeiro: José Olympio, p. 3-4.

sentem-se irresistivelmente atraídas pelos destroços que surgem da construção, do trabalho no jardim ou em casa, da atividade do alfaiate ou marceneiro. Nestes restos que sobram, elas reconhecem o rosto que o mundo das coisas volta exatamente para elas, e só para elas. Assim as crianças formam seu próprio mundo de coisas, mundo pequeno inserido num maior.”⁷

Restos guardados nos bolsos, nas caixinhas vazias, pedrinhas e cacos, são objetos de carinho, elementos sagrados com que as crianças organizam o seu mundo, recriam a natureza, o quintal, a sua casa, num ritual lúdico, brincando do seu jeito numa viagem única e verdadeira, estabelecendo a ponte entre o real e o imaginário. A criança é extremamente sóbria no recrutamento desses diferentes materiais, pesquisadora atenta e determinada; uma simples pena, um pedaço de pau, uma semente, lhe permite criar o mundo exuberante de formas e figuras.

*“Nas mãos do menino / A bola girando, girando, / é o mundo. / Nas mãos de Deus, / o mundo / girando, girando, / é a bola. / Será o menino / Deus? / Será Deus / um menino?”*⁸

Nas mãos do(a) menino(a), qualquer objeto se transforma em brinquedo e adquire valor simbólico, cria vida, atinge o imaginário, no qual estará presente o real e a fantasia. Coleciona tudo que possibilita a sua imaginação criar, ampliando sua referência de mundo. Como um mágico, ela dá vida a tudo que toca no ato livre de criar enquanto brinca, prerrogativa da infância ou do brincante que ainda carrega consigo na seriedade imposta pela vida adulta, o olho do(a) menino(a).

O adulto também possui o tempo do brincar, de jogar se estiver aberto para isso, o que não significa uma regressão à infância, mas a libertação do massacre repetitivo do cotidiano. Precisa fugir, escapar da realidade que o escraviza: “sair de órbita” ainda que temporariamente, para voltar revigorado para o embate de cada dia. Há sempre uma criança adormecida em todo adulto, e para acordá-lo é necessário o devaneio da volta à infância pela memória e imaginação.

O jogo possui a característica da informalidade como atividade livre considerada “não séria” e extra cotidiano, mas capaz de envolver o jogador de forma intensa e total.

Para Huizinga, a função do jogo pode ser definida como: *“uma luta por alguma coisa ou a representação de alguma coisa. Representar significa*

⁷ BENJAMIM, Walter. Op. cit., p. 77.

⁸ FILHO, Hardy Guedes Alcoforado. *Jogo de bola*. In: *O Bailado*. São Paulo: Scipione, 1992, p. 27.

*mostrar. A criança ao representar, demonstra um alto grau de imaginação. Finge ser um príncipe, um pai, uma bruxa malvada, um tigre. Fica ‘transportada’ de ‘prazer’, superando-se a si mesma a tal ponto que quase chega a acreditar que realmente é esta ou aquela coisa, sem contudo perder inteiramente o sentido da ‘realidade habitual’. Sua representação é a realização de uma aparência.”*⁹

Apesar da irreverência do jogo ou do brincar, ele é revestido de seriedade, é o trabalho da criança, é o que ela sabe fazer por si só. Podemos vê-la compenetrada, completamente abstraída na hora da brincadeira, de forma tão solene, sacralizando o momento de fantasia como quem habita uma outra esfera inacessível aos de fora, mas inteligível, ela sabe que está brincado. Essa mesma solenidade está presente na concentração do atleta, na execução da música, na presença do ator no palco, no ritual sagrado, embora todo esse envolvimento e enlevo seja consciente. Pode-se afirmar então que a qualidade lúdica é própria das ações mais elevadas das práticas sociais. *“O jogo autêntico e espontâneo pode ser profundamente sério ... A alegria que está indissolavelmente ligada ao jogo pode transformar-se não só em tensão, mas também em arrebatamento.”*¹⁰ É Dionísio presente no jogo.

Esse deslumbramento que envolve a criança no ato de brincar acontece pela transição que ela faz a qualquer momento do imaginário ao real, pois a brincadeira associa ação e ficção, revestida de sentido na lógica de fazer de conta trazendo a terceira dimensão, ou seja, imagens com volume para o mundo das representações. Isso significa transpor para o real um outro mundo, o da imaginação, com suas significações culturais, que transformadas nas mãos da criança adquirem novas interpretações. Ao brincar com uma boneca-bebê a criança despertará o carinho no cuidado simbólico da “mamãe” com sua “filhinha”, atos ligados à maternidade embora não seja essa a função do brinquedo, há uma representação que remete à essa atividade, revestindo de significação o objeto como referência social. Configura-se o papel da menina-mãe, num futuro provável, atribuindo-lhe funções determinantes que farão parte do seu imaginário quando adulta.

Nessa perspectiva entende-se o conceito de representação e apropriação defendidos por Chartier. Ele explica a representação, *“como algo que permite ver a ‘coisa ausente’, como a ‘exibição de uma presença’ e articula a apropriação a ‘determinações fundamentais’ que são também ‘sociais’.* Para

⁹ HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens. O jogo como elemento da Cultura*. São Paulo: Perspectiva, 1993, p. 17.

¹⁰ HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens*. Idem, p. 24.

ele 'o social' só faz sentido nas práticas culturais e as classes e grupos só adquirem alguma identidade nas configurações intelectuais que constróem, nos símbolos de uma realidade contraditória representada."¹¹

O brinquedo lida essencialmente com esses dois conceitos, nas suas configurações simbólicas do mundo adulto miniaturizado, mas também como expressão da sua forma de pesquisar e entender esse universo do qual faz parte como criatura dotada de vontades e anseios, e carrega incrustada no seu âmago uma herança cultural que contribui para sua definição enquanto ser social.

Ao mergulhar no imaginário infantil, o(a) historiador(a) precisa "tirar os sapatos", andar um pouco na enxurrada, girar na ciranda, correr no vento, sentar no chão, para ver além do horizonte, no tempo da infância perdida na curva da estrada que o trouxe ao presente. Vasculhar no porão e trazer de lá o(a) menino(a) que foi um dia e brincar de novo, só assim poderá escrever sobre isso, porque terá entendido na prática cultural a construção da história do homem que hoje é, a sombra do que foi, como bem ilustra a apresentação do livro de Benjamim sobre o brinquedo, quando diz que a criança é o "pai do homem", pois é de manhã que começa o dia e bem cedo se estabelece o vir a ser. Como a poesia, a música, as histórias ouvidas, os jogos e os brinquedos infantis despertam em nós o imaginário, a memória dos tempos idos, o gosto e o cheiro dos "quintais". A brincadeira, antes de qualquer coisa, se confronta com a cultura, se apropria dos seus conteúdos e os transforma em pedaços de alegria que reparte no grupo, ampliando o referencial dos seus componentes como construtores de história, ainda que disso não se dêem conta.

O brinquedo como representação social, cujos significados devidamente situados e definidos, preservados e reconstruídos na atualidade, possibilita a compreensão da história das relações culturais no espaço e tempo em que aconteceram e remete para um outro momento no passado de igual significação, movimentando-se na história em busca da identidade cultural revelada pela semiótica afetiva, presente nas experiências vividas. O fortalecimento dessas relações sociais se dá com mais intensidade no contato com o lúdico, onde se exercita o respeito, a solidariedade, a semelhança e, sobretudo, a divisão do prazer. *"Cabe ao historiador surpreender como o real está presente nas representações e como nestas – mediadas por heranças culturais – situam-se as marcas do vivenciado."*¹²

¹¹ VAINFAS, Ronaldo. *História das Mentalidades e História Cultural*. In: Domínios da História. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 155.

¹² ANTONACCI, Maria Antonieta. *Apresentação*. In: História - Projetos. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História. Puc-SP, p. 6.

A criança faz parte de uma comunidade, é parte de um povo, e de uma classe de onde se origina, seus brinquedos fornecem as pistas para o entendimento do presente e suas ações sociais, como também pode revelar signos do passado, um chocalho, por exemplo, tem um sentido musical para a criança branca, mas é objeto sagrado de pajelança e ritual de exorcismo do mal, na comunidade indígena. Hoje ele foi apropriado pela cultura do consumo como estimulador da acuidade auditiva, assumindo, assim, um valor pedagógico imposto pelos paradigmas educacionais. Quanto mais se sofisticava o brinquedo, mais ele se afasta do seu significado maior, da sua autenticidade, pois passa a pertencer ao imaginário do adulto, se aproximando mais da imitação que da representação, conseqüentemente, perdendo sua característica livre da brincadeira viva.

A imitação é própria do jogo, não do brinquedo, adverte Benjamim, posição questionável, uma vez que ao representar a vida, o cotidiano nos brinquedos de fantasia, a criança imita as ações de homens e mulheres, recriando os mitos e heróis, as situações dramáticas ou cômicas que intuíram ou absorveram sem sentir: o faz-de-conta não trabalha também com a imitação? O jogo não é característica do brinquedo? E as bonecas, os carrinhos, armas etc., não é tudo isso a reprodução fantasiosa do mundo do adulto que a criança recebe da mão dele mesmo? É verdade que o brinquedo na mão da criança é constantemente reconstruído, pois ela é quem o interpreta, que inventa o jeito de brincar, nem sempre obedecendo as regras que ele impõe: ela é quem lhe confere sentido e significado, quem determina a dimensão do brinquedo, quem decide como e quando brincar, sua boneca ora é grande ora é pequena, mas é sempre sua filhinha e como um ser pequeno, lhe é subordinada. Não são os adultos que reconstróem os brinquedos, mas as crianças na hora da brincadeira, os transformam, selecionam o que vai ficar e atravessar o tempo, resistindo ao avanço da modernidade.

A brincadeira determina o conteúdo imaginário do brinquedo, a criança se transforma em cavalo ao puxar algo, confeiteira ao fazer doces de areia, bandido ou herói nas aventuras ou nos jogos de correr e esconder. A essência do brincar é o eterno recomeçar, fazer de novo, transformar a experiência em hábito de acordo com os ciclos do brinquedo que a própria criança determina pela memória coletiva, sem saber como e porque se dá dessa forma. Todo mundo brincou um dia, ainda que seja nas experiências habituais de organização, mesmo que conscientemente não saiba, que não se lembre das brincadeiras. Fechando essas ponderações Benjamim pontua: *"Mas quando*

um moderno poeta diz que para cada homem existe uma imagem em cuja contemplação o mundo inteiro desaparece, para quantas pessoas essa imagem não se levanta de uma velha caixa de brinquedos?”¹³

2. A existência real da infância

A criança na sociedade capitalista, do ponto de vista do ser humano só passa a existir a partir do século XIII e como integrante de uma classe social, apenas no século XVII, quando surge também a família como instituição burguesa organizada, conforme constatou Ariés em suas pesquisas. Parecia não haver lugar para infância, pelo menos é o que registram as obras iconográficas desse período. Ariés descobre numa miniatura do século XI, a deformação que o artista fazia dos corpos das crianças no tema do Evangelho em que Jesus fala com oito homens, sem nenhuma característica da infância, apenas de estatura pequena, representando os “pequeninos” de quem seria o reino dos céus. Viu a mesma coisa em muitas outras obras dessa época, significando então, que nessas representações a infância era desconhecida. A partir do século XIII, ele observou o aparecimento gradativo da criança como tal, nas artes dos respectivos séculos, não existindo ainda o sentimento da infância e nem tão pouco a representação de família. Já no século XVI, a criança aparece com mais freqüência nas pinturas, com companheiros de jogos, quase sempre adultos, ou mesmo sozinha, ou no colo da mãe, e até mesmo na escola. Essas evidências mostradas por Ariés¹⁴, não se referiam à descrição da infância; nela as crianças aparecem por acaso no cotidiano do adulto, significando que elas se misturavam a eles, e que eram retratadas pelos pintores por sua graciosidade ou comicidade, ela era “engraçadinha”. Hoje se verifica o oposto, a separação do mundo da criança do mundo do adulto, embora a sociedade, consumidora de cultura de mídia, caminhe para transformá-la na reprodução do adulto, que vê nela uma possibilidade de realização do seu imaginário.

A criança aparece ainda retratada como anjos, infância de santos e também nas efígies funerárias dos reis. Só no século XVII a criança parece começar a ter importância, pois antes a representação da infância estava ligada à vida do grupo como um todo, sem se separar das representações daquele tempo.

¹³ BENJAMIM, Walter, op. cit., p. 75.

¹⁴ ARIÉS, Philippe. *A História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro : LTC-Livros Técnicos e Científicos, 1981.

A “família” também não se definira na acepção real do termo, sendo representada sempre numa mistura de elementos, tais como: adultos, crianças, parentes, visitas, casados, solteiros, mendigos, habitantes legítimos, mestres, aprendizes, onde se transmitia o necessário dos fatos sociais e afetivos. A criança surge bem depois, como personagem central da organização da família, assim como a privacidade da vida familiar.

Até o século XVIII, a família representava um espaço aberto, um abrigo à todo tipo de gente, pais, criados, filhos, empregados, amigos, protegidos, visitantes, sem hora de chegada nem hora de partida, nessa “casa grande”, a criança não recebia nenhum tratamento que lhe garantisse alguma consideração. Mas essa família começa a se organizar e tudo gira em torno dela, ficando ainda a criança completamente deslocada nesse espaço e até mesmo ignorada, sendo na maioria das vezes afastada dela para o convívio de estranhos, como aprendiz para ser educada. O sentimento de família não é cultivado, devido ao fato da casa estar sempre exposta à diversidade de freqüentadores, aberta para o exterior. Até o fim do século XVII, início do século XVIII, a família era aberta e na cidade, praças e ruas fervilhavam as relações sociais. A criança não ocupa nenhum lugar de destaque nessa sociedade, mas está presente no meio dela e só a partir de então, a família começa a manter uma certa distância da sociedade. A criança conquista o seu espaço junto aos pais e passa a se tornar elemento constante na vida cotidiana e os adultos começam a se preocupar com sua educação e futuro. *“Essa evolução da família medieval para a família do século XVII e para a família moderna, durante muito tempo se limitou aos nobres, aos burgueses, aos artesãos e aos lavradores ricos. Ainda no início do século XIX, uma grande parte da população, a mais pobre e numerosa, vivia como as famílias medievais, com as crianças afastadas das casas dos pais.”¹⁵*

Nesse novo contexto, a família se separa do seu meio, caminha sozinha e assume as funções que outrora pertenciam à rua e à sociedade. A aprendizagem da criança se dava com todos, não era exclusividade de um casal, e a cultura era absorvida no contato direto na comunidade; a casa não era ainda a residência apenas da família.

Na organização das cidades se estabelece o espaço público e privado e o Estado se apropria do espaço público e a criança se socializa no espaço privado da família, passando a ter mais importância, a ser percebida de forma

¹⁵ ARIÉS, Philippe, op. cit., p. 271.

Por incrível que pareça a história da criança é recente e não é possível ainda avaliar se é positiva ou negativa.

A nova forma de organização social e da família na época moderna é pensada a partir da revolução burguesa do século XIX e é a burguesia quem impõe o modelo da família restrita, monogâmica e indissolúvel para policiá-la, controlá-la: vigiar o povo, os pais vigiam os(as) filhos(as), todo mundo se vigia em função de uma ordem pré-estabelecida. Sob controle, a nova sociedade vê na família um instrumento da ideologia dominante.

A mudança nas relações de produção feudais para a pré-industrialização a caminho do capitalismo da idade moderna, desfaz o sistema patriarcal e instaura um mundo de classes e luta de classes, e a criança encastelada na escola se submete à nova ordem. Os tempos para a criança mudaram, porque a família mudou, as relações mudaram, mudaram os sistemas, mudou o mundo.

No Brasil, o sistema garante à criança o mesmo lugar que destina ao velho, ao doente, ao artista, à mulher; lugar nenhum, pois são minorias consideradas improdutivas: assim nascem os marginalizados. A sociedade desconsidera o espaço da criança, sua passividade e insignificância são ditados pelo modelo dominante. Ela não tem existência psicossocial na cultura brasileira. O atendimento que lhe destinam a escola, a saúde, a alimentação, o lazer são paliativos e insuficientes. Os desníveis sociais trágicos, resultantes do modelo econômico capitalista em franca expansão rouba da criança o direito da infância, ela perde a possibilidade do lúdico espontâneo, da criação, da experimentação, e ganha em troca espaços alternativos como parques, escolas e praças, em substituição a tudo que lhe foi tomado pelo "progresso desenvolvimentista".

*"Às vésperas de uma nova era, essas mesmas crianças passaram de reis a ditadores. Muitas de suas atitudes parecem-nos incompreensíveis. Quase hostis. Uma angústia sincera transborda das interrogações que muitos de nós fazemos sobre o que seja a infância e a adolescência. É como se as tradicionais camadas da socialização tivessem se rompido ... Ano 2000: elas estão em toda parte ... Sabemos que seu destino é variado. Há aquelas que estudam, as que trabalham, as que cheiram cola, as que brincam, as que roubam. Há aquelas que são amadas e outras, simplesmente usadas."*¹⁹

Triste mundo esse onde a "infância descalça" perde o tempo do riso e da brincadeira, porque precisa lutar para existir, contrariando a própria fragilidade, renunciando ao direito de proteção, colocando em risco a vida que lhe deram e

que hoje a violência arrebatava. Em plena era cibernética, na qual o homem suplanta a natureza e viaja no espaço, a criança busca sobreviver, ocupando os pequenos braços na força do trabalho, ao invés do abraço, as mãos que poderiam estar virando figurinhas no bafo, jogando biloca, fazendo desenhos no ar ou na terra, se enchem de calos e desencantos. Os bancos de escola se esvaziam por ocasião das colheitas, a mão de obra barata para o complemento do salário familiar. Visto assim, constatamos que houveram momentos mais cuidados em séculos anteriores, regredimos ao tempo da inexistência da criança na escala de evolução da raça humana.

3. O tempo histórico do brinquedo no Brasil

Brinquedo e criança não se separam, vendo um, se pensa no outro, caminham juntos desde o momento em que se tem consciência da criança como um ser brincante.

No entanto, o brinquedo está inserido num contexto social; a criança exerce a brincadeira por si só, aprende a brincar com alguém, ela recebe a noção do brincar, das pessoas com quem convive, o brinquedo faz parte da herança cultural, ao contrário do que se pensa, ela não nasce já brincando, acontece que as formas que a criança utiliza para entrar em contato com o mundo desde os primeiros momentos de vida, são denominados de brincadeira, quando na verdade ela exercita o sensorial.

Se a brincadeira é transmitida através dos tempos é preciso então entender como brincavam os seus predecessores, de onde ela vem, como tudo começa. O primeiro contato da criança quando nasce é com o seio materno, com os braços que a segura firmemente, com os olhos ternos que a afaga, e esses são inicialmente o elo de ligação com o mundo que passará a experienciar de forma lúdica, a partir de agora.

Gradativamente ela começa a se perceber, tocando o próprio corpo, explorando com os sentidos tudo que está à sua volta, se identificando com o espaço e as coisas que o ocupam, pesquisando o mundo de sons, cores e formas, ela brinca. No começo tudo é brinquedo, ela e seu corpo, a mãe, o espaço que a cerca, os sons que ouve, o movimento das coisas que dançam diante dos seus olhos.

É na natureza que o indiozinho tem a sua referência de mundo: na luz do sol, na água do rio, na lua e nas estrelas, no vento, no canto dos pássaros, ele marcou a sua presença há séculos neste país.

¹⁹ PRIORE, Mary Del. *O que querem as crianças*. Estado de São Paulo. Suplemento Feminino, 1-2, Janeiro, 2000.

A mulher indígena quando dava à luz recebia os cuidados necessários, mas era o pai que se acomodava à rede com o bebê e de lá só saindo com a queda do cordão umbilical. A criança recebia dele um arco e flecha para usar quando homem, o seu primeiro brinquedo-objeto.

O chocalho que era usado na pajelança para afastar maus espíritos certamente deleitava os ouvidos dos bebês, ele era confeccionado com elementos da natureza que mais tarde servem de brinquedo das crianças quando exploram o mundo. *“Entre as tribos indígenas brasileiras algumas mães fazem brinquedos toscos de barro, imitando animais ou o homem, muito simples, geralmente desprovidos das extremidades para não quebrar.”*²⁰ A cultura indígena não legou ao brasileiro a boneca, embora os Carajás do Rio Amazonas mantenham a tradição de fazê-la, pelas mãos da menina indígena e é chamada de “licocó”. As crianças fabricam no barro os animais de sua preferência, além de cuidar e brincar com eles ao vivo, enquanto correm pela aldeia e floresta. Acompanham os pais à caça e aprendem a fazer canoas e armas. Adoram representar os adultos, imitando seus gestos e ações, se preparando para a vida futura. No final da tarde, imitam a mãe no fuso, junto com as outras crianças no verdadeiro “faz-de-conta”. Também constroem outros brinquedos, como o bodoque, piões usando frutos, matraca que apropriado pela criança branca se chama currupio, o alçapão também chamado, posteriormente, de arapuça, apitos feitos de folha, espiga de milho com penas fincadas que atiram para o alto hoje feito com jornal e cordão é chamado de barangandã. Divertem-se ainda com jogos coletivos, imitando sempre os animais, criam e respeitam as regras, apoiando o mais fraco e enaltecendo o vitorioso, aprendendo a conviver enquanto crescem.

O Brinquedo, bem como outros traços culturais, constantemente refletem traços de uma classe dominante que, apropriados por um grupo social, se renovam. *“O brinquedo é condicionado pela cultura econômica e sobretudo técnica das coletividades.”*²¹

A criança portuguesa, muitas delas órfãs, viviam nos colégios jesuítas e no contato com o índio trocavam as brincadeiras trazidas de casa, tanto uma como a outra. Brincando juntas nos pátios dos colégios, com o bodoque, gaita de canudo de mamão, o papagaio português, pois era feito de papel, a bola, também a dança, os contos, os jogos do indígena e do português, as tradições

²⁰ ALTMAN, Raquel Zumbano. *Brincando na História*. In: *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 232.

²¹ BENJAMIM, Walter, op. cit., p. 74.

se mesclam, se modificam e resistem ao tempo e ao progresso, tanto é que nossos céus ainda ficam pintados de papagaios, pipas ou pandorgas em dias de sol e vento.

No século XVII, chega ao Brasil as famílias negras escravas trazidas da África para suprir o trabalho do índio que o português não conseguiu escravizar, somando-se novos traços de cultura ao que já existia.

A criança branca era cuidada pelas yayás, mucamas, bá ou amas de leite africanas, pois na constituição da família brasileira a mulher era considerada insignificante, exercia apenas o papel de administradora da casa, ficava trancada na companhia de escravas e filhos, se anulando até mesmo como mãe, pois nem amamentava nem orientava os filhos.

Além dos poucos cuidados físicos que recebiam, nem sempre muito higiênicos, que provocavam, inclusive, a mortalidade infantil, as crianças ouviam histórias de lobisomem, boitatá, curupira, saci pererê, os cantos que chamavam a “cuca” para pegar menino(a) que não dorme. Elas eram muito paparicadas pelas yayás e mães, infantilizando a linguagem elas recebem a contribuição negra para ampliar o vocabulário, como: caca, pipi, bumbum, nenê, cocô, papato, denço, muleque e outros.

Quando cresce um pouco o menino branco tem como companheiro de brincar o curumim índio e depois o muleque negro, verdadeiro saco de pancadas, sofria toda sorte de abusos e maltratos, reproduzindo a atitude do senhor dono de escravos. Acrescentam às brincadeiras as mais criativas crueldades, inspirados nos castigos que eles viam ser aplicados aos escravos, divertindo-se sadicamente não só com os “muleques”, mas também com as outras crianças com quem brincavam.

*“Nas brincadeiras, muitas vezes violentas, os moleques viravam bois de carro, cavalos de montaria, burros de liteiras, enfim, os meios de transporte da época.”*²²

Os meninos de engenho brincavam livres e soltos nos rios, montando cavalos, comendo goiabas, matando passarinhos, fazendo as maiores diabruras próprias da idade, daí surgindo o termo menino-diabo, endiabrado, encapetado. Na cidade, o procedimento era o mesmo, viviam pelos telhados, nas ruas empinando papagaios, jogando pedra, rodando pião, sujos e brejeiros. Esse tipo de comportamento incomodava os beatos e o clero, intolerância herdada do preconceito da moralidade cristã tradicional, que reprovava a dança, o teatro,

²² KISHIMOTO, Tizuko Morchida. *Jogos Infantis*. Petrópolis: Vozes, 1993, p. 33.

os jogos de salões e esportivos que consideravam violentos. Esses jogos de rua, como o pião, a bola, eram tidos como de baixa categoria, brincados pelos moleques grosseiros e ignorantes, preconceito que até hoje persegue as classes oprimidas.

A documentação sobre o brinquedo da criança africana chegada ao Brasil não existe, as migrações transportam brinquedos e brincadeiras universais da Europa e Oriente para a África, juntando-se à sua cultura religiosa. Chegam até aqui por meio da linguagem oral, as cantigas de ninar, as crendices, os mitos, as lendas, tudo se acoplando, se misturando, saindo das canastras para o meio da população em formação.

Nas fazendas, os elementos da natureza são apropriados e transformados em brinquedo, nos açudes, em cima das árvores, a palha e o milho viram bonecos, donde Lobato tira inspiração para sua Emília e o Visconde de Sabugosa, as brincadeiras fluem, e se multiplicam.

Nas brincadeiras de imitar bichos, sente-se a presença do indígena nos seus rituais totêmicos e animistas, reforçados posteriormente pela cultura negra, que resultou hoje no prazer do brasileiro ao fazer sua “fezinha” no bichinho com que sonhou. Nas cantigas de ninar da ama-negra, a mistura das suas crendices, sempre povoadas de animais fantásticos, influenciados também pelos personagens mitológicos do indígena, a Moura-Torta vira Mãe D’Água e o bicho carrapato invade o mato, em vez do papão ou da coca, têm-se as cabras-cabriolas, boitatá, negro velho, papa-figos, que sobem nos telhados para povoar o sono dos meninos que choram e não querem dormir.

As histórias do folclore africano, além dos mitos, se misturam com príncipes e fadas, pequenos polegares, mouras tortas e Trancoso, contadas ao pé do borralho em noites cobertas de estrelas pela boca das avós nas fazendas coloniais. Ao presenciar e reproduzir no “muleque” negro os castigos corporais com a vara de goiaba, fica sedimentado nas regiões canavieiras do nordeste e sudeste, o brinquedo, “chicotinho queimado”, lembrando o açoite utilizado pelo feitor em represália à desobediência do negro.

As rodas ou cirandas infantis, as fórmulas de escolha, adivinhas, são trazidas pelo imigrante europeu no século XIX, incorporando-se à cultura infantil do campo e da cidade.

Não se sabe precisar com certeza a procedência, mas é comum a presença de sons que lembram o dialeto desse ou daquele país, que ainda que por pouco tempo, deixaram o rastro nas terras brasileiras. Algumas dessas brincadeiras atravessaram o tempo e ainda ocupam os espaços que restaram

na vida das crianças desse século, com a sua configuração de época, num momento em que elas são massacradas pela enxurrada de programas de televisão que não se preocupam efetivamente com o empobrecimento da imaginação, mas que exploram e criam sonhos de estrelato, alimentando um outro viés do imaginário infantil.

4. Ainda é tempo de brincar

É estranho e triste constatar que não se avançou muito nesses 300 anos de aparição da criança no cenário do cotidiano da vida privada. Se antes ela não existia, era ignorada, hoje não é respeitada, mesmo lhe sendo garantidos legalmente os direitos. Isso acontece em todas as classes, como se observa também nas classes abastadas, na qual as crianças são impedidas de exercer o seu direito primordial, o de entender o mundo em que vivem experienciando por meio do brinquedo, pois a cultura lúdica não é entendida como imprescindível para o pleno desenvolvimento humano, por aqueles que lidam com as crianças.

Os espaços escolares limitam o movimento da criança aprisionando-a entre uma mesa e uma cadeira e as atividades pedagógicas estéreis, sem a presença do surpreendente lhe roubam todo o tempo de imaginar e inventar. O desprazer é a tônica do ensino-aprendizagem, e o desânimo, mau-humor, “rabugice”, faz parte da característica de muitos profissionais da educação. “A educação infantil que desejamos é aquela que, privilegia a existência plena da criança naquilo que lhe é próprio e específico.”²³ É possível ser mais flexível e buscar o resgate do lúdico, assim o adulto recuperaria a criança adormecida e poderia entender melhor as que estão despertas e ansiosas pela vida. A redescoberta do prazer no jogo possibilitará o reencontro com a alegria, e o brilho do olho, tão necessário no contato com as crianças, voltaria no privilégio de convivência com o lúdico que assim se tornariam mais vivos e perceptivos na sala de aula. O brinquedo contribui para a realização humana.

O direito de brincar foi legalizado com a Declaração dos Direitos Humanos da ONU em 1948 e os da Criança em 1959, exatamente porque não era assegurado, estava sendo violado pela sociedade moderna. A lei é clara e ampla; o direito ao brincar é garantia de cidadania. O Brinquedo e Arte envolvem a criação livre, suas regras são criadas arbitrariamente que atendem ao prazer de agir, ao estético e belo, e a liberdade é condição básica para a cidadania.

Na sociedade primitiva tudo era comunitário, as festas, os casamentos,

²³ REDIN, Euclides, op. cit., p. 71.

o sexo, com o surgimento das sociedades modernas os jogos comunitários se limitam ao popular, praças e ruas perdem a função do lúdico, a fábrica, a escola, casas muradas, substituem a rua, a família surge nesse contexto em espaços e tempos definidos.

O trabalho que garante a sobrevivência engole o homem, sua força, seu entusiasmo, a dignidade, pelo modo de produção capitalista, não lhe sobra tempo para rir e brincar. Se o trabalho fosse criativo, seria jogo, seria prazeroso, e a criança também participa da roda viva, não pode brincar porque contribui com o orçamento familiar, dividindo o tempo da infância com a dureza da sobrevivência, em subempregos nos quais é explorada e menosprezada.

O mundo moderno nos privou do lazer, da atividade lúdica e o preço disso é alto: angústia, depressão, estresse, vício e violência. De outro lado, a indústria cultural cria alternativas ilusórias, estimulando a passividade de quem assiste a vida, criando sonhos e necessidades inconscientes, fomentando o imaginário imposto pelo consumo.

“A cultura lúdica incorpora, também, elementos presentes na televisão, fornecedora generosa de imagens variadas. Seria inverossímil se a brincadeira da criança não se alimentasse da televisão e de seus efeitos.”²⁴ Refletindo sobre essa afirmação, entendemos que não se pode fugir dessa realidade, nem voltar ao passado, mas nortear a trajetória, o que pressupõe algumas questões: Como então se contrapor à mistificação barata? Como resgatar a brincadeira e devolvê-la à quem é de direito? Como enfrentar a máquina ideológica que tritura a imaginação? São questões que podem ser respondidas quando todos os que amam as crianças embarcarem no trem da história, assumindo papéis de transformação e entendendo que se a criança é o pai do homem, é preciso cuidar para que seja forte o bastante para encarar a vida com ternura e segurança, completando o ciclo, homem-menino, menino-homem, na roda que a todos abraça e balança, acalentando para sempre a criança. Esse será o nosso destino, “o eterno retorno”. *“Há muito que o eterno retorno de todas as coisas tornou-se sabedoria infantil e a vida um êxtase primordial no domínio, com a retumbante orquestração ao centro como tesouro do trono. A música toca mais devagar, o espaço começa a vacilar e as árvores a se recordar. O carrossel vira terreno inseguro. E surge a mãe, estaca solidamente cravada no chão sobre a qual a criança que aterriza lança as amarras de seus olhares.”²⁵*

²⁴ BROUGÈRE, Gilles, op. cit., p. 53.

²⁵ BENJAMIM, Walter, op. cit., p. 79.

5. O brinquedo e a televisão

No mundo pós-moderno a criança brinca também com as imagens que lhe são fornecidas pela televisão transformando-se nas personagens vistas, que integradas no universo lúdico da criança são reelaboradas. Essas imagens precisam se incorporar às estruturas básicas da brincadeira, que se revestirão de novos significados, como se observa nas brincadeiras de mão, onde as crianças batem palmas uma nas mãos da outra, se movimentam enquanto praticam uma cantilena rítmica citando o nome de artistas e suas características como por exemplo:

Pe-pi-no

Que linda Califórnia, Califórnia todo dia / Eu danço a discoteca, discoteca do Chacrinha / Bundinha arrebitada, sovaco de galinha / Mocotó de andorinha. Pe-pi-no.

Esse brinquedo surge na década de 70 e contém na sua representação o modelo da imagem que se vendia nas tardes de domingo, na discoteca do Chacrinha, com suas chacetes de “bundinhas arrebitadas” à mostra, dançando eroticamente o comercial da época e que as crianças apropriaram debochando de forma descontraída sem sentir.

A criança não se limita a receber passivamente os conteúdos, reativos e se apropria deles através de suas brincadeiras, de maneira idêntica à apropriação dos papéis sociais e familiares nas brincadeiras de imitação.

Recentemente, a industrialização do brinquedo reforça o valor da televisão nas brincadeiras. A exploração comercial, estimulada pelo consumo, fabrica o sonho imposto pela propaganda que a criança quando sozinha recebe “passivamente”, mas reage ativamente ao manipular o brinquedo e até recria, ainda que de passagem, porque logo é substituído por outro, eles não constroem afeto.

Embora haja controvérsias, a criança não é aprisionada pela televisão, ela concilia bem essa relação, a televisão não se opõe ao brinquedo, ao contrário alimenta-a, influencia-a, pois a brincadeira não nasce do nada e sim do confronto. Ela permite à criança apropriar-se de alguns de seus elementos. A televisão interfere profundamente na brincadeira da criança, mas não significa que esta esteja completamente submissa à sua influência. Algumas delas escapam completamente de sua influência, e mesmo quando ela interfere, não é a única; as brincadeiras não necessitam da TV para se organizarem. Na cultura lúdica

estão arraigadas as diferentes tradições; desde as brincadeiras tradicionais espontâneas, até o faz-de-conta do jogo que dramatiza a vida. Os conteúdos originados pela televisão, como abastecedora incontestemente do imaginário, se junta às estruturas primeiras do brinquedo que, contudo, não perde a sua essência. A brincadeira permite à criança viver a cultura na qual está inserida da forma como ela é e não como deveria ser. Analisando, por este prisma, esse produto elaborado, resultante da tecnologia moderna, não há necessidade de sataná-lo, antes entendê-lo criticamente, apropriando inteligentemente do que pode ser útil para a grande viagem que a criança empreenderá para se tornar adulta, num mundo que ela ainda não conhece.

É preciso aproveitar todas as contribuições possíveis que sirvam de apoio para a atividade lúdica. Numa dimensão circular da brincadeira, velhas aprendizagens servem de referencial para o seu rico potencial: ela não é um ponto de partida, ela traz mais aos que têm mais e possibilita aos que pouco têm o direito de buscá-la. A brincadeira é a prova da invenção do possível, da explosão do potencial criativo, mesmo quando, às vezes, reforça o conformismo social, e a adequação ao que está posto. Ela pode se transformar no laboratório da invenção, da experimentações variada, por menos que lhe proporcionem meios para esse exercício.

Essa abertura condiz com a imprevisibilidade do futuro de cada um nesta sociedade de incertezas. Mesmo diante de toda essa perspectiva, da infância perdida, fica a certeza que só pelo prazer de brincar, pela esperança no novo, representado pela criança e pela poesia, pode-se salvar a humanidade. É impossível dissociar a criança e o brinquedo da poesia, de estar no mundo e nele registrar a marca de um tempo, que poderá ser melhor, se a qualidade dessa marca for pelo menos com a intenção de transformar.

AOS COLABORADORES

1. O **Caderno Espaço Feminino** é uma revista **multidisciplinar** que mesmo possuindo seu Conselho Editorial, não se responsabiliza pelos conteúdos de cada texto publicado, à medida em que o nosso objetivo é polemizar e nunca enquadrar os artigos dentro de uma única perspectiva teórico-metodológica;
2. Seguindo a premissa anterior da multidisciplinaridade, é necessário que cada colaborador trabalhe conceituando em nota de rodapé, ou no próprio texto, esclarecendo o leitor que necessariamente não pertence à área do autor;
3. Ao aceitarmos artigos inéditos para a publicação, exigimos que os mesmos venham revisados quanto à ortografia e sintaxe;
4. O artigo deverá ser enviado para o **Conselho Editorial** do Caderno Espaço Feminino, em três vias digitadas em programa Word for Windows (6.0 ou 7.0) e também acompanhado por disquete. O nome do autor deverá vir especificado com sua titulação maior, Instituição que trabalha, além do endereço e telefone para correspondência;
5. Os artigos deverão ter no máximo 25 páginas e no mínimo 10, excetuando-se as resenhas, utilizando espaço 2;
6. Todos os artigos deverão seguir as normas de citação bibliográfica da **ABNT**, em que as notas de rodapé devem necessariamente estar incluídas no texto, e não no final dele;
7. Deve conter o Abstract e o Resumo (até 10 linhas centralizado na página, palavras chaves e keywords do texto (Unitermos) até 5).
8. Utilizando-se de notas de rodapé, não será necessário o uso de bibliografia final;
9. Todos os artigos serão apreciados pelo Conselho Editorial. A simples remessa dos originais, implica em **autorização para a publicação** do mesmo;
10. Os originais submetidos à apreciação do Conselho Editorial não serão devolvidos. A Revista Caderno Espaço Feminino compromete-se a informar os autores sobre a publicação ou não de seus textos.